

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,  
AGRICULTURA E SOCIEDADE  
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA**

**DISSERTAÇÃO**

**As Organizações dos Trabalhadores Rurais (Sindicato,  
Associação, Cooperativa) e a Agricultura Familiar  
- uma reflexão sobre Goiás -**

**Vera Lucia Lunardi**

**1999**

331.7638173  
L961o

Lunardi, Vera Lucia.

As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar - uma reflexão sobre Goiás / Vera Lucia Lunardi. – 1999.  
131f.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Leonilde Servolo de Medeiros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: 123 - 131

1. Trabalhadores Rurais. 2. Organizações Rurais. 3. Sindicatos.  
4. Goiás. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,**  
**AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS**  
**(SINDICATO, ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA) E A**  
**AGRICULTURA FAMILIAR**  
**- uma reflexão sobre Goiás -**

**VERA LUCIA LUNARDI**

*Sob a orientação da Professora*  
**Dr<sup>a</sup> Leonilde Servolo de Medeiros**

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
**Magister Scientiae** em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade, Área de Concentração em  
Desenvolvimento e Agricultura

Rio de Janeiro, RJ  
Abril de 1999

**AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS (SINDICATO,  
ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA) E A AGRICULTURA FAMILIAR**  
**- uma reflexão sobre Goiás -**

**VERA LUCIA LUNARDI**

**APROVADA EM ...../...../.....**

**LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS**

.....

(Orientadora)

**JADIR DE MORAIS PESSOA**

.....

**MARIA JOSÉ CARNEIRO**

.....

*Dedico este trabalho:*

- à **Luiza**, precioso rebento, que faz a alegria da minha vida;
- aos **lavradores e lavradoras** com os quais tive a oportunidade de conviver e crescer ao longo de minha vida pessoal e profissional;
- de modo muito especial, aos **meus pais - Cirlei e Luiz** -, igualmente lavradores, de quem aprendi os valores essenciais para o bem viver e aos quais devo, fundamentalmente, o que sou. Como lavradores, viveram por muito tempo na condição de posseiros, agregados, parceiros. Ao migrarem para a cidade, ele operário e depois feirante, e ela dona-de-casa e costureira, criaram e fizeram estudar cinco filhos. Só mais tarde realizaram o sonho da terra própria e voltaram para o campo - então na condição de pequenos proprietários. A vocês, o meu reconhecimento, a minha gratidão e o meu imensurável amor!

## AGRADECIMENTOS

Ao Léo, meu companheiro, pelo seu amor sem medidas, sua imensa paciência e compreensão com as minhas inúmeras “ausências”. Nos momentos mais difíceis, os acordes do seu violão ou cavaquinho tornaram meu trabalho menos pesado.

À Luiza, minha filha, pela sua deliciosa alegria e brejeirice, fundamentais para amenizar as tensões. Também pela paciência com os inúmeros pedidos de “- *mamãe ... colo!*” não atendidos.

À minha família - pais, irmãos, irmãs, cunhados e sobrinho - que, mesmo distante, sempre me garantiu incentivo e solidariedade nas dificuldades. De modo muito especial, à minha irmã Suzana que nunca faltou com seu apoio emocional e financeiro.

À Maria da Fé (Fezinha), minha sogra, pela sua ajuda em variadas oportunidades, principalmente nos cuidados com Luiza.

À Generosa - com quem morei inicialmente no Rio -, pela sua acolhida, amizade e “generosidade” sempre presentes.

Aos amigos e amigas Adriane, Roseli, Aloísio, Carlos e Inez, pelas variadas ajudas. Com as duas primeiras dividi apartamento (e tudo o que nisto implica!); pude contar com todos no leva-e-traz de materiais do CPDA, empréstimos de livros, etc.; do Aloísio ainda tive a disponibilidade de inúmeros “empréstimos” de seu *e-mail* na fase final de elaboração do trabalho, sem os quais teria sido bem mais difícil concluí-lo.

À Leonilde Medeiros, pelo seu eficiente e rigoroso trabalho como orientadora e pela disponibilização de materiais diversos de sua biblioteca particular; também pelo seu estímulo e pela sua amizade em momentos fundamentais.

Aos meus colegas da 14<sup>a</sup> turma de Mestrado do CPDA: Sheila e Porfiro (do Acre), Cecília (do Uruguai), Benedito (do Paraná), Fernando (de Goiás), João Evangelista e Eugênio (do Rio) e, especialmente, Florêncio (do Pará), Paulo e Vagner (do Rio) e o “compadre” Pedro (do Rio Grande do Sul). As distintas experiências trocadas em sala de aula, ou nos botecos, foram muito importantes para a minha formação; os últimos me emprestaram ainda sua fundamental amizade e apoio no período de adaptação ao Rio.

Aos professores do CPDA (ou “emprestados” ao CPDA) com os quais pude dialogar e aprender: Renato Maluf, Roberto Moreira, John Wilkinson, Regina Bruno, Maria José Carneiro, Luiz Werneck Viana, Jorge Romano, Ana Célia Castro, Delma Pessanha, Nelson Delgado, Peter May, José Eli da Veiga, e, de forma especial, Sérgio Leite pela sua amizade solidária.

A todos os funcionários do CPDA (ou que prestam serviços ao CPDA); no setor administrativo: Júlio, José Carlos, Josina, Juciara, Diva, Celeste, Vera e Sônia; na biblioteca: Ana Cristina (em especial), Sílvia e Rita; no *xerox*: Virgílio.

A todos os ex-colegas da Comissão Pastoral da Terra - Regional Goiás e Secretariado Nacional -, pela convivência fraterna e aprendizado ao longo de sete anos. Em especial aos amigos (e suas famílias): Isidoro Revers, Antônio “Baiano”, Luiz Ório, Wânia Pietrafesa, Milton Heinen, João Batista Valverde, Franciney França, Joana Poletto, Cristina Vanucchi, Inêz Gontijo e Ana Paula Teixeira. À Mônica Aquino e ao João Batista Queiroz, agradeço ainda pelo apoio logístico, mesmo à distância.

À grande amiga e ex-colega da CPT/GO, Dagmar Pereira da Silva (Daguí) - e sua família -, um agradecimento muito especial: além da amizade sem medida, sempre

pude contar com apoio profissional e solidariedade pessoal; na elaboração da dissertação, pude discutir algumas questões e contar com seu prestimoso envio de materiais.

Aos professores, pesquisadores e amigos da Universidade Federal de Goiás e do Instituto de Formação e Assessoria Sindical “Sebastião Rosa da Paz”/Goiás-Tocantins, com quem tive a oportunidade de trabalhar e trocar experiências por ocasião da realização de uma pesquisa sobre a pequena produção em Goiás; alguns, mais tarde, me enviaram materiais que foram extremamente úteis: David Caume, Joel Marin, José Paulo Pietrafesa, Tasso Leite, Sérgio de Paula, Libertad Bittencourt, Dirce Melo e, de forma especial, Janete Martins de Sá e Sérgio Sauer.

À grande amiga Nadia Maria Dal Molin, na cidade de Goiás, por todos os motivos que envolvem uma amizade; especialmente pela acolhida durante a pesquisa de campo.

A todas as pessoas (lavradores, sindicalistas, assessores e comerciantes) que me concederam entrevistas durante a pesquisa de campo e após (por telefone); muito obrigada pela paciência e grande contribuição.

À Maria Pereira dos Santos (a *Augusta*) - e sua família -, de Itapuranga, que além da contribuição com informações em diferentes oportunidades (entrevista ao vivo, depoimento por telefone, conversas informais), me acolheu em sua casa durante a pesquisa de campo.

Aos sindicalistas e funcionários do STR de Itapuranga, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) e do escritório da Emater/GO em Itapuranga, pela disponibilização de materiais e arquivos.

Ao Frei Fernando de Brito (Ifas-GO/TO) e Isidoro Revers (CPT/GO), pelo acesso e autorização para utilização dos seus trabalhos de coleta de depoimentos e transcrição das entrevistas sobre a Oposição Sindical de Goiás.

Aos professores Dr. Jadir de Moraes Pessoa, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e Dr<sup>a</sup> Maria José Carneiro, do CPDA, pelas suas disponibilidades e aceites em integrar a banca examinadora da presente dissertação.

À Capes, pela concessão da bolsa de estudos - período entre março/1995 e agosto/1997 -, que viabilizou a realização do Mestrado.

E, finalmente, um agradecimento muito especial à amiga querida Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Correia Lima de Almeida, do Rio de Janeiro, que fez a revisão final do trabalho, corrigindo os deslizes gramaticais.

## **BIOGRAFIA DA AUTORA**

Nasci a 16/09/1964, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. De março de 1983 a dezembro de 1987 cursei Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Entre fevereiro de 1988 e dezembro de 1992 integrei a equipe de assessores da Comissão Pastoral da Terra - Regional Goiás (CPT/GO), com sede em Goiânia. Através da entidade desenvolvi um trabalho sócio-político e técnico junto às associações de pequenos produtores e sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás, na linha das tecnologias alternativas e agroecologia, atuei como assistente técnica em peritagens judiciais de conflitos agrários e integrei o coletivo de assessores da Secretaria da Pequena Produção da Fetaeg. Em 1992 cursei especialização (pós-graduação *lato sensu*) em Agricultura Tropical, através da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior (Abeas). Ao longo de 1993 integrei a equipe de assessores do Secretariado Nacional da CPT, acompanhando a Grande Região Centro-Leste da entidade (estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), assessorando nas questões relativas à agricultura familiar, acompanhando o trabalho dos técnicos agrícolas de nível médio e superior dos regionais da entidade e produzindo análises a respeito de política agrícola e agricultura familiar. Em 1994, através da CPT/GO, atuei como pesquisadora e uma das coordenadoras do projeto “Possibilidades Econômicas da Pequena Produção no Estado de Goiás”, realizado em parceria com a UFG e o Ifas-GO/TO, que depois foi incorporado ao Projeto Incra/FAO UTF/BRA/036/BRA. Em março de 1995 iniciei o Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, no CPDA/UFRRJ. De maio a outubro de 1997 atuei como auxiliar de pesquisa junto ao projeto “Reforma do Estado”, do CPDA.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS: O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>17</b>
1.1. Historiando a fase inicial das organizações dos trabalhadores rurais.....	17
1.2. E as organizações dos trabalhadores rurais se tornaram visíveis.....	20
1.2.1. De 1945 a 1964: período de grande efervescência.....	20
1.2.2. De 1964 ao início dos anos 70: a afirmação da identidade “trabalhador rural”.....	26
1.3. O sindicalismo rural dos anos 70.....	28
1.3.1. A importância da previdência social.....	28
1.3.2. Os conflitos, a atuação da Igreja e o surgimento do “novo sindicalismo”.....	30
1.3.3. O 3º Congresso da Contag e a visibilidade do movimento sindical.....	32
1.4. Com os anos 80, novas questões são colocadas para o sindicalismo rural.....	33
1.4.1. A Nova República e o 4º Congresso da Contag.....	34
1.4.2. A organização dos trabalhadores rurais no interior da CUT.....	35
1.5. Os anos 90 trazem novos desafios e a gestação de um projeto.....	35
1.5.1. O 5º Congresso da Contag e a identidade “pequeno produtor”...	36
1.5.2. Novas formas de lutas passam a ser implementadas.....	38
1.5.3. A agricultura familiar amplia seus espaços no movimento sindical.....	42
1.5.4. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e a agricultura familiar.....	44
1.6. Um balanço do movimento sindical dos trabalhadores rurais.....	45
1.6.1. A situação da agricultura familiar.....	47
1.7. Para além do sindicato, outras formas de representação dos rurais.....	47
<b>2. AS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A CONTAG E O DNTR/CUT.....</b>	<b>53</b>
2.1. O associativismo.....	53
2.2. O cooperativismo.....	57
2.3. O associativismo e o cooperativismo nos congressos da Contag.....	61
2.4. O associativismo e o cooperativismo nos congressos do DNTR/CUT.....	74
2.5. Contag e DNTR/CUT: consensos e divergências.....	79

<b>3. A ORGANIZAÇÃO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS.....</b>	<b>81</b>
3.1. Contextualização: ocupação e povoamento do estado de Goiás.....	81
3.2. As organizações dos trabalhadores rurais em Goiás no período 1945-1964.....	82
3.3. O sindicalismo goiano nos anos 70 e o surgimento da Oposição Sindical.....	85
3.3.1. A Diocese de Goiás e o Movimento de Oposição Sindical.....	87
3.3.2. O marco inicial da Oposição Sindical e a ampliação de sua atuação.....	90
3.4. Os anos 80 e as conquistas da Oposição Sindical.....	93
3.5. Os novos rumos do sindicalismo rural goiano.....	95
3.6. Caracterização do município de Itapuranga.....	97
3.6.1. A agricultura familiar de Itapuranga no contexto histórico.....	98
3.6.2. A agricultura familiar de Itapuranga hoje.....	101
3.6.3. Organizações sociais em Itapuranga.....	105
3.7. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.....	108
3.7.1. A trajetória inicial e a conquista pela Oposição Sindical.....	108
3.7.2. A criação da Associação Popular de Saúde de Itapuranga.....	112
3.7.3. A criação da Associação dos Pequenos Agricultores e da Cooperativa.....	116
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>131</b>

## RESUMO

LUNARDI, Vera Lucia. **As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar - uma reflexão sobre Goiás**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1999. 131p. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Foi no período compreendido entre 1945 e 1964 que os trabalhadores rurais brasileiros e suas organizações ganharam maior visibilidade. Mais tarde, quando se constituiu efetivamente um movimento sindical específico, os mesmos passaram a ser reconhecidos pela denominação genérica de “trabalhadores rurais”. Em ambos os períodos o segmento dos “pequenos produtores” - junto com suas lutas e demandas - esteve dissolvido em meio às bandeiras e reivindicações que eram tidas como prioritárias pelos movimentos: as referentes à reforma agrária e aos direitos trabalhistas. Entretanto, em meados dos anos 70 este segmento passou a constituir uma nova identidade - “pequeno produtor” -, com a qual seguiu sendo reconhecido ao longo daquela década e da seguinte, associado às questões relativas à política agrícola. Na metade final da década de 80 surgiram e proliferaram as associações e houve uma tentativa de mudar o sinal na direção das grandes cooperativas com os pequenos produtores passando à sua gestão. Finalmente, em meados dos anos 90, o movimento sindical absorveu uma nova identificação para o mesmo segmento: “produtor familiar”, associando esta denominação à busca de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável”, passando ambos a se constituírem em prioridade deste mesmo movimento. O presente estudo se propõe a resgatar o “lugar” que foi sendo ocupado pela “pequena produção” / “agricultura familiar”, ao longo do tempo, bem como analisar o relacionamento deste segmento com as organizações - sindicato, associação e cooperativa. O estudo está perpassado pelas categorias sociológicas “representação”, “identidade” e “mediação”, que se fazem permanentemente presentes. Como ilustração, o trabalho relata e analisa a experiência do município goiano de Itapuranga, onde é possível identificar os elementos que permeiam seu objeto.

**Palavras chave:** Pequenos produtores rurais, oposição sindical, movimentos sociais no campo

## ABSTRACT

LUNARDI, Vera Lucia. **Peasants organizations (union, association, cooperative) and family farming - a reflexion about state of Goiás**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1999. 131p. (Dissertation, Master Science in Development, Agriculture and Society).

Between 1945 and 1964, Brazilian peasants and their organizations gained the public scene. Later, when a specific movement based on the rural unions was formed, they became generally identified as “rural workers” (“trabalhadores rurais”). In both these periods, the specific struggles and demands of the “small farmers” (“pequenos produtores”) were included amidst the demands and aims that the social movements considered most important: land reform and labor rights. In the mid-seventies, however, this sector brought up a new form of identity – “small farmer” – under which it became recognized along the seventies and eighties, as issues connected with agricultural policies were emphasized. In the later half of the eighties there was an upsurge of small farmers’ associations, and small farmers also made efforts to take over the direction of some large cooperatives. Finally, in the mid-nineties, the rural labor unions began using a new name for this same sector: “family farmer” (“produtor familiar”). This name was then linked to the issue of an “alternative project for sustainable rural development”, and both this sector and this issue became priorities for the unions. The aim of this study is to show the “place” that has been attributed to “small farmers”/ “family farming” in the different moments, as well as to analyze the relations between this sector and organizations such as unions, associations, cooperatives. Sociological categories such as “representation”, “identity” and “mediation” have been used all along this work. As an illustration, it reports and analyzes the case of the municipality of Itapuranga, in the state of Goiás, where all the elements that are part of the object of research can be seen.

**Key words:** Small farmers, union opposite, rural social movements

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho busco fazer um estudo a respeito do lugar ocupado pela “pequena produção” / “agricultura familiar” nas organizações dos trabalhadores rurais ao longo do tempo e as relações estabelecidas entre este segmento e o sindicalismo, o associativismo e o cooperativismo. Do ponto de vista empírico, para ilustrar este estudo, apresento os resultados de uma pesquisa de campo desenvolvida no município goiano de Itapuranga.

Sindicatos, associações e cooperativas - assim como outras organizações presentes na sociedade - constituem-se, na linguagem de OFFE (1989), em “*formas organizadas de representação de interesses*” ou simplesmente em “*grupos de interesse*”, isto é, agregam uma quantidade de indivíduos que convergem para o seu interior pela sintonia de objetivos, aspirações, necessidades, demandas, carências, etc. Desta forma, os grupos de interesse nada mais são do que organizações onde se juntam aspirações individuais, que, ao serem aglutinadas e passarem por um tratamento político, transformam-se em interesse coletivo. Os trabalhadores, quando não estão ligados a algum organismo de representação, vivem individualizados na sociedade (ou no mundo do trabalho) e entram, desta forma, numa disputa entre si. Para que possam obter vantagens e/ou direitos frente ao capital e ao Estado, muitas vezes precisam se agregar, se associar. Porém, quanto maior sua heterogeneidade (ou diversidade), mais difícil se torna a construção de interesses coletivos. O que constrói esses interesses é o trabalho político feito junto às - e pelas - organizações, através do qual se cria o que OFFE denomina “poder social”. Por outro lado, isto pressupõe uma participação ativa dos associados - que só acontece se houver ganhos; do contrário, a tendência é a volta à atomização (OFFE, 1989). Assim, a pesquisa e análise que faço sobre o lugar ocupado pelos “pequenos produtores” / “agricultores familiares” nas organizações representativas dos trabalhadores rurais, bem como o estudo das relações que se estabelecem entre este segmento e as distintas entidades de representação - sindicato, associação e cooperativa - estão inseridos num debate maior que envolve a dinâmica da construção da própria identidade e das reivindicações do “pequeno produtor” / “agricultor familiar”, ao longo do tempo, no Brasil.

As discussões em torno da problemática envolvendo os termos “campeinato”, “pequena produção” e “agricultura familiar” - além de outros como “produção familiar”, “agricultura de subsistência”, “agricultura camponesa”, “minifúndio” -, têm sido bastante instigantes dentro dos estudos contemporâneos voltados a este segmento do meio rural. Não obstante os termos terem significância própria, o que os faz guardarem diferenças entre si, ainda hoje é comum serem utilizados por alguns de forma ambígua - até como sinônimos. De acordo com SHIKI (1995: 2), “*esta ambigüidade, (...), está ligada à dificuldade teórica de se localizar esta categoria de produtores dentro do debate agrário*”. As terminologias se apresentam na literatura de acordo com as relações que cada autor pretende ressaltar.

Canalizando este debate para o nosso cenário, podemos atribuir as dificuldades encontradas nesta discussão à grande diversidade - de segmentos e realidades - existente no campo brasileiro na atualidade, “*diversidade que é, ela mesma, resultado dos processos de modernização e de diferenciação que caracterizam sua implantação*” (PORTO, 1997: 12).

No que tange ao meio sindical de trabalhadores rurais - que é o “ambiente” que nos interessa mais diretamente neste estudo - estes termos foram sendo utilizados ao longo do tempo quase que de forma progressiva, refletindo também diferentes momentos do movimento sindical de trabalhadores rurais (MSTR). Ou seja, à medida que ia sendo alterado (ou deslocado) o eixo das lutas relacionadas aos pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros - aqueles produtores que têm acesso direto à terra e que trabalham em regime de economia familiar -, da mesma maneira iam sendo apropriadas as diferentes terminologias (embora também esteja relacionado à circulação e incorporação de debates acadêmicos).

Segundo PORTO, o conceito de “pequena produção” foi precedido, em nosso país, pelo de “campesinato”, quer seja sob o ponto de vista da construção teórica, quer seja sob a ótica dos movimentos sociais e políticos. A autora cita o movimento das Ligas Camponesas como *“o exemplo emblemático do caráter unificado, uma vez que a condição camponesa era o que mais fortemente moldava a identidade dos diferentes segmentos de pequenos produtores presentes no campo brasileiro”* (PORTO, 1997: 13). Entretanto, paulatinamente o termo “campesinato” foi sendo substituído por “pequena produção”, ou então ambos foram convivendo, sendo que o último foi se caracterizando como mais instrumental, mas também explicativo das transformações sofridas pela agropecuária brasileira ao longo das décadas em que se processou a modernização<sup>1</sup>. Assim, *“(...) o conceito de pequena produção cede espaço a uma pluralidade de categorias empíricas, originadas da própria realidade, e apropriadas muitas vezes pela análise sociológica, sem a necessária constituição do problema social em questão sociológica”* (PORTO, 1997: 13). Ou seja, do conceito-síntese “campesinato”, que nos remete ao movimento teórico e político<sup>2</sup> centrado nos anos 50, onde ocupou um espaço hegemônico como instrumental analítico dos estudos rurais, até o conceito de “pequena produção”, já nos anos 70, e seus desdobramentos nos 90, quando então passou a ser apropriado o termo “agricultura familiar”, conforma-se um *“(...) conjunto de categorias empíricas, calcadas na multiplicidade, na diversidade e na fragmentação de situações e de processos sociais que vêm sendo gestados no campo brasileiro”* (PORTO & SIQUEIRA, 1997: 26).

Esta diferenciação interna, resultante da modernização, produziu - além de uma multiplicação de categorias empíricas, desdobradas a partir da categoria genérica “pequena produção” - um conjunto de questões com as mais distintas possibilidades de respostas: integração ou não integração ao processo de agroindustrialização; articulação em sindicatos por categorias específicas; investimento no associativismo; disputa das direções de cooperativas; convivência e relacionamento entre STR e cooperativa; convivência e relacionamento entre STR e associação; investimento em formas de agricultura alternativa; etc. Esta crise de identidade da “pequena produção”, procurando

---

<sup>1</sup> A “modernização agropecuária” constituiu-se num conjunto de transformações ocorridas no setor no Brasil, principalmente a partir de 1965. Na realidade, esse processo de modernização não ocorreu apenas no país. Mais ou menos em meados dos anos 40, próximo ao final da II Grande Guerra, instituiu-se - a partir dos EUA - o programa denominado “revolução verde”, que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícolas no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes, associados à utilização de máquinas e equipamentos. No entanto, por trás desta imagem humanitária estavam ocultos poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização (BRUM, 1985: 59). Foi assim que, 20 anos mais tarde, todo este arcabouço tecnológico - articulado a uma eficiente estratégia de mercado - chegou ao Brasil (e demais países latino-americanos de importância estratégica para a expansão do programa).

<sup>2</sup> “Camponês” significava o trabalhador rural mobilizado em torno de um projeto de transformação social.

caminhos em meio a inúmeras possibilidades, fez com que, ainda nos anos 70, se iniciasse um processo de tentativa de mudança de sinal da política agrícola: o movimento sindical procurava então deslocar a prioridade dada pelas políticas governamentais às questões dos grandes produtores rurais em direção às demandas dos pequenos. Este processo tem como conseqüências uma maior afirmação política do segmento, a projeção de lideranças nacionais a ele relacionadas e a própria projeção da categoria “agricultura familiar”. Por outro lado, toda esta efervescência e os desdobramentos dela advindos servem para demonstrar a peculiaridade do sindicalismo rural brasileiro e a sua sensibilidade para levantar questões e possibilidades em torno do que ficou conhecido, no meio sindical e acadêmico, como uma “crise de representação”.

Nos anos 40/50, os movimentos de trabalhadores rurais representados pelas Ligas Camponesas, pelas Associações de Lavradores, ligadas ao Partido Comunista, e pelos Sindicatos (ligados ao PCB ou à Igreja), tinham suas bandeiras voltadas principalmente para as questões que envolviam a luta pela terra e os direitos trabalhistas. Desta forma, inexistiam (ou, pelo menos, não tinham visibilidade política) lutas que envolvessem questões próprias da produção e que dissessem respeito diretamente aos pequenos proprietários<sup>3</sup>. De par com esta situação, a pequena produção no Brasil sempre teve um papel decisivo, uma vez que historicamente se distinguiu por ser o centro produtor de alimentos para as cidades.

Neste mesmo período, o termo “camponês” - importado pelo PCB a partir de uma dada compreensão para o desenvolvimento do capitalismo nos países europeus - passou a identificar os trabalhadores rurais brasileiros de forma única, constituindo-os enquanto uma categoria política específica. Através desta categoria, o Partido tentava forjar uma identidade abrangente para a diversidade de situações existentes no meio rural brasileiro. Desta forma, somada à bandeira da reforma agrária, a categoria “camponês” ganhava um significado social e um sentido histórico e político (MARTINS, 1983; MEDEIROS, 1989).

No início dos anos 60, a Igreja Católica investiu num trabalho voltado para a sindicalização dos trabalhadores rurais, numa clara disputa com o PCB. Foram criados diferentes organismos para este fim em vários estados brasileiros, como as Frentes Agrárias e os Serviços de Orientação Rural. Esta entrada da Igreja em cena no espaço das disputas sindicais foi responsável por provocar o início das preocupações mais efetivas do movimento sindical com a “pequena produção”.

Em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural, passaram a existir quatro possibilidades de enquadramento: nos sindicatos de trabalhadores na lavoura, de trabalhadores na pecuária e similares, de trabalhadores na produção extrativa rural e de produtores autônomos - onde estavam incluídos os pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos que explorassem a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva.

A partir de 1965, através de uma portaria do Ministério do Trabalho, as diferentes categorias foram unificadas numa só: “trabalhador rural” e o Sindicato de Trabalhadores Rurais passou a ser a única instituição estabelecida para representar o conjunto dos trabalhadores rurais existentes numa base municipal. Assim, o termo

---

<sup>3</sup> Contudo, se não existiam organizações relacionadas às ditas “categorias subalternas” que se interessassem pelo segmento dos pequenos proprietários, já havia - desde os anos 40 - aquelas que aglutinavam os grandes proprietários e empresários rurais - conhecidas como “associações rurais” - que passaram a ser mais dinâmicas na década de 50 e que buscavam produzir mobilização em torno de reivindicações que agregassem também os pequenos produtores junto a bandeiras unificadoras como as relacionadas à política agrícola (MEDEIROS, 1995: 182).

“trabalhador rural” - entendido como *“pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados”*<sup>4</sup> - firmou-se enquanto categoria política, sob o qual passaram a estar articulados todos os segmentos subalternos do campo, inclusive os pequenos proprietários.

Se, por um lado, a partir de então e ao longo da década de 70, as bandeiras que passaram a ser encaminhadas com prioridade pela Contag eram as da luta pela permanência na terra e pela garantia dos direitos trabalhistas conquistados - diretamente associadas aos posseiros e demais categorias em luta por terra e aos assalariados -, por outro, no final desta mesma década, começaram a aparecer - a partir da região Sul - movimentos impregnados pela crítica à política agrícola governamental, encabeçados por uma nova camada de “pequenos produtores” gerada no processo de modernização da agricultura, constituída pelos “integrados” à agroindústria<sup>5</sup>, pelos modernizados, em geral, e, ainda, pelos que tentavam se modernizar através da elevação do nível tecnológico de sua produção. Neste mesmo período, no sul, também se iniciaram demandas e mobilizações em torno da questão da previdência social.

No que se refere aos “integrados”, de par com o processo de modernização da “pequena produção” e sua integração à agroindústria havia uma remuneração insatisfatória para os produtos deste trabalho. As lutas por melhores preços colocavam o Estado - definidor das políticas agrícolas - no centro das reivindicações e estas demandas imediatas assumiam, em muitas situações, um caráter interclassista, reunindo “pequenos produtores” e grandes empresários agrícolas. Estas situações atualizaram os debates a respeito do lugar do STR na representação dos interesses dos “pequenos produtores” e para onde estes convergiam. Vários sindicalistas ligados às áreas de “pequena produção” apontavam a importância da articulação da bandeira da reforma agrária - prioritária para o movimento sindical - com outras, vinculadas à definição de uma política agrícola que não contemplasse somente os interesses do grande capital - incluídos os da agroindústria (MEDEIROS, 1989).

De maneira geral, o segmento que envolvia os “pequenos produtores” - parceiros, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários (principalmente estes últimos, conhecidos no sul como “colonos”) - passou a ter suas reivindicações articuladas através das lutas por políticas agrícolas representadas, especialmente, pela demanda por melhores preços para os produtos. Foi assim que a categoria “pequeno produtor” esteve representada no movimento sindical conduzido pela Contag ao longo dos anos 70 e início dos 80, principalmente. Ou seja, num contexto em que as bandeiras prioritárias estavam centradas nas questões da reforma agrária e dos direitos trabalhistas, a problemática da pequena produção entrava na Confederação através da participação dos sindicalistas sulistas que buscavam garantir espaços para sua discussão em termos de política agrícola e previdência social.

---

<sup>4</sup> Citado por MEDEIROS, 1989: 95.

<sup>5</sup> Os pequenos produtores que constituíam os “integrados” eram proprietários da terra, produziam utilizando mão-de-obra predominantemente familiar e foram levados à especialização em torno de alguns produtos demandados por indústrias específicas (uva, fumo, soja, leite, suínos, aves), às quais estavam vinculados por contratos de exclusividade, sujeitando-se às exigências quanto ao processo de cultivo e financiamento, porém sem nenhum controle sobre os preços pagos pelas mercadorias. Estes pequenos produtores centraram suas mobilizações em torno da reivindicação por preço justo para seus produtos, revelando toda a tensão contida na relação entre pequenos produtores, agroindústria e o Estado. Em 1980, em distintos momentos, os produtores integrados do sul do país reuniram-se em assembléias, atos públicos, trouxeram para as cidades suas máquinas e equipamentos agrícolas, fecharam agências bancárias, trancaram estradas, boicotaram a entrega de produtos (MEDEIROS, 1989: 136-8).



Em termos conceituais, PORTO & SIQUEIRA (1997) advertem que a categoria “pequena produção” contribuiu para uma relativa despolitização do tema, ao contrário de “campesinato”, ao qual se associava sobretudo um conteúdo político e ideológico. As autoras também se referem a um certo “trânsito conceitual”, ou seja, a utilização, de forma articulada, tanto de um termo quanto do outro: *“muito freqüentemente, em uma mesma análise, enquanto o conceito de pequena produção era utilizado na qualidade de conceito ‘operacional’, associado mais diretamente à caracterização empírica dos grupos estudados, o de campesinato guardava, em certo sentido, sua função teórica referida às questões mais abrangentes do tipo contexto histórico do grupo estudado, lógica e especificidade de funcionamento e de organização da unidade produtiva, caráter familiar do trabalho, ‘leis de movimento’ da chamada economia camponesa, entre outras”* (PORTO & SIQUEIRA, 1997: 29).

Em sua análise final, ao se referirem à construção do objeto de estudo, as mesmas fornecem o quadro atual da questão: *“a partir da fragmentação empírica do objeto, o conceito de campesinato e, posteriormente, o de pequena produção, portadores em maior ou menor grau da dimensão teórica (sem exclusão da política-ideológica) têm cedido espaço a categorias empíricas (barrageiros, sem-terra, assentados etc.), construídas, sobretudo, pelos próprios atores sociais protagonistas das situações a que estas se referem. E com maior ou menor participação de agentes mediadores, tais como igrejas, organismos governamentais e não-governamentais, sindicatos, etc.”* (PORTO & SIQUEIRA, 1997: 37).

No campo sindical, no espaço das disputas, com o surgimento nos anos 80 do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado à CUT e que abrigava as inúmeras “oposições sindicais”<sup>6</sup>, a categoria pequena produção passou a constituir-se em objeto de disputas e, como decorrência, de forma lenta - ainda que progressiva - foi conquistando a ampliação de seus espaços no interior do movimento sindical.

Em meados desta mesma década, a União Democrática Ruralista (UDR)<sup>7</sup>, mesmo constituindo-se numa entidade que aglutinava segmentos ligados aos setores patronais do campo, entrou também na disputa pela representação dos pequenos produtores, principalmente os modernizados, extremamente sensíveis às suas palavras de ordem nas questões referentes a crédito, garantia de preços, etc. O questionamento da política agrícola abriu um amplo espaço para a ação desta entidade e ela passou a buscar falar também em nome dos “pequenos produtores” e mobilizá-los na crítica à política agrária governamental. Desta forma, a Contag viu suas bases ameaçadas por uma disputa que envolvia não mais apenas concepções distintas no interior de organizações de trabalhadores, mas também uma entidade patronal, marcada pelo estigma da violência<sup>8</sup> (MEDEIROS, 1989).

Na segunda metade da década de 80, passou a se disseminar, em diversos municípios, nas diferentes regiões do país, uma forma de organização relativamente peculiar aos “pequenos produtores”: as associações. A sua multiplicação ocorreu de forma espantosamente rápida e estas passaram também - em boa medida - a disputar a

---

<sup>6</sup> As “oposições sindicais” foram geradas fundamentalmente a partir das críticas ao modelo sindical vigente, calcado na administração previdenciária via Funrural, tendo como base os pequenos produtores, principalmente das regiões Sul e Norte.

<sup>7</sup> A UDR surgiu em 1985 em consequência - e como reação - ao lançamento do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). No seu início era composta principalmente por pecuaristas articulados criticamente em relação à representação sindical patronal; buscava novos métodos de ação, baseados na mobilização intensa e no espetáculo, com vistas a ampliar sua visibilidade social (BRUNO, 1987/1997).

<sup>8</sup> Além da UDR, em termos de organizações patronais, a Frente Ampla dos Agricultores do Brasil também entrou nesta disputa.

representação dos pequenos produtores com o sindicalismo (cutista e contaguiano). Para o segmento dos “pequenos produtores”, à primeira vista a associação - identificada pelo movimento sindical como “organização econômica” - passou a ser interpretada como um organismo capaz de trazer soluções práticas para questões do dia-a-dia da pequena propriedade, envolvendo a compra de insumos, a comercialização agrícola, etc. Na visão dos produtores, associação e sindicato, ao invés de se excluírem, poderiam - ao somarem suas atividades - representar a garantia de ampliação dos espaços ocupados pela “pequena produção” nas políticas governamentais, por exemplo. Para o movimento sindical restou a tentativa de interpretar e buscar alternativas de como abrigar em seu seio esta forma de organização. De maneira semelhante, a discussão sobre outra “organização econômica” - a cooperativa - também ocupou os debates sindicais (cutistas e contaguianos) e as definições apontaram para a necessidade da conquista das direções das grandes cooperativas naquelas áreas de predominância de pequenos produtores - especialmente na região Sul.

Ainda nesta mesma época, o lançamento, por parte do governo federal, de projetos (como o PAPP - Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) visando a “elevar o nível de renda” e “aumentar a produção” em diversas áreas - especialmente no tradicional bolsão de miséria nordestino -, envolveram os sindicatos e as associações de trabalhadores rurais e reeditaram práticas como as instituídas com a implantação do Funrural. Assim, muitas entidades dos trabalhadores se viram enredadas na gestão de recursos financeiros, prestação de contas, etc., tornando estas práticas sua principal área de atuação, passando a ser reconhecidos como agências detentoras de um outro poder: a distribuição de recursos financeiros (MEDEIROS, 1989: 202).

Quase simultaneamente, no caldo destas últimas questões - já nos anos 90 -, começou a ser cunhado um novo termo - “agricultura familiar” - que procurava, de certa forma, atualizar a definição do que seria a pequena produção. No bojo da discussão de um projeto alternativo de desenvolvimento rural - inicialmente gestado no seio do movimento sindical cutista, através do DNTR e posteriormente incorporado ao discurso da Contag com a filiação desta à CUT -, a definição de um novo modelo em que a agricultura familiar fosse a base do projeto de desenvolvimento, tornou-se palavra de ordem e bandeira de luta prioritária - ao lado da reforma agrária - para o MSTR.

Assim, podemos ver que, ao longo de aproximadamente 50 anos, houve um sensível deslocamento da matriz discursiva relacionada aos agricultores familiares. De meados dos anos 40 até o início dos anos 60, este segmento não tinha uma denominação específica; pequenos proprietários, meeiros, parceiros, arrendatários, posseiros e assalariados rurais estavam englobados na denominação genérica e de forte apelo político da época: “camponeses”. A partir de meados dos anos 60, mesmo sob uma outra denominação genérica - “trabalhadores rurais” - já começava a se delinear uma outra identidade - “pequeno produtor” ou “produtor de subsistência” -, que permaneceria no vocabulário sindical até meados dos anos 90. Só então, depois de incansáveis debates sobre a imprecisão dos termos anteriores, o movimento sindical chegou à definição de “agricultor familiar” - ou “produtor em regime de economia familiar” - para denominar os produtores rurais que *“(...) exploram parcela de terra na condição de: proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, pescador artesanal, extrativista, agregado, pequeno garimpeiro e comodatário, que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: - utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso do emprego permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; - que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; - que no mínimo, 80% da renda familiar do*

*produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; - que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. Observação: No caso de pequeno produtor cuja propriedade não atingir a um módulo fiscal, a exigência de renda originária da exploração será de 40%, no mínimo*” (CONTAG, 1995: 53).

Saindo do ambiente sindical e penetrando no meio acadêmico, trazemos um balanço produzido por WANDERLEY<sup>9</sup> dos estudos realizados nas ciências sociais a respeito das categorias “campeinato” e “agricultura familiar”. Esta análise, segundo a mesma, revelou quatro leituras distintas - ou tendências - em torno deste debate. A primeira partia do pressuposto de que o campeinato constitui um modo de produção particular, com um sistema econômico próprio, com regras específicas e, portanto, diferente, ainda que subordinado ao modo capitalista<sup>10</sup>. Uma segunda tendência, partia do conceito de Sociedades Camponesas, como aquelas representadas por segmentos rurais que permaneceram entre as tribos primitivas e a sociedade industrial<sup>11</sup>. O campeinato, aqui, é tomado como tendo cultura própria, como uma ordem moral - são feitas referências às tradições -, diferindo do capitalismo principalmente neste aspecto<sup>12</sup>. A terceira tendência tinha como ponto de partida a denominação *part society*, atribuída às Sociedades Camponesas, que são definidas pelo antropólogo americano Robert REDFIELD<sup>13</sup> como sociedades parciais que têm uma dinâmica própria, mas inseridas numa sociedade maior, com dinâmica ampla, global<sup>14</sup>. Por fim, uma quarta tendência partia da análise do lugar do campeinato no modo de produção capitalista, encontrando para esta dinâmica duas “respostas”: a) o campeinato não tem lugar no capitalismo; localizavam-se aqui os que defendiam a “tese da decomposição do campeinato”, que resultaria na sua proletarianização - quando expropriado dos meios de produção -, ou no seu aburguesamento - quando, ao acumular, ascendesse socialmente; b) o *campeinato* tem lugar no interior das sociedades modernas, quer seja como resquício, como transição, pela sua heterogeneidade ou pela sua funcionalidade.

---

<sup>9</sup> As reflexões que se seguem sobre as tendências ou diferentes leituras no debate a respeito do “campeinato”, “pequena produção” e/ou “agricultura familiar”, foram extraídas da exposição feita pela professora Maria Nazaré Baudel WANDERLEY, do IFCH, da Unicamp, no Seminário “Produção Familiar”, do Curso de Doutorado, do CPDA/UFRRJ, realizado em 04/07/96.

<sup>10</sup> A este debate estariam filiados pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional - PPGAS/MN -, da UFRJ, particularmente Afrânio GARCIA Jr. e Beatriz HEREDIA, com as obras (entre outras) “*Trabalho familiar e campeinato*” (1971) e “*Campeinato e ‘plantation’ no Nordeste*” (1980), de ambos, em co-autoria; “*Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*” (1983) e “*O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social*” (1989), do primeiro pesquisador; e, por último, “*A morada da vida*” (1979) e “*Formas de dominação e espaço social*” (1989) da segunda autora.

<sup>11</sup> Conceito de Eric WOLF (“*Sociedades camponesas*”, 1976), apresentado por WANDERLEY.

<sup>12</sup> No Brasil, identificam-se com essa tendência Ellen WOORTMANN (“*Sitiantes e roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização*”, 1981; “*O sítio camponês*”, 1983; “*Herdeiros, parentes e compadres*”, 1995); Klass WOORTMANN (“*Reconsiderando o parentesco*”, 1977; “*Com parente não se negueia*”, 1988); Klass e Ellen WOORTMANN (“*Amor e celibato no universo camponês*”, 1990) e Margarida MOURA (“*Os herdeiros da terra*”, 1978).

<sup>13</sup> “*The little community, peasant society and culture*” (1960). De acordo com WOORTMANN, a noção do campeinato como *part society* foi proposta originalmente por KROEBER (1948): “(...) *camponeses seriam segmentos de classe de uma população maior, e ocupariam posições subordinadas*” (KROEBER, apud WOORTMANN, 1995: 42).

<sup>14</sup> Esta tendência se aproxima teoricamente da segunda. No Brasil, estaria identificada com a mesma, Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ (“*Le paysan brésilien traditionnel et la perception des étendues*”, 1968; “*Por que uma sociologia dos grupos rurais*”, 1969; entre outros), a partir da influência também de Henri MENDRAS (“*Sociétés paysannes*”, 1976). PEREIRA DE QUEIROZ foi quem primeiro publicou H. MENDRAS no Brasil.

Trazendo a discussão para os tempos contemporâneos, resultaram versões diferenciadas para os novos fatos, às quais WANDERLEY deu um recorte apontando cinco filiações investigativas diferenciadas, sendo que uma delas subdividiu em duas. Passamos a apresentá-las na sequência.

Num primeiro grupo estariam aqueles pesquisadores que mantêm a idéia de “decomposição do campesinato”: este deixaria de existir enquanto tal. No entanto, a pesquisadora fez uma constatação de que a maioria dos que estudavam o campesinato sob este prisma deixou de fazê-lo. Possivelmente porque esta tendência fatalista parece não se confirmar tal como previam. Filiados a um segundo grupo, aparecem aqueles estudiosos que continuam vendo e estudando o campesinato pela sua cultura tradicional, como um tema moral, e que não é apenas residual. Os pesquisadores do terceiro grupo, defendem a existência de um campesinato com uma lógica específica, a partir de um determinado modo de vida e cálculo econômico<sup>15</sup>. Um quarto grupo tem a adesão daqueles cientistas sociais que vêem os camponeses pela ótica de serem os “portadores de um novo projeto para a sociedade”<sup>16</sup>. Por fim, um quinto grupo de pesquisadores adota o conceito de “agricultura familiar”, a partir do enfraquecimento do termo “campesinato”, que sofreu uma fragmentação de caráter empírico, nos anos 80.

Contudo, a partir do conceito de “agricultura familiar” são produzidas duas análises diferentes:

a) uma, feita por ABRAMOVAY, trata a agricultura familiar como a passagem do camponês tradicional para o camponês moderno, num sentido de ruptura muito forte<sup>17</sup>. O conceito de agricultor familiar moderno tem uma inspiração francesa, a partir de SERVOLIN<sup>18</sup>, surgindo como criação do Estado que o financia em função do sistema internacional, da política agrícola exterior. De acordo com este modelo, o agricultor não pode mais ser chamado de camponês, pois representa o oposto à agricultura familiar moderna. Segundo ABRAMOVAY, *“não se pode compreender o campesinato com base na idéia de comportamento econômico. A antropologia voltada ao tema, sob o termo de sociedades camponesas, revelou justamente a natureza incompleta da racionalidade econômica do camponês. São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato. (...) O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (...) Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento”* (ABRAMOVAY, 1992: 130-1).

b) outra análise - com a qual WANDERLEY se identifica -, toma o conceito de agricultura familiar de maneira genérica, englobando diferentes formas de ser “familiar”. Nesta análise também se insere o restante da equipe que conduziu a pesquisa

---

<sup>15</sup> O trabalho de Afrânio GARCIA Jr. - “O sul: caminho do roçado” -, publicado em 1989, aponta nesta direção.

<sup>16</sup> José de Souza MARTINS, em seu livro “A chegada do estranho” (1993), fala da “resposta da vítima”, atribuindo ao campesinato a qualidade de ser o portador de um projeto de resistência.

<sup>17</sup> WANDERLEY refere-se ao livro “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1992), de Ricardo ABRAMOVAY, especialmente em seu capítulo final “Uma nova funcionalidade”.

<sup>18</sup> Refere-se a Claude SERVOLIN (“L’absorption de l’agriculture dans le mode de production capitaliste”, (1972); “Les politiques agricoles”, 1985; “L’agriculture moderne”, 1989).

sobre a diversidade da agricultura familiar<sup>19</sup>, estudando cinco países (Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia). A equipe de pesquisadores inicia sua análise partindo do pressuposto que “(...) *independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção*” (LAMARCHE, 1993: 13).

É interessante o questionamento que CAUME - atento ao debate sobre a diversidade da produção familiar - lança-nos: “*a produção familiar na agricultura apresenta-se, contemporaneamente, com uma diversidade de características, como: ser fortemente integrada em uma economia de mercado do tipo competitivo, ser baseada em uma economia de subsistência ou, muitas vezes, ser excluída do modelo de desenvolvimento dominante. É possível, diante de tamanha heterogeneidade, falarmos de uma ‘agricultura familiar’?*” (CAUME, 1997: 17).

Como se pode ver, há uma certa circulação de termos e definições entre o mundo acadêmico e o universo dos movimentos (inclusive sindical), fazendo com que as duas dimensões se interpenetrem, caracterizando a “reflexividade do conhecimento” de que fala GIDDENS (1991: 46-7). Segundo o mesmo, “*nas ciências sociais, temos que acrescentar ao caráter inconstante de todo conhecimento baseado empiricamente a ‘subversão’ que vem da reentrada do discurso científico social nos contextos que ele analisa*”<sup>20</sup>.

Como desdobramento desta discussão, estou utilizando no presente trabalho os termos “pequena produção” e “agricultura familiar”, de acordo com o surgimento dos mesmos no universo do MSTR ao longo do tempo. Em alguns momentos em que a análise não está ligada a uma conjuntura específica estes termos aparecem indistintamente, configurando o “trânsito conceitual” a que PORTO & SIQUEIRA referiam-se anteriormente. De qualquer forma, para além do conceito *stricto sensu*, é extremamente importante estarmos atentos para a diversidade de situações que o termo “agricultura familiar” abriga, evitando assim o mascaramento de diferenças que são relevantes para a compreensão da realidade investigada.

Assim, neste trabalho procuro analisar como o segmento dos pequenos produtores que, nos anos 40/50, era tratado de forma periférica pelos movimentos sociais, chegou, em meados da década de 90, agora identificados como “agricultores familiares”, à condição de categoria prioritária para o movimento sindical, constituindo-se na base social para um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável que vem sendo trabalhado no interior deste mesmo movimento. Nesta questão um aspecto salta aos olhos: a mudança ocorrida na matriz discursiva da Contag, passando do acento nas bandeiras dos direitos trabalhistas e da reforma agrária para as lutas em torno do projeto de desenvolvimento e da produção com base na agricultura familiar. Ou seja, ao lado da afirmação da identidade “pequeno produtor” e, por último, “agricultor familiar”, foram sendo conquistados espaços por este segmento. De acordo com SADER (1988:

---

<sup>19</sup> Em livro publicado no Brasil com o título “*Agricultura familiar - comparação internacional*” (Vol. I - Uma realidade multiforme - 1993), coordenado por Hugues LAMARCHE, é apresentada uma leitura no sentido de entender a diversidade de situações encontradas nas treze regiões pesquisadas nos cinco países: área, produção, estratégias de reprodução, percepção dos agricultores, etc. Os pesquisadores brasileiros que participaram da pesquisa foram: Anita BRUMER (UFRGS), Ghislaine DUQUE (UFPB), Fernando Antônio LOURENÇO e a própria Maria Nazaré Baudel WANDERLEY (ambos da Unicamp).

<sup>20</sup> O autor ainda acrescenta: “*o conhecimento reivindicado por observadores peritos (em parte e de maneiras muito variadas) reúne-se a seu objeto, deste modo (em princípio, mas também normalmente na prática) alterando-o*” (GIDDENS, 1991: 51).

57), “o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito” e estabelece identidades; estas identidades, mais do que se revelar, se constituem no próprio discurso. “Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui”. Assim, a afirmação da identidade “pequeno produtor” / “agricultor familiar” e a conquista de espaços no seio do movimento sindical de trabalhadores rurais resultaram na constituição de um novo sujeito político<sup>21</sup> (SADER, 1988: 60).

No conjunto deste estudo e, principalmente, na parte que envolve a investigação a respeito das trajetórias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, das associações - Associação dos Pequenos Agricultores (Aspa), Associação Popular de Saúde (APSI) e outras - e da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga e Região Ltda. (Comil), que surgiram a partir do próprio STR, assim como no trabalho de levantamento da história da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás, fica bastante evidente - em vários momentos - a importância do papel desempenhado pelos mediadores nos processos organizativos estudados.

Por outro lado, ao discutirmos representação dos trabalhadores rurais, dificilmente podemos ignorar o debate a respeito de mediação, uma vez que as duas categorias constituem processos sociológicos indissociáveis. A prática da mediação, em certa medida, é também um elemento de representação. Ambas - representação e mediação - estão muito associadas à própria emergência dos movimentos sociais. Estes, por sua vez, constituem uma categoria ligada à luta de classes, ou - mais precisamente - são a expressão visível da luta de classes, bem como estão sujeitos às próprias contradições internas que os constituem; portanto, questões de dominação e poder em nível interno (que permeiam também os processos de representação e mediação), da mesma forma ali estão presentes.

Segundo NEVES, “(...) o termo mediação alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso. Portanto, refere-se à objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas. Equivale à institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração. Contempla fenômenos cuja objetividade põe em jogo relações sociais viabilizadas por interações que agregam redes de interseção. Envolve, por fim, engajamentos e mobilização de segmentos selecionados para reordenação de modos de conduta e visão social de sua posição” (NEVES, 1996: 3-4). Desta forma, o mediador é alguém que interliga sistemas de idéias, de regras, de valores diferentes - sem uma homologia direta -, ou, ainda, alguém “de dentro” que tem acesso fora, ou alguém “de fora” que se identifica com as questões dos “de dentro”. Como decorrência, o exercício da mediação pode também ser entendido a partir do conjunto de valores e modos de comportamento transmitidos como forma de incorporação de saberes, viabilizadores da construção de novas posições e identidades sociais. O mediador, em tese, tenta fazer crer que a sociedade que ele está

---

<sup>21</sup> “Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados”, ou seja, acontece a “emergência de uma nova hegemonia”, reflexo do “(...) nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais”, no caso aqui analisado, os pequenos produtores/agricultores familiares (SADER, 1988: 60).

propondo é possível de ser edificada e vale a luta empreendida para conquistá-la. Dessa forma, ao mediador pode ser atribuída a qualificação de constituir-se num “*criador de crenças*”. “*Os mediadores tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Pelo contrário, muitas vezes a experiência de vida acumulada pelos mediados é negada ou desqualificada, sobre ela recaindo acusações de conivência ou colaboração com as situações indesejadas que devem ser superadas*” (NEVES, 1996: 8-9).

À semelhança de NEVES, NOVAES chama a atenção para os efeitos da ação do mediador: “*(...), o isolamento, a assimetria, a dominação política e econômica têm universalmente produzido necessidades de mediação para o ‘bem’ ou para o ‘mal’. Isto é, para a reprodução ou para o questionamento da dominação. Antropólogos, ‘coronéis’, mestres, padres diferentes entre si contribuíram para submissões e rebeldias camponesas. Mas, entre todas as formas, todos se propõem a ser ponte, estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir, falas, linguagens ...*” (NOVAES, 1994: 178).

PALMEIRA nos oferece uma reflexão interessante a respeito do sindicato enquanto mediador: “*o sindicato, por menos atuante que seja, é um corpo estranho que se introduz numa relação, cuja exclusividade é parte de sua própria natureza. Se a legislação e a própria justiça podem ser neutralizadas pela função de mediação dos grandes proprietários e chefes políticos locais, o sindicato é um novo mediador, dificilmente ‘capturável’ pela sua própria vinculação a um sistema sindical mais amplo, que se introduz nas relações entre o campesinato e o Estado*”. O autor denomina esta mudança de cenário de “substituição de mediadores”, ou seja, a substituição da mediação dos fazendeiros pela mediação do sindicato. Porém, PALMEIRA, na continuação da reflexão, aponta qual a implicação desta substituição: “*o problema é que a substituição de mediadores (não de nomes, mas de funções) implica mudança da própria mediação. Seria mais simples dizer que a entrada direta de instituições estatais e organismos governamentais nas comunidades camponesas*<sup>[22]</sup>, *para além dos resultados mais ou menos explícitos, mas em todo o caso conscientes, a que se propõem, tem efeitos objetivos e inconscientes que precisam ser considerados*”. E estende sua reflexão para outros organismos: “*isso vale também para outras instituições, como Igreja, sindicatos, cooperativas, partidos políticos. A presença de um programa de assistência técnica a pequenos agricultores que ignore as chefias políticas locais pode, para além da vontade dos seus técnicos, provocar uma reordenação das relações de poder dentro da comunidade. A criação de uma comunidade eclesial de base, um projeto de roça comunitária, a criação de uma delegacia sindical ou de um sindicato, podem introduzir um tipo de diferenciação social (...) capaz de alterar o perfil da comunidade*” (PALMEIRA, 1985: 48-9). Portanto, as ações dos mediadores - sejam pessoas ou instituições - provocam alterações sensíveis nas realidades e/ou nos grupos sociais que estão sendo objeto das intervenções. E estas alterações tanto podem resultar em melhorias, quanto podem trazer dificuldades para os grupos assistidos.

Um outro aspecto importante a ser observado nas análises dos processos sociológicos de constituição de grupos e identidades, é o cuidado dos pesquisadores para o risco sempre possível de tomar a fala dos mediadores como se esta fosse dos próprios atores. Ou seja, o perigo de atribuir a outrem as falas, intervenções e elaborações que não lhes são próprias. Da mesma forma, qualquer análise deve ter

---

<sup>22</sup> Assim como existem os mediadores ligados às ONGs - organizações não-governamentais - há também aqueles (em geral, técnicos), vinculados aos órgãos estatais, que - numa falha de interpretação e leitura - em muitas análises são ignorados enquanto agentes mediadores.

presente - e considerar - que a prática dos trabalhadores (no caso, os rurais) e sua relação com as intervenções dos mediadores está permanentemente permeada por tensões. Nos contatos estabelecidos que envolvem mediação e assessoria<sup>23</sup>, há um conjunto de poderes específicos que se entrecruzam, gerando implicações que podem resultar em manipulações tanto do assessor/mediador em relação às pessoas assessoradas, como destas com respeito ao primeiro. Por outro lado, o exercício da mediação/assessoria tem o poder de conferir aos que o praticam uma imensa legitimidade, constituindo-se em um trunfo para discussões, afirmações e certezas<sup>24</sup> (RAMALHO, 1984: 278, *apud* NOVAES, s/d: 37).

Os mediadores, pela natureza de sua prática, constituem-se também - ao lado dos sujeitos dos processos - em importantes atores, pois, envolvendo-se nas complexas disputas que se estabelecem nos diferentes campos políticos<sup>25</sup> interferem numa dada realidade (BOURDIEU, 1989).

Do ponto de vista empírico, para ilustrar este estudo, trago os resultados de uma pesquisa de campo desenvolvida no município goiano de Itapuranga, onde realizei, em outubro/novembro de 1996<sup>26</sup>, investigações documentais e entrevistas<sup>27</sup> junto a

---

<sup>23</sup> No estudo sociológico os termos assessoria e mediação - assim como assessor e mediador -, praticamente se confundem. Se por um lado, assessoria significa um trabalho especializado de coleta, análise e fornecimento de dados técnicos, estatísticos e científicos, por outro, mediação refere-se ao ato de intermediar, interferir, intervir, interceder numa realidade. Dessa forma, o assessor ao exercer a prática da assessoria está exercendo também uma forma de mediação. NOVAES (1994) fala em modalidades diferenciadas para o mediador; assim, tem-se o “mediador externo”, o “mediador de cima” e o “mediador de dentro”. No primeiro caso, estariam aqueles mediadores ligados à Igreja Católica, às universidades, ao Estado, às ONGs, sendo que, dependendo do contexto, o termo mediação ganha sinônimos específicos. Desta forma, “assessoria” é o termo utilizado pela Igreja e pelas ONGs; se a mediação ocorre via universidades ou Estado, fala-se em “extensão universitária” ou simplesmente “extensão”; há ainda o termo “interlocutor”, que também está referenciado a “mediador externo”. Na terminologia “mediador de cima” caberiam aqueles mediadores que atuam como opositores dos trabalhadores (no caso, rurais). E, por último, é lembrado como “mediador de dentro” - por excelência - o sindicato que, embora seja caracterizado pelo seu papel de representação e delegação de poder, em muitos trabalhos de pesquisa é identificado como mediador: “(...) entre os trabalhadores e as autoridades competentes e entre alternativas clientelísticas e as violentas arbitrariedades dos patrões” (NOVAES, 1994: 180-1). Em outro texto, NOVAES ainda refere-se aos “mediadores especializados” para qualificar o advogado popular (que poderia ser estendido - acredito - ao técnico, ao agrônomo, ao educador, etc.) (NOVAES, 1997: 144).

<sup>24</sup> Com base ainda em RAMALHO (1984), NOVAES (s/d), esclarece que a análise é feita para aquele “(...) assessor que vai à base como portador e socializador de um conhecimento acadêmico e que também se beneficia deste contacto nas instituições universitárias” (NOVAES, s/d: 37).

<sup>25</sup> De acordo com BOURDIEU, “(...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (BOURDIEU, 1989: 164).

<sup>26</sup> O período de realização da investigação empírica coincidiu com o período pré-eleitoral do pleito municipal que estava em curso em todo o país. De acordo com PALMEIRA (1996, p. 42 e 54 - nota 4), este período recebe popularmente denominações singulares no interior do Brasil: “(...) a política para essas populações não é uma atividade permanente e nem se constitui em um domínio delimitado de atividades. Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de tempo da política, época da política ou simplesmente política. Não se trata de mera sinonímia e muito menos de expressão de criação desse ou daquele indivíduo. Está em jogo um certo calendário, um certo recorte social do tempo, com implicações tão objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do tempo do plantio e da safra, ou do tempo das festas e da Quaresma<sup>[...]</sup>”. E exatamente por ser “tempo da política” - no qual estavam ocorrendo inúmeras discussões e articulações com vistas à ocupação de secretarias -, havia uma alteração na rotina do município, caracterizando uma “(...) descontinuidade entre política e cotidiano(...)”; possivelmente porque eu havia desenvolvido um trabalho anterior em Itapuranga, por



sindicalistas, e pequenos produtores/agricultores familiares, principalmente. Também entrevistei dois comerciantes locais, e dois assessores: um, ligado à Comissão Pastoral da Terra e que acompanhou e assessorou o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Goiás e as organizações de Itapuranga, durante muitos anos; a outra, uma engenheira agrônoma que trabalhou no município junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), associações e à Cooperativa (Comil). Este estudo empírico, mais do que um trabalho de campo completo<sup>28</sup>, caracteriza-se como um exemplo para o que estou apresentando nos capítulos iniciais a respeito do objeto estudado. A experiência de Itapuranga, por ser bastante representativa com relação à realidade de inúmeros municípios brasileiros, ilustra bem a trajetória do movimento sindical e, em especial, a trajetória e o espaço ocupado pela “pequena produção” / “agricultura familiar” no interior deste mesmo movimento. A exemplo de um gabarito vazado, com a descrição da realidade de Itapuranga na parte final da presente dissertação, é possível visualizar no cotidiano das ações e movimentos ali implementados, o que estou apresentando teoricamente nos capítulos iniciais.

Em termos metodológicos, a elaboração da presente dissertação baseou-se em um trabalho de campo em Goiânia e Itapuranga, além de pesquisa bibliográfica e documental. As entrevistas realizadas são utilizadas como base da reconstituição histórica da trajetória do STR de Itapuranga e das outras organizações criadas a partir deste.

Na parte referente ao histórico da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás, recorri a um trabalho de entrevistas - com assessores de algumas entidades e lideranças sindicais rurais - que havia sido realizado anteriormente pelo Frei Fernando de Brito - destacado assessor da OSTR/GO -, durante os anos de 1991, 1992 e 1994. Este material integra o arquivo do Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical “Sebastião Rosa da Paz” - GO/TO e me foi gentilmente cedido por Isidoro Revers - o “Galego” -, outro importante assessor sindical do estado de Goiás, que realizou o trabalho de transcrição das fitas. Com todos os entrevistados tive o prazer de trabalhar, e muito aprender, em diferentes etapas, ao longo do período que estive na equipe de assessores da CPT Regional Goiás e do Secretariado Nacional da CPT. Quando Frei Fernando realizou as entrevistas, este fazia parte da equipe de assessores do Ifas e a idéia era coletar material para o resgate da história da OSTR de Goiás. Atualmente Isidoro Revers está utilizando este material na pesquisa e elaboração de sua dissertação “Concepção e Prática da Oposição Sindical”, através do Mestrado de História das Sociedades Agrárias, da Universidade Federal de Goiás.

A escolha de Itapuranga como campo de trabalho não ocorreu por acaso. No período compreendido entre março de 1988 e dezembro de 1994 tive a oportunidade de conviver muito de perto com a realidade do município - em alguns períodos, inclusive, de forma mais estreita, ali residindo. Logo após ter sido graduada como engenheira

---

diversas vezes fui abordada e questionada se o meu “retorno” ao município era com vistas a pleitear um dos cargos relacionados à minha formação: Secretária de Agricultura ou Secretária de Meio Ambiente, que estavam sendo objetos de intensa disputa.

<sup>27</sup> Foram 11 entrevistas gravadas, seguindo um roteiro previamente elaborado que, ao serem transcritas, resultaram em mais de 100 laudas, com espaçamento simples. A relação dos entrevistados constitui o anexo 1 deste trabalho.

<sup>28</sup> Para que a pesquisa empírica pudesse ser considerada efetivamente como um trabalho de campo, havia a necessidade de um retorno ao município para conferir alguns dados e buscar várias informações complementares. Este retorno, por motivos pessoais, não me foi possível. Por isto o trabalho realizado em Itapuranga limita-se a servir como uma ilustração para o estudo documental e bibliográfico que ora estamos apresentando.

agrônoma, pela Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ao chegar no estado de Goiás, passei a integrar a equipe de assessores<sup>29</sup> do Secretariado Regional da Comissão Pastoral da Terra do estado de Goiás (CPT/GO), atuando como uma espécie de assessora técnico-política, em especial junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itapuranga. A idéia era que Itapuranga servisse como uma base para o trabalho que, posteriormente, deveria ser irradiado para outros municípios do estado.

Na fase inicial deste período - meados dos anos oitenta - havia uma discussão no interior das entidades de assessoria aos trabalhadores rurais a respeito da busca de alternativas tecnológicas para a pequena produção. A demanda que me foi colocada era exatamente esta: discutir com os “pequenos produtores” / “agricultores familiares” do município e região a chamada “agricultura alternativa” e buscar, de forma concreta, viabilizar algumas experiências locais neste nível, para que estas pudessem ser expandidas para outros municípios. O meu entendimento de “agricultura alternativa” já na época extrapolava a compreensão *stricto sensu* relativa a técnicas de produção. Entendia que era preciso buscar alternativas de produção, mas também de comercialização, sem as quais não se completaria o processo produtivo. E estas, por sua vez, passavam também pela discussão a respeito da organização. Desta forma, minhas preocupações fundiam-se com as preocupações dos próprios dirigentes sindicais e produtores rurais associados ao STR local. Na ocasião, já existiam no município a Aspa e a APSI - respectivamente Associação dos Pequenos Agricultores e de Saúde. Ambas haviam sido criadas em 1987, tendo como eixo comum o STR local, que se constituía numa das organizações sindicais rurais mais fortes do estado de Goiás, no período. Mais tarde, em 1991, foi criada a Cooperativa Comil, também a partir de discussões ocorridas no seio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Da mesma forma, ao longo dos anos oitenta e noventa, outras associações, de caráter mais local, foram surgindo. Em sua maioria - assim como no caso da Aspa, APSI e Comil -, estas também se originavam tendo como lideranças produtores rurais sindicalizados e/ou dirigentes sindicais. É evidente que nenhum destes processos ocorreu sem conflitos, contradições e debates acirrados. Contudo, o fato de estarem criando estas associações, em princípio, não demonstrava que renegavam o STR, mas sim procuravam respostas para algumas demandas que este, visivelmente, não atendia.

---

<sup>29</sup> No trabalho de assessoria desenvolvido através de uma entidade religiosa (no caso, a CPT) o papel do assessor - mesmo sendo um acompanhamento especializado -, se confunde muitas vezes com o papel do “agente de pastoral”, uma vez que - ao menos em certa medida e em muitas oportunidades - o grau de expectativa dos trabalhadores rurais (principalmente aqueles da chamada “base”) é pelo envolvimento integral do mediador, cobrindo inclusive a dimensão religiosa. Dessa forma, não raras vezes, dependendo do local onde estive exercendo assessoria, os encontros sindicais e de outras organizações eram conduzidos dentro de um clima de celebração religiosa - iniciavam-se com uma reza e cantos, desenvolviam-se as discussões de cunho político/organizativo, e, após os encaminhamentos finais, o fecho era dado com novas orações e cantos. Exemplos típicos desta prática foram os inúmeros encontros e cursos que assessoriei nos STRs de Anápolis, de Orizona, de Iporá, entre outros, inclusive, no STR de Itapuranga. A propósito, relacionado à categoria “agente de pastoral”, NOVAES fala no conjunto de “(...) ingredientes que se reuniram para a construção de uma nova profissão: agente de pastoral, especializado em vários tipos de mediações. (...). Os indivíduos católicos ou ‘sem religião’ que permanecem na pastoral passam a ser pessoas: gente de confiança. Para chegar a ser gente de confiança é preciso, principalmente, incorporar a linguagem e o código de atuação da Igreja/Povo de Deus. (...). Sob a designação de agentes de pastoral, se reúnem indivíduos que têm especializações, contribuições diferentes, diversas trajetórias de vida, concepções e perspectivas não homogêneas. (...)” (NOVAES, 1997: 147-8 e 154-5). (Para melhor compreensão de quem são e do papel desempenhado pelos “agentes de pastoral”, ver NOVAES, 1997 - “De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo”, principalmente o capítulo 9 - “Em busca da terra: laços entre hierarquia, agentes de pastoral e comunidades”).

Quando mais tarde resolvi voltar à academia, o trabalho desenvolvido através da CPT/GO em Itapuranga e outros municípios goianos e, posteriormente, do Secretariado Nacional da CPT - onde atuei por um período relativamente curto, como assessora nas questões relativas à pequena produção<sup>30</sup> - havia me possibilitado uma série de visitas e acompanhamentos a diferentes formas de cooperação agrícola que, de certo modo, me credenciaram a tentar estudar as relações que se processam entre o sindicalismo e estas outras dinâmicas de organização da produção - principalmente o associativismo e o cooperativismo. Por outro lado, ao pensar em estudar estas relações, surgiu uma questão anterior: a necessidade de situar dentro do movimento sindical o lugar ocupado ao longo do tempo pela “pequena produção” / “agricultura familiar”.

Como desdobramento destas questões, o estudo aqui relatado e analisado, está organizado em três capítulos. O capítulo I está dedicado à discussão sobre organização e representação dos trabalhadores rurais, afunilando o debate para o lugar ocupado (ou não) pela “pequena produção” / “agricultura familiar” nas diferentes organizações, em distintos períodos. Assim, a preocupação inicial é reconstituir a trajetória histórica do sindicalismo rural no Brasil, situando dentro desta o surgimento das identidades “pequeno produtor” e, mais recentemente, “agricultor familiar”. No bloco final deste capítulo faço referência ao surgimento de outras formas de representação e organização dos trabalhadores rurais, mais especificamente dos “pequenos produtores” / “agricultores familiares”, com ênfase para o associativismo e o cooperativismo, e a disputa (ou não) de espaços com o sindicalismo.

O objetivo do capítulo II é detalhar, tanto quanto possível, a discussão e a compreensão do associativismo e do cooperativismo, enquanto organizações prioritariamente econômicas, e sua importância para a “pequena produção” / “agricultura familiar”. Na continuidade, apresento um levantamento e a análise de como o associativismo e o cooperativismo aparecem nas discussões da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR). Este trabalho está restrito aos congressos nacionais das duas entidades. Adoto este procedimento pelas dificuldades prática e financeira que enfrentaria na tentativa de fazer esta pesquisa por outras vias - entrevistas com dirigentes de cada entidade em períodos específicos, consulta a outros documentos sindicais em suas respectivas sedes, etc. Porém, estou convicta de que a consulta aos anais e resoluções dos congressos das duas entidades recobre suficientemente bem o objetivo a que estou me propondo, pois estes eventos constituem-se em instâncias superiores de decisão, com plena representatividade dos trabalhadores rurais, refletindo as discussões que estão na ordem do dia do movimento sindical.

No capítulo III estudo o estado de Goiás e as organizações dos trabalhadores rurais e, mais especificamente, o município de Itapuranga e a organização da “pequena produção” / “agricultura familiar”, como ilustração empírica para o eixo central do presente trabalho. Inicialmente, faço um histórico do processo de ocupação e povoamento de Goiás e apresento um resgate da trajetória do sindicalismo rural no estado, com destaque para a constituição da Oposição Sindical. Em seguida, faço a contextualização do município de Itapuranga e da região na qual está situado e busco

---

<sup>30</sup> Como assessora da CPT/GO - Comissão Pastoral da Terra/ Regional Goiás, ou seja, investida do estatuto de mediadora, tive a oportunidade de acompanhar e participar ativamente de parte da história organizativa dos trabalhadores rurais de Itapuranga. Portanto, a presente pesquisa e análise crítica, feitas à luz de um referencial teórico, assim como a produção teórica resultante, são reflexos desta vivência. Para a emergência deste trabalho há que ser superado o desafio de um necessário distanciamento e estranhamento que a posição atual, de pesquisadora, requer.

fazer um balanço das organizações sociais presentes. Na parte final do capítulo, resgato a história do STR de Itapuranga.

Finalmente, nas Considerações Finais, faço um balanço do trabalho de pesquisa realizado, tentando ligar o objeto estudado - a questão do lugar da “pequena produção” / “agricultura familiar” nas organizações dos trabalhadores rurais e a sua relação com o sindicalismo, o cooperativismo e o associativismo - com os resultados obtidos nesta investigação. Analiso as perspectivas para a agricultura familiar que estão surgindo a partir do sindicalismo rural que vem sendo implementado atualmente pela Contag/CUT, bem como as possibilidades presentes de reprodução dos agricultores familiares organizados do município de Itapuranga, seja no STR, nas diversas associações existentes, na APSI ou na Comil.

## CAPÍTULO I

### 1. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS: O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo apresento a trajetória do sindicalismo rural no Brasil, situando dentro desta o surgimento das identidades “pequeno produtor” e, mais recentemente, “agricultor familiar”. Na parte final do capítulo faço referência ao surgimento de outras formas de representação e organização dos trabalhadores rurais, com ênfase no associativismo e no cooperativismo e a eventual disputa de espaços com o sindicalismo.

#### 1.1. Historiando a fase inicial das organizações dos trabalhadores rurais

Ao retermos a história oficial de nosso país, detendo-nos especificamente sobre os escritos a respeito dos trabalhadores rurais, vamos verificar que, em geral, os registros - segundo a versão dos vencedores no processo histórico - os colocam numa situação de subordinação e inferioridade diante dos patrões e de passividade diante das injustiças e desmandos a que são submetidos. Ao serem comparados às populações urbanas, aparecem como personagens tradicionais, em geral identificados como “caipiras”, avessos ao progresso. MARTINS já nos advertia que o trabalhador do campo foi excluído da história e, quando aparece, é como “(...) *alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. (...) Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais, (...). A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana - uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político*” (MARTINS, 1983: 25-6)<sup>1</sup>.

Podemos identificar ao longo de nossa história exemplos de lutas envolvendo homens e mulheres trabalhadores do campo. Durante o século passado eram comuns as fugas de escravos negros, escapando aos desmandos dos senhores escravocratas e refugiando-se nos quilombos. Depois foram os imigrantes italianos que, chegados ao Brasil, na transição do século XIX para o XX, rebelaram-se contra as tentativas de uma quase-escravidão - em substituição à mão-de-obra negra, recém liberta - nas lavouras paulistas de café. Ocorreram também diversos movimentos de caráter messiânico, como o de Canudos, na Bahia, do Contestado, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, e

---

<sup>1</sup> Numa análise mais ampla, HOBSEBAWM resume bem a questão: “(...), para a maioria dos camponeses presos ao solo, o problema não é ser normalmente passivo ou ativo, mas quando passar de um estado ao outro. Isso depende de uma avaliação da situação política. Falando de modo geral, a passividade é aconselhável quando a estrutura do poder - local ou nacional - está firme, estável e ‘fechada’; a atividade quando parece estar, em algum sentido, mudando, desviando-se, ou ‘aberta’. Os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política local, mas sua verdadeira dificuldade reside em discernir os movimentos políticos mais amplos que podem determiná-la. (...). (...), os camponeses estão cômicos de mudanças dentro do sistema, mesmo que sejam incapazes de descrevê-las ou compreendê-las precisamente” (HOBSEBAWM, 1978: 51 - grifos meus).

de “Santa Dica”, no próprio estado de Goiás<sup>2</sup> - entre outros - que reuniram centenas ou milhares de trabalhadores por uma causa comum: a busca da Terra Prometida. Desses movimentos se pode dizer até - parafraseando THOMPSON - que seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos e suas conspirações insurrecionais, temerárias. No entanto, eles viveram em tempos de aguda perturbação social, e nós não. Assim, as suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais (THOMPSON, 1987: 13).

A estes e tantos outros movimentos nunca foi atribuída a importância devida; por muitos anos ficaram registrados como acontecimentos episódicos e localizados. Certamente porque, como nos alerta THOMPSON, *“apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”* (THOMPSON, 1987: 13).

Ao falarmos dos trabalhadores rurais, dos seus movimentos e das formas de abrigar e encaminhar suas lutas e demandas, necessariamente temos que falar também dos que estão no outro extremo da relação trabalho/capital - o patronato rural, os senhores de terras, os grandes proprietários, os empresários agrícolas - e as organizações que estes foram criando ao longo da história do país, analogamente com a finalidade de dar vazão e encaminhamento a interesses outros, aqueles relativos à sua classe. Dessa forma, relacionando uns e outros, vamos re-escrevendo a história dos trabalhadores rurais e suas organizações - que é o que de fato nos interessa -, pois, lembrando THOMPSON mais uma vez, este nos adverte: *“a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. (...). Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”* (THOMPSON, 1987: 10).

Desta forma, tendo presente a dimensão relacional que os acontecimentos históricos têm, ao buscarmos reconstituir a trajetória das organizações rurais no Brasil, adotamos como ponto de partida o início deste século, quando começou a surgir uma legislação voltada para a definição das normas de sindicalização rural - em princípio dirigida principalmente aos segmentos patronais marginalizados em relação ao café, que era, então, o principal produto de exportação. A primeira lei de sindicalização no país, de 1903, destinava-se exclusivamente aos “profissionais da agricultura” e atendia a demandas provenientes dos “agricultores”, como intermediárias de crédito - mediando compra e venda de produtos - em favor dos associados.

A discussão que ocorria em torno da sindicalização ficou mais restrita à região centro-sul do país e referia-se basicamente à relação entre sindicatos e cooperativas e ao maior ou menor grau de autonomia entre uns e outras. Defendia-se, então, a formação

---

<sup>2</sup> “Santa Dica” foi como se tornou popularmente conhecida Benedicta Cypriano Gomes, tida como *“(...) milagreira, curandeira, líder de um exército de anjos que combateria em favor dos desprotegidos para a transformação da sociedade”* (cf. a professora-historiadora Dalísia Elizabeth Martins Doles, in VASCONCELLOS, 1991). O movimento de “Santa Dica” – caracterizado por Lauro de Vasconcellos como um movimento social-religioso de pequena escala – emergiu no estado de Goiás na década de 20. *“Dica, que começara realizando milagres, organizou uma comunidade em Lagoa, município de Pirenópolis, conhecida por seus contemporâneos por ‘Anjos’ ou ‘Calamita dos Anjos’.* Em ‘Anjos’ viveu-se um mundo dirigido pelas ordenações da Santa, transformadas em normas de vida, calcado em uma peculiar visão religiosa do mundo; contestaram a propriedade da terra, a legislação vigente e a autoridade da Igreja, repudiando, enfim, a sociedade que envolvia o reduto” (cf. a professora Maria Cristina Teixeira Machado, in idem).

de um sindicato de produtores que agregasse todos os interesses e um sistema piramidal de representação (MEDEIROS, 1995: 58-60).

De acordo com MENDONÇA, é nesta época que “(...) a noção de **sindicato rural** emergiria, de forma nítida e acalorada, (...), envolvendo atores das mais diversas extrações sociais e posições no campo político.(...) foi no bojo de uma discussão inicialmente voltada para a definição dos instrumentos de captação do crédito agrícola - que em suas várias versões, assentava-se sobre a idéia da **união** dos diferentes segmentos de produtores - que inseriu-se a temática da **cooperativa rural**, inúmeras vezes confundida, nos documentos de época, com o que então visualizava-se como **sindicato**” (MENDONÇA, 1994: 82 - grifos da autora).

Na realidade, havia um objetivo claro das forças ruralistas ao polemizarem sobre a questão: buscavam os meios de manterem sob seu controle tanto grande parte dos capitais indispensáveis à concretização da modernização agrícola que estava na ordem do dia na época, quanto os mecanismos de enquadramento da força de trabalho rural. Em decorrência, “(...) boa parte das propostas analisadas, lançariam mão da estratégia de eleger ‘inimigos’ comuns aos distintos segmentos de proprietários, de modo a produzir adesões aos mais variados projetos vinculados à necessidade de ‘proteção e defesa’ de que a classe agrícola fazia-se objeto. (...)” (MENDONÇA, 1994: 83).

Na transição entre os séculos XIX e XX surgiram duas grandes entidades de representação patronal, constituídas, no entanto, à margem da legislação sindical vigente: uma era a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), fundada em 1897, que se firmava como “uma ativa articulação de interesses de outros ramos da agricultura brasileira, como o setor algodoeiro, o setor açucareiro, a pecuária”, em clara alusão à outra, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que falava pela cafeicultura. Contudo, ambas reuniam fundamentalmente proprietários territoriais - as elites agrárias.

Datam dos anos 20 e, principalmente a partir de 1930, por iniciativa de pequenos lavradores, as primeiras - e localizadas - experiências de organização sindical no campo. A literatura registra essas organizações nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia (na região do cacau)<sup>3</sup>.

Em 1939, a organização rural foi considerada objeto de lei especial - diferenciada da que regulava a organização fabril - através do DL 1402. Um dos teóricos que a defendiam, postulava a criação de uma “associação mista”, reunindo empregadores e empregados, em função de que “os interesses de todos se confundem (...) - não há antagonismos que justifiquem a bipartição em sindicatos de categorias” (MEDEIROS, 1995: 68-9).

Em 1941 foi constituída uma comissão interministerial para o estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical, tendo como base um anteprojeto elaborado pelo Serviço de Economia Rural, organismo do Ministério da Agricultura. Este debate ocorria principalmente no interior das entidades de classe de caráter patronal e dos aparelhos de Estado, tornando evidente a disputa entre concepções distintas de organização e diferentes leituras sobre o perfil da organização social rural. Nesta comissão, novamente veio à tona o debate sobre a forma de sindicato mais adequado à agricultura: o sindicato misto - reunindo “patrões” e “operários”, ou a criação de organismos diferenciados para cada categoria. O Ministério da Agricultura e

---

<sup>3</sup> Por outro lado, a respeito dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, estudos sobre sindicalismo rural em geral, indicam que o STR de Campos, no estado do Rio de Janeiro, foi o primeiro a ser criado, em 1938. Entretanto, curiosamente, existe menção na literatura à atuação de um sindicalista - Acir Medeiros, do STR de Porciúncula, também no RJ -, militante socialista e deputado classista de empregados que se destacou durante a Constituinte de 1934 (CESE, 1989: 3; STEIN, 1991: 102 *apud* MEDEIROS, 1995: 66).

a SNA defendiam a proposta do sindicato misto.

A discussão sobre a organização no campo somente voltou à cena novamente em 1944, quando um novo anteprojeto - agora do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (que defendia a existência de um sindicato para empregados e outro para empregadores) - foi apresentado ao debate através de uma nova comissão. Dessa forma, o decreto de sindicalização rural de novembro de 1944 - DL 7038/44 - estabelecia representação distinta para empregadores rurais e empregados, sendo que no primeiro grupo enquadravam-se aquelas *“pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou arrendatários, os que exploram atividade rural na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não, sejam em economia individual, coletiva ou de família”* e, no segundo - o dos empregados rurais - aqueles *“trabalhadores ou operários rurais que trabalhassem por conta de outrem”*, de acordo com o reconhecimento do Ministério do Trabalho. No entanto, a Portaria 14 que foi baixada para dar encaminhamento a estes enquadramentos, criava dificuldades para que se efetivasse a sindicalização dos trabalhadores (MEDEIROS, 1995: 69-72).

Mesmo sem revogar o decreto lei anterior e a portaria que o regulamentava, em 1945 foi baixado um novo decreto - o DL 7449 - representando a visão da SNA. Através deste decreto definia-se a formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial, tendo como célula de base o município, com uma representação estadual, na forma de federações. Existiria uma única entidade de representação nacional, com direção compartilhada com o governo federal, pois parte de seus membros seriam nomeados por ele. O organismo de tutela seria o Ministério da Agricultura e não mais o do Trabalho. Em suma, seria uma oficialização da SNA, a despeito de resistência manifestada por parte da SRB. O decreto vinha permeado pela concepção da impossibilidade imediata de sindicalização rural, argumentando a necessidade de um processo intermediário de “organização da classe”.

A este decreto sobreveio uma série de críticas, o que fez com que fosse baixado mais um novo decreto. Assim, ainda em 1945, surgia o DL 8127, estendendo a participação nas associações rurais municipais a todos que exercessem profissionalmente atividades rurais (proprietários, arrendatários ou parceiros de estabelecimento rural), mas sem fazer menção a qualquer grupo social que se referisse a “empregados”. Entretanto, o DL 19.882, também de 1945, que regulamentava o anterior, estendia a sindicalização inclusive aos técnicos ligados ao campo. A responsabilidade pela tutela das organizações seria do Ministério da Agricultura.

O conteúdo deste último decreto institucionalizava uma concepção ampla de “classe rural”, ligada através da comunhão de interesses e que buscava fortalecer o espírito associativo, visando à promoção da defesa dos seus direitos e interesses, e, por fim, a realização das suas aspirações, o progresso e o aprimoramento da agricultura. (MEDEIROS, 1995: 72-3).

## **1.2. E as organizações dos trabalhadores rurais se tornaram visíveis**

### **1.2.1. De 1945 a 1964: período de grande efervescência**

Foi somente no período compreendido entre 1945 e 1964 que as organizações dos trabalhadores rurais - em meio aos conflitos que se sucediam - ganharam maior visibilidade, se projetaram e impuseram seu reconhecimento à sociedade. Nesta fase da história nacional que precedeu o golpe militar, caracterizada por uma intensa ebulição política, ocorriam por todo o país os mais variados embates e disputas, envolvendo



diferentes atores e organizações. Com relação especificamente ao campo, três forças políticas - o PCB (Partido Comunista Brasileiro), a Igreja Católica e o Estado - pleiteavam o controle das organizações dos trabalhadores.

Neste período, os trabalhadores rurais saíram de um estado de relativo anonimato e se constituíram efetivamente enquanto sujeitos políticos na cena nacional<sup>4</sup> através de duas formas privilegiadas de organização: os sindicatos e as associações civis<sup>5</sup>. Sob a forma jurídica de “associações civis” estavam abrigadas as Ligas Camponesas, as associações de pequenos produtores, as uniões e as irmandades, reunindo os que, de alguma forma, tinham acesso à terra - posseiros, arrendatários, meeiros, rendeiros, etc. - e cuja luta estava associada principalmente às reivindicações imediatas ligadas a conflitos localizados: contra os despejos, contra o aumento nas taxas de arrendamento - entre outros - culminando nas demandas por alterações fundiárias (MEDEIROS, 1989: 26 e 79; MEDEIROS: 1995: 165).

Quanto aos sindicatos<sup>6</sup>, reuniam aqueles trabalhadores que de alguma maneira poderiam ser classificados como assalariados - colonos, moradores, camaradas, etc. “*Na leitura das forças políticas que então apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas], que a permitia, embora não a regulamentasse*”. Respaldados nesta legislação, alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 50 (MEDEIROS, 1989: 26).

A atuação do PCB no campo neste período estava fundamentada na tentativa de constituir este espaço como base de apoio para seu projeto de transformação social<sup>7</sup>.

Na medida em que iam surgindo as organizações, também se realizavam os primeiros encontros de “trabalhadores” e “lavradores”, porém de abrangência estadual ainda. Assim é que, em 1950, aconteceu o I Congresso Camponês de Pernambuco, no município de Palmares. Já em 1951 ocorreria o I Congresso Camponês Goiano, no qual foi fundada a União Camponesa de Goiás. Durante este congresso, estiveram reunidos 146 delegados, com a responsabilidade de representar 18 municípios. Dele saiu a recomendação para a formação de “ligas” nas fazendas e “uniões” nos municípios. A realização destes congressos e encontros demonstra que já havia uma tendência a uma

---

<sup>4</sup> Em meio aos conflitos, de um lado, vinham à cena os “trabalhadores agrícolas”, os “lavradores” ou “camponeses”, em oposição aos que estavam no outro extremo: os “tatuíras”, os “patrões” e os “latifundiários” (Cf. MEDEIROS, 1995: 1).

<sup>5</sup> De acordo com a bibliografia, a criação inicial de “associações”, em vez de sindicatos, foi uma forma de contornar as dificuldades legais colocadas à sindicalização rural. Mas já no final dos anos 40, algumas dessas associações passaram a ser legalizadas, em conformidade com as normas do Código Civil; isto demonstra que passava a existir uma preocupação progressiva com a institucionalização do trabalho desenvolvido e a questão do reconhecimento político se impunha como condição necessária para a eficácia deste trabalho junto aos “camponeses” (MEDEIROS, 1995: 168-9).

<sup>6</sup> “*A preocupação mais sistemática com a criação de sindicatos, obtenção de cartas sindicais e, aparentemente, como uma organização específica para os ‘assalariados’, data do início dos anos 50, quando também começaram a ser explorados, de forma mais intensa, os espaços legais*” (MEDEIROS, 1995: 169).

<sup>7</sup> Após ter representado - entre a década de 20 e o início dos anos 30 - a principal força que se propunha a falar pelos trabalhadores brasileiros, e identificado com as causas agrárias do país desde sua criação - em 1922 -, o Partido ainda não havia desenvolvido nenhum trabalho sistemático no meio rural. Com os problemas políticos ocorridos em meados dos anos 30, muitos dirigentes comunistas foram presos. O PCB só foi rearticulado a partir de 1943 e tomou proporções em suas fileiras a proposta de se tornar um partido de massas; para isto, fazia-se necessário uma maior aproximação com os trabalhadores em geral - quer seja os urbanos, quer seja as “massas camponesas” ou “camponeses” -, identidade que passou a ser atribuída aos trabalhadores rurais brasileiros, constituindo-os enquanto uma categoria política específica (MEDEIROS, 1989: 26-7).

maior articulação entre os trabalhadores, apesar da forte repressão a que ficavam expostas as primeiras organizações (MEDEIROS, 1989: 26; MEDEIROS, 1995: 169).

Em termos nacionais, em 1953, o PCB realizou o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, que tinha como objetivos a retirada de delegados que iriam participar de uma Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas, em outubro deste mesmo ano, em Viena, bem como a elaboração de uma pauta de reivindicações. Este encontro nacional realizou-se em setembro, em São Paulo, reunindo os trabalhadores rurais do centro-sul e, simultaneamente, em Recife, reunindo os trabalhadores do norte e nordeste do país. A pauta de reivindicações elaborada contemplava uma série de propostas relacionadas à questão agrária e outras tantas relacionadas às questões de política agrícola.

De acordo com MEDEIROS, na preparação da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que se realizou em São Paulo, em 1954 - durante os vários encontros realizados em diferentes locais do país -, ficou bastante evidente a diversidade de formas associativas existentes, combinadas a distintas categorias. A variedade de situações presentes no campo brasileiro no período estava refletida nas também diferenciadas formas organizativas. Embora o Partido Comunista, ao nível doutrinário, denominasse todos os trabalhadores indiscriminadamente de “camponeses pobres”, faziam-se presentes nestes eventos os “sindicatos de colonos e assalariados agrícolas”, de “colonos e camaradas”, de “trabalhadores agrícolas”; “associações” de “lavradores”, de “pequenos produtores”; “ligas camponesas”, “uniões de lavradores”, entre outros.

A II Conferência foi convocada tendo como um dos principais objetivos criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse estas diversas organizações de trabalhadores então existentes no campo (MEDEIROS, 1995: 170). Durante esta conferência - que contou com a participação de 50 associações - foi criada a Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil). A Ultab nascia com abrangência nacional - o que poderia representar uma tentativa de superação do localismo e do isolamento das lutas empreendidas pelos rurais até então - assim como se propunha a dar direção às lutas dos trabalhadores do campo no Brasil. Deste encontro saiu a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, que trazia a demanda por reforma agrária, enquanto uma medida de justiça social, aliada a medidas de apoio à produção - entre as quais estava inserido o estímulo ao cooperativismo, entre outras. Pediam também o direito de organização em associações e sindicatos, bem como reivindicavam direitos trabalhistas, inexistentes no campo: direito de greve, previdência social, etc. A Conferência também lançou mão, enquanto ferramenta de luta, de uma campanha nacional de coleta de assinaturas pela reforma agrária, levando assim esta bandeira para os mais diferentes pontos do país, servindo de motivação para a organização dos trabalhadores. Em 1957, a Ultab realizou a sua I Conferência, já com a participação de 57 associações e 4 sindicatos (MEDEIROS, 1989: 32-3; CESE: 1989: 4).

Por outro lado, na mesma época, em paralelo à atuação do PCB no campo, mas com um caráter mais local e, inicialmente em Pernambuco, surgiram - em resposta a conflitos existentes - as Ligas Camponesas, marcando suas ações com a ida dos camponeses às ruas, “(...) realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários” (MEDEIROS, 1989: 48)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O conflito que deu origem à primeira Liga, ocorreu no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, onde, em 1955, surgiu a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco. Esta entidade

Especificamente em Goiás, foi na luta contra o aumento das taxas de arrendamento que surgiram as primeiras organizações camponesas. Um dos embates mais sérios registrados ocorreu em 1950, no município de Orizona - localizado na região de expansão da estrada de ferro<sup>9</sup>. O motivo do conflito foi a negativa dos lavradores de pagar 50% de taxa de arrendo ao dono da terra, tendo saído vitoriosos; para isto, tomaram como justificativa um dispositivo da Constituição Estadual que estabelecia em 20% o limite máximo de pagamento para esta taxa. No entanto, no ano seguinte - em represália - os fazendeiros se organizaram e, por ocasião do plantio, não deram trabalho aos que haviam participado do movimento (MEDEIROS, 1989: 24).

Data também do início dos anos 50 uma organização de lavradores na região do médio-norte do que era o antigo estado de Goiás<sup>10</sup>. Ali, um grupo de posseiros<sup>11</sup> sob a liderança de José Porfírio de Souza, constituiu uma das mais importantes resistências armadas à ofensiva de fazendeiros que tentavam expulsá-los de suas terras: a revolta camponesa de Trombas e Formoso. Esta, além de ser a mais duradoura é, provavelmente, a mais organizada experiência de luta camponesa na história contemporânea do Brasil (MARTINS, 1983).

Em geral, as reivindicações e os conflitos que explodiam no campo neste período, eram de natureza diversa; no entanto, provocavam algumas convergências e consensos entre as forças políticas que procuravam representar e articular os trabalhadores rurais a um projeto de sociedade de certa forma alheio às suas demandas imediatas. Assim, as reivindicações, apesar da pluralidade presente, foram aglutinadas e se expressaram, principalmente, quanto à reforma agrária, à extensão da legislação trabalhista à área rural e o direito à representação sindical.

No entanto, ao nível das propostas políticas mais gerais, existiam grandes divergências, de difícil conciliação. Já ao final dos anos 50 e início dos 60, discordâncias quanto à forma de condução das lutas dos trabalhadores rurais colocaram em campos opostos a Ultab/PCB e as Ligas Camponesas. A divergência principal residia na concepção sobre a “revolução brasileira” e sobre o caráter da reforma agrária a ser implementada. A partir de 1961, as próprias Ligas Camponesas passaram a sofrer crises internas, devido também a diferenças no encaminhamento das lutas. Estas divergências conduziram ao isolamento político que, aliado ao surgimento de novos adversários (a organização dos trabalhadores pela Igreja e a ação do Estado) deixaram

---

se fazia reconhecer como uma organização de caráter civil, aparentemente com finalidades assistenciais, mas que defendia foreiros ameaçados de despejo. A organização tivera como seu idealizador José dos Prazeres - ex-dirigente de uma Liga e ex-militante do PCB -, e tinha como dirigente, um antigo militante comunista: Paulo Travassos. As repressões impetradas pelo proprietário do engenho à Sociedade, desencadearam um processo de resistência, colocando os trabalhadores em contato com o advogado e recém-eleito deputado estadual Francisco Julião, que assumiu sua causa (MEDEIROS, 1989: 46-8; MEDEIROS, 1995: 184).

<sup>9</sup> Em Goiás, aproximadamente em 1945, já havia Liga e, assim como no Triângulo Mineiro, no sul do estado o mapa dos conflitos ocorridos e das organizações que surgiram seguiu de perto o das estradas de ferro, sugerindo a importância nesses processos do papel dos ferroviários - que constituíam, no período, uma das mais importantes bases do trabalho político do PCB (LOUREIRO, 1982 *apud* MEDEIROS, 1995: 165 e 168).

<sup>10</sup> A partir da Constituição Federal de 1988, com a aprovação da divisão do estado de Goiás em dois novos estados, a região referente ao conflito de Trombas e Formoso, pertencente ao antigo município de Uruaçu, hoje está situada no extremo norte do atual estado de Goiás, divisa com o novo estado do Tocantins.

<sup>11</sup> No estado de Goiás - assim como em outros - os conflitos em torno da expansão da fronteira agrícola tornaram-se bastante comuns nos anos 50. Estes conflitos se caracterizavam pelo enfrentamento, muitas vezes de forma violenta, dos posseiros com os grileiros que investiam na tentativa de tirar-lhes a terra. As ações dos grileiros iam desde a destruição das lavouras e queima das casas, até a contratação de jagunços para eliminação dos posseiros.

as Ligas bastante fragilizadas (MEDEIROS, 1989: 54-5 e 80).

Em novembro de 1961, impulsionado pela Ultab, pelas Ligas Camponesas e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) - recém constituído no Rio Grande do Sul-, realizou-se o Congresso Camponês de Belo Horizonte, com a participação de todas as correntes políticas existentes no campo até então. A organização sindical havia se expandido intensamente, com a criação de sindicatos, associações, federações e Ligas Camponesas. Prova disso é que, entre 1955 e 1961, ocorreram 21 encontros de trabalhadores, a grande maioria de base estadual. Dois deles, a I Conferência da Ultab, realizada em São Paulo, e o Congresso Camponês de Belo Horizonte, tiveram perfil nacional. A luta pela reforma agrária ganhara dimensão nacional, tornando-se uma das bandeiras da massa trabalhadora do campo e das cidades. Deste Congresso Camponês participaram 1.600 delegados, sendo referido como um marco das lutas dos rurais, destacando-se dois aspectos principais: a proposta de reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, e as divergências entre Francisco Julião - ligado às Ligas Camponesas - e o PCB, em torno da validade da luta por medidas parciais de reforma agrária. Também apareceu com destaque neste congresso a luta pela conquista do direito de organização sindical, que seria concretizado no ano seguinte (MEDEIROS, 1989: 50 e 56-9).

No mesmo período, a Igreja entrava em cena investindo num trabalho organizativo e mobilizador. Apoando-se em uma rede de emissoras de rádio sob seu controle e dos religiosos locais, passava a mobilizar e treinar lideranças sindicais e a fornecer orientações para a criação de sindicatos. Iniciou este trabalho no Rio Grande do Norte, mas logo o expandiu para outros estados do Nordeste e do restante do país. Em 1961, através de um decreto do governo federal, foi criado o MEB (Movimento de Educação de Base), que sob a orientação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), apoiando-se no serviço de escola radiofônica, passou a atuar como um órgão de incentivo à sindicalização, em estados como Sergipe, Maranhão e Bahia. Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a sindicalização era estimulada através dos Círculos Operários. No Rio Grande do Sul e Paraná, como em outros estados, atuavam pró-sindicalização as Frentes Agrárias. Esta diversidade de organismos que se colocavam a serviço da Igreja no seu empenho pela sindicalização, resultava numa heterogeneidade de linhas de ação entre estas entidades. Na realidade, a Igreja, ao investir na promoção da sindicalização, aliava uma maior sensibilidade com os problemas sociais a uma preocupação latente com o avanço comunista no campo. A lógica da atuação da Igreja consistia em se antecipar aos comunistas na formação dos sindicatos, garantindo assim uma orientação cristã, baseada na defesa dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária assentada na propriedade familiar, afastando o sindicalismo do que chamavam de “lutas de classe” (MEDEIROS, 1989: 76-7).

Do bojo do trabalho sindical da Igreja, resultado das discordâncias da Ação Católica Brasileira com a hierarquia institucional - a partir de seus segmentos, a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JEC (Juventude Estudantil Católica), que se aliavam aos que defendiam transformações radicais da sociedade, surgiu a AP (Ação Popular), uma organização que, ao nascer, já tinha uma abrangência praticamente nacional. A AP se dispunha a trabalhar na organização de operários e camponeses e constituir-se em mais um organismo que pretendia ser o legítimo representante dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989: 77-8).

No início de 1962, a sindicalização rural foi regulamentada, através das Portarias 209-A/25 e 355-A, sendo assim outorgadas as primeiras cartas sindicais. Com esta regulamentação, passaram a existir quatro possibilidades de enquadramento sindical: nos sindicatos de trabalhadores na lavoura, de trabalhadores na pecuária e similares, de trabalhadores na produção extrativa rural e de produtores autônomos (pequenos

proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos que explorassem a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva). Este reconhecimento foi uma exigência dos próprios sindicatos que percebiam a sua importância. Mas, juntamente com a regulamentação das entidades de representação dos trabalhadores rurais pelo Estado, vinha o tutelamento - expresso através do poder de intervenção pelo Ministério do Trabalho -, a imposição de um sindicato único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical e, por fim, uma estrutura verticalizada extremamente rígida. Já no ano seguinte - 1963 - o Estado instituiu a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir), que tinha como programa de trabalho principal a promoção da sindicalização (PALMEIRA, 1985: 44-5; MEDEIROS, 1989: 63).

Ao fazer uma comparação entre o sindicalismo rural e o sindicalismo urbano, PALMEIRA afirma que *“(...) enquanto os sindicatos urbanos tinham se desenvolvido sobre uma oposição esquerda-Estado, o sindicalismo rural vai brotar sobre uma oposição esquerda-Igreja, o Estado colocando-se à distância, de início e, no final do período, tentando entrar no jogo, favorecendo uma ou outra ou uma e outra das forças em confronto”* (PALMEIRA, 1985: 45). A partir desta comparação, NOVAES chama a atenção para dois aspectos: *“primeiramente, o fato de os sindicatos de trabalhadores rurais terem se institucionalizado em uma conjuntura de acesso a liberdades democráticas e as diferentes correntes em seu interior terem disputado seu reconhecimento junto ao Estado, através da corrida pelas ‘cartas sindicais’, o que os diferencia dos urbanos, aos quais foi imposta a tutela estadonovista. E, em segundo lugar, vale destacar o papel da Igreja Católica, diretamente envolvida na fundação de sindicatos no campo”* (NOVAES, 1991b: 176).

Tendo como pano de fundo os antecedentes relatados, em 1963 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reconhecida oficialmente em janeiro de 1964.

É importante registrar que antes da fundação da Contag, ainda em 1963, no bojo das reformas de base que o governo João Goulart intentava promover, havia sido aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que trazia a extensão de alguns direitos trabalhistas - salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas, licença maternidade, indenização em caso de dispensa, estabilidade após dez anos no emprego, registro obrigatório em carteira profissional, entre outros - aos assalariados rurais. Já no ano seguinte, em março, num comício ocorrido na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente assinou um decreto que previa a desapropriação das terras localizadas numa faixa de 10 km ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Este ato somou-se aos diversos motivos que já existiam e que serviriam de justificativa para o golpe militar que ocorreria alguns dias após, em 31 de março de 1964.

Do lado dominante ou patronal, a situação anterior ao golpe os havia colocado em alerta máximo. Assim, impunham sua própria lei, utilizando-se de serviços de jagunços, bem como ao nível do poder local, controlavam as instâncias de decisão e a justiça. No âmbito nacional, faziam-se representar no Congresso Nacional e impediam os avanços que porventura pudessem ser conquistados no parlamento<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> De acordo com MEDEIROS (1989: 65), *“se houve um fortalecimento das organizações dos trabalhadores, o período também assistiu a uma revitalização das entidades representativas dos interesses dos proprietários de terra”* As associações rurais que, ao surgirem nos anos 40, não demonstraram maior vitalidade, a partir dos anos 50 se multiplicaram em nível municipal, constituíram federações estaduais e passaram a ganhar fôlego, pelo menos em alguns estados (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul), que se firmaram como pólos de debate e de geração de propostas para a agricultura, procurando contestar a imagem de atraso que era atribuída a seus associados. A força deste segmento ficou demonstrada através da criação de uma entidade de representação nacional - a

As questões mobilizadoras em termos de organizações dos trabalhadores rurais eram a reforma agrária e os direitos trabalhistas, envolvendo como principais personagens os “posseiros”, “meeiros”, “arrendatários”, “colonos”, “moradores”, etc. O que estava em jogo, quer nas disputas entre os organismos articulados em torno dos trabalhadores, quer nas disputas com as organizações patronais, era a luta por terra e por direitos trabalhistas.

### **1.2.2. De 1964 ao início dos anos 70: a afirmação da identidade “trabalhador rural”**

Os acontecimentos que se seguiram ao golpe determinaram uma alteração nos rumos do sindicalismo rural e das lutas e reivindicações que estavam sendo encaminhadas. Sobreveio um período de intensa repressão às organizações dos trabalhadores que estavam em atividade - sindicatos, ligas, associações -, bem como às suas lideranças. Nas áreas em que existiam conflitos de terras mais agudos, ocorreram ocupações militares, prisões de lavradores, despejos. As desapropriações feitas antes do golpe, foram revistas, com casos de devolução de terras aos antigos donos. Quanto ao decreto assinado por João Goulart no Comício da Central do Brasil, foi anulado imediatamente, logo após o golpe.

Em geral, frente a toda esta repressão que se seguiu ao golpe, as lutas dos trabalhadores rurais e urbanos entraram numa fase de refluxo. Do ponto de vista das ações do Estado, logo após o golpe e totalmente sob o controle dos militares, iniciou-se uma série de reformas - algumas já eram reivindicadas anteriormente a 64 -, tentando imprimir à economia e à sociedade como um todo as marcas da modernização. Nesse grupo de reformas iniciadas estavam as reformas bancária, universitária, administrativa e agrária. Com efeito, em novembro de 1964 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Terra. Junto com ele, o governo militar enviou ao Legislativo a Mensagem Presidencial 33 e uma emenda constitucional que instituía a possibilidade de pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida agrária - uma antiga reivindicação das organizações de trabalhadores. Também foram criados dois novos órgãos: o Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), diretamente subordinado à Presidência da República, e o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), ligado ao Ministério da Agricultura. Dessa forma, institucionalmente estava constituído o aparato necessário às transformações desejáveis - sob a ótica do governo militar - no campo. Ou seja, “(...) os novos governantes indicavam que reconheciam a necessidade de modernizar a estrutura agrária e de evitar conflitos no campo, ao mesmo tempo em que se propunham a aumentar a produtividade agrícola e criar uma classe média rural, de perfil empresarial” (MEDEIROS, 1989: 85-7).

No que diz respeito às organizações dos trabalhadores rurais, apesar de toda a repressão aos movimentos sociais no período, o sindicato, enquanto instituição, não foi extinto. Nessa conjuntura, a Igreja - mais do que em qualquer período anterior - desempenhou importante papel junto ao sindicalismo rural. Para PALMEIRA, de maneira paradoxal, o fato de a Igreja estar articulada com o movimento golpista de 1964, garantiu um certo tipo de continuidade ao sindicalismo rural, que contrasta, em toda a linha, com o que aconteceu com o sindicalismo urbano. Aquelas entidades sindicais, tidas como ligadas à Igreja, foram - de certa forma - poupadas; as intervenções em sindicatos ocorriam, mas poucas oficialmente; porém, muitas vezes a repressão atingia também os sindicalistas “cristãos”. O que mais acontecia era a

---

Confederação Rural Brasileira (CRB), em 1954 e, principalmente, através da mobilização em torno de reivindicações que procuravam agregar parte do público que poderia ser disputado pelas associações de lavradores (MEDEIROS, 1995: 182).

substituição daqueles dirigentes presos por seus suplentes ou a nomeação de interventores, que, não raramente, eram trabalhadores rurais indicados pela própria Igreja (PALMEIRA, 1985: 45 e 47). Na Contag, a intervenção do governo militar foi quase que instantânea ao golpe, utilizando-se de membros dos Círculos Operários (MEDEIROS, 1989: 90). O mesmo ocorreu em diversas federações. No entanto, como resultado de uma articulação sindical nacional, envolvendo principalmente dirigentes de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sob a liderança do pernambucano José Francisco, num processo eleitoral indireto, a direção da Contag foi disputada e vencida por segmentos portadores de uma outra visão sobre a condução das demandas dos trabalhadores rurais. Assim, a partir de 1968 a entidade passou a ser a aglutinadora das lutas no campo, tendo como bandeiras de luta a reforma agrária e os direitos trabalhistas e previdenciários. Na opinião de NOVAES, “(...) [a] *continuidade, garantida pela Igreja, e certamente também de interesse dos militares - que pretenderam organizar e modernizar as entidades sindicais e o país - é que pode explicar o fato de em 1968 uma chapa encabeçada por José Francisco da Silva ter derrotado o interventor da Contag [José Rotta] e imprimido novos rumos à Confederação*” (NOVAES, 1991b: 176-7).

Em fevereiro de 1965, através da Portaria 71, do Ministério do Trabalho, o Sindicato de Trabalhadores Rurais passou a ser a única instituição estabelecida para representar o conjunto dos trabalhadores rurais existentes numa base municipal. Dessa forma, as diferentes categorias de trabalhadores presentes no campo, fundiram-se para efeitos de representação e organização sindical, em um único organismo sindical e em uma única categoria, denominada genericamente de “trabalhador rural”, entendido como “*pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados*” (Citado por MEDEIROS, 1989: 95).

Referindo-se ao termo “trabalhador rural”, PALMEIRA nos oferece uma interessante reflexão: “*uma das maiores proezas do MSTR [movimento sindical de trabalhadores rurais], na cristalização da unidade da classe, terá sido provavelmente desneutralizar simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e menos neutro (pela referência ao trabalho) dos termos em curso no arsenal ideológico dominante - trabalhador rural - e inculcá-lo como um termo ‘naturalmente’ genérico para reunir todos os que vivem do trabalho na terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou assalariado temporário*” (PALMEIRA, 1985: 50).

Por outro lado, em termos de sindicalismo rural como um todo, a mesma Portaria 71 de 1965, abria a possibilidade de enquadramento do setor patronal numa outra entidade: o sindicato rural. Foi no meio destas duas possibilidades que passou a oscilar o segmento conhecido como “pequeno produtor”, constituindo-se mais do que nunca em objeto de disputa; de um lado, pelo patronato e, de outro, pelo STR<sup>13</sup> (MEDEIROS, 1997: 67).

A junção dos diferentes trabalhadores do campo numa única categoria sindical refletiu-se na própria Contag: a estrutura organizativa da entidade não apresentava segmentações representativas de categorias; o que havia, eram as chamadas “assessorias temáticas”. As lutas encaminhadas pela entidade estavam centradas nas demandas por

---

<sup>13</sup> Acontecia um reforço da disputa “organização patronal” *versus* “organizações dos trabalhadores” porque essa concorrência pela representação dos “pequenos produtores” já se dava desde as primeiras tentativas de regulamentação do sindicalismo rural, quando a CRB, a Faresp (federação patronal de São Paulo) e outras, negavam a existência de “operários” no campo e afirmavam a similaridade de interesses entre “colonos” e “fazendeiros” (MEDEIROS, 1995).

direitos trabalhistas e por reforma agrária, principalmente, com as quais buscava sintetizar e unificar as reivindicações dos diferentes segmentos sociais presentes no campo. No que se refere ao segmento dos “pequenos produtores” e suas demandas, colocava-se para a Contag o desafio de construir um espaço para a conformação e representação destes interesses. De acordo com MEDEIROS, *“sob ameaça permanente de pauperização, expropriação e proletarização, era a partir de seu enquadramento como trabalhador que se equacionavam as questões referentes à sua situação como produtor autônomo, tais como preços mínimos, assistência técnica, estímulo às cooperativas, financiamento à produção e construção de armazéns e silos para facilitar a comercialização da produção”* (MEDEIROS, 1997: 67).

Estas questões apareceram recorrentemente ao longo dos anos e se firmaram como reivindicações deste segmento, como se pode observar através dos anais dos congressos nacionais da Contag, bem como dos diversos documentos sindicais produzidos<sup>14</sup>. Como havia uma preocupação em incorporar a temática da “pequena produção” à Contag - tentando construir e preservar a unidade entre segmentos diversos e demandas distintas -, isto se refletia inclusive na composição da direção da Confederação: ali sempre estava presente uma representação da região Sul do país, onde é muito forte a presença deste segmento social do campo (MEDEIROS, 1997: 67-8).

### 1.3. O sindicalismo rural dos anos 70

#### 1.3.1. A importância da previdência social

No início dos anos 70, paralelamente à desmobilização provocada pela ditadura, ocorreu uma proliferação na formação de sindicatos<sup>15</sup>. A instituição da assistência previdenciária para os trabalhadores rurais, em 1971, via Funrural, atribuindo ao STR a responsabilidade pela administração, foi, sem dúvida, a grande responsável pelo aumento do número de entidades sindicais no período<sup>16</sup>.

Os inúmeros sindicatos que foram sendo criados tinham acentuada diversidade entre si, porém estavam ligados à Contag, que continuava presente como a referência nacional dos trabalhadores rurais. Neste sentido, a entidade era constantemente desafiada a construir um movimento sindical dos trabalhadores rurais unificado, dando-lhe direção e transformando as bandeiras de luta em chamadas reais para o conjunto dos trabalhadores do campo, ficando exposta aos sucessos e fracassos que isto implicava. A questão maior, que permeava todas as demais, era: como transformar uma unidade outorgada pelo Estado em real unidade de interesses?

De acordo com PALMEIRA, a necessidade de improvisar em matéria de política, sem poder se valer da experiência dos partidos de esquerda que tinham sido expurgados da cena política, e com uma espécie de recesso a que alguns setores mais combativos da Igreja foram relegados até meados da década de 70, *“(...) fez com que o MSTR desenvolvesse um sentido de autonomia política muito acentuado que, embora externamente, em alguns momentos, gerasse a imagem de um certo isolamento,*

---

<sup>14</sup> Este tema será objeto de discussão no capítulo II da presente dissertação.

<sup>15</sup> NOVAES afirma que na década de 70 foram fundados 46% dos 2.732 Sindicatos de Trabalhadores Rurais recenseados em 1989, sendo possível relacioná-los a busca por serviços de saúde, previdência e assistência social (NOVAES, 1991: 178).

<sup>16</sup> Com o Estatuto do Trabalhador Rural - de 1963 - foram lançadas as bases desse sistema de previdência que somente seria instaurada efetivamente em 1971, através da Lei Complementar nº 11, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), mais conhecido pelos trabalhadores como “Funrural”. Através deste programa, o STR passou a intermediar ações envolvendo aposentadorias, pensões, auxílio funeral, serviços de saúde e serviço social (MEDEIROS, 1989; NOVAES, 1991).



*internamente iria dar à Contag crédito para promover a unificação (e até mesmo uma certa homogeneização) de vários setores do movimento, dos mais atuantes aos mais conservadores, que a história passada tendia a dividir”* (PALMEIRA, 1985: 47-8).

Alguns segmentos ligados à Contag atribuem à forma como a previdência social foi instituída para o segmento dos rurais o fato desta política ter se constituído em entrave para que o sindicato se firmasse no campo como uma ferramenta para o encaminhamento das lutas. Outros, no entanto, creditam à previdência um aspecto positivo, qual seja o de poder desenvolver, em paralelo ao trabalho de assistência, a conscientização dos trabalhadores.

Segundo MEDEIROS, as organizações de trabalhadores no Brasil já haviam desenvolvido atividades assistenciais junto aos seus associados. Contudo, isto foi feito em outra conjuntura - anos 50 e 60 - quando essas práticas eram combinadas com mobilizações: *“(…), mudada a conjuntura, reduzida a possibilidade do sindicato se constituir em instrumento de mobilização, reivindicação e luta dos trabalhadores, o assistencialismo imposto pelo Estado acabou muitas vezes se tornando prática predominante, senão única”*. Com isso, a imagem do sindicato enquanto entidade ficou vinculada ao Funrural e não à defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. *“Em diversos locais, os sindicatos se tornaram apenas uma agência assistencial, espaço de arregimentação de votos e favores, numa reedição do clientelismo”*. Por outro lado, a autora destaca que, embora não se constituindo em regra, *“(…) o trabalho de prestação de serviços assistenciais foi um caminho para a educação política do trabalhador: o momento de atendimento também se constituía numa oportunidade para o esclarecimento sobre os direitos e possibilidades de conquistá-los”* (MEDEIROS, 1989: 97). Dirigentes sindicais ligados à Contag preferiam interpretar essa aceitação do fardo previdenciário *“(…) como tática do MSTR para estimular a sindicalização e, principalmente, para evitar que os recursos e o controle da assistência ficassem nas mãos dos políticos locais”* (NOVAES, 1991b: 179).

CORADINI, em estudo feito no Rio Grande do Sul, apontou que até meados da década de 70, o discurso das reuniões de diretoria acerca da saúde e previdência social rural apresentava características de “louvor” e “agradecimento” ao poder público pela extensão dos benefícios de um sistema previdenciário ao homem do campo, como - acreditavam eles - prenúncio da equiparação, em pouco tempo, ao trabalhador urbano. O autor alerta que este tipo de abordagem e estratégia estavam condicionados por um lado, pela conjuntura política geral, que fixava os limites tanto da atuação como do discurso sindical; e, por outro, pela própria situação do campo sindical de trabalhadores rurais, caracterizado nesta época pela hegemonia dos agentes sociais responsáveis pela sua expansão - a ala “conservadora” da Igreja Católica. Mas, a partir de meados da década, a forma de exposição das “reivindicações” e o próprio tom se modificaram e passaram a aparecer exigências quanto ao comportamento que os demais agentes sociais envolvidos deveriam adotar (CORADINI, 1988: 330-2).

Em termos do sindicalismo de trabalhadores rurais em nível nacional, hegemonizado pela Contag, o autor afirma que essa intensificação do tom reivindicativo é mais antecipada, pelo menos no que se refere à sua direção geral e aos congressos nacionais, em função de que a entidade centralizava as “reclamações” e “questões” provenientes das federações e sindicatos e também por se relacionar mais diretamente com os organismos públicos envolvidos. Os anais dos congressos nacionais de 1973, 1979 e 1985, e outros documentos registram a tomada de posição da Confederação em situações específicas (CORADINI, 1988: 333).

O mesmo autor, complementa dizendo: *“(…), se por um lado, a própria implementação das políticas de saúde e previdência social rural, pelos interesses que*

*põem em confronto, pelas novas relações, regras e classificações que estabelece, etc., tende a provocar tensões e conflitos que o sindicalismo tende a se apropriar, generalizando-os e 'politizando-os', por outro, esta atuação do sindicalismo a nível nacional tem o seu peso na intensificação das lutas. Isto acontece principalmente através da proposição de 'projetos alternativos', com novas noções e critérios não pensáveis a nível local, bem como através da coordenação da série de lutas mais localizadas” (CORADINI, 1988: 333-4).*

### **1.3.2. Os conflitos, a atuação da Igreja e o surgimento do “novo sindicalismo”**

Ao longo dos anos 70 aconteceram, respectivamente, o II (1973) e 3º (1979) Congressos Nacionais dos Trabalhadores Rurais, convocados pela Contag. Ambos marcaram, por diferentes razões, o movimento dos trabalhadores rurais no Brasil. O de 1973 teve como destaque a ênfase na formação de dirigentes sindicais e a reiteração da defesa de uma reforma agrária aplicada de acordo com o Estatuto da Terra. Também ficou definida a busca de uma maior integração entre dirigentes sindicais através “da unidade de linha de ação ao nível dos sindicatos, federações e Confederação”. A operacionalização deste trabalho ocorreria através de cursos para lideranças, concepção esta que revelava a marca de uma visão pedagógica originária da Igreja (PALMEIRA, 1985). A Contag atuava, então, acima de tudo, como um canal de apelo às autoridades. Mas a proposta de trabalho em torno da educação sindical não conseguiu fazer com que grande parte dos sindicatos se constituísse em porta-voz das lutas dos trabalhadores rurais. Muitos permaneceram atrelados ao assistencialismo, acompanhando as lutas de forma meramente burocrática, através de expedientes administrativos (cartas, relatórios, etc.) (MEDEIROS, 1989: 101-2).

Nessa época haviam se multiplicado os conflitos em decorrência da expansão da fronteira agrícola. O binômio modernização-especulação provocou a redução do espaço territorial e conseqüente expulsão de pequenos produtores e outros residentes rurais. Como resultados, ocorreram o acirramento do êxodo rural e o agravamento da situação alimentar: ex-produtores se transformaram em assalariados rurais e em consumidores sem renda. Assim, ao mesmo tempo em que se agravavam os conflitos entre índios, posseiros e ex-pequenos proprietários sulistas deslocados para os projetos de colonização nas áreas de abertura de novas fronteiras - regiões Norte e Centro-Oeste -, começou a se intensificar a formação de um contingente de sem-terra nas regiões Sul e Nordeste, onde antes predominava a “pequena produção” em suas variadas formas.

Nesse contexto, em 1975, foi criada, por iniciativa de alguns bispos progressistas, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, “(...) *que se tornou importante espaço de formação de lideranças para oposições sindicais e um veículo de denúncia da violência no campo*” (NOVAES, 1991b: 181). Desde o seu início, contou com uma articulação ampla, envolvendo religiosos e religiosas - bispos, padres, freiras, pastores e pastoras - mais diretamente ligados ao trabalho pastoral com populações rurais, agentes de pastoral, advogados identificados com a causa dos direitos humanos e lavradores. Ao ser criada, a entidade encampou como luta central a bandeira da reforma agrária, uma vez que no período eram intensos os conflitos pela posse da terra envolvendo grileiros, posseiros, índios e peões. Adotou e assumiu como finalidade, desde sua criação, “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais”, desenvolvendo um trabalho de apoio à organização popular rural - grupos, comissões, associações, sindicatos -, de colaboração na formação dos trabalhadores e lideranças, de denúncia das situações de violência e injustiça e de assessoria jurídica. Tendo a reforma agrária como objetivo central, passou a abraçar

também as causas dos pequenos produtores que tinham suas terras desapropriadas para a construção de barragens no sul e nordeste do país, ou mesmo que iam perdendo a terra diante da modernização que os excluía<sup>17</sup>. No que se refere à organização dos trabalhadores rurais: *“a CPT dispunha a seu favor o fato de que, sendo um organismo vinculado à CNBB e contando com alguns bispos entre seus membros, podia fazer valer em determinadas situações o peso institucional. Assim, num período de intensa repressão, pôde assumir o papel de canal de denúncia da violência, adquirindo importância na formação de uma consciência nacional em relação à problemática do campo”* (MEDEIROS, 1989: 112-3).

Para além do trabalho da CPT, numa linha semelhante em termos de compromisso social, com um caráter ainda mais popular, emergiram também as Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs consistiam em grupos pequenos de trabalhadores, que proliferaram muito, tanto nas periferias das cidades como na zona rural, e que, à luz da reflexão bíblica, discutiam a organização, os mutirões para realização de trabalhos, trocas de dias entre vizinhos, enfim, a melhora das condições de vida no campo e na cidade. Conforme nos informa MARTINS, *“diversamente do que se supõe, as comunidades eclesiais de base não atuam diretamente nas questões sociais, nem sequer chegam a ser verdadeiras instituições. Por isso é que surgem grupos, movimentos e entidades de que também participam os membros das comunidades. Tais comunidades estão sem dúvida na raiz de muitas das lutas sociais pelos direitos do homem e é, igualmente, fora de dúvida de que nelas a religião tem um papel libertador. O pequeno círculo bíblico que compõe uma comunidade de base, que reúne alguns vizinhos de casa, de situação e de fé, inverte a prática religiosa tradicional ao refletir sobre a vida cotidiana à luz do Evangelho, ao examinar sua própria experiência diária, seus problemas diários, os reflexos dessa experiência e desses problemas na sua fé e na sua vida à luz da experiência evangélica”* (FREI BETTO, 1981; GÓMEZ DE SOUZA, 1982 *apud* MARTINS, 1985a: 105-6).

No que se refere ao trabalho da CPT, salta aos olhos a rede que se formou em torno, por exemplo, da necessidade de gestar uma nova prática sindical. A entidade conseguiu se firmar com relação ao sindicalismo como um elemento aglutinador das insatisfações dos trabalhadores rurais. A partir das reflexões produzidas, criaram-se sindicatos onde estes não existiam e passaram a ocorrer questionamentos da prática sindical onde eles já estavam formados. É neste contexto que, aliado a outros fatores - como o empenho das lideranças e trabalhadores que se mobilizaram em favor de uma renovação sindical - mas com o decisivo investimento do trabalho da Igreja, através das CEBs/CPT -, surgiu o que passaria a ser chamado de “Movimento de Oposição Sindical”<sup>18</sup>. Esta articulação baseava-se na crítica à estrutura sindical legalista e assistencialista vigente no campo, corporificada na Contag, que, segundo seus opositores, não respondia aos problemas existentes e privilegiava os expedientes

---

<sup>17</sup> Quanto à abrangência do trabalho da CPT, de acordo com um documento mais recente: *“enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. (...) Na Amazônia, apóia iniciativas dos Povos da Floresta (seringueiros, lavradores, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do sul, na busca da sobrevivência diante dos grandes projetos e ao descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violenta concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente”* (CPT, 1993: 95).

<sup>18</sup> Destinamos parcela substancial do capítulo III da presente dissertação à descrição e análise da Oposição Sindical de Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás. Por extensão, ali está apresentada uma melhor compreensão da importância das Oposições Sindicais de Trabalhadores Rurais para o MSTR em todo o país.

burocráticos, em detrimento do enfrentamento direto com o Estado. A Contag mantinha a unidade do movimento sindical; no entanto, havia uma paralisia de grande parte das direções sindicais. No meio urbano, o clima não era diferente: as greves do ABCD paulista, em 1978, recolocavam para a maioria dos trabalhadores a questão sindical, que ficara amortecida no período mais duro da ditadura. As diversas manifestações que iam ocorrendo, bem como os movimentos sociais<sup>19</sup> que iam surgindo, traziam para o debate as críticas à estrutura sindical então existente, bem como provocavam discussões sobre a criação de comissões de fábrica e sobre paralisações.

Com a emergência do Movimento de Oposição Sindical, desenvolveu-se um trabalho de formação de lideranças; em decorrência, foram renovadas as direções de vários STRs ou formaram-se novos, com padrões de ação sindical distintos do oficial, enquadrando-se na vertente sindical emergente, denominada de “novo sindicalismo”, que pretendia instituir numa nova concepção sindical.

RICCI, referindo-se à responsabilidade da CPT nesta nova conjuntura sindical, credita à entidade o papel de catalisadora da insatisfação com a direção da Contag, pois aquela, já no final dos anos 70, passou a explicitar críticas à estrutura sindical oficial - que hierarquizava o poder sindical - e à constante tentativa de resolução dos conflitos através das instituições governamentais (RICCI, 1994: 10).

### **1.3.3. O 3º Congresso da Contag e a visibilidade do movimento sindical**

Tendo como pano de fundo uma conjuntura nacional - política, sindical e agrária - bastante agitada e passando por significativas transformações, o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais<sup>20</sup>, realizado em maio de 1979, em Brasília, registrou uma alteração nos rumos do sindicalismo rural. De acordo com MEDEIROS, este congresso “(...) marcou a visibilidade do sindicalismo rural para o conjunto da sociedade. Sua repercussão foi dada não só na imprensa, mas no interior do sindicalismo urbano, que marchava para a busca da construção de uma central sindical única de trabalhadores. O sindicalismo rural emergiu, no entanto, com uma feição distinta do que se consolidara em outras categorias profissionais: o verticalismo, definido pela legislação sindical e que aparecia nas demais categorias como inoperante e símbolo do atrelamento, no sindicalismo rural assumia a forma de uma integração, que visava uma unidade de ação. Nele, quem buscava estar sintonizado com as lutas e dar-lhes direção era principalmente a confederação e não os sindicatos ou federações” (MEDEIROS, 1989: 119).

Em termos de reivindicações e lutas discutidas e encaminhadas no congresso, a questão da reforma agrária - definida como “ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores em todas as etapas e níveis” - continuava sendo a principal bandeira. O congresso reivindicava ainda o cumprimento da legislação trabalhista e surgia uma nova demanda: a alteração da legislação sindical, trazendo a liberdade das entidades representativas dos trabalhadores rurais em relação ao controle do Estado. Este congresso, ao contrário do II, mostra “(...) um deslocamento de interlocutores no discurso da Contag: o Estado deixou de ser visto prioritariamente como mediador, ao qual se recorria para encaminhar demandas dos trabalhadores e passou a ser colocado com um dos componentes da situação aflitiva por eles vivida”

<sup>19</sup> No meio urbano, neste período, em termos de participação da Igreja progressista, havia uma Pastoral Operária atuante. A respeito dos movimentos sociais populares que emergiram nesta época, ler SADER, Eder (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra. (329 pp.).

<sup>20</sup> Este congresso contou com a participação de 1.200 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, representados por cerca de 1.600 dirigentes sindicais de todo o país. Entre o II Congresso e este, as federações filiadas à Contag tinham passado de 19 para 21, os STRs de 1.500 para 2.275 e de dois milhões e meio de associados para mais de cinco milhões (CONTAG, 1979: 82).

(MEDEIROS, 1989: 118-9).

De acordo com NOVAES (1991b: 180), no relacionamento estabelecido entre a Contag e os governos militares, o sindicalismo praticado não se restringia a tratar a relação capital/trabalho. Ao reunir em um mesmo sindicato/federação/Confederação todos os trabalhadores do setor agrícola, incluindo aqueles que reivindicavam o acesso ou a permanência na terra e, também, aqueles que reivindicavam uma política agrícola oficial, esse sindicalismo via-se obrigado, constantemente, a ter uma interface com o Estado para cobrar a aplicação ou propor políticas públicas. A autora lembra ainda que se nas questões trabalhistas relacionadas aos assalariados rurais normalmente recorre-se apenas à Justiça do Trabalho, nos casos referentes à política agrícola e à questão agrária há necessidade de interlocução com o Executivo e o Legislativo.

Neste congresso, a luta pela reforma agrária ganhou outras dimensões: “(...) *não se daria mais somente por encaminhamentos administrativos, mas sim através das iniciativas dos trabalhadores, organizados sindicalmente*” (MEDEIROS, 1989: 119). Tornava-se explícita a decisão de apoiar as ações de ocupação de terras que já vinham acontecendo na região Sul do país. O 3º Congresso marcou também a mudança da concepção de educação sindical, colocando em evidência sua dimensão de “processo que conduz à transformação”.

Na opinião de PALMEIRA - visão de quem era de dentro da entidade, uma vez que na época integrava o grupo de assessores da Contag -, constituiu-se como um marco para o MSTR elaborar uma nova estratégia de atuação, através da ênfase nas lutas coletivas, na pressão direta, *“bem como a busca de alianças com organizações envolvidas na luta pela redemocratização e na defesa de interesses populares (a Igreja entre elas) como meios não só de assegurar vantagens mais imediatas aos trabalhadores, mas de questionar o ‘modelo político’ e o ‘modelo econômico’”* (PALMEIRA, 1985: 48).

#### **1.4. Com os anos 80, novas questões são colocadas para o sindicalismo rural**

Em 1980, a partir da XVIII Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi elaborado o documento “A Igreja e os Problemas da Terra”, que - ao assumir oficialmente a defesa dos trabalhadores rurais -, ampliou a dimensão do trabalho da Igreja relacionado à questão agrária e conferiu uma maior legitimidade às lutas. Com isto, o trabalho da CPT e CEBs passou a contar com um respaldo maior dentro da própria instituição religiosa, e a CPT pôde investir num padrão de organização ao qual denominava “sindicalismo de base”<sup>21</sup>, em contraposição à tendência do sindicalismo existente de articular apenas dirigentes sindicais. Assim, diferentes níveis de tensão surgiram em diversas regiões onde o sindicalismo era hegemonizado pela Contag, bem como ocorreu um revigoramento das Oposições Sindicais. Um dos assessores da CPT, na época, expunha o desafio a enfrentar: *“o movimento sindical não se transformará pela força das posições dos dirigentes sindicais, por mais autênticas que sejam. A raiz da renovação está na classe, na participação consciente e massiva da classe nas lutas por seus direitos. Isso demanda a construção de novos canais de organização dentro dos sindicatos, democratização do poder, formação de novas lideranças, formação continuada dos associados... Sem superar o ‘presidencialismo’ reinante nos sindicatos, pouco ou nada de novo se fará. Sem que se articule a força das classes organizadas,*

---

<sup>21</sup> MEDEIROS lembra que em simultâneo à expansão de seu trabalho em termos geográficos e qualitativo, “(...) a CPT desenvolveu toda uma Teologia da Terra, reflexão sobre os elos de ligação entre a fé e a vida dos trabalhadores rurais, que tem na terra seu ponto central” (MEDEIROS, 1989: 157).

*pequeno será seu poder político*” (POLETTTO, 1985: 56).

Na década de 80 iniciou-se a organização de centrais sindicais no país. As disputas políticas ocorridas, envolvendo diferentes correntes e tendências sindicais, levaram à formação de duas organizações nacionais: em agosto de 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e em outubro do mesmo ano, a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que transformou-se no ano seguinte na Central Geral dos Trabalhadores (CGT). A Contag, enquanto entidade, procurou manter-se “neutra”, não se filiando a nenhuma das centrais, embora José Francisco da Silva tenha se tornado vice-presidente da CGT e a Contag tenha sido computada como única Confederação “de lutas” no seu interior (NOVAES, 1991b: 184-5).

Em termos de representação dos trabalhadores rurais de forma geral, a criação da CUT - e, por extensão, de uma Secretaria Rural - constituiu-se numa ameaça ao monopólio que até então vinha sendo exercido pela Contag, que, sem se filiar, alinhava-se politicamente com a Conclat e, depois, com a CGT. Por aproximadamente duas décadas, a Confederação procurou constituir-se como representante única dessa categoria, empunhando as bandeiras dos direitos trabalhistas e, principalmente, da reforma agrária, como unificadoras das reivindicações dos diferentes segmentos sociais existentes no campo. A partir da criação da CUT, a maioria dos STRs “combativos” passou a filiar-se a esta, contribuindo para a crise e o isolamento político da Contag.

#### **1.4.1. A Nova República e o 4º Congresso da Contag**

Em maio de 1985, logo após ter sido instalada a “Nova República”, a Contag realizou o seu 4º Congresso Nacional<sup>22</sup>. Este congresso ficaria marcado como um dos momentos decisivos para a disputa de representação da entidade; uma das evidências é que no plenário destacavam-se forças organizadas contrárias à direção da Contag, sendo que a bancada dos “sem-terra”<sup>23</sup> e o grupo dos “rurais” da CUT eram os principais (NOVAES, 1991b: 186).

Neste congresso a maior discussão ocorreu em torno da questão da reforma agrária, centrando-se o debate no apoio ou não ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da Nova República, que fora lançado no próprio evento, com o endosso da Contag. Entre os temas polêmicos estavam a democratização da estrutura sindical, onde eram reivindicadas alterações no processo eleitoral para escolha dos dirigentes de federações e Confederação e a ratificação da convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que permitiria o pluralismo sindical (MEDEIROS, 1989: 173; NOVAES, 1991b: 187-8).

No intervalo entre o 3º e o 4º Congressos, havia ocorrido uma diferenciação interna na condução e prática relacionadas às lutas dos trabalhadores rurais, resultando no surgimento de novos encaminhamentos e propostas de direção política. A Contag já não detinha mais o monopólio de representação dos trabalhadores rurais brasileiros. Por um lado, no campo sindical, a CUT e a CGT já existiam enquanto articulações nacionais e, por outro, o MST - Movimento dos Sem Terra - também se fortificava nacionalmente a partir de um enraizamento forte em algumas regiões. No campo de atuação do Movimento - relacionado à reforma agrária -, os sem-terra mostravam que divergiam frontalmente da prática da Contag: privilegiavam as ocupações e acampamentos,

<sup>22</sup> O 4º. Congresso foi realizado também em Brasília, em maio de 1985 - início da “Nova República”, após 21 anos de ditadura militar. Contou com a participação de 4.100 delegados. Estes, entre outros fatos, garantiram ao congresso uma grande divulgação em toda a imprensa conferindo, naquela oportunidade, uma visibilidade à questão agrária e aos trabalhadores rurais (CONTAG, 1985: III e IV).

<sup>23</sup> Grupo de trabalhadores rurais que se articulou no âmbito da Igreja progressista mas que, através de congresso realizado em janeiro de 1985, se tornou independente, criando o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, o MST.

diferentemente da Confederação, que seguia no caminho da negociação com o Estado. O próprio 4º Congresso da Contag veio a confirmar isto ao endossar a proposta do 1º PNRA.

No entendimento de NOVAES, este congresso pode ser identificado como o espaço onde evidenciou-se o esgotamento de um modelo de sindicalismo que foi historicamente construído pelo MSTR. Como prova disto, aponta que *“(...) a presença dos ministros no Congresso e da Contag em cargos de confiança da Nova República fragilizou a crença e a autoconvicção na autonomia do MSTR, frente às Igrejas e partidos políticos, que foi fundamental para sua construção enquanto referência nacional. (...). Abalada a crença na autonomia, abalava-se também sua eficácia como coordenação nacional ‘dos trabalhadores rurais’. (...), passado o Congresso ela não teve legitimidade nem para conter os sem-terra, que iniciaram uma série de ‘ocupações’, nem os ‘acampamentos’ que STRs da área da CUT faziam nos escritórios regionais do Incra. (...) quando, menos de dois anos depois do IV Congresso, os recuos do governo Sarney eram evidentes e a Contag quis reviver sua posição de autonomia em relação à Nova República, ela já não era reconhecida nem pelo próprio governo como a única, ou a mais legítima representante dos trabalhadores rurais”* (NOVAES, 1991b: 188-9).

#### **1.4.2. A organização dos trabalhadores rurais no interior da CUT**

Durante a realização do II Congresso Nacional da CUT (Concut) no Rio de Janeiro, em 1986, foi criada a Secretaria Nacional dos Trabalhadores Rurais. Esta secretaria surgiu como uma instância específica dos rurais no interior da central, um espaço mais sólido e permanente onde foram se abrigar as inúmeras Oposições Sindicais que haviam surgido anteriormente (NOVAES, 1991b: 190; MEDEIROS, 1994: 71).

Posteriormente, em 1988, no III Concut em Belo Horizonte, a partir da Secretaria Nacional dos Rurais, foi criado o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR). Dessa forma, o segmento rural passou a integrar a estrutura vertical da CUT - ao lado de outros departamentos que abrigavam outras categorias profissionais - adquirindo uma relativa autonomia política e a possibilidade de autonomia administrativa e financeira.

A estrutura interna do Departamento passou a contar com secretarias especializadas para cada categoria (assalariados, pequenos produtores, sem-terra). Assim, o DNTR demonstrava sua preocupação tanto com os pequenos produtores - historicamente mais organizados no sul do país -, quanto com os assalariados e com os sem-terra - camponeses, posseiros, parceiros, seringueiros, pescadores, etc. Ou seja, o Departamento inovava com relação à estrutura sindical interna mantida historicamente pela Contag: em vez de uma organização por temas (política agrícola, previdência social, legislação trabalhista, ...), se estruturara distribuindo as diferentes categorias em secretarias específicas. Entretanto, como herança do sindicalismo contaguiano, manteve o mesmo conceito de trabalhador rural para explicar o conjunto das distintas categorias profissionais presentes no campo.

#### **1.5. Os anos 90 trazem novos desafios e a gestação de um projeto**

Entre abril e maio de 1990 realizou-se, em São Paulo, o 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, reunindo 419 delegados de todo o país, representando os principais STRs e Oposições Sindicais. O lema “construir a

unidade na diversidade” era bastante indicativo em relação às discussões que o permeavam: existiam questionamentos de segmentos da própria Central sobre a pertinência ou não da presença de pequenos produtores no seu interior (uma central hegemonizada pelos assalariados urbanos) e da própria possibilidade de condução da luta por terra. Isso num contexto em que as lutas envolvendo pequenos produtores e os conflitos por terra em todo o país tiveram grande importância na própria criação e implantação nacional da CUT, produzindo algumas de suas principais lideranças rurais (DNTR, 1990: 43; MEDEIROS, 1997: 69).

Nessa época, a CUT estava presente - com pesos diferenciados - em nove federações, ao mesmo tempo que em outros estados estavam sendo fundados os Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais, reunindo STRs que não eram filiados às federações ou não pagavam mais suas contribuições às federações e à Contag. Por outro lado, havia um novo elemento: com a nova Constituição Federal, de 1988, abriu-se a possibilidade de criação de sindicatos específicos por categoria de trabalhadores rurais em um mesmo município. Nesse congresso, o Departamento optou pela recomendação de avaliações localizadas quanto às formas de organização sindical que fugiam ao tradicional STR, e apoiou novas experiências, tais como dos sindicatos de pequenos produtores de fumo e de avicultores, no sul do país, bem como aceitou a filiação da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo)<sup>24</sup> à Central (NOVAES, 1991b: 192-3).

Na verdade, o próprio DNTR admitia que a questão da estrutura sindical se constituía apenas em parte do problema: havia uma questão considerada muito mais importante: “qual a política que o movimento sindical tinha para oferecer ao campo, diante da grande diversidade de situações que se apresentava?”. A resposta a esta questão era fundamental, pois o sindicalismo passava por um momento de questionamentos e impasses muito fortes. Por um lado, em relação aos pequenos produtores, a falta de uma política clara, colocava-os no campo de disputa e influência de outros segmentos sociais, como foi o caso da própria UDR. Em termos das lutas dos sem-terra, a ausência de uma política no seio do movimento sindical, fez com que ocorresse um crescimento do Movimento dos Sem Terra. Quanto aos assalariados, os desafios passavam pela livre negociação e pelo modelo de sindicato a adotar (CESE, 1990: 3-4).

Além destes temas envolvendo a estrutura sindical, a década de 80 havia revelado outros desdobramentos relacionados à organização sindical no campo. O surgimento de inúmeras associações de pequenos produtores e a criação de movimentos importantes envolvendo segmentos do campo com identidades políticas próprias, específicas, como “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “povos da floresta”, etc., impuseram dificuldades novas relacionadas ao estabelecimento de competências, articulações e fronteiras nítidas entre uns e outros. Estas novas identidades que foram se firmando, ao deixarem bem claro as peculiaridades das demandas de cada uma, colocaram em xeque as formas de organização e representação anteriores.

### **1.5.1. O 5º Congresso da Contag e a identidade “pequeno produtor”**

---

<sup>24</sup> A Feraesp surgiu em São Paulo em 1989, quando 26 sindicatos da região canavieira de Ribeirão Preto lideraram a paralisação de 58 mil trabalhadores rurais assalariados. Embora no estado existisse há muitos anos a Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo), ligada à Contag, a Feraesp surge a partir do espaço aberto com a Constituição Federal de 1988 e, principalmente, em decorrência de disputas anteriores dentro do movimento sindical paulista (FERRANTE & BARONE, 1994: 36).



Neste clima é que a Contag, em novembro de 1991, realizou em Brasília o seu 5º Congresso Nacional, reunindo 2.095 delegados. Neste, ao contrário do congresso anterior, havia um desencantamento com relação às promessas governamentais não cumpridas, principalmente aquelas relacionadas à realização da reforma agrária. A entidade também registrou que o congresso ficaria marcado pela “(...) *disposição dos trabalhadores para construir a unidade do movimento sindical e intensificar a luta pelo resgate de sua própria cidadania*”. A Confederação admitia que os trabalhadores rurais tinham sido “(...) *excluídos de todas as formas de participação na definição dos rumos do país (...)*” e, sintomaticamente, afirmava que “*contra a completa omissão do governo na realização da reforma agrária; contra o crescimento e a qualificação da violência e da impunidade que a acompanha; contra a ausência de qualquer política de apoio à pequena produção; contra o desrespeito sistemático a seus direitos previdenciários e trabalhistas e contra o maior arrocho salarial já imposto neste País, os trabalhadores rurais reagiram com cinco dias de discussão para redefinir seu plano de lutas nos próximos três anos e com a reafirmação e o aperfeiçoamento de sua estrutura organizativa*” (CONTAG, 1991: 9).

Quanto aos sindicalistas cutistas, sua participação ou não neste congresso tinha sido uma debate que já ocupara muitos espaços de discussão nas instâncias da Central, sendo que no 1º Congresso do DNTR registraram-se fortes embates, sendo, por fim, deliberada a não participação (DNTR, 1991: 43).

Entretanto, entre o 1º Congresso do Departamento, realizado no início de 1990 e o 5º Congresso da Contag que se realizou em novembro de 1991, o quadro se modificou. Nesse período, o DNTR reviu sua posição anterior; para este processo de reavaliação, pesou a participação que a CUT tinha em nove federações - ligadas organicamente à Contag - em diferentes estados do país. Por outro lado, pesou também a ameaça que poderia representar para a CUT deixar uma brecha, não participando de um congresso nacional da Contag, quando recentemente havia sido fundada a Força Sindical (DNTR/CUT, 1995a: 6).

Dessa forma, a CUT, em que pesem todas as dificuldades até se definir pela participação no 5º Congresso da Contag, chegou ao evento com mais de 30% dos delegados (DNTR/CUT, 1995a: 6). Em decorrência desta participação dos sindicalistas cutistas, percebe-se neste congresso da Contag a entrada de novos elementos no debate - relacionados, por exemplo, à pequena produção -, o que revela a mudança de tom de algumas discussões que já estavam bastante cristalizadas no interior da Confederação. A própria mudança do cenário das discussões - de grupos temáticos para grupos específicos por categoria - revela que algo novo acontecia na entidade. E o novo que surgira no 5º Congresso era devido, em grande parte, a uma intervenção cutista mais articulada do que a que ocorrera no congresso anterior, provocando mudanças de encaminhamento na entidade. Mas, por outro lado, também sinalizava que a própria Contag buscava se adequar aos novos tempos que traziam demandas novas - não só para a Confederação, como para o MSTR como um todo -, procurando manter a hegemonia do movimento sindical.

O temário do congresso ficou composto por seis blocos de discussão: sindicalismo e organização sindical, participação política nas questões nacionais, luta pela reforma agrária, luta dos pequenos produtores rurais, luta dos assalariados rurais e saúde e previdência social. No bloco “luta dos pequenos produtores”, foi dado destaque à própria definição de pequeno produtor: decidiu-se “*considerar como pequeno produtor rural aquele que explore parcela de terra sob regime de ocupante, proprietário, posseiro, arrendatário e parceiro, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a) utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua*

*família, sem concurso de empregado permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; b) cultivo de quantidade mínima de terra superior a um módulo rural, suficiente para absorver toda a força de trabalho familiar, garantindo sua subsistência e progresso social e econômico; c) limite máximo de área, expresso em hectares, correspondente a três módulos rurais ou, na impossibilidade de apuração destes, três módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; d) que 80% (...) da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e extrativa; e) que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. No caso de pequenos produtores que não se enquadrem no item b, a exigência de renda originária da exploração será de 40% (...), no mínimo” (CONTAG, 1991: 85-6 - grifo meu).*

Ao lado das questões relativas à política agrícola - crédito rural, seguro agrícola, comercialização - que, historicamente, integraram as pautas dos congressos da Contag, apareceram questões novas, como: associativismo e cooperativismo (substituindo o que era somente cooperativismo), programas especiais, saúde e meio ambiente, infraestrutura social e infraestrutura física, refletindo os novos desafios e demandas que os anos 90 estavam trazendo para o movimento sindical.

Como desdobramento deste congresso, no plano organizativo saiu a decisão de criação de secretarias específicas para as principais áreas de luta dos rurais, buscando dar um novo ritmo às ações da Contag. Assim, a estrutura da nova diretoria passou a ser integrada pelas Secretarias de Política Agrícola, de Política Salarial e de Política Agrária. Diferentemente do DNTR, que em seu 1º Congresso tinha optado pela estruturação através de secretarias por categoria, a Contag não fez grandes modificações em relação à estrutura que havia até então. No que se refere aos pequenos produtores, foi mantido o modelo anterior, de referência à política agrícola.

### **1.5.2. Novas formas de lutas passam a ser implementadas**

Integrando a disputa pela representação dos trabalhadores rurais e constituindo-se em estratégias de se fazer visível para a sociedade, a partir de 1992 começaram a ser produzidas ações que inovaram em termos de mobilizações produzidas pela população do campo. Surgiram, então, as “Jornadas” e os “Gritos”, mobilizações em série, constituídas, em geral, por uma grande participação de trabalhadores, com uma abrangência que ia do municipal ao nacional; estas, revestiram-se de grande importância, pois passaram a representar a perspectiva de novos caminhos para o movimento.

As Jornadas Nacionais de Lutas dos Rurais surgiram em 1992, a partir da constituição do Fórum Nacional das Jornadas de Lutas, composto pelo DNTR/CUT, Contag, MST (Movimento dos Sem Terra), Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Movimento de Mulheres Agricultoras e a Pró-Central dos Movimentos Populares e tendo como princípio a “unificação das lutas com todas as organizações de trabalhadores do campo”. O Fórum, durante o seu primeiro ano de existência, realizou três grandes “Jornadas”.

A primeira, ocorreu em março de 1992, mobilizando 800 mulheres trabalhadoras rurais, representando 18 estados brasileiros, com a ida de caravanas a Brasília. O objetivo central foi a defesa dos direitos específicos das mulheres rurais, como o salário maternidade às trabalhadoras assalariadas. No entanto, também faziam a defesa dos interesses gerais do campo, como a reforma agrária. Na continuidade desta 1ª Jornada, entre os meses de abril e maio, realizaram-se grandes manifestações em todo o país, através de assembléias nas sedes dos STRs, fechamentos de rodovias e acampamentos

ao longo das estradas, caminhadas do interior para as capitais e ocupações de terras e órgãos públicos seguidas de acampamentos; em cada região as mobilizações da Jornada ocorriam com ênfases diferenciadas, de acordo com a peculiaridade das situações enfrentadas. O balanço da 1ª Jornada apontava que esta havia contribuído para que ocorressem avanços na organização de fóruns estaduais, bem como na elaboração da pauta de reivindicações sobre os Fundos Constitucionais (FNO, FCO e FNE)<sup>25</sup>, além de terem sido encaminhadas negociações conjuntas CUT/Contag, que também elaboraram uma pauta nacional de reivindicações entregue a alguns ministérios e ao Banco do Brasil.

Ao final do mês de maio de 1992, realizou-se a 2ª Jornada Nacional de Lutas que repetiu as mobilizações dos trabalhadores rurais em todo o país, com destaque para a luta pelo encaminhamento das aposentadorias e pagamentos aos 55 e 60 anos de idade, para mulheres e homens, respectivamente, assim como pela liberação do crédito de emergência. Com saldos diferenciados em cada estado, ao final da Jornada os trabalhadores rurais haviam conquistado infra-estrutura e urbanização para assentamentos, alimentação e sementes para famílias acampadas, acordos sobre o FNO e créditos para algumas associações e cooperativas.

Em julho de 1992 ainda se realizaria uma 3ª Jornada Nacional. Ao contrário das outras duas, que tinham se caracterizado como ações massivas nacionais, esta foi composta por mobilizações de caráter local, estadual e regional. Em geral, apresentou-se como uma ação de cobrança das promessas feitas durante as negociações anteriores, aprofundando as conquistas e acumulando forças para uma grande mobilização que as entidades promotoras planejavam para 1993<sup>26</sup>. Assim, em alguns estados ocorreram debates com a sociedade em torno da questão da reforma agrária e, em outros, vigílias, caminhadas e encontros de mulheres trabalhadoras rurais; no Nordeste foi encaminhada a campanha salarial dos canavieiros (CPT, 1993: 15 - baseado em documento do 5º Encontro Nacional do DNTR/CUT).

Dentre as novas formas de lutas que foram implementadas pelo movimento sindical nos anos 90, também destacam-se os “Gritos do Campo”. O ciclo de mobilizações assim denominado iniciou-se em 1991, de forma localizada, implementado por alguns STRs do estado do Pará. A iniciativa surgiu motivada pelo esforço do movimento sindical no sentido de qualificar-se como negociador, especialmente com o Estado, a partir de proposições pontuais exequíveis, extraídas das demandas concretas e imediatas dos trabalhadores rurais, como por exemplo, lutar pelo acesso aos créditos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte - o FNO. De acordo com TURA: *“os Gritos são mobilizações de trabalhadores rurais que ocorrem nas grandes cidades (...), num determinado período de tempo preestabelecido (em torno de três a cinco dias), articuladas pelo movimento sindical, que reúnem diversos setores e organizações da categoria (...) na formulação de uma pauta comum de reivindicações e na negociação com o Estado e o patronato, tomando como base uma concepção de desenvolvimento para o campo que procura se contrapor ao modelo vigente. Para a conquista de suas reivindicações são elaboradas propostas e mesas de negociação constituídas, como também são organizadas diferentes formas de pressão durante os*

---

<sup>25</sup> O FNO, o FCO e o FNE (Fundos Constitucionais para o Desenvolvimento das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente), surgiram com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Estes fundos compunham um novo programa de financiamento que, por força de lei -Lei 7.827-, torna obrigatório à União o repasse de 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao setor produtivo das três regiões, sendo distribuídos da seguinte forma: 0,6% para o FNO, 0,6% para o FCO e 1,8% para o FNE (DNTR/CUT, 1993c: 4).

<sup>26</sup> Possivelmente tenha sido realizada em 1993 uma última Jornada, antes de iniciarem-se os Gritos, em 1994. Entretanto, deixamos de analisá-la por não dispor de material a respeito.

*dias do evento,(...), a ocupação de bancos, de avenidas, passeatas, debates, manifestações em frente a órgãos públicos, etc.” (TURA, 1996: 1-2).*

A partir do que fora concebido inicialmente como uma marcha contra a violência e a impunidade no campo, foi realizado no estado do Pará, em abril de 1991, o I Grito do Campo, envolvendo aproximadamente 3.000 trabalhadores rurais vindos de várias regiões, numa caminhada em direção a Belém, além de militantes de movimentos populares e sindicalistas urbanos. O evento ficou marcado por ocupações dos espaços públicos e institucionais da capital, interferindo no seu cotidiano (TURA, 1996: 67-73). O II Grito do Campo, aconteceu ainda em 1991 - em agosto -, tendo como eixo central a luta pelo FNO e, por isso, considerado como uma continuidade do I Grito. O ato foi incluído na proposta do DNTR/CUT de organização de Jornadas de Lutas dos Rurais, na tentativa de promover uma atividade nacional dos trabalhadores do campo. Em termos de resultados, conquistaram uma primeira vitória em torno da luta pelo FNO e FNO-Urgente e, principalmente, as instâncias sindicais obtiveram das instituições o reconhecimento como interlocutores na negociação acerca dos Fundos (TURA, 1996: 75-84).

O III Grito do Campo foi realizado em maio de 1992, sendo também incluído nas atividades das Jornadas Nacionais, contando com a presença de aproximadamente 2.000 agricultores, que participaram de um acampamento na praça principal de Belém, recebendo ampla cobertura da imprensa; além disso, ocorreram atos em municípios pólos do estado. A pauta de reivindicações, elaborada conjuntamente pela Fetagri e CUT, incluía: distribuição, regularização e documentação das terras; créditos; direitos trabalhistas e previdenciários; condições para viver no campo; fim da violência e impunidade (TURA, 1996: 93).

Em maio de 1993, os “Gritos” passaram a ter uma dimensão regional, através do “Grito dos Povos da Amazônia por Cidadania e Desenvolvimento”, ampliando a articulação com outros setores e estados da região, a partir da avaliação da fragilidade do movimento, ao não conseguir uma unificação regional das lutas e tendo presente que os projetos de desenvolvimento oficiais são planejados para a região como um todo. Assim, a discussão principal foi sobre a inadequação do modelo de desenvolvimento vigente, tendo sido apresentado pelo movimento, para debate, um “projeto alternativo de desenvolvimento com base na pequena produção familiar”. A imprensa destacou o espírito propositivo do Grito e a perspectiva de fazer uma ação que conjugasse “pressão e negociação”, buscando retirar as entidades dos trabalhadores rurais do anonimato.

Em agosto de 1993 ocorreu a 1ª Plenária Nacional do DNTR, num quadro de movimentações e boatos sobre a filiação da Contag à CUT. Nesta plenária foram aprovadas as resoluções de construir uma grande jornada nacional de lutas, que envolvesse o conjunto das organizações dos trabalhadores rurais, articulando a médio prazo um projeto alternativo de desenvolvimento rural, no qual a reforma agrária e a agricultura familiar fossem elementos fundamentais. Desta proposta, originou-se o I Grito da Terra Brasil, em maio de 1994 (DNTR/CUT, 1995a: 7). Em junho de 1995, realizou-se o II Grito e, entre maio e junho de 1996, realizou-se o III.

Com respeito ao II Grito da Terra Brasil - cujo lema era “por um país sem fome, sem violência e com trabalho” - realizado em 1995, a coordenação do movimento estava composta pela CUT, Contag, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas Brasileiros (Capoib) e Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais, revelando um amplo leque de articulações envolvendo distintas organizações relacionadas ao meio rural, sendo a maioria de abrangência nacional. A pauta elaborada para as negociações, contendo 26

páginas, trazia as reivindicações agrupadas em blocos: reforma agrária, política agrícola, relações de trabalho, violência no campo, política energética, previdência social, política para os povos indígenas e, por último, meio ambiente. Esta pauta seria utilizada nos encontros e audiências com os mais distintos interlocutores: governos federal e estaduais, Congresso Nacional e órgãos públicos governamentais. No caso do bloco de reivindicações sobre política agrícola, este trazia um anexo com a definição de “produtor em regime de economia familiar”, que seria o segmento beneficiário de uma política agrícola diferenciada que estava sendo reivindicada (CUT *et alii*, 1995), revelando que para o movimento sindical cutista era fundamental deixar bem claro quem compunha este segmento rural para o qual deveria ser destinado um tratamento prioritário em termos de política agrícola.

A produção dos “Gritos” constituiu-se em uma importante inovação na ação do movimento sindical dos trabalhadores rurais nos anos 90. As pautas sindicais, entre outros elementos, tomaram uma proporção bastante significativa e foram se constituindo num componente estratégico da luta, pois o seu processo de elaboração tornou-se um momento de unificação e articulação do movimento e capacitação das lideranças. De uma forma geral, as pautas são elaboradas em várias etapas, através de encontros municipais, regionais e estadual e envolvem comissões organizadas, compostas por dirigentes sindicais estaduais, regionais ou nacionais, assessores e técnicos, para os diferentes temas. As pautas podem ser pensadas como bandeiras de luta transformadas em reivindicações negociáveis com a sociedade e como fruto de negociações internas entre grupos políticos em determinadas conjunturas político-econômicas. Dessa forma, são reveladoras das dinâmicas e transformações do sindicalismo rural, promovendo uma readequação do seu projeto sindical. O estabelecimento de interlocução com os órgãos governamentais e a necessidade de eficácia da ação sindical, exigiu do movimento a adoção de uma postura propositiva, sendo que a cada ano é buscado um aperfeiçoamento destas pautas, que vão assim se apresentando com diferentes feições.

Diferentemente dos anos anteriores - décadas de 70 e 80 - em que as pautas eram mais simples, apresentando reivindicações gerais, constituindo-se enquanto um elenco de bandeiras de luta do movimento e colocando-se como uma exigência e não para negociação, as reivindicações contidas nas pautas dos “Gritos” abrangem demandas de diferentes áreas - política, econômica e social - e pretendem ser globais. Também tentam atingir as várias necessidades do cidadão, de forma a permitir desenvolver seu potencial produtivo, além de expressar a perspectiva sequencial das mobilizações. As reivindicações são feitas tomando por base os trâmites administrativos (ou os impedimentos burocráticos e orçamentários) necessários para seu atendimento. Por exemplo: na questão agrícola, não se fala apenas em “assistência técnica”, “política agrícola diferenciada para a pequena produção”, mas em “operacionalização dos escritórios da Emater”, “fornecimento de matérias e equipamentos para a implantação de 50 viveiros comunitários”, etc. No caso ainda da questão agrícola, as pautas propõem não apenas os procedimentos a serem adotados pelos órgãos governamentais para o “desenvolvimento das atividades” dos pequenos produtores, mas formas de viabilizá-las, através de convênios com os governos municipal e estadual ou com os órgãos federais, o modo de financiamento, medidas administrativas, etc. (TURA, 1996: 107-24).

Baseando-se na experiência dos Gritos do Campo do Pará e do Grito da Amazônia, TURA chama a atenção que o eixo central das pautas não estava mais voltado para a questão de terra, mas da política agrícola (ou das políticas públicas para o setor) - no caso dos Gritos do Campo - e, no caso do Grito da Amazônia, a pauta se

contrapunha diretamente ao modelo de desenvolvimento vigente, o que não significava que as demandas fundiárias ou agrárias não mais existiam. E nisto reside uma diferença em relação à década de 80, em que a introdução dos documentos reivindicativos e o próprio conteúdo referiam-se aos problemas do campo de forma genérica, colocando insatisfações e denúncias sobre os diferentes pontos, tendo como eixo o binômio estrutura fundiária/violência no campo. De acordo com a mesma pesquisadora: *“o movimento sindical passa a identificar, então, que não apenas a transformação na estrutura fundiária do país altera as relações de poder dominantes na sociedade e a sua democratização, mas também a quebra da centralização e a participação das decisões sobre as prioridades e destinos dos financiamentos governamentais, que permanecem intocados. Ou seja, dirige-se à revisão do ‘modelo de desenvolvimento’”* (TURA, 1996: 111). Analogamente podemos estender esta análise para os Gritos da Terra Brasil, que passaram a ocorrer a partir de 1994. Com a emergência dos “Gritos” ocorreu um sensível deslocamento da matriz discursiva do movimento sindical, saindo da prioridade imputada à questão agrária para um acento na questão agrícola. Conseqüentemente, se antes o segmento que estava no centro das atenções do MSTR era o dos sem-terra, uma outra categoria passou a conquistar mais atenção deste movimento, sendo elevada à condição de prioritária: a da “pequena produção”/“agricultura familiar”.

Ao traduzir um conjunto de reivindicações de diferentes categorias em uma pauta unificada nacionalmente, mobilizar trabalhadores de diversos pontos do país e trazê-los para as ruas, realizar ocupações de órgãos públicos e manifestações, os “Gritos” vêm se constituindo em momentos de construção da visibilidade pública dos rurais, de busca de apoio da sociedade e, principalmente, de apresentação/negociação de demandas com o Estado. Por outro lado, ao envolverem diversas organizações de representação e de apoio aos trabalhadores do campo, constituem-se também como espaços de articulação política. No entanto, segundo recente diagnóstico produzido pelo sindicalismo rural, ao analisar a trajetória dos “Gritos”, o relatório constata - através de referências à “pauta que veio de Brasília” em contraposição à pauta que era produzida localmente - um movimento de progressiva centralização decisória. Ao par disto também parece ocorrer uma centralização das mobilizações, cada vez mais voltadas para criar um grande fato em Brasília, e cada vez com menor repercussão local (CUT/CONTAG, 1998: 38).

Através das propostas apresentadas relativas ao “Grito da Terra Brasil 98”, verificamos que, ao mesmo tempo em que há um tom forte de cobrança, expressa ao pretender apresentar a avaliação das políticas governamentais e, posteriormente, na exigência da implementação das políticas públicas necessárias à construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural -, está também explícita a disposição política da negociação e, principalmente a tônica acentuadamente propositiva com a apresentação para a sociedade do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS).

### **1.5.3. A agricultura familiar amplia seus espaços no movimento sindical**

Em termos de congressos nacionais da Contag ocorridos nos anos 90 - além do 5º, realizado em 1991 - em 1995 aconteceu o 6º e, em 1998, o 7º. Realizado em Brasília em abril 1995 - reunindo quase 2.000 delegados, representando 3.200 sindicatos e 24 federações estaduais-, o 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ficou marcado na história do movimento sindical rural porque nele foi definida a filiação da Contag à Central Única dos Trabalhadores, voltando - assim - a reunir numa mesma entidade sindical nacional a representação dos trabalhadores rurais brasileiros.

Sob o lema “Nem fome, nem miséria, o campo é a solução - reforma agrária, agricultura familiar, salário digno”, os participantes deste congresso discutiram e deliberaram a busca de um novo modelo de desenvolvimento rural, tendo como centro a agricultura familiar. Mantiveram como prioridade de sua atuação, contudo, a luta por uma reforma agrária ampla e massiva, acompanhada de políticas públicas adequadas. Desta forma, se no congresso anterior ainda se falava em “pequena produção”, este 6º Congresso cunhou nos anais da história da Contag uma nova terminologia: “agricultura familiar”, determinando desta forma uma nova identidade para aquele segmento de produtores rurais que tem acesso direto a uma quantidade limitada de terra.

Ancorada possivelmente no que tem representado para o movimento sindical como um todo a realização dos Gritos da Terra Brasil (GTB), em termos da mudança de uma postura apenas reivindicativa para outra de caráter mais propositivo, a Contag - ao discutir as questões nacionais - afirmava: *“hoje não basta apenas protestar. É preciso disputar espaços com os outros projetos, apresentando alternativas de desenvolvimento para o país”* (CONTAG, 1995: 29-30).

Ao discutir a proposta de um “projeto alternativo de desenvolvimento para a agricultura”, a Contag definiu quais seriam os elementos fundamentais para este projeto: a realização da reforma agrária, a regularização do acesso à terra, a priorização da agricultura de economia familiar, a criação de instrumentos de negociação coletiva eficientes, o investimento em pesquisas sobre novas tecnologias de produção não agressivas ao meio ambiente, a reformulação das políticas públicas para a agricultura com vistas a atender a agricultura familiar, a garantia de continuidade das atividades extrativas que conjugassem melhoria das condições de vida das populações locais com preservação ambiental, a interiorização do desenvolvimento e o enfrentamento dos projetos que modificam de forma nefasta a vida das populações rurais. Além disso, este novo modelo de desenvolvimento deveria prever novas formas de debate no conjunto da sociedade sobre o papel econômico e social que seria destinado à agricultura em suas relações com os demais setores produtivos (CONTAG, 1995: 31-3).

No conjunto dos resultados alcançados pelo congresso, de acordo com os registros nos anais, evidencia-se a ampliação da ascendência cutista nas decisões tomadas. Um dos indícios fortes é a própria discussão ligando política agrícola e desenvolvimento rural com base num regime de economia familiar, no bloco de discussões sobre política agrícola e desenvolvimento rural (pp. 50-63). Esta discussão teve sua origem ainda no Departamento Rural da CUT e foi entrar para o debate contaguiano justamente com o aumento da influência cutista - cuja participação passou a ser mais articulada já no 5º Congresso, em 1991. A questão da pequena produção, no entanto, sempre esteve fortemente presente na Contag, por influência dos sindicalistas do sul do país. O “novo” produzido e introduzido na Contag pelo Departamento foi a forma de colocar a questão: não mais reivindicando a inversão dos sinais da política agrícola prioritária da grande para a pequena produção, mas pensando em termos de um novo modelo de desenvolvimento rural em que estivesse contemplada a agricultura familiar, a reforma agrária e condições dignas de trabalho para os assalariados do campo<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Na sequência deste congresso da Contag, realizou-se em novembro de 1995, em Brasília, o 3º - e último - Congresso do DNTR/CUT, que trouxe como decisões mais importantes a extinção do Departamento e a criação de uma Coordenação Nacional dos Rurais da CUT, vinculado à Executiva Nacional da Central, composta por oito dirigentes com *status* de diretores nacionais, e tendo um caráter de transição uma vez que a Contag já havia se filiado à CUT no congresso anterior da Confederação (DNTR/CUT, 1995a: 3 e 20).

#### 1.5.4. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e a agricultura familiar

A criação da Coordenação Nacional dos Rurais da CUT, que continuaria atuando no período de transição entre a extinção do DNTR/CUT e a efetiva integração da Contag à CUT, colocou em destaque duas questões: as ações para a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e, dentro destas ações, a campanha de valorização da agricultura familiar, que deveria ser realizada em 1996, encabeçada pela CUT e Contag. Esta campanha teria como objetivo geral o desenvolvimento de ações que procurassem reverter o quadro de desconhecimento da importância da agricultura familiar para o país, como por exemplo construir na sociedade o reconhecimento do ator político “agricultor familiar”, com uma identidade própria. A campanha deveria ter predominantemente um tom mais afirmativo, diminuindo o acento na denúncia; deveria iniciar-se nos municípios e avançar para regiões e estados, adquirindo uma abrangência nacional. Na sua fase pública, esta deveria expressar o debate sobre projeto de desenvolvimento para o campo e, por último, o seu lançamento deveria ser realizado de maneira a sensibilizar a sociedade civil para as mobilizações do Grito da Terra Brasil (DNTR/CUT, 1995a: 34).

Entre março e abril de 1998 realizou-se, em Brasília, o 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais<sup>28</sup>, agora promovido por uma Contag já filiada à CUT há três anos. A chamada do congresso “Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”, constituiu-se no grande eixo do evento, permeando todas as discussões e debates ocorridos. A busca de um novo modelo de desenvolvimento para o campo já se constituía numa pauta perseguida pelo MSTR desde a primeira metade dos anos 90 através do sindicalismo cutista de trabalhadores rurais, encabeçado pelo DNTR. De par com a discussão da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, foi ganhando importância e relevo a identidade “agricultor familiar”, passando este a ser perseguido como o perfil de produtor rural mais coerente com uma proposta global de desenvolvimento em que a sustentabilidade seja a tônica principal.

No entanto, a convergência em torno da busca de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, longe de significar que havia uma completa sintonia de pensamento, revelou que, nos caminhos a serem percorridos para a implementação da proposta, existiam divergências sérias de concepção, provocando acaloradas discussões no interior do MSTR, principalmente na fase de preparação do 7º Congresso. Exemplo disso é o que ficou registrado nas primeiras frases (ou subtítulo) do documento-base, logo após o título-slogan “Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável: *“centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, através da reforma agrária ou centrado na realização da reforma agrária, expansão e fortalecimento da agricultura familiar”*”, sendo que no “ou” ainda vinha uma nota de rodapé explicando que a discussão preliminar no Conselho de Representantes da Contag havia mostrado a necessidade de aprofundamento do debate sobre o papel da reforma agrária no projeto alternativo e que, sendo definido este papel, deveria estar refletido no próprio título do documento. Pelo que conseguimos apurar, ao final da discussão ficou o seguinte texto: *“pela valorização e fortalecimento da agricultura familiar e por uma ampla e massiva reforma agrária”* (CONTAG, 1998: 7). Ou seja, a Contag definiu que a bandeira da reforma agrária deveria continuar ocupando o centro das discussões do

---

<sup>28</sup> Na análise deste congresso, diferentemente dos demais - em que utilizamos os “anais” ou “resoluções” -, estamos utilizando o documento-base produzido pela entidade, pois não tivemos ainda acesso aos resultados do evento. Portanto, enfocaremos mais o que estava colocado para o debate, do que as decisões tomadas.



movimento sindical - agora de par com a questão da valorização da agricultura familiar.

No que se refere às “ações de massa”, o Grito da Terra Brasil foi citado como a iniciativa do movimento sindical responsável pelos principais momentos de mobilização dos trabalhadores rurais brasileiros. Através da concepção dos “Gritos”, combinando mobilizações com negociações, foram obtidos importantes avanços, como a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), desapropriações e assentamentos.

Quanto ao Pronaf, este é um programa criado em junho de 1996, visando a apoiar o desenvolvimento rural, tendo por fundamento o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações (associações e cooperativas), como segmento gerador de emprego e renda. Segundo documentos oficiais, constitui-se num programa de parceria, envolvendo os governos municipais, estaduais e federal e a iniciativa privada, executado de forma descentralizada, com base em quatro linhas de ação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios; financiamento da produção da agricultura familiar; capacitação e profissionalização de agricultores familiares<sup>29</sup>. Em que pesem as redefinições que sofreu, o Pronaf foi resultado das pressões produzidas pelos “Gritos da Terra Brasil”. A reivindicação de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores/agricultores familiares constituiu-se numa luta histórica do conjunto do movimento sindical de trabalhadores rurais. Assim, em torno da luta específica por este programa, se unificaram tanto os sindicalistas cutistas quanto os contaguanos, quando a Contag ainda não estava filiada à CUT.

No entanto, após a realização de quatro “Gritos” nacionais - de 1994 a 1997 -, a Contag avaliava que este já não era suficiente para avançar na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Desde que os “Gritos” começaram a se repetir, ano após ano, mais ou menos no mesmo período (maio/junho/julho), com pequenas variações, foram feitas algumas referências de que estes de constituiriam na “data base dos rurais”. Mas a Contag chamava a atenção sobre este aspecto: *“a consolidação do GTB como ‘data base dos rurais’, é uma faca de dois gumes. Se por um lado nos afirmou para a sociedade enquanto atores sociais, por outro concentrou toda nossa capacidade de ação em um limitado período de tempo.(...) o enfrentamento e as negociações com o governo não têm data marcada. A mobilização alcançada tem grande dificuldade de permanecer enquanto forma de pressão no ‘pós-grito’. Após as ações, as negociações continuam, mas perdem qualidade e poder com a desmobilização, causando inclusive frustrações aos trabalhadores”* (CONTAG, 1998: 33-4).

## 1.6. Um balanço do movimento sindical dos trabalhadores rurais<sup>30</sup>

Existem atualmente no país 26 federações, sendo 24 federações estaduais de

---

<sup>29</sup> A partir de legislação específica, os agricultores familiares poderiam se beneficiar do Pronaf de duas formas: individualmente, através de financiamentos que apoiem suas atividades produtivas agropecuárias e participando da capacitação e profissionalização; e, coletivamente, através da melhoria, construção ou ampliação da infra-estrutura social e produtiva ou através da negociação de políticas públicas. Com relação ao crédito rural, o Pronaf estava regulamentado por uma Resolução do Banco Central e por normas específicas dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO/FNE/FCO) (MA *et alii*, 1996: 6-9).

<sup>30</sup> Este balanço é feito com base no relatório final do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical - “Ação e Organização Sindical da CUT para o Setor Rural e a Construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural”, referido na bibliografia.

trabalhadores rurais, uma federação de empregados rurais - a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) - e uma federação de trabalhadores na agricultura familiar - a Fetrafesc (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina). Do total, 10 são filiadas à CUT, além da própria Contag.

Quanto à organização do trabalho sindical e categorias predominantes nas direções, aparecem alterações significativas em relação ao que havia há algum tempo atrás, com destaque para a generalização da organização das federações através de secretarias temáticas ou coletivos, como as secretarias de pequenos produtores, de assalariados rurais, de políticas agrícolas, de políticas sociais, de luta por terra. Este elemento pode ter dois significados: um, poderia representar a ampliação das direções sindicais para além dos tradicionais cargos de presidente, secretário geral e tesoureiro; outro significado estaria ligado à necessidade de um trabalho mais sistemático junto a cada segmento, com suas especificidades, demonstrando que a categoria genérica “trabalhador rural” não é um instrumento adequado para o encaminhamento de reivindicações que aparecem como específicas a determinados segmentos.

Nas direções das federações aparecem com destaque lideranças advindas do segmento “agricultura familiar”, mesmo naquelas onde a base sindical é majoritariamente integrada por assalariados, como Pernambuco - exceção é a região Sudeste, onde os assalariados estão mais presentes. Quanto aos sem-terra e assentados, estes, curiosamente - pois a bandeira da reforma agrária tem um peso histórico forte no MSTR, além da luta por terra ter gerado inúmeras lideranças - quase não aparecem nas direções estaduais (exceto na federação do Maranhão). Estas questões favorecem uma leitura de que - ao contrário do que alguns defendiam que o STR não seria lugar para os “pequenos produtores” e sim espaço para tratar os problemas decorrentes da relação capital/trabalho -, estes estão devidamente enquadrados no movimento sindical rural brasileiro. Prova disso é a adesão que tem ocorrido ao PADRS. Já nos processos eleitorais sindicais tem avançado o método de eleições em congresso, demonstrando um alargamento das práticas democráticas no seio do sindicalismo rural (CUT/CONTAG, 1998: 29-34).

Com relação à estrutura sindical, as inúmeras experiências organizativas que proliferam pelo país, parecem questionar o histórico modelo “guarda-chuva” STR. Em que pese estarem centradas em alguns estados, indicam uma tendência no sentido de criação de instâncias organizativas próprias a alguns segmentos, particularmente os “assalariados rurais” e os “agricultores familiares”. Também se verificam os sindicatos por ramos de produção, como de trabalhadores do setor sucro-alcooleiro e de trabalhadores das empresas agrícolas, agroindústria, agropecuária e horticultura - experiências em curso na Bahia -, indústrias da alimentação, madeireiros, extrativistas, avicultores, etc. Em alguns casos surgem disputas da base sindical com o sindicalismo patronal. Há também experiências de sindicatos regionais, o que se justifica pelo caráter extramunicipal de algumas empresas agroindustriais. No caso das federações, aparecem as organizações por “pólos sindicais”, por “regionais” ou por “fóruns regionais”, indicando a necessidade de descentralização e organização da ação sindical de forma mais próxima aos sindicatos. Há também a presença de articulações sindicais interestaduais, para elaboração de propostas e estratégias conjuntas; assim, há o Fórum Sul, reunindo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, envolvendo sindicatos de Pernambuco e Bahia e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, que desenvolve trabalho conjunto com a Feraesp e a Pastoral dos Migrantes, junto àqueles trabalhadores que migram sazonalmente, no sentido Minas - São Paulo, para o corte da cana (CUT/CONTAG, 1998: 34-5).

### **1.6.1. A situação da agricultura familiar**

Para o segmento “agricultura familiar”, de acordo com os relatórios regionais da pesquisa CUT/Contag (1998), as ações sindicais se situam em torno da ocorrência de um grande número de encontros e seminários tratando dos temas desenvolvimento rural, política agrícola, créditos, cooperativismo, associativismo, diversificação da produção, comercialização, gerenciamento da produção - indicativo do que é considerado pelo movimento sindical prioritário para a categoria. É voltado para este segmento que, de acordo com os relatos, ocorre um grande número de mobilizações: manifestações e ocupações em portas de bancos e órgãos públicos, disputa dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento, atos públicos, etc. Aqui aparecem indícios de que o sindicalismo tem prestado maior atenção às experiências produtivas (organizações de grupos de produção), abarcando temas que antes não eram considerados próprios ao movimento sindical. As “greves dos integrados”, reivindicando preços na entrega de produtos para a agroindústria, que já estiveram em evidência no movimento sindical nos anos 80, já não merecem maior menção por parte dos dirigentes sindicais. As lutas por preços são feitas através de negociação direta com a agroindústria leiteira e fumicultora. Na avaliação geral das formas de luta do movimento sindical apresentadas nos relatórios, foi detectado de modo bem evidente um privilegiamento da categoria dos agricultores familiares, assim como a consolidação do Estado como interlocutor central, possibilitando a dedução de que há uma crescente importância da ação sindical voltada à cobrança para que este assuma um papel significativo como estimulador do desenvolvimento (CUT/CONTAG, 1998: 36).

### **1.7. Para além do sindicato, outras formas de representação dos rurais**

Se, em 1962, com a regulamentação do sindicalismo rural, por um lado, uma das categorias de enquadramento instituída foi a dos “produtores autônomos”, englobando tanto arrendatários, parceiros e posseiros, como pequenos proprietários e trabalhadores autônomos em geral, e o eixo central das reivindicações colocadas pelo movimento sindical estava dividido entre a luta por terra/reforma agrária e a luta pelos direitos trabalhistas, por outro, *“(...) não deixavam de aparecer com frequência, embora sem o mesmo peso político e capacidade mobilizadora, questões referentes à produção propriamente dita (tais como preço, comercialização, crédito, etc.), entendidas não só como condição para o sucesso da sonhada reforma agrária, mas também como caminho para a viabilização econômica dos ‘camponeses médios e pobres’”* (MEDEIROS, 1997: 67).

Com a criação da Contag, em 1963, o segmento dos pequenos produtores passou a integrar também a entidade - assim como outros segmentos presentes no campo - sendo englobado pela genérica denominação “trabalhador rural”. No entanto, desde os primeiros tempos da Confederação, sempre pesou a ameaça interna de fracionamento desta categoria única, através da pressão de alguns representantes da pequena produção da região Sul do país que seguidamente levantavam a hipótese de se desligarem da entidade e buscarem uma representação sindical própria (MEDEIROS, 1997: 68).

Dessa forma, ao longo dos anos 60 e 70, a Contag - mantendo como temáticas centrais a luta por reforma agrária e as demandas por direitos trabalhistas -, em paralelo foi trabalhando a questão da “pequena produção” a partir das questões relacionadas às políticas públicas voltadas para a agricultura, num contexto que envolvia também as disputas em torno do segmento pequeno produtor com as entidades patronais.

Com o advento da modernização agropecuária em meados dos anos 60, e sua conseqüente intensificação nos anos 70/80, a agricultura brasileira passou por profundas alterações, produzindo e reproduzindo diferenciadas formas de produção capitalista e provocando heterogeneidade nas relações sociais a ela vinculadas. No que diz respeito ao conjunto de agricultores denominados “pequenos produtores”, para além da prevista expropriação e proletarização de um considerável contingente e de uma parcela significativamente menor que se capitalizou, ocorreu ainda uma especialização de outra parte deste segmento, já definitivamente subordinada ao capital agroindustrial (NOVAES, 1989a: 46). Assim, o termo “pequena produção”, mais do que nunca, passou a representar um amplo leque de situações relacionadas a uma extraordinária parcela da população rural presente de norte a sul do país, porém com predomínio nas regiões Nordeste - principalmente - e Sul. Em termos de representação política no sindicalismo rural encabeçado pela Contag, as demandas deste segmento chegavam à entidade através dos pequenos produtores do sul do país, que garantiam sempre, inclusive, a participação de um sindicalista da região na composição de sua direção.

Em meados dos anos 80 - de par com a conjuntura de intensificação das lutas dos trabalhadores rurais e urbanos e de redemocratização do país -, a Contag começou a mudar a sua prática política: passou de uma postura de apresentação de demandas ao Estado para um investimento nas lutas diretas, através das campanhas salariais e greves, neste caso envolvendo o segmento dos assalariados rurais, mais especificamente os canavieiros. No início da década, os pequenos produtores da região Sul - que já constituíam um segmento bastante organizado, principalmente no Rio Grande do Sul - desenvolveram importantes lutas - dirigidas pelas federações estaduais, ligadas à Contag -, através das quais reivindicavam melhores preços para os produtos agrícolas e avanços na questão da previdência social. Neste mesmo período ocorreu a emergência de novas lideranças, advindas dos movimentos de Oposição Sindical, que traziam para o campo de disputas novas formas de trabalhar as questões relativas à pequena produção, extrapolando as meras reivindicações por políticas agrícolas, assim como passaram a produzir novas formas de luta pela reforma agrária.

Assim, com a evidência de uma grande diversidade de situações de trabalho, de lutas e demandas específicas, nesta época emergiram no campo - com identidades políticas próprias - diversas categorias: “pequenos produtores”, “assalariados”, “canavieiros”, “sem-terra”, “posseiros”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “ribeirinhos”, “fumicultores”, “avicultores”, entre outras, que passaram a questionar a forma de organização e representação anterior, baseada na existência do Sindicato de Trabalhadores Rurais em seu formato único, de âmbito municipal, englobando todos os segmentos rurais (MEDEIROS, 1994: 71-2).

Alguns destes segmentos, impelidos pela relativa ausência de respostas no interior do sindicalismo - tal como se apresentava - para questões peculiares a cada categoria, foram se agrupando e dando origem a um diversificado leque de novas organizações e movimentos. Dessa forma, da articulação dos sem-terra (meeiros, arrendatários, parceiros, ex-pequenos proprietários expropriados pela modernização, etc.), surgiu em 1984 uma das organizações mais expressivas, de abrangência nacional e que produziu uma nova identidade política (o “sem-terra”) no interior dos movimentos sociais rurais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Na seqüência deste, ao longo da década de 80 e também dos anos 90, a partir das possibilidades abertas pela nova Constituição, foram surgindo outros movimentos e organizações. Dessa forma, os agricultores atingidos pela construção de usinas hidrelétricas criaram o Movimento dos Atingidos por Barragens; os assalariados rurais da região de Ribeirão Preto, em São Paulo se organizaram e criaram, paralela à

federação oficial, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo; em Santa Catarina, surgiram os sindicatos de avicultores e suinocultores e, mais recentemente, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina; no Rio Grande do Sul, foi criado o Sindicato dos Fumicultores; e, assim como estas, outras tantas formas experimentais de segmentação organizativa dos rurais.

De forma análoga aos movimentos e organizações que foram elencadas, surgiram e se disseminaram por todo o país, também, as genericamente chamadas “associações de pequenos produtores”, representando uma dentre as várias experiências de organização que se multiplicaram no campo, principalmente a partir do início da década de 80 (LEROY & PACHECO: 1991; ESTERCI: 1991; MEDEIROS: 1994; MEDEIROS: 1997).

O surgimento das associações, assim como de outras experiências organizativas, pode ser pensado como resultado, *a priori*, do descompasso existente entre a instituição representante dos pequenos produtores - o STR - e as suas demandas reais. Com todas as transformações em curso neste período, responsáveis pela enorme diferenciação que se processou no interior do segmento “pequena produção”, bem como em outros segmentos de agricultores, e ao par do surgimento das “Oposições Sindicais”, no que se refere à atuação do movimento sindical junto à categoria dos pequenos produtores, em um aspecto ambas as vertentes - a conduzida pela Contag, ou aquela liderada pelas Oposições - não diferiram: recorrentemente, através do seu trabalho político/sindical reafirmavam a identificação da categoria “pequeno produtor” com o universo do “trabalho”. Isto ficou bastante explicitado nas “greves” conduzidas junto aos agricultores integrados à agroindústria, no sul do país, por exemplo: este tipo de movimento serviu para manter e reafirmar a identidade básica, do segmento em questão, com o trabalho.

No entanto, a interferência de distintos mediadores (Igreja, Estado, ONGs), provocou a emergência de novos atores e novas demandas e a conformação de outras identidades, contribuindo para acentuar o processo de diferenciação dos pequenos produtores e criando outras formas de encaminhamento das questões relacionadas a este segmento. Em decorrência desta diferenciação, os pequenos produtores passaram a ter uma maior visibilidade política, acentuando-se a percepção social de sua identidade. Assim é que, as associações - investidas de um caráter de alternativa organizativa localizada - somaram-se às iniciativas de enfrentamento estranhas às práticas sindicais até então vigentes e passaram a enfrentar alguns dos problemas imediatos da pequena produção, buscando saídas para o que se passou a chamar “questão da produção”. O surgimento de variadas experiências do tipo “revendas”, “associações” e “grupos de cooperação” trouxe para o interior do sindicalismo uma questão em especial: caberia ao STR implementar e/ou organizar experiências relativas à produção e à comercialização? Esta situação suscitou novas formas de disputa por representação, impondo às organizações sindicais a participação e posicionamento no debate (MEDEIROS, 1997: 70).

No entanto, no campo das disputas por representação, as que ocorrem entre associações e sindicatos precisam ser relativizadas. Enquanto o sindicato representa a categoria dos trabalhadores rurais como um todo - sejam eles sindicalizados ou não, desde que estejam na área de sua abrangência, a associação de pequenos produtores representa apenas os que são associados. Além disso, muitas associações surgiram dentro dos sindicatos, por iniciativa sindical. Outras, serviram para produzir ou formar lideranças sindicais. Trata-se de pensar e analisar o surgimento dessas organizações associando-as à busca de alternativas dos pequenos produtores em torno da organização da produção ou da comercialização de forma a tentar sobreviver - sejam elas criadas por

influência de ONGs ou como decorrência de um processo de crise de um segmento que não conseguiu se modernizar, sendo cada vez mais excluído da sociedade.

Neste contexto apresentado, as associações podem ser analisadas enquanto um dos elementos detonadores de mudanças no movimento sindical, fazendo com que o período iniciado a partir do crescimento destas entidades se caracterizasse pela colocação da pequena produção sob uma nova ótica. Entre outras questões desencadeadas pelas associações, estas indicaram para novas possibilidades de atuação dos trabalhadores rurais e novas frentes de conflito, na medida que apontaram também para a possibilidade de autonomia - dos produtores filiados às associações - frente ao movimento sindical dos trabalhadores rurais (PINHEIRO, 1993: 3).

A propósito, LEROY & PACHECO, ao falarem sobre a questão das organizações relacionadas aos pequenos produtores que foram surgindo, de certa forma ao largo do sindicalismo, o fazem com uma referência genérica às “(...) inúmeras associações de cooperação agrícola (grupos de cooperação, associações e pequenas cooperativas), que nestes últimos anos, tem provocado muita tensão e inquietação no movimento sindical de trabalhadores rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT)” (LEROY & PACHECO, 1991: 57).

Na interpretação que os autores fizeram do discurso de diversas lideranças sindicais a respeito deste debate, apuraram existirem várias vertentes que se entrecruzam, evidenciando um quadro de perplexidade, dúvidas, insatisfação e busca de caminhos e propostas.

Este debate foi travado no movimento sindical dos trabalhadores rurais em todo o país, constituindo-se numa problemática presente em praticamente todas as pautas de reuniões e assembléias ocorridas a partir de meados da segunda metade dos anos 80. A discussão sobre disputa de espaços políticos e de representação junto aos pequenos produtores foi central no debate relacionado a esta categoria no interior do movimento sindical no período entre as décadas de 80 e 90. Ao mesmo tempo, o tema da produção e comercialização enquanto campo específico de conflitos, também esteve presente nas propostas de “tomada” das direções das cooperativas tradicionais existentes, escorado na argumentação de que, conquanto se constituíssem em maioria numérica na base destas organizações, os pequenos produtores não detinham postos de direção que lhes permitissem algum controle político e influência na determinação dos seus rumos. O mesmo tema ainda se refletiu numa progressiva alteração na postura do sindicalismo, passando a valorizar mais as práticas propositivas, balanceando-as com as de caráter reivindicativo e de protesto. Dessa forma, foram se constituindo demandas de políticas diferenciadas para o pequeno produtor e, mais importante, foi se processando um reenquadramento de demandas pontuais e pulverizadas no bojo de um diagnóstico da situação agrária e agrícola do país, levando o movimento sindical a falar cada vez mais na necessidade de um “novo modelo de desenvolvimento”.

Em consonância e intimamente ligado a este processo amplo voltado para um novo modelo de desenvolvimento, já nos anos 90 passou a ser cunhado no interior do movimento sindical brasileiro, através principalmente dos documentos produzidos, o termo “agricultura familiar”, em substituição e recobrindo o que até então se denominava “pequena produção”. Assim, a agricultura familiar emergiu como categoria sindical, constituindo-se no centro das políticas públicas para a agricultura<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Uma pesquisa recente realizada conjuntamente pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a partir de critérios estabelecidos, definidores do que seria a “agricultura familiar” e com base nos dados do Censo Agropecuário de 1985, apurou que dos 5.801.809 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 4.339.053 (ou 74,8%) são do tipo familiar, sendo que 53,3% do total nacional dos estabelecimentos

Dessa forma, foi ocorrendo “(...) *uma progressiva politização da questão da agricultura familiar e, através desta, uma progressiva valorização de temas antes considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola*” (MEDEIROS, 1997: 70). Ao mesmo tempo em que eram testadas soluções para os problemas imediatos que as novas demandas colocavam, também iam se gestando novas lideranças, identificando-se novos problemas e novos opositores, construindo-se novas parcerias e alianças, surgindo novos atores e valorizando-se as questões locais e imediatas. Em consequência, novos temas se colocaram na ordem do dia: novas formas de gestão de recursos e negociações com o poder local, educação e formação profissional, destino dos jovens e idosos do campo, etc., tudo isto num contexto de apologia da diversidade produtiva - contrapondo à especialização da produção -, agregando ao debate as questões ambientais e a necessidade de geração de emprego.

No campo da organização sindical, essas mudanças aconteceram de par com uma crise dos modelos vigentes de condução de conflitos e de representação sindical. O peso que as questões relacionadas à agricultura familiar assumiram no interior do movimento e para fora dele desencadeou um processo de reciclagem e substituição de lideranças, renovando as direções sindicais, assim como provocando alterações nos modos de fazer política. As lideranças sindicais da agricultura familiar passaram a ocupar cargos na direção executiva da CUT, trazendo não só a temática dos rurais para o interior da Central, como também às questões específicas deste segmento. Na questão fundiária, a reforma agrária continuou presente, sendo um dos pilares do projeto alternativo. Nesse campo, o movimento sindical disputa com o MST, que é quem efetivamente tem mobilizado e conquistado - através de suas ações - desapropriações e assentamentos. Deste movimento têm surgido também propostas organizativas para os assentamentos e pré-assentamentos, envolvendo a cooperação, o associativismo, o trabalho coletivo, em detrimento do modelo de unidade familiar de produção (MEDEIROS, 1997: 71).

Assim como os movimentos de luta por terra, a proliferação do associativismo tem colocado desafios para o movimento sindical. No relacionamento entre associativismo e sindicalismo há uma recorrente afirmação de autonomia do primeiro em relação ao último, embora concretamente, em muitos casos, exista uma relação estreita entre um e outro. No campo das relações com outros organismos, os limites impostos pela estrutura sindical são rompidos e aparecem as relações de disputa e/ou complementaridade que estão em jogo na criação de outras estruturas organizativas tais como comissões, conselhos, associações e cooperativas (ESTERCI, 1991: 28).

Como consequência da convivência, muitas vezes conflituosa, entre associações e sindicatos, surgiram no interior do movimento sindical - num momento de redefinições da estrutura sindical - intensas discussões a respeito da demarcação de espaços precisos de atuação de cada uma das organizações diante da vasta diversidade de demandas presentes, ao lado de debates sobre os efeitos das transformações ocorridas

---

familiares estariam no Nordeste e 21,2% no Sul (FAO/INCRA, 1996). Conquanto o critério estabelecido pela pesquisa relativo a tamanho de área seja bastante amplo - área total do estabelecimento menor ou igual a quinhentos hectares nas regiões Sudeste e Sul e mil hectares nas demais regiões -, o quê é questionável e já gerou inúmeras controvérsias, ainda assim é possível visualizar o quanto é significativo o contingente de agricultores familiares existentes no país, com destaque para as duas regiões mencionadas. A propósito, MEDEIROS (1997: 70), chama a atenção para a necessidade de avaliar até que ponto o debate acadêmico e as pesquisas encomendadas pela FAO tiveram peso na adoção, pelo movimento sindical, do termo “agricultura familiar”.

no campo no período, como decorrência da intensificação do processo modernizante nas últimas décadas. Estas questões, assim como outras tantas, fazem parte de um conjunto de políticas necessárias à viabilização da produção agropecuária em geral - e, muito mais, à viabilização da pequena produção/agricultura familiar, em função de suas evidentes limitações -, definidas em seu conjunto como políticas agrícolas. No interior do movimento sindical, a luta por políticas agrícolas, visando atender prioritariamente aos pequenos produtores - que conseguiu se tornar uma das principais bandeiras, tanto na CUT, através do DNTR, quanto na Contag -, não apareceu como uma questão dada. Como vimos, esta luta maior foi sendo construída, tendo conquistado um espaço no interior do movimento sindical como produto desta construção - permeada por inúmeros embates e disputas que se processaram, ao longo de muitos anos, intra e inter entidades.

Na realidade, a partir do período em questão - início dos anos 80 -, o sindicalismo passou a ser pressionado e desafiado a lidar com novas - algumas nem tão novas - e diferenciadas demandas, para além da competência específica que até então definia o sindicato como um instrumento destinado a tratar quase que exclusivamente dos conflitos entre capital e trabalho. A pressão veio das diferentes organizações e movimentos que, tendo uma atuação direcionada para segmentos e categorias específicas, conseguiram qualificar sua ação e passaram a representar séria ameaça, e mais que isto - passaram efetivamente a disputar a condição de representação de diferentes segmentos dos rurais, até então hegemonizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

No entanto, a despeito de todas as disputas que possam existir entre o sindicalismo e outras formas de organização dos produtores e da produção, tanto o cooperativismo, quanto, mais recentemente, o associativismo, têm integrado, como veremos no capítulo seguinte, a pauta de discussões do MSTR, demonstrando a compreensão que as instituições deste movimento têm sobre a importância de ambas para o avanço das lutas dos pequenos produtores/agricultores familiares.



## CAPÍTULO II

### 2. AS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A CONTAG E O DNTR/CUT

O objetivo deste capítulo é detalhar a discussão no interior do sindicalismo rural sobre os temas associativismo e cooperativismo, enquanto organizações prioritariamente econômicas, e sua importância para a “pequena produção”/“agricultura familiar”. Apresento um levantamento e a análise de como o associativismo e o cooperativismo aparecem nas discussões da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), utilizando para isto os anais e resoluções dos congressos nacionais das duas entidades.

#### 2.1. O associativismo

A definição do que vem a ser uma associação de agricultores não é muito fácil, porque esta pode se constituir, simultaneamente, em muitas possibilidades. Desde uma iniciativa de educação para os jovens de uma comunidade rural, auto-gerida, um agrupamento de mulheres agricultoras que se reúnem em torno do cultivo de frutíferas e da fabricação de licores, por exemplo, até experiências mais complexas envolvendo produção e comercialização planejadas, dispondo de infra-estrutura para tal (tratores e equipamentos, máquinas de beneficiamento, etc.). Pode ser apenas um esquema de cooperação para uma atividade específica: “bater-pasto”<sup>1</sup>, conservação da propriedade (conserto de cercas, galpões, currais, etc.), preparo do solo ou, ainda, simplesmente o local para uma boa conversa, onde vão sendo traçados planos para o futuro do grupo, sem maiores preocupações com a imediata constituição formal de uma associação. As combinações das atividades empreendidas por este tipo de organização são praticamente ilimitadas. De acordo com RIBEIRO, *“é diferente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que na maior parte das vezes é uma entidade de ação institucional e de base ampla e fluída. A Associação é uma organização ligada a um grupo definido de associados, com objetivos de natureza diversificada ou diversificável”* (RIBEIRO, 1994: 15-6 - grifo meu).

Ou seja, enquanto o STR representa o conjunto da categoria dos trabalhadores rurais (“pequenos produtores”, parceiros, arrendatários, etc.), sindicalizados ou não, a associação representa apenas aquele grupo de produtores que a ela está filiado. Em função dessa característica, depende de uma dinâmica organizativa permanente para que possa manter-se em atividade e contar com a participação de seus membros. Do contrário, facilmente estes se desligam ou, simplesmente, perdem o interesse pela organização.

---

<sup>1</sup> A atividade de “bater pasto” consiste em fazer o rebaixamento daquela vegetação mais grosseira que surge em meio à pastagem atrapalhando o pastoreio dos animais. É uma atividade desgastante, que precisa ser feita sistemática e periodicamente e que demanda muito trabalho, mesmo quando a área não é muito grande. Por estas características, normalmente é feita na forma de mutirão. Desta prática nasceram várias associações, inicialmente informais, sendo, em muitos casos, posteriormente formalizadas, ampliando suas atividades. Teve-se a oportunidade de trabalhar com algumas, com esta característica, entre 1989 e 1992, nos municípios de Três Ranchos, Catalão e Ouvidor, na porção sul do estado de Goiás.

Por vezes, esta organização é formalizada (ou registrada). Algumas delas têm estatutos que regulam a utilização de máquinas e equipamentos coletivos de forma bem definida, prevendo fontes de recursos financeiros para reposição de peças, estabelecendo taxas diferenciadas entre associados e não-associados. Já em outras, as definições são muito simples e a utilização dos recursos disponíveis é normatizada através de acerto verbal.

Em geral, uma associação é vista pelos agricultores como meio para atingir vários objetivos - alguns bem definidos (reduzir a intermediação na comercialização dos produtos, utilizar máquinas e equipamentos coletivamente) e outros de definição imprecisa (politizar o produtor rural, despertar ou aumentar a consciência do agricultor).

Quanto à origem, as inúmeras associações que foram sendo criadas pelo país resultaram de processos e experiências diferenciadas, conduzidas sob distintas influências, mediações e/ou assessorias. Dessa forma, algumas surgiram por iniciativa dos próprios produtores que, na maioria dos casos, a partir de laços pré-existentes resolveram instituir uma organização comunitária; um número considerável surgiu a partir do próprio movimento sindical, com o apoio de sindicalistas ativos no STR, constituindo-se numa espécie de “braço econômico” da entidade. Uma outra origem seria atribuída ao trabalho da Igreja, seja apoiado nas Comunidades Eclesiais de Base, seja com o acompanhamento da Comissão Pastoral da Terra ou Pastoral Rural. Uma parcela significativa das associações formou-se no interior dos assentamentos de reforma agrária. Outras tantas, originaram-se mediante a intervenção direta do Estado, através do trabalho de agentes estatais e técnicos de organismos como a Emater e as Secretarias de Agricultura (municipais e estaduais). Há também uma parte que surgiu a partir de interesses clientelistas de algum político local. E, por fim, existem associações que resultaram de mais de uma mediação. Algumas se constituem em referência para as demais e, por isto, provocam diferentes interesses, o que resulta em distintos investimentos (em termos de recursos humanos e financeiros), freqüentemente abrindo um leque amplo de atividades e atraindo mais associados.

Com relação ao Estado, a associação, em geral, torna-se uma organização de importância estratégica para a aplicação de políticas públicas. A implementação de programas como os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento (FNO, FNE, FCO)<sup>2</sup>, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP)<sup>3</sup>, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (Fundec)<sup>4</sup>, o Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para

---

<sup>2</sup> Esses Fundos, criados a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, constituíram-se em importante motivação para a formação de associações nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em função da abundância de recursos disponíveis, via captação de 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao setor produtivo das três regiões. A respeito dos Fundos há outra nota no capítulo 1 da presente dissertação.

<sup>3</sup> O Programa (ou Projeto) de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), de origem estatal, foi instituído no âmbito do Projeto Nordeste - como um segmento deste -, junto aos “pequenos produtores” pobres da região Nordeste e também do norte de Minas Gerais, região do Vale do Jequitinhonha. De acordo com FRANCO, este programa “(...) tem incentivado o surgimento de associações pautadas quase que exclusivamente no acesso a recursos financeiros, abrindo uma concorrência com os sindicatos pela representação dos trabalhadores” (FRANCO, 1991: 68).

<sup>4</sup> O Fundo de Desenvolvimento Comunitário, constituiu uma linha de financiamento do Banco do Brasil, mas não se destinava especificamente às associações. Na realidade, como o próprio nome diz, visava atender ao desenvolvimento comunitário, seja de agrupamentos rurais ou urbanos, envolvendo uma população beneficiária superior a 500 pessoas. Em virtude desta sua característica, atingia uma coletividade através do financiamento, por exemplo, de um posto de saúde, uma casa de farinha, etc. Assim, as associações que puderam se beneficiar deste Fundo foram aquelas de abrangência regional ou municipal.

Populações de Baixa Renda (Prorenda)<sup>5</sup> e o próprio Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera)<sup>6</sup>, têm como uma das características comuns o fato de estes terem sido concebidos prevendo sua implementação prioritariamente através das organizações dos agricultores.

Assim, a atividade de cooperação estabelecida entre os “pequenos produtores” associados e o desenvolvimento de suas habilidades de negociação que os capacitem para barganhar interesses específicos para a organização, constituem-se numa verdadeira “arte da associação”, em analogia ao termo utilizado por BOSCHI (1987).

Não obstante as diferenças de história, região e atividade produtiva das associações, existem alguns pontos comuns na sua trajetória. De modo geral, são constituídas com o propósito de solucionar o que é considerado como “problema”, em especial o enfrentamento das dificuldades relativas à comercialização da produção, procurando substituir o atravessador. Na prática, a questão é bastante complexa e dificilmente as coisas acontecem com o sucesso planejado, como o demonstram as inúmeras experiências existentes. Na negociação interna das condições de venda, discussões do tipo: qual produto será comercializado primeiro? como se fará a definição do preço? o que se fará das sobras? como será feito o rateio se ocorrer prejuízo?, costumam embaraçar todo o andamento do trabalho.

Além das questões internas à associação, existem ainda aquelas relativas à necessidade de estabelecer uma oferta regular e sistemática dos produtos, o que demanda estabilização da produção mediante a distribuição ao longo do ano, através do seu escalonamento, implicando em riscos, sacrifícios e custos que necessariamente têm de ser coletivizados. E aí novamente volta-se à necessidade de negociação interna. Outro aspecto a ser enfrentado é o desconhecimento das regras, normas e especificações da economia de mercado, que diferem das que vigoram na comunidade, no vilarejo, entre parentes e vizinhos.

Quando a associação observa a ação dos atravessadores, raramente atenta para o fato de estes serem especialistas na atividade, tendo conhecimento do mercado em que trabalham. Da mesma forma, não percebe que a atividade de intermediação implica em alguns custos, que precisam ser contabilizados: transporte, perda no armazenamento, flutuação inesperada dos preços, etc. Assim, a margem de preço de que a associação se propõe “abrir mão” torna-se necessária e o que é ganho na venda conjunta revela um custo inesperadamente alto. Isto sem falar em outros complicadores que vão surgindo: taxas de serviços, diárias de associados a serviço da associação, necessidade de ter um local para a comercialização, entre outros. Este conjunto de questões termina por influir na história da organização; o grupo reavalia se a atividade de comercialização pretendida tem condições ou não de continuar. Não raro, a associação passa a procurar outras formas diferentes de atividade conjunta e percebe que, por exemplo, comprar junto é bem menos complicado e os benefícios aparecem rapidamente se o processo for

---

<sup>5</sup> O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda consiste numa ação conjunta entre governos estaduais brasileiros e uma agência de cooperação internacional alemã - a GTZ. Para saber mais, ler ROMANO & DELGADO, 1995: 1-53, onde é feita uma avaliação das experiências iniciais implantadas em comunidades rurais dos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco.

<sup>6</sup> O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária foi instituído em janeiro de 1986 pelo Conselho Monetário Nacional, de acordo com o que estava previsto no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Um levantamento feito no Rio Grande do Sul dava conta de que, desde a implantação dos assentamentos até 1989, haviam sido organizadas 32 associações envolvendo 165 famílias, sendo que 17 destas associações tinham contado com recursos do Procera para sua organização. Em geral, a possibilidade do surgimento de experiências iniciais de cooperação agrícola é atribuída à existência do Procera (CORDEIRO *et alii*, 1991: 1 e 26-7).

bem conduzido. Assim, não raro agricultores - que pretendiam, inicialmente, organizarem-se para a comercialização da própria produção -, se juntam nas associações para, entre outras coisas, viabilizarem a compra de adubos, sementes, agrotóxicos, sal mineral e outros produtos para consumo que não podem ser obtidos na propriedade (RIBEIRO, 1994: 49-51).

Quanto à sua abrangência, as associações têm se caracterizado ou por se constituírem em experiências localizadas, agrupando agricultores vizinhos e com relacionamentos já estabelecidos anteriormente, ou englobando agricultores de um espaço geográfico maior, constituindo-se numa organização de amplitude municipal ou até mesmo regional. No entanto, pelo menos no que se refere às organizações de caráter local, ao contrário do que possa parecer quando nos limitamos a uma leitura pontual, *“a constituição de uma Associação numa comunidade rural não significa o nascimento da organização naquela comunidade, (...). Na verdade, a Associação é produto de organizações já existentes e funciona como um canal de expressão de relações azeitadas e regulares que já existem firmadas dentro daquele grupo de lavradores”* (RIBEIRO, 1994: 45). Ou seja, todo o grupo de agricultores desenvolve ao longo de sua existência uma grande quantidade de relações - diferentes e sistemáticas -, que se orientam para várias atividades conjuntas: o grupo de oração, o time de futebol, o grupo de músicos (em geral violeiros) e festeiros, a delegacia sindical e uma gama de outras organizações formais e não-formais (ou informais). Todas constituídas de um relativo grau de legitimidade e coerência internas, organizadas, e com funções bem definidas para todos e cada um dos participantes. Mesmo naqueles assentamentos de reforma agrária resultantes de ocupações, constituindo-se muitas vezes em espaços de convivência recente de lavradores que não tinham laços anteriores, criam-se grupos de vizinhança e afinidade. Com o tempo as afinidades se cristalizam e vão sendo formados os grupos de trabalho, os grupos em torno de máquinas e equipamentos, etc. Lado a lado com o grupo de mulheres, a Comunidade Eclesial de Base, o grupo de futebol e a delegacia sindical, etc., a associação vai cumprir um papel especial: misturar os temas da produção, da política e da economia (RIBEIRO, 1994: 45-7).

Já as associações de âmbito municipal ou regional apresentam uma dinâmica distinta. As organizações que atingem uma base territorial mais ampla, tendem a diluir a participação, afastando a associação e seus dirigentes da base de agricultores. Os ganhos econômicos podem até acontecer, pois quanto mais produtores são beneficiados pelos serviços da entidade, menores tendem a ser os custos dos mesmos, numa espécie de “economia de escala”. Porém, esse ganho no campo econômico é normalmente acompanhado de uma redução da participação dos associados e a associação pode ir passando a funcionar como qualquer outra empresa prestadora de serviços (máquina beneficiadora de arroz, torrefação de café, etc.) aos olhos dos lavradores que são associados (RIBEIRO, 1994: 47-8). Aqui também pode ocorrer um distanciamento entre os objetivos inicialmente propostos pela organização e o que se realiza efetivamente, não raro constituindo-se em motivo de decepção e afastamento de associados.

De acordo com BOSCHI, *“o associativismo ao nível de comunidade foi percebido como o veículo para enfrentar os problemas cotidianos mais imediatos, assim como um locus de convívio democrático e de constituição de identidades; (...)”* (BOSCHI, 1987: 71).

Quando as associações se constituem em organizações locais, ao atuarem junto com o STR no trabalho de organização, este exerce uma espécie de assessoria e apoio à associação, e age como mediador entre ela e aqueles de fora com os quais - pela sua experiência - tem maior traquejo; algumas vezes, cabe ao sindicato fazer o trabalho de divulgação da associação, no município ou junto às organizações de cooperação. Assim,

o STR tem, com relação à associação, uma função complementar da maior importância que, na maioria das vezes, está clara para a comunidade e associados (RIBEIRO, 1994: 49).

Não raro, os sindicatos têm importante participação na criação das associações locais, entrando com apoio às experiências que vão sendo produzidas. Com a criação destas organizações gestadas e, em alguns casos, geridas a partir do sindicalismo, no geral explicitam-se em definitivo as preocupações que vêm permeando o próprio movimento sindical dos trabalhadores rurais há algum tempo: as lutas econômicas, como créditos, assistência técnica, investimentos, comercialização; estas, na realidade, passaram a ter lugar de destaque no conjunto das lutas sindicais, ao lado das lutas políticas historicamente levadas pelo sindicalismo (notadamente as lutas por reforma agrária). No entanto, pode não ocorrer o apoio sindical à criação das associações, ou porque o sindicato é pouco ativo e a associação situa-se no campo da oposição, passando a representar a possibilidade de disputas mais amplas; ou, situação contrária, o STR é combativo e a associação surge como resultado de uma assessoria mais institucional, numa linha muito assistencialista, passível de crítica pela entidade sindical.

Quando a associação tem seu espaço geográfico de atuação ampliado para uma abrangência municipal ou regional, em geral a qualidade do relacionamento entre as duas formas de organização se modifica sensivelmente. O fundamento desta mudança reside basicamente na disputa pela representação dos “pequenos produtores”, “agricultores familiares” ou outros segmentos que estão na base de ambas entidades.

De qualquer forma, o debate que tem se produzido em torno das associações contribuiu para requalificar as chamadas “lutas econômicas” (buscando saídas para as “questões da produção”), explicitando a sua capacidade de aglutinação, a sua importância na reprodução dos “pequenos produtores” e na visualização de sua posição política e econômica, bem como de seus interlocutores (FRANCO, 1991: 76).

## 2.2. O cooperativismo

O cooperativismo surgiu no século XIX, baseado na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses - como movimento de reação e busca de soluções para os problemas sócio-econômicos resultantes do liberalismo econômico e da Revolução Industrial. O ambiente intelectual destes inspiradores do cooperativismo estava impregnado de ideais de justiça e fraternidade, bem como havia uma esperança da volta à natureza, em oposição às consequências da industrialização. Os socialistas utópicos legaram ao cooperativismo noções como democracia, associação de pessoas/auto-ajuda, capital a serviço do homem, eliminação ou diminuição do lucro, crítica ao paternalismo estatal, etc. (DUARTE, 1997c).

Segundo LABAIG, no Brasil - em termos gerais -, podem-se destacar duas fases bem distintas do aparecimento do cooperativismo. A primeira compreende o surgimento das cooperativas de consumo e se identifica com a classe operária e suas lutas<sup>7</sup>. Na segunda fase temos o aparecimento das cooperativas agrícolas (LABAIG, s/d “a”: 10).

---

<sup>7</sup> De acordo ainda com LABAIG, o cooperativismo no Brasil, assim com na Europa, surgiu no seio da classe operária, que se ressentia dos desajustes da economia capitalista, trabalhando 14 horas por dia, sem direito a férias e pressionada pelo desemprego. Os primeiros proletários brasileiros se situavam como ferroviários, operários da construção civil, estivadores, portuários, têxteis e gráficos, cuja maior parte, no século XIX, localizava-se na cidade do Rio de Janeiro. *“Nesse contexto surgem as primeiras associações de caráter mutualista com o objetivo de socorrer enfermos, ou de propiciar ajuda à velhice, ao enterro, etc. Esse mutualismo, iniciado no começo do século XIX (1833) vai ser o embrião das cooperativas de*

Já de acordo com CORADINI, o cooperativismo agrícola poderia ser alinhado nos moldes em que ocorreu o desenvolvimento da agricultura brasileira. Ainda na primeira metade do século atual, encontramos as cooperativas ligadas aos produtos tradicionais de exportação (açúcar no Nordeste, café em São Paulo, etc.), dotadas de um perfil altamente comercial e formadas por um quadro social basicamente de grande proprietários rurais. Este cooperativismo surgiu com um caráter de defesa dos preços dos produtos agrícolas, ameaçados por um Estado que tinha na industrialização o pólo principal da política econômica.

O segundo grande tipo de cooperativismo agrícola no Brasil surgiu ligado à modernização e integração da agricultura e, geograficamente, situou-se no centro-sul do país. Implantou-se basicamente a partir de grupos de “colonos” (japoneses em São Paulo e italianos e alemães no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). A composição social destas cooperativas era altamente heterogênea, tanto no que dizia respeito às unidades produtivas dos associados, quanto à estrutura destas propriedades, embora numericamente a grande maioria dos sócios pudesse ser considerada minifundiária. Ao mesmo tempo em que estas organizações se caracterizavam por estarem voltadas prioritariamente para a comercialização, a realização da produção ocorria tanto no mercado interno (com o trigo na região Sul e hortigranjeiros em São Paulo), como no exterior (através da soja) (CORADINI, 1979: 185-7).

DUARTE situa estas experiências cooperativistas um pouco antes e afirma que ganharam vulto na década de 30, após receberem forte estímulo estatal e, posteriormente, na década de 50, quando então o Estado criou as condições para o surgimento de um tipo especial de cooperativismo que vinculasse a necessária capacidade empresarial com o espírito cooperativo. Apurou ainda que o cooperativismo do início do século, resultante da experiência dos “pequenos produtores” alemães e italianos no Rio Grande do Sul, constituiu-se em uma tentativa abortiva de efetivação da via “*farmer*” de desenvolvimento do capitalismo no setor rural, em função do contexto específico da época e da insuficiência estrutural e concorrencial das cooperativas coloniais então existentes (DUARTE, 1997c: 134-5).

De qualquer forma, o cooperativismo rural no Brasil tomou importante impulso no período mais forte da implementação da modernização agropecuária, ou seja, nos anos 70. Enquanto uma forma específica de organização da produção rural desempenhou importantes papéis, seja como articulador de um grande número de produtores - fossem eles pequenos, médios ou grandes, pois todos os extratos indistintamente compuseram a base do sistema cooperativista tradicional no país -, seja como intermediário entre produtor e agroindústria e ainda como instrumento fundamental para o repasse de crédito e assistência técnica aos mesmos produtores. Dessa forma, o cooperativismo, ao desempenhar um papel fundamental no processo de transformação da agricultura na década de 70 e estando articulado com a indústria na década de 80, ocupou uma posição estratégica na cadeia agroalimentar (DUARTE, 1997a: 83).

Na opinião de CORADINI, o cooperativismo agrícola pode se apreendido, de um lado, pela racionalização econômico-produtiva que esta forma de organização exerce num determinado contexto e, por outro, pelo caráter de mediação sócio-política que assume no processo social, tendo em vista a viabilização e reprodução da expansão do capitalismo, em condições determinadas. Concretamente, estes dois aspectos básicos atuam de forma entrelaçada (CORADINI, 1979: 183-4).

---

*consumo já no final desse século. Muito mais que se organizarem em cooperativas ou associações mutualistas, os operários davam um salto para a organização da sua própria classe” (LABAIG, s/d “a”: 10).*

No âmbito do movimento sindical, os debates mais recentes ocorridos, envolvendo a relação entre “agricultores familiares” (ou “pequenos produtores”) e o cooperativismo, tem se encaminhado, por um lado - a partir da região Sul do país<sup>8</sup> -, para a conquista da direção das grandes cooperativas por representantes destes segmentos. Esta deliberação, levada adiante principalmente pelos sindicalistas cutistas, se baseia na argumentação de que, embora os “pequenos produtores” se constituam em ampla maioria compondo o quadro social das cooperativas, dificilmente ocupam cargos de direção que lhes possibilite algum controle político e influência sobre os rumos tomados pelas instituições<sup>9</sup>. Do outro lado, o debate está ancorado na proposta de cooperação agrícola nos assentamentos, concebida e implementada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste último caso, as CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária - são uma realidade em vários estados, constituindo, em alguns, as centrais de cooperativas que se agregam numa organização de abrangência nacional - a Concrab (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil)<sup>10</sup>.

De acordo com DUARTE, na década de 80 aumentou o número de cooperativas e diminuiu o número de associados. Do ponto de vista regional, nas regiões Sul e Sudeste, historicamente ligadas às atividades agropecuárias e com experiência cooperativista de décadas, houve um refluxo tanto no número de cooperativas (982 cooperativas em 1980 e 898 em 1987) quanto no número de associados (1.282.903 em 1980 e 996.084 em 1987). Em consonância com o que afirmamos anteriormente, a mesma autora, assevera que os motivos poderiam estar vinculados, principalmente, a dois fatores: “(...) de um lado, à mudança das diretrizes das políticas públicas ligadas ao setor - retração do crédito, ocupação da fronteira agrícola etc. - e, por outro lado, a uma crise e conseqüente insolvência de algumas organizações em função dos problemas financeiros, do esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado e das contradições que o cooperativismo acumulou ao longo de sua história” (DUARTE, 1997a: 85-6).

---

<sup>8</sup> Isto se deve porque é na região Sul - juntamente com a Sudeste - onde há uma maior tradição do cooperativismo rural. Por outro lado, foi na região Sul que as demandas e reivindicações envolvendo o segmento da pequena produção - incluindo as relacionadas ao cooperativismo -, no âmbito do movimento sindical, começaram a ser levantadas.

<sup>9</sup> Esta tomada de decisão ocorreu num momento em que as cooperativas tinham caído muito no conceito dos “produtores familiares”. Além da questão da falta de participação nas decisões a respeito dos rumos das instituições, um outro motivo para o descrédito possivelmente seja o próprio desencantamento com o padrão agrícola da modernização implantado no país e para o qual o cooperativismo atuou como um dos instrumentos mais eficazes; após mais de vinte anos da implementação deste modelo, inúmeros “produtores familiares” perceberam sua inadequação à realidade da pequena produção.

<sup>10</sup> De acordo com uma liderança do MST (Citado por PACHECO & LEROY, 1991: 62), a idéia das CPAs partiu da constatação de que as pequenas associações criadas anteriormente em diversos assentamentos não alcançavam nem viabilidade econômica e nem retorno político, o que levou o Movimento a pensar numa proposta ousada de coletivização da terra, com divisão do trabalho; portanto, um sistema diferente do cooperativismo praticado tradicionalmente no país. Segundo o mesmo, as cooperativas devem ser estruturadas para competir na sociedade capitalista, como empresas que dão lucro, dispendo de capital, disputando o mercado e, por fim, elevando o nível de vida dos trabalhadores e dando sustentação à luta. Assim, o MST está implementando a proposta das CPAs já há vários anos, tendo conseguido constituir uma ampla rede de cooperativas que recobre vários estados do país; algumas destas organizações apresentam uma evolução extremamente positiva, tendo conseguido implementar uma infra-estrutura de beneficiamento e comercialização adequada à produção que pode ser gerada nos assentamentos e nas comunidades rurais próximas; outras, ao contrário, ainda têm dificuldades de se firmar, enfrentando problemas de organização e capacidade administrativa, que se reflete, por exemplo - para ficar na mesma categoria de problema - no descolamento entre o que pode ser produzido e beneficiado nos assentamentos e proximidades e a infra-estrutura superdimensionada que constitui as cooperativas, na maioria destes casos, obsoletas.

Naquelas regiões de fronteira agrícola, que se inseriram mais tardiamente na dinâmica do sistema agroalimentar, e onde o cooperativismo apresenta-se como uma experiência nova, de 1980 a 1987 ocorreu um acréscimo do número de unidades (regiões Norte e Centro-Oeste, 169 e, na região Nordeste, 199 novas cooperativas). Este crescimento poderia ser atribuído, teoricamente, à necessidade de organização da produção rural nestas regiões e o cooperativismo se apresentar como uma das poucas, senão a única, alternativa viável de alcançar tal objetivo. Quanto ao número de associados, houve um aumento considerável apenas nas regiões Norte e Centro-Oeste - passou de 48.513 em 1980, para 59.222 em 1987 -, ao contrário das demais regiões. Esta foi a primeira vez que o fenômeno da redução do número de associados das cooperativas agropecuárias se manifestou no Brasil desde 1940.

Possivelmente este fenômeno está relacionado ao processo de seleção qualitativa dos associados, que consiste em manter nas cooperativas somente os sócios “produtivos”, isto é, aqueles que são funcionais ao sistema (DUARTE, 1997a).

Ao estudar o cooperativismo em sua manifestação atual, DUARTE levanta a possibilidade de que este se coloque como importante espaço de politização das questões tecnológica e ambiental e instrumento de transformação das relações homem/natureza. Entre outras evidências a respeito, cita a preocupação que começou a inquietar alguns atores sociais envolvidos com o cooperativismo, entre estes, segmentos dos produtores rurais, assim como parte dos técnicos. Se, durante praticamente três décadas, o modelo de desenvolvimento agrícola denominado “revolução verde” foi estimulado - praticamente sem nenhum questionamento - pelos técnicos cooperativistas, já em meados da década de 80 passou a se registrar a respeito uma progressiva conscientização entre os mesmos e entre os produtores rurais associados. Problemas ambientais como esgotamento da capacidade produtiva dos solos, erosão, alterações climáticas, poluição de rios, etc., fizeram com que alguns agricultores, parcelas da sociedade civil (particularmente os consumidores urbanos) e algumas cooperativas de produção agropecuária passassem a buscar formas alternativas de produção e de padrões de consumo que melhor atendessem aos princípios da produtividade sem prejuízos ao meio ambiente. (DUARTE, 1997c: 133).

Em suas conclusões a respeito, DUARTE afirma que no interior do cooperativismo brasileiro as questões tecnológica e ambiental têm sofrido, na última década, um processo de politização intenso, evidenciado através da elaboração e execução de projetos específicos por parte das lideranças e na prática cotidiana dos produtores rurais associados a algumas cooperativas agropecuárias e de consumo. *“Os projetos já existentes sobre a questão ambiental colocam em discussão não apenas o modelo de desenvolvimento agrícola<sup>11</sup> seguido até então pelo cooperativismo, como também introduzem, junto aos associados, uma nova concepção de desenvolvimento muito mais condizente com a proposta de seus pioneiros”* (DUARTE, 1997c: 142).

Com relação à orientação que o movimento sindical tem tomado no sentido da busca da elaboração e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como a proposta de conquista das cooperativas, indicam haver uma convergência de sentido com o que está sendo apontado por uma parcela do

---

<sup>11</sup> A respeito, a autora cita em seu texto o Seminário Internacional “O cooperativismo e a Rio 92”, inserido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, do qual participaram representantes de vários países e onde foram apresentados alguns projetos cooperativistas - alguns já em execução -, tais como: o Programa Agroambiental de Cooperativismo do Cerrado, o Projeto Novas Fronteiras, cujo objetivo é induzir o processo de desenvolvimento sustentável nas cooperativas, o Projeto de Estudo do Impacto Ambiental e das Condições Sócio-econômicas dos Garimpeiros do Pará, etc. (DUARTE, 1997c: 141-2).



movimento cooperativista no sentido de contemplar as questões ambientais e ecológicas.

O modelo de desenvolvimento agrícola baseado na modernização produziu como um dos seus desdobramentos mais marcantes uma profunda fragmentação e multiplicidade de situações e processos sociais no campo brasileiro, conformando uma acentuada diferenciação dos produtores rurais e fazendo com que sua inserção e participação na sociedade se complexificasse e passasse a demandar uma maior reflexão a respeito. O associativismo e o cooperativismo, assim como outras formas de organização e articulação dos “pequenos produtores”/“agricultores familiares”, passaram a representar para este segmento perspectivas e possibilidades concretas de sobrevivência diante dos resultados excludentes que foram se produzindo a partir do modelo modernizante.

### **2.3. O associativismo e o cooperativismo nos congressos da Contag**

A questão do cooperativismo historicamente está presente nas discussões do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Se, como já vimos, o surgimento do cooperativismo no Brasil data ainda da primeira metade do presente século, o seu efetivo deslançamento ocorreu em meados da década de 60, coincidindo com a modernização agropecuária, da qual, aliás, ele foi um dos principais instrumentos de divulgação e implementação, através da oferta de assistência técnica, da viabilização da concessão de créditos, do fornecimento de insumos, etc.

O MSTR tem sua origem num período em que o cooperativismo agrícola estava entrando numa etapa de plena efervescência. Dessa forma, a questão do cooperativismo aparece desde os primeiros congressos nacionais de trabalhadores rurais, ainda na década de 60, pois parcela significativa da “base” sindical da entidade estava ligada às cooperativas (em especial, na região Sul). Possivelmente a influência da Igreja na fase inicial do sindicalismo tenha sido importante para juntar as preocupações cooperativistas com o sindicalismo. Já o associativismo, vai aparecer mais tarde - nos anos 80.

Assim, nas conclusões do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado pela Contag, em 1966, recomendava-se a cooperativa como *“um órgão ideal para associar os agricultores”*. Como decorrência, o congresso insistia para que o governo federal, através do Inda, investisse na promoção do cooperativismo, criando cursos para dirigentes e administradores dessas organizações, afirmava a necessidade de os trabalhadores organizarem as cooperativas com seus próprios recursos e recomendava a criação de uma cooperativa junto a cada sindicato de classe (CONTAG/INDA, 1966: 15). O relatório também revela que já existia de parte do MSTR uma preocupação com as chamadas “questões econômicas da produção” e, via de consequência, o congresso - e de resto, o movimento sindical - estava apontando em direção à implementação de uma relação mais estreita entre sindicalismo e cooperativismo.

Por outro lado, as cooperativas de consumo também preocupavam o sindicalismo, uma vez que os trabalhadores dependiam destas na aquisição, principalmente, da cesta básica, cujo preço ficava sujeito aos custos - devidamente repassados aos consumidores -, nos quais os impostos e recolhimentos vinham embutidos. Assim, os trabalhadores rurais reivindicavam para as cooperativas de consumo isenção do pagamento destes tributos (CONTAG/INDA, 1966: 15).

As propostas que buscavam estimular o cooperativismo estavam relacionadas aos instrumentos de política agrícola. Assim, com relação aos “preços mínimos” e aos “financiamentos”, propunham que se implementasse um intercâmbio de informações entre sindicatos e cooperativas de produtores e de consumidores, visando uma comercialização mais vantajosa para ambos e a própria utilização destas organizações como intermediários para tornar estes instrumentos acessíveis aos produtores.

Nos anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1973, a questão do cooperativismo aparecia inicialmente no grande bloco de discussões sobre educação, com acento para a necessidade de investir numa “educação associativista”, sobretudo em suas formas sindical e cooperativista. Este congresso, como vimos, teve como um dos destaques a ênfase na formação e capacitação de dirigentes sindicais, bem como uma preocupação com a administração das organizações e a descoberta de novas lideranças (CONTAG, 1973: 102-3). Frente a isso, ao analisar, por exemplo, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), o congresso reivindicava que fossem incluídas noções de associativismo e, especialmente, sindicalismo, nos treinamentos de capacitação de alfabetizadores, sob a responsabilidade dos sindicatos e federações, bem como nos programas das escolas do Mobral e que fosse elaborado - pela Contag - material específico sobre associativismo e, especialmente, sindicalismo, para as escolas da zona rural (CONTAG, 1973: 107). Ao tratar da formação de dirigentes sindicais e da ampliação dos currículos escolares, foram feitas reivindicações para que se investisse mais em publicações - com o patrocínio do MEC - sobre associativismo, sindicalismo e cooperativismo e que estes temas fossem incluídos nos currículos escolares de todos os níveis. (CONTAG, 1973: 109-10 e 112). Essas medidas, se implementadas, poderiam atingir em cheio o público alvo do movimento sindical: os dirigentes e demais trabalhadores rurais.

Finalmente, ao discutir o tema “desenvolvimento agrícola”, havia um item específico sobre o cooperativismo, na sequência de outros, como créditos fundiário e agrícola, seguro e preços mínimos. Assim, se propunha que o financiamento de tratores, máquinas agrícolas e implementos fosse concedido através das cooperativas, sindicatos de classe e federações, com o aval dos associados, trazendo ainda outras especificações a respeito de prazo para pagamento, carência e juros. No item específico sobre cooperativismo, após algumas considerações, na qual uma referia-se particularmente aos “(...) constantes fracassos e más administrações de cooperativas no meio rural brasileiro” e outra às “(...) dificuldades para organização dos pequenos agricultores em cooperativas”, o congresso propunha que fossem ampliados os incentivos às cooperativas, assim como a realização de cursos de orientação e esclarecimento nas bases, anterior à fundação; solicitava ainda que o governo dinamizasse mais sua política cooperativista e incentivasse a formação de cooperativas de produção para trabalhadores rurais e com assistência técnica, através de convênios com as entidades de classe; que as cooperativas pudessem gozar de incentivos fiscais e que o ICM (Imposto sobre Comercialização de Mercadorias) fosse recolhido pelo governo, revertido e aplicado em benefício e incentivo do cooperativismo agrícola; que o governo financiasse a integralização de quotas-partes dos associados por prazo de seis anos, naquelas áreas em que ainda não houvesse cooperativas - entre outras proposições (CONTAG, 1973: 145-6).

A partir desses dados, podemos confirmar, conforme exposto anteriormente, que a Contag, neste período de intensa repressão, privilegiava em suas deliberações e ações o encaminhamento das reivindicações ao Estado, atuando como um canal de apelo ao governo e demais autoridades, em detrimento de ações e enfrentamentos diretos. Por outro lado, também na questão cooperativista, ficou bem marcada uma característica

que permeou o congresso como um todo: a ênfase nos aspectos educacionais e de formação. Isto evidencia-se nas reivindicações e encaminhamentos feitos no sentido de o próprio sindicalismo desenvolver e também cobrar do Estado investimentos em torno da educação associativista, sindical e cooperativista, tanto no ensino voltado para as crianças e jovens (*“em todos os níveis”* diziam os anais), como naquele envolvendo a alfabetização de adultos, através do Mobral. Estes encaminhamentos demonstram o reconhecimento por parte do movimento sindical da fragilidade dos trabalhadores para o enfrentamento dos conflitos e problemas que os atingiam, ao mesmo tempo em que percebia e apostava que a educação poderia ser um caminho para a superação dessas dificuldades.

No 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979, em termos gerais das proposições e reivindicações, como já apontado, evidenciou-se um deslocamento de interlocutores no discurso da Contag: o Estado passava da condição prioritária de mediador ao qual o movimento sindical recorria para o encaminhamento das demandas dos trabalhadores, para a condição de um dos responsáveis pela situação difícil dos trabalhadores rurais. Nesse período já se tornavam evidentes as consequências do modelo de desenvolvimento baseado na modernização agropecuária. Se este modelo, serviu para capitalizar uma parcela de produtores rurais que passou a desfrutar de melhores condições de vida e produção, legou a uma grande maioria de “pequenos produtores” uma realidade de exclusão e pobreza. Para a Contag, este contexto causava grande preocupação, pois a imensa massa de produtores descapitalizados constituía parte significativa de sua base sindical. Esses elementos refletem-se nas resoluções a que se chegou no encontro.

Nos anais desse congresso, a discussão sobre cooperativismo foi incluída no grande bloco da “política agrícola”, ao lado de outros itens como exportação e mercado interno, crédito agrícola, crédito fundiário, seguro agrícola, assistência técnica e insumos, comercialização, preços mínimos e obras de infra-estrutura. Porém, já na discussão sobre exportação e mercado interno, a questão aparecia na forma de uma proposição para supressão de estímulos e incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias voltadas para a produção de exportação, sendo canalizados *“(…) aos pequenos agricultores, produtores de gêneros de alimentação, ou as suas cooperativas”*, o que denota que já havia uma preocupação do movimento sindical em provocar modificações no “sinal” das políticas públicas para a agricultura, deslocando-as dos “grandes” para os “pequenos produtores” e suas organizações. No item sobre crédito agrícola havia duas proposições relacionadas a grupos de agricultores, e não às cooperativas especificamente. Ambas referiam-se a prazos de pagamento, preço e carência, sendo que uma estava voltada aos *“(…) financiamentos individuais ou a grupos de agricultores, para fins de investimentos em máquinas e implementos agrícolas (...)”* e, a outra, aos *“(…) financiamentos para construção de pequenos armazéns e silos nas pequenas propriedades ou para grupos e sociedades de pequenos agricultores (...)”*. Essas proposições deixavam clara a existência de duas possibilidades: ou demandas individuais ou demandas de grupos não formais e, embora não trouxessem ainda a reivindicação de diferenciação de tratamento, afirmavam a necessidade de se voltarem para os “pequenos produtores”. O item sobre assistência técnica e insumos trazia uma proposição relativa a sementes: que estas fossem de boa qualidade, produzidas adequadamente e distribuídas através do governo, das cooperativas de “pequenos produtores” e dos STRs, na época correta do plantio (CONTAG, 1979: 169-74). Um outro aspecto observado é que, em geral, as demandas passaram a ter um caráter menos genérico, indicando possibilidades de solução para questões mais definidas. Analisadas em seu conjunto, estas propostas deixam perceber

que a Contag buscava alternativas para os “pequenos produtores”, com base numa leitura do processo de pauperização que se intensificava para este segmento, a partir do que se apresentava através dos agricultores sulistas que era quem trazia estas demandas para dentro da Contag.

No que se refere a comercialização e preços mínimos, as constatações apontavam que os problemas da comercialização agrícola tinham sua origem principal na intermediação; os preços mínimos eram fixados sempre abaixo do preço de custo, sendo desconsiderados os interesses dos “pequenos agricultores” e, por último, a política de garantia de preços trazia maiores benefícios para o intermediário do que para o produtor. Assim, já a primeira proposição deste item sugeria que a produção fosse comercializada pelo produtor “(...) diretamente com o Governo, sem intermediação, utilizando-se de cooperativas, através de AGF ou EGF - Aquisição ou Empréstimo do Governo Federal”. (CONTAG, 1979: 174-5). A questão da intermediação no processo de comercialização era expressa ainda através de proposições que visavam o incentivo à criação de pequenas cooperativas de consumo que favorecessem uma comercialização mais direta, bem como o incentivo a uma relação estreita entre cooperativas agrícolas de produção e cooperativas de consumo. Por outro lado, o movimento sindical deixava claras as limitações da Política de Garantia dos Preços Mínimos, carro-chefe da política agrícola na época. Um outro aspecto que se pode depreender das propostas relacionadas à política agrícola é que começava a ter mais espaço no seio do MSTR uma base sindical que até então era pouco visível: a dos “pequenos produtores”. A medida que ia se ampliando sua participação - também em nível de direção - as discussões ganhavam mais espaço e mais especificidade em torno de questões importantes para o segmento.

Enfim, a Contag propunha a saída cooperativista nos diferentes aspectos relacionados a melhorias nas condições de vida e de produção das famílias agricultoras: era invocada como importante para a intensificação da eletrificação rural subsidiada em todo o país, para a instalação de pequenas agroindústrias, para a construção de barragens e perfurações de poços artesianos na região semi-árida, etc. (CONTAG, 1979: 177-8).

Finalmente, no item específico sobre cooperativismo, após a constatação de que “a política cooperativista atual, por não atender aos anseios do pequeno agricultor, está provocando o desestímulo e a descrença no cooperativismo”, passaram a ser feitas proposições que visavam aproximar mais o cooperativismo do “pequeno produtor”. Dessa forma, propunham-se a incentivar a criação de pequenas cooperativas locais a serem integradas às cooperativas centrais, com plena liberdade de organização; reivindicavam que fossem destinados maiores recursos a essas organizações, com a permissão de sua transferência aos associados, para investimento; e que fossem concedidas, prioritariamente, condições e incentivos financeiros às pequenas cooperativas ou às suas centrais, com vistas ao armazenamento, estocagem, industrialização e comercialização dos seus produtos. Ou seja, o movimento sindical buscava produzir alternativas organizativas - como a criação e implementação de pequenas cooperativas mais localizadas - e reivindicava recursos estatais destinados a investimento dos produtores associados. Por outro lado, também exigia do governo uma reformulação da política de cooperativismo, para que as pequenas cooperativas fossem “efetivamente orientadas e dinamizadas”, voltando a desenvolver suas “verdadeiras finalidades” econômico-sociais. Pleiteavam estímulos para a criação de cooperativas de crédito, para o financiamento de outras cooperativas, visando reduzir a especulação financeira e contribuir decisivamente para o controle da inflação; reivindicavam que o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) fosse transformado em cooperativa de crédito, com a participação dos trabalhadores; ainda pediam o retorno às cooperativas

de “pequenos agricultores” de 20% do ICM recolhido. Reivindicavam que fossem destinados maiores recursos para as cooperativas, com rápida liberação, a fim de que fossem repassados aos associados, bem como que fosse implantado um sistema de financiamento, através destas organizações, para aquisição de veículos transportadores de produtos. Continuavam insistindo para que fosse incluído nos currículos escolares o ensino sobre cooperativismo, assim como para que se aplicasse devidamente o fundo destinado à educação cooperativista e que se promovesse maior apoio e incentivo ao cooperativismo, através de programas educacionais, para o esclarecimento e divulgação dos seus verdadeiros princípios, com vistas a maior participação dos “pequenos produtores”.

No 3º Congresso, ainda, os participantes continuavam buscando promover uma maior integração entre sindicalismo e cooperativismo; neste sentido, propunham que fossem criadas condições para “(...) *a fundação e funcionamento de pequenas cooperativas de consumo, geridas por Sindicatos ou outras associações de trabalhadores rurais ou urbanos, e que as mesmas possam adquirir os gêneros de primeira necessidade diretamente das pequenas cooperativas agrícolas de produção, eliminando-se dessa forma a excessiva intermediação, com reais vantagens tanto para os pequenos produtores quanto para os consumidores;*” e “*que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais acompanhem a atuação das cooperativas, visando atingir uma maior participação dos trabalhadores na administração das mesmas, escolhendo para o conselho de administração, diretorias compostas por pequenos agricultores;*” (CONTAG, 1973: 176 e 177).

Nas decisões finais do congresso, o cooperativismo apareceu ainda na forma de uma moção, através da qual, entre outras questões, se afirmava que “(...) *ao lado do Sindicalismo, o cooperativismo representa papel fundamental, favorecendo a evolução cultural, econômica e política de uma forma geral do trabalhador rural*”. Ao final da moção a Contag recomendava: “*que, nesse mais genuíno espírito cooperativista, a Contag e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em todo o país desenvolvam estudos e debates visando aproximar o cooperativismo ao trabalhador rural em todas as etapas do processo produtivo, desde a ocupação da terra à comercialização dos produtos agrícolas*” (CONTAG, 1973: 199-200).

Em termos ainda de demandas relacionadas à política agrícola e, por extensão, aos “pequenos produtores”, o MSTR reivindicava que as Secretarias de Agricultura dos estados criassem conselhos agrícolas, com assento e representação de dois dirigentes sindicais de trabalhadores rurais, a nível de federação, e com o objetivo de apreciar toda e qualquer resolução sobre política agrícola, especialmente quanto à fixação de preços justos (CONTAG, 1979: 178-9). Ou seja, era a insistência do movimento sindical para que fossem ampliados os espaços destinados aos “pequenos produtores” nas instâncias de decisão das políticas públicas para o setor agrícola.

Enfim, a partir desta análise que se restringe basicamente a um elemento constitutivo da política agrícola, o cooperativismo, podemos nos certificar de como estas questões diretamente relacionadas aos “pequenos produtores” foram progressivamente alargando seus espaços no interior das discussões da Confederação, em simultâneo com a afirmação de uma identidade própria. Se o cooperativismo era considerado importante para os “pequenos produtores” sulistas, que mantinham uma relação estreita com esta forma de organização, à medida que aquele segmento ia conquistando espaços dentro da organização sindical, a sua discussão ia ganhando importância em seu interior.

Neste período - final dos anos 70 - a crise do modelo agrícola baseado na modernização estava em plena ebulição. Inúmeros “pequenos produtores”, que haviam

se beneficiado deste modelo em sua fase áurea, começavam a sentir as dificuldades impostas pela crise. A Contag passou então a representar para eles um esboço para onde convergiam com seus problemas e demandas em busca da defesa dos interesses de sua propriedade e produção. Nessa mesma conjuntura, já estava em pleno processo de emergência um “novo sindicalismo”, expresso através de inúmeras “oposições sindicais” que se apresentavam disputando as direções dos sindicatos.

Essa mudança política reflete-se no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1985, onde se destacou a participação, organizada, de forças oposicionistas à direção da Contag. Como vimos, a questão da terra esteve presente, com destaque, durante todo o congresso. Por outro lado, quanto ao segmento que aqui nos interessa mais especificamente, o dos “pequenos produtores”, o congresso inovava em relação aos anteriores, ao reivindicar uma nova política agrícola, reorientada no sentido de atender prioritariamente aos interesses desta categoria.

O tema do cooperativismo apareceu nos anais do 4º Congresso novamente no grande bloco sobre política agrícola, embora fosse lembrado, como no congresso anterior, em outros blocos temáticos. Como a tônica desse congresso foi a questão agrária, uma das considerações trazia a afirmação: *“que as cooperativas dos pequenos agricultores constituem-se num instrumento fundamental para o processo de Reforma Agrária, sobretudo se fortalecidas pela organização política dos sindicatos de trabalhadores rurais”* (CONTAG, 1985: 134).

Se fizemos uma análise em termos das proposições elencadas, a discussão apresentou-se mais ampliada que no 3º Congresso. Algumas proposições buscavam um estreitamento de relações entre cooperativismo e sindicalismo; outras representavam ingerência do sindicalismo sobre uma forma de organização que na verdade não lhe é - nem legalmente e nem de fato - submissa. Entretanto, no geral, se comparadas com o conjunto de proposições a respeito do cooperativismo já analisadas, as apresentadas nesse congresso não traziam efetivamente grandes novidades, a não ser o fato de que as propostas tinham uma elaboração mais reivindicativa. Um outro aspecto é que havia um grupo de propostas que versavam sobre democracia, descentralização e transparência nas cooperativas. Na verdade, subjacente a estas questões, estava em jogo uma disputa entre as entidades de representação de “pequenos” e “grandes” produtores (as federações estaduais de trabalhadores rurais e as federações patronais) pela base sindical. Os “pequenos produtores” constituíam um segmento que despertava o interesse tanto das entidades sindicais de trabalhadores rurais, quanto das entidades patronais.

Com relação ainda ao debate sobre cooperativismo ocorrido nesse congresso, resultaram proposições no sentido da reformulação da legislação e da orientação política dos órgãos responsáveis pela questão - na época, o Conselho Nacional de Cooperativismo, principalmente -, para que incluíssem a representação dos trabalhadores rurais, através do movimento sindical e das cooperativas de “pequenos agricultores”. O congresso ainda reivindicava que o BNCC fosse transformado em cooperativa de crédito, passando a contar com a participação efetiva dos trabalhadores rurais na sua administração, via inclusão do movimento sindical e cooperativas de “pequenos agricultores” em seu conselho; e que a legislação a respeito de cooperativas estabelecesse normas específicas para as organizações de “pequenos agricultores” e consumidores, distinguindo-as daquelas dos grandes empresários. Estas propostas se constituíam em tentativas de criação de mecanismos para transformação das cooperativas em instrumentos de defesa econômica dos “pequenos agricultores” e dos consumidores urbanos e rurais.

Em meio às quarenta proposições/recomendações sobre o tema, pelo menos dez referiam-se diretamente às questões que envolviam democracia, descentralização e

transparência na gestão das cooperativas. Demandava-se que as cooperativas fossem descentralizadas, facilitando a participação dos associados, tanto na administração, como nas eleições, sem a interferência do governo; que fossem obrigadas a distribuir cópia dos estatutos a seus associados; que o mandato dos seus diretores não fosse superior a três anos, com permissão para reeleição somente uma vez; que fossem limitadas estatutariamente as gratificações dos diretores num piso e num teto; que as eleições nas cooperativas e nas respectivas federações fossem obrigatoriamente secretas, visando garantir uma maior participação dos associados na escolha dos representantes dos conselhos de administração e conselhos fiscais; que as direções das cooperativas fossem obrigadas a instalar urnas receptoras de votos nos locais onde existisse grande número de associados, a exemplo do que ocorria nas eleições sindicais; que o voto por delegação fosse extinto, possibilitando o voto direto do associado; e, finalmente, que as fraudes cometidas pelos diretores e associados fossem apuradas e os responsáveis penalizados, isentando o quadro social de assumir financeiramente as consequências e evitando a impunidade que ocorria (CONTAG, 1985: 134-8). Este conjunto de proposições dão indicações da leitura que se tinha da situação do cooperativismo. Os “pequenos produtores”, que constituíam, em geral, o extrato majoritário na composição do quadro social das cooperativas, ficavam submetidos aos desmandos, fraudes e logros cometidos por direções compostas pelos grandes proprietários, que se recompunham/revezavam, tornando-se diretores vitalícios das organizações. À medida que os “pequenos produtores” foram ampliando sua participação na Contag, estas questões foram sendo trazidas para o seu interior na expectativa de definição, através do movimento sindical, de uma intervenção articulada que pudesse alterar o quadro vigente.

Ainda no mesmo sentido, o congresso trazia recomendações de que o MSTR organizasse os trabalhadores rurais, associados em cooperativas, conscientizando-os da importância da participação, com vistas à sua formação para corrigir e assumir a direção destas organizações; e que os STRs acompanhassem a atuação das cooperativas, visando atingir uma maior participação dos trabalhadores na administração das mesmas, escolhendo para o conselho de administração, diretorias compostas por “pequenos agricultores” comprometidos com os interesses da categoria (CONTAG, 1985: 138).

No que diz respeito às relações estabelecidas entre sindicatos e cooperativas, através das recomendações deste congresso se reafirmava a necessidade de uma maior aproximação entre as duas formas organizativas. Em termos de funções desempenhadas por uns e outras, pela primeira vez um congresso nacional da Contag separava estas funções, exprimindo com relativa clareza o papel que caberia a cada uma das organizações. Assim, juntando os aspectos das relações e das funções, a recomendação dizia: “*que haja maior aproximação entre as cooperativas e os sindicatos, pois onde as cooperativas cuidam do setor de produção e comercialização dos produtos agrícolas dos pequenos agricultores, os sindicatos cuidam da ação reivindicatória e política do trabalhador*” (CONTAG, 1985: 138). Ou seja, de certa forma, o movimento sindical apontava um entendimento de que aos STRs caberia uma função de cunho político/reivindicativo, enquanto que às cooperativas estariam associadas aquelas atividades econômico/produtivas, procurando demonstrar uma clara separação de papéis, bem como salvaguardar espaços mais precisos de atuação, evitando sobreposições e disputas.

No congresso seguinte, realizado em 1991, a novidade relacionada à “pequena produção” foi que as reivindicações e proposições não apareceram mais sob a forma de política agrícola, ou seja, num grupo temático, mas sim num bloco de discussões denominado “luta dos pequenos produtores rurais”, reflexo dos novos ventos que

sopravam na Confederação, caracterizados pela entrada no movimento sindical contaguiano de novos atores - os sindicalistas cutistas. O próprio cooperativismo passou a ser discutido sob um novo título - “associativismo e cooperativismo” -, dando vez, no processo de discussão, a uma forma de organização no campo que ganhou força nos últimos anos da década de oitenta e início dos noventa: o associativismo. Em termos mais gerais, o congresso reafirmava a disposição da Contag em *“continuar na luta por uma política agrícola diferenciada para o pequeno produtor e suas formas associativas de produção (...)”* (CONTAG, 1991: 83).

Dentro do item sobre associativismo e cooperativismo, já de início o MSTR se propunha, por um lado, a *“estimular e apoiar, (...), a criação de associações, grupos, condomínios e cooperativas (...) como forma de propiciar a reorganização econômica dos pequenos agricultores”* e, por outro, *“intensificar as ações sindicais no sentido de viabilizar a reconquista do controle das grandes cooperativas, colocando-as a serviço dos pequenos agricultores”* (CONTAG, 1991: 86 - grifo meu). Por um lado, o movimento sindical expressava sua disposição de incentivar as diversas organizações de cunho mais econômico que estavam surgindo como forma de reerguer o “pequeno produtor” de sua condição de “excluído”. E, por outro, pela primeira vez um congresso do MSTR expressava claramente a necessidade e a disposição dos trabalhadores rurais organizados de mudar as cooperativas por dentro, ou seja, disputando e conquistando as direções destas organizações, colocando-as sob o controle dos “pequenos produtores”. Esta postura se diferenciava das expressas em congressos anteriores, que praticamente se limitavam a reivindicações de mais espaço nas cooperativas sem, contudo, manifestar propostas que resultassem em mudanças substanciais nas direções, e, por conseguinte, na atuação destas organizações. Por fim, era a tentativa dos trabalhadores rurais - mais especificamente dos “pequenos produtores” - de buscar uma reinserção numa forma importante de organização, da qual tinham sido praticamente excluídos pelo modelo da modernização da agricultura.

Aparecia ainda uma proposição para que os sindicatos defendessem a municipalização das cooperativas, atendendo os interesses dos “pequenos produtores” e sendo por eles gerenciadas. Outra, propunha o estímulo à organização dos “pequenos produtores” em associações que garantissem banco de sementes, comercialização, defensivos, assistência técnica, adubo orgânico, crédito de investimento e de custeio (CONTAG, 1991: 87). Através destas proposições, é possível constatar que havia uma preocupação em situar as organizações no nível mais local, bem como existia um interesse no atendimento de necessidades e carências imediatas relacionadas à produção, como insumos e recursos financeiros, vitais para a manutenção dos “pequenos produtores” na atividade produtiva. Se o Estado, através de suas políticas agrícolas não apresentava possibilidades de soluções para as demandas do segmento, colocava-se para o movimento sindical o desafio de buscar alternativas que pudessem, ao menos em parte, suprir estas dificuldades.

O congresso ainda externalizava uma preocupação com a questão dos espaços ocupados pelo sindicalismo e pelo associativismo, pois propunha ao MSTR *“discutir e diferenciar o papel do sindicato e da associação através de encontros”*. Ao mesmo tempo, propunha-se a *“participar, através do sindicato, desde a fundação da associação, acompanhando o seu trabalho”* e *“incentivar os associados do sindicato a participarem da direção das associações”*, demonstrando claramente uma intenção de que as associações não fugissem ao controle do sindicalismo. Contudo, o movimento sindical deixava em aberto a forma de organização através da qual estaria melhor articulada a “pequena produção” para conquistas relacionadas às questões econômicas, pois se propunha a estudar esta questão: *“realizar estudos e discussões sobre formas de*



*organização que viabilizem assistência técnica efetiva, crédito amplo e diferenciado, implantação de técnicas modernizadoras, formas de comercialização e, em especial, formas de capacitação gerencial das organizações cooperativas* (CONTAG, 1991: 86-7).

Também esboçava-se de forma mais definida a necessidade de discutir as diversas categorias presentes no sindicato em campos específicos. Isto fica claro através da proposição, relacionada particularmente aos “pequenos produtores”, de *“organizar, através dos sindicatos, uma comissão e/ou secretaria sindical da pequena produção, de forma a garantir a representatividade das associações dos pequenos produtores nessa comissão e assegurar, de fato, um elo de ligação entre as associações e o sindicato, para que se possa planejar uma ação em defesa dos pequenos produtores nos níveis municipal, regional e estadual”* (CONTAG, 1991: 86).

Como desdobramento no plano organizativo, deste congresso saiu a decisão de criação de secretarias específicas para as principais áreas de luta da categoria dos rurais, dando um novo ritmo às ações da Contag. Para o que nos interessa neste momento, ao lado das Secretarias de Política Salarial e de Política Agrária, foi criada a Secretaria de Política Agrícola, através da qual seriam encaminhadas as bandeiras de luta relacionadas à “pequena produção”.

Foi também neste congresso que a Contag apresentou uma definição de “pequeno produtor”, deixando mais claros os contornos deste segmento e, desta forma, abrindo a possibilidade de uma melhor qualificação no tratamento dado pela entidade às questões relacionadas ao mesmo, no âmbito de sua atuação. A necessidade de apresentar uma definição para o termo denota que, ao se falar neste segmento, já não se identificava claramente de quem se estava falando; as múltiplas faces que a “pequena produção” passou a apresentar à medida que foi se intensificando o processo de modernização da agricultura e sua posterior crise, tornaram o termo obscuro, exigindo do movimento sindical uma definição que pudesse clarear até onde ia o segmento que lhe interessava em termos de constituição de sua base. Assim, decidiu-se *“considerar como pequeno produtor rural aquele que explore parcela de terra sob regime de ocupante, proprietário, posseiro, arrendatário e parceiro, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a) utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso de empregado permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; b) cultivo de quantidade mínima de terra superior a um módulo rural, suficiente para absorver toda a força de trabalho familiar, garantindo sua subsistência e progresso social e econômico; c) limite máximo de área, expresso em hectares, correspondente a três módulos rurais ou, na impossibilidade de apuração destes, três módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; d) que 80% (...) da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e extrativa; e) que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. No caso de pequenos produtores que não se enquadrem no item b, a exigência de renda originária da exploração será de 40% (...), no mínimo”* (CONTAG, 1991: 85-6 - grifo meu). Ou seja, com esta definição a Contag procurava incluir na categoria “pequeno produtor” distintas formas de ser agricultor. Assim, num momento em que já era forte a inserção e atuação do MST, o que significava um fortalecimento na disputa por representação de uma parcela significativa dos trabalhadores rurais, era importante para a Confederação deixar claro que havia também um lugar para o segmento sem-terra com produção do tipo familiar, no interior da entidade. Por outro lado contrapunha-se às constantes investidas das organizações patronais sobre sua “base”.

Na primeira metade dos anos 90, a Contag desenvolveu seu trabalho junto aos STRs e federações tendo como parâmetro para a atuação relativa à “pequena produção” a definição anteriormente assumida para a categoria. Porém o período também foi de levantamento das distintas realidades de produção presentes no país, ao mesmo tempo que ia se estabelecendo uma profícua interlocução entre o ambiente sindical e o meio acadêmico, buscando trabalhar melhor a questão e, a partir disso, produzindo uma redefinição da categoria, dando origem a um novo conceito: “agricultura familiar”. Neste clima, em 1995 realizou-se o 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Sob o lema “Nem fome, nem miséria, o campo é a solução - reforma agrária, agricultura familiar, salário digno”, os participantes discutiram e adotaram deliberações que apontavam a busca de um novo modelo de desenvolvimento rural, tendo como centro a “agricultura familiar”.

As questões relacionadas ao associativismo/cooperativismo foram discutidas e registradas nos anais, no grande bloco sobre política agrícola e desenvolvimento rural. Este bloco de discussões, na parte referente às propostas, reafirmava a reivindicação dos dois últimos congressos, no sentido de uma política agrícola diferenciada, só que agora direcionada a um segmento que, de certa forma, trazia uma nova identidade para o interior do MSTR. Em substituição à categoria “pequeno produtor”, o movimento sindical passava a trabalhar com “produtor em regime de economia familiar”, para a qual atribuía a seguinte definição: *“é considerado produtor em regime de economia familiar no campo, para efeito de política agrícola e demais instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, os produtores que exploram parcela de terra na condição de: proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, pescador artesanal, extrativista, agregado, pequeno garimpeiro e comodatário, que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: - utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso do emprego permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; - que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; - que no mínimo, 80% da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; - que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. Observação: No caso de pequeno produtor cuja propriedade não atingir a um módulo fiscal, a exigência de renda originária da exploração será de 40%, no mínimo”* (CONTAG, 1995: 53 - grifo meu).

Esta definição trouxe como diferenças em relação à definição de “pequeno produtor”, apresentada no congresso anterior, primeiramente, a ampliação do leque dos segmentos identificados como “produtor em regime de economia familiar”. Assim, além dos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e ocupantes, passaram a integrar este conjunto de categorias os pescadores artesanais, os extrativistas, os agregados, os pequenos garimpeiros e os comodatários. Com esta nova conformação, passaram a tomar parte nas preocupações e demandas do MSTR - principalmente aquelas relativas a uma política agrícola diferenciada ou outros instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural -, categorias presentes, principalmente, nas regiões Norte, Centro-Oeste e, também Nordeste - as duas primeiras integrantes da chamada “região de fronteira agrícola”. Embora estas categorias não fossem novas, era relativamente recente uma intervenção mais articulada em torno de seus direitos e demandas. A segunda alteração verificada na definição ficou por conta da ampliação do limite de área para enquadramento nesta categoria: de três, o limite máximo foi ampliado para quatro módulos fiscais; por um lado, possivelmente em função da incorporação também destes outros segmentos, de regiões que mesmo dentro de uma definição de “pequeno agricultor”, demandam áreas

maiores e, por outra feita, também é possível que a Contag com esta ampliação, quisesse aumentar o leque de produtores em sua base, evitando que uma parcela importante destes viesse a ser disputada pelas organizações patronais. Associado ainda à definição dada para o que seria o “produtor em regime de economia familiar”, os anais afirmavam que: *“o acesso aos benefícios e prerrogativas concedidas ao pequeno produtor rural será feito mediante o reconhecimento deste pelo Sindicato dos Trabalhadores, referendado, nos municípios em que houver, pelo Conselho Municipal de Agricultura”* (CONTAG, 1995: 53). Desta forma, o MSTR buscava a valorização do sindicato perante o Estado e, ao mesmo tempo, o qualificava e reforçava sua importância junto aos agricultores, enquanto organismo classista responsável por este segmento dos rurais.

Quanto aos beneficiários da política agrícola diferenciada, ao manifestar-se a respeito, o congresso valorizou o fato do “agricultor familiar” estar ligado a algum tipo de organização, além da sua própria condição primeira de “produtor familiar”: *“1 - produtores que se enquadrem na classificação de produtores em regime de economia familiar; 2 - condomínios, associações, cooperativas e outras organizações cujo quadro social seja composto exclusivamente por agricultores que trabalham em regime de economia familiar; 3 - associações e cooperativas, cujo quadro social não seja exclusivo de pequenos agricultores, mas que conte, no mínimo, com 60% destes, sendo o repasse de recursos exclusivo aos pequenos agricultores associados”* (CONTAG, 1995: 53).

Em termos de propostas relativas ao associativismo/cooperativismo, estas poderiam ser reunidas em dois grupos. Assim, de um lado, estavam aquelas que envolviam a necessidade de maior discussão, formação, capacitação e elaboração, e, por isto, demandavam um tempo maior para sua implementação: o estudo das diferentes formas associativas de organização econômica dos “pequenos produtores” e sua relação com o movimento sindical; a estruturação de um amplo programa de capacitação nas áreas de organização e gestão para a produção e mercado; a discussão, formulação e divulgação de uma política de associativismo e cooperativismo apropriada para a “agricultura familiar” e em estreita relação com o MSTR. De outro, propostas de cunho mais prático e que, novamente - repetindo o que já havia sido levantado no congresso anterior -, envolviam a conquista do controle das cooperativas, ou, como inovação, a ampliação de espaços dentro das organizações para alguns segmentos. Assim, por exemplo, estão registradas nos anais propostas de incentivo ao associativismo e cooperativismo como instrumentos de organização da economia familiar, estimulando a criação dessas entidades e disputando o controle e gestão das cooperativas compostas majoritariamente por “pequenos produtores”; e a tentativa de garantir a criação de mecanismos no interior das cooperativas e associações que favoreçam maior participação das mulheres e jovens, dando-lhes direito a voto e cargos de direção (CONTAG, 1995: 55-6).

Nesse congresso, foram ainda sugeridas ações relacionadas à agroindustrialização, como: *“criar ou estimular a criação de agroindústrias comunitárias, via produção familiar, com isso agregando mais valor à produção agropecuária, viabilizando também a comercialização direta”* e, também, *“propor uma legislação que ofereça condições para criação e funcionamento de agroindústrias de médio e pequeno porte, associativas de agricultores familiares, com estabelecimento de dispositivos que considerem as suas especificações e ofereçam estímulo ao seu desenvolvimento (redução de IPI, ICMS, etc.)”* (CONTAG, 1995: 56). Ou seja, as propostas relativas à agroindustrialização tinham como objetivo final uma comercialização mais vantajosa para os “agricultores familiares”, via agregação de

valor, estímulos estatais e venda direta ao consumidor. No conjunto das questões levantadas pelo segmento “agricultura familiar” ficava demonstrado que, mais do que nunca, este buscava formas de sobrevivência através de uma maior qualificação e valorização das atividades produtivas. Porém, o movimento sindical constatou que, para a implementação de muitas destas propostas, havia necessidade de rediscutir o modelo de desenvolvimento como um todo e investir na construção de uma nova proposta.

E foi com estas discussões que, ainda no primeiro semestre de 1998, a Contag realizou seu 7º Congresso Nacional<sup>12</sup>. A discussão situou-se em torno da construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), tendo como eixos a necessidade de realização da reforma agrária e o fortalecimento da “agricultura familiar”. Neste aspecto, o 7º Congresso qualificou e definiu melhor o que representaria a idéia de um projeto alternativo, uma vez que desde antes do 6º Congresso - em 1995 - e, principalmente, durante, já vinha sendo trabalhada a idéia da elaboração e proposição de um novo modelo de desenvolvimento rural.

Assim, neste congresso, ao discutir a organização sindical e a relação entre MSTR, cooperativas e associações, o documento lembrava que até o 6º Congresso, as chamadas “organizações econômicas” com atuação no campo (cooperativas, associações de crédito, produção e/ou comercialização, etc.), eram vistas como entidades que não guardavam relações com a ação sindical propriamente dita. No entanto, o aprofundamento das discussões sobre a construção do projeto alternativo, mostraram que era preciso superar os problemas que pudessem existir nesta relação. De acordo com o documento, muitos “agricultores familiares” buscam as organizações econômicas como alternativas para o desenvolvimento de suas unidades produtivas e as respostas oferecidas pelas cooperativas e associações são diferentes daquelas provenientes das entidades sindicais. Grande parte destas organizações econômicas, mesmo sendo constituídas por “agricultores familiares”, não integram a base dos sindicatos, federações ou da Contag; por isso, a entidade avaliava ser preciso fortalecer as organizações, tanto sindicais como econômicas, aprofundando o debate sobre o seu papel no fortalecimento da categoria. Neste sentido, o congresso propunha: “(...) *criar um sistema cooperativista e associativista da agricultura em regime de economia familiar, articulado, com o MSTR, a partir das necessidades e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras de organização associativa da produção já existentes, condomínios, associações, cooperativas, etc.; (...) coordenar um amplo debate com o conjunto do MSTR e as associações e cooperativas que estejam no nosso campo. Este debate discutirá a forma e os mecanismos de criação deste sistema, subsidiando a CONTAG para deliberar sobre este assunto ainda durante a próxima gestão*” (CONTAG, 1998: 28)<sup>13</sup>. Ou seja, a Contag reconhecia a importância das chamadas “organizações econômicas” para a sobrevivência da “agricultura familiar” e tentava criar um mecanismo que possibilitasse estabelecer uma ligação orgânica entre estas organizações e a estrutura sindical.

---

<sup>12</sup> Para a análise deste congresso, estaremos utilizando o “documento-base” preparado para o evento, ao contrário do que fizemos com os congressos anteriores que analisamos a partir dos “anais” ou “resoluções”.

<sup>13</sup> Ambas as propostas, de acordo com a legenda criada para a interpretação e acompanhamento do documento como um todo, faziam parte do grupo das “propostas polêmicas”. Como este documento se constitui apenas em documento-base, não sabemos o que foi aprovado em torno desta questão (assim com de outras). No entanto, vale ressaltar que - pelo exposto - as questões envolvendo a relação do movimento sindical com as organizações econômicas ainda estão situados no campo das polêmicas no interior da Confederação. Pelo visto - ao que parece as decisões a respeito foram remetidas para o próximo congresso - a questão ainda requer aprofundamento nas discussões, para posterior deliberação e encaminhamentos.

No grande bloco sobre política agrícola e “agricultura familiar”, a Contag trazia um balanço a respeito e reconhecia que graças a uma seqüência de mobilizações ocorridas a partir de junho de 1995, puderam ser garantidas conquistas importantes para o segmento em todo o país. O exemplo mais significativo foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), considerado uma conquista, em resposta a uma ocupação do Ministério da Agricultura em junho. Com a realização do Grito da Terra Brasil em 1996, o programa incorporou as linhas de crédito de custeio e investimento e, também, a linha das “Ações Integradas para o Desenvolvimento dos Municípios”, além da conquista da criação de linhas específicas de crédito de investimento dentro dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento do Centro-Oeste e Nordeste (FCO e FNE, respectivamente), uma vez que a região Norte já possuía o FNO Especial. A partir destas conquistas, o MSTR passou a trabalhar mais intensivamente o tema da política agrícola, generalizando a discussão para todo o país. *“Nestes 3 anos foi intensa a criação de secretarias de política agrícola, seja nas FETAGs como nos STRs. O tema da política agrícola que estava restrito a alguns estados e regiões, difundiu-se por todo o país”* (CONTAG, 1998: 60-1). Ou seja, as questões relacionadas à política agrícola e aos “pequenos produtores” que tinham entrado na Contag como temáticas geradas prioritariamente a partir da região Sul, relativamente periféricas no início de sua atuação, foram ampliando seus espaços no decorrer dos anos 70 e 80, se disseminaram pelo restante do país e passaram a ocupar nos anos 90 o eixo central no conjunto das discussões e bandeiras encaminhadas pela entidade.

Nesse congresso ainda, com respeito às organizações relacionadas à “agricultura familiar”, em termos genéricos, foram levantadas algumas propostas no sentido de o movimento sindical investir na disseminação e criação de cooperativas de crédito como estrutura alternativa ao atual sistema financeiro excludente da “agricultura familiar”, bem como organizar este segmento para propor a criação de bancos de sementes; outras em direção à cobrança da destinação de recursos estatais para a construção de pequenos armazéns comunitários para organizações destes agricultores; e outras ainda, no sentido de apoiar e estimular os projetos associativos geradores de renda envolvendo as mulheres, assim como garantir a sua participação nas cooperativas (CONTAG, 1998: 65-8 e 144).

E, por último, quanto aos assentamentos de reforma agrária, a proposta apresentada foi no sentido de incentivar a criação de associações e pequenas cooperativas, para comercialização, transformação e industrialização de produtos diversos (pequenas agroindústrias em forma de cooperativas). Neste aspecto, a proposta levantada pelo movimento sindical é distinta da que o Movimento Sem Terra defende. Enquanto o primeiro fala na criação de “associações e pequenas cooperativas” e “pequenas agroindústrias em forma de cooperativas”, o segundo defende a formação de organizações mais ousadas, maiores e com maior capacidade de processamento, beneficiamento e comercialização, capazes de penetrar no mercado em reais condições de competição com as grandes empresas. Ainda quanto aos assentamentos, foram feitas propostas no sentido de realizar campanha de sindicalização dos assentados e para que o MSTR promova discussão e formação com as famílias assentadas sobre organização interna dos assentamentos, organização e gestão da produção, etc. (CONTAG, 1998: 89-90). Como se pode perceber, os assentados, que passam a integrar também o grupo dos “agricultores familiares”, mesmo sendo parcialmente gerados a partir dos processos de ocupações/acampamentos liderados, em parte, pelo MST, constituem-se num segmento que interessa ao movimento sindical e para o qual este passou a olhar com maior zelo, buscando uma ampliação da sua penetração neste campo de disputas.

## 2.4. O associativismo e o cooperativismo nos congressos do DNTR/CUT

No início de 1990, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT realizou o seu 1º Congresso. O lema “Construir a unidade na diversidade” tornou-se, na época, o grande desafio para os sindicalistas reunidos em torno do movimento sindical de trabalhadores rurais cutista. Na temática central do congresso estava refletida a multiplicidade, a diversidade e a fragmentação de situações e processos sociais que estavam em plena efervescência no campo brasileiro.

O debate acerca do associativismo/cooperativismo apareceu, na publicação das resoluções deste congresso, inicialmente no bloco referente à luta pela terra. O Departamento, partindo do entendimento que, mesmo existindo o Movimento Sem Terra, a direção da luta pela reforma agrária caberia à CUT, *“(...) que tem a capacidade de globalizar esta luta e dar-lhe o alcance político que ela efetivamente tem”*, apontava para a necessidade de: *“desenvolver a produção nas áreas conquistadas, de forma cooperada, pois ela representa a retaguarda da luta pela terra, seja como condição de sustentação das famílias que conquistaram a terra seja como elemento material para combater a propaganda mentirosa da UDR e da burguesia de que a reforma agrária é antieconômica”* (DNTR/CUT, 1990: 24). Para viabilizar esta cooperação, as condições necessárias deveriam ser reivindicadas ao Estado. Nesse campo, o que o movimento sindical cutista propunha não trazia nenhuma novidade, uma vez que em todos os assentamentos sempre houve empenho neste sentido das entidades de assessoria - principalmente daquelas ligadas à Igreja, de cujo trabalho o sindicalismo cutista se originou através das Oposições Sindicais -, dos mediadores estatais (via financiamentos através do Procerá) e, principalmente, do próprio MST. Dessa forma, o DNTR apenas reafirmava aquilo que já vinha sendo feito, na perspectiva de reforçar as possibilidades de viabilização dos assentamentos.

Ao tratar especificamente dos “pequenos produtores”, a questão apareceu, inicialmente, de forma vaga e apenas implícita, na proposição: *“atuar na organização da produção e na comercialização exige dos sindicatos um permanente trabalho de formação, em especial no aspecto ideológico e do compromisso de classe”*. Na continuidade do texto, mais adiante, foi proposto o desenvolvimento de formas coletivas de produção e comercialização, bem como para a aquisição de sementes, insumos e maquinários (DNTR/CUT: 1990: 25-7).

Por fim, a questão iria aparecer de forma mais enfática no grande bloco sobre política de organização e estrutura sindical, com um subtítulo específico: “as associações”. O texto partia da constatação da existência de dois tipos fundamentais de associações de “pequenos produtores”: *“- as associações que surgiram apenas por incentivos dos planos governamentais, que na maioria das vezes são artificiais e não respondem aos problemas políticos e econômicos, servindo apenas como instrumento de cooptação ideológica e divisão dos trabalhadores, com o objetivo de neutralizar a organização sindical, provocando com isso a divisão dos trabalhadores; - as associações legítimas que surgiram da necessidade de os pequenos produtores se organizarem para resolverem os problemas da produção e da comercialização, em muitos casos devido à insuficiência dos STRs em responder a essas questões”* (DNTR/CUT, 1990: 43). Quanto às últimas, classificadas como “legítimas”, o DNTR se propunha a clarear seu papel, elaborando propostas estratégicas para a produção, comercialização e aproveitamento dos recursos naturais. Entretanto, no entendimento do Departamento, os problemas da produção e da comercialização não se resolveriam somente através das formas de organização existentes, de ocorrência mais frequente -

sindicatos, associações, cooperativas. Acreditava ser necessário desenvolver uma política de organização inserida na estratégia do conjunto dos trabalhadores, buscando respostas políticas aos problemas dos “pequenos produtores” (DNTR/CUT, 1990: 43-4). Neste período, os Fundos Constitucionais, que tinham sido criados ainda pela Constituição Federal de 1988, “popularizaram-se”, trazendo para os agricultores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a possibilidade de contraírem financiamentos com encargos diferenciados - uma luta antiga encaminhada pelo movimento sindical. O acesso aos fundos de forma coletiva, através de organizações, foi a senha para que os “pequenos produtores” dessas regiões passassem a articular inúmeras associações. Assim, no período compreendido entre o final dos anos 80 e início dos 90, o sindicalismo passou a conviver com uma série de experiências organizativas em curso, muitas à revelia do próprio movimento sindical, o que causava inquietação.

Até então os problemas relacionados aos “pequenos produtores” haviam sido tratados pelo “novo sindicalismo” de forma genérica, inseridos na problemática dos trabalhadores rurais em geral, ou seja, os encaminhamentos tomavam um viés quase que exclusivamente político, quando o quadro que se apresentava demandava procedimentos e soluções que enfrentassem seriamente também a questão econômica. As formas organizativas que se apresentavam punham, de certo modo, em xeque essa prática, pois manifestavam uma preocupação de cunho mais econômico, buscando suprir o sindicato no papel que este não conseguia desempenhar. Dessa maneira, a proliferação destas outras formas de organização trouxe preocupação para o sindicalismo rural como um todo. Por outro lado, o movimento sindical rural cutista começava a se movimentar com relação àquelas cooperativas tradicionais, constituídas já havia algum tempo, junto às quais não tinha nenhuma influência.

Com estas preocupações, em 1993 o DNTR realizou o seu 2º Congresso Nacional. Neste, o debate a respeito das formas organizativas da produção girou em torno do cooperativismo, mais precisamente, na crítica às formas em que se apresentava. E, neste aspecto, este congresso diferiu também dos congressos da Contag, que nunca fizeram uma crítica tão contundente a respeito do cooperativismo. No caderno de resoluções deste congresso, versão preliminar, já ao tratar sobre a conjuntura no campo e as transformações importantes ocorridas, o Departamento constata: *“as cooperativas do sistema OCB [Organização das Cooperativas Brasileiras] ganharam importância nesse contexto de agroindustrialização, competindo com as empresas inclusive com integrações. Houve um crescimento muito grande das cooperativas do Sul e Centro-Oeste, principalmente, e uma adaptação ao ritmo mais duro da economia, com algumas falências e fusões e muito investimento em competitividade industrial e comercial”* (DNTR/CUT, 1993a: 7 - bloco “Conjuntura no campo”)<sup>14</sup>. Na continuação, ao analisar a conjuntura política, num período em que já se discutia a revisão constitucional, o DNTR demonstrava uma preocupação com os rumos legais do cooperativismo. Nesta mesma época, as grandes corporações agroindustriais nacionais e transnacionais, entre elas as maiores cooperativas, tinham se articulado em torno da criação da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness). Na avaliação do movimento sindical cutista, *“o setor cooperativista empresarial busca impor, através da Lei, restrições à livre organização de cooperativas. Entidades sindicais e não sindicais, inclusive cooperativas, têm articulado sua participação juntamente com setores industriais urbanos, através dos complexos agroindustriais (‘agribusiness’)”* (DNTR/CUT, 1993a: 8 - bloco “Conjuntura ...”).

---

<sup>14</sup> Em função das resoluções do 2º Congresso, versão que estamos analisando, estarem impressas em uma “versão preliminar”, não há uma paginação contínua. Cada bloco de questões tem sua paginação própria. Por isto, após cada indicação de página, estamos indicando também o bloco de discussões.

Ao tentar visualizar perspectivas em termos das outras formas de organização da produção, o Departamento apresentava um balanço crítico sobre a trajetória do cooperativismo no Brasil: *”a implementação das cooperativas tradicionais no Brasil se deu principalmente a partir dos anos 70, onde o Estado teve participação decisiva. O desenvolvimento do cooperativismo era fundamental para a modernização e organização da agricultura, além de aproximar produtor e consumidor, aspecto considerado importante no desenvolvimento industrial do país. A maioria dessas cooperativas criadas de cima para baixo, não despertaram o agricultor para uma efetiva participação e ao mesmo tempo, a estrutura de poder foi montada para que isso não acontecesse e a manipulação do associado fosse possível. Na década de 80 as cooperativas entram no processo de industrialização de produtos e para isso retêm as sobras geradas, iniciam o processo de seleção dos agricultores, se afastando ainda mais dos associados aprofundando a falta de democracia interna. Por outro lado, os movimentos sociais ao invés de intervir organizadamente nos destinos das cooperativas, se afastam e no final dos anos 80 iniciam a implantação de formas alternativas de cooperação. Em resumo, o que temos hoje, com raras exceções, são grandes cooperativas empresariais e antidemocráticas a serviço dos grupos mais conservadores e reacionários das regiões e do projeto neoliberal que está sendo implantado no país”* (DNTR/CUT, 1993a: 9 - bloco “Conjuntura ...”). Estas constatações serviam para mostrar claramente ao movimento sindical a necessidade de sua intervenção visando promover uma mudança de rumos no cooperativismo tradicional, tornando-o um instrumento organizativo a serviço dos “pequenos produtores”.

Ao tratar do plano de lutas em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento, o Departamento entendia que o movimento sindical cutista precisava atuar na organização da produção, preparando quadros, aprofundando o conhecimento da diversidade de cada região e a busca de alternativas viáveis à pequena produção, tendo como centro das proposições a reforma agrária e a luta por políticas agrícolas diferenciadas para os “pequenos agricultores” (DNTR/CUT, 1993a: 2 - bloco “Plano de lutas”).

O Departamento ainda afirmava que existiam experiências organizativas “por dentro” do sistema oficial, bem como as experiências associativas e cooperativas novas, “por fora” do sistema. Na concepção do DNTR, o importante era romper com o isolamento das organizações, aglutinando-as em torno de um projeto global de desenvolvimento da sociedade brasileira (DNTR/CUT, 1993a: 2 - bloco “Plano ...”).

Na compreensão do Departamento, era fundamental a atuação complementar entre associativismo/cooperativismo e sindicalismo, sob o risco de - ao não fazê-lo - resultar na ineficácia de suas ações, pois, segundo o mesmo, nem os sindicatos conseguiriam fazer lutas políticas se não estivessem envolvidos diretamente nas questões econômicas (organização da produção), e nem as associações e cooperativas conseguiriam avançar nas conquistas econômicas se não se envolvessem diretamente nas lutas políticas globais dos trabalhadores rurais (DNTR/CUT, 1993a: 2 - bloco “Plano ...”).

Em termos de formação, o associativismo e a cooperação agrícola, constituíam um dos eixos centrais, ao lado da ação e organização sindical no campo; assalariados rurais; reforma agrária; e cadeias produtivas de produtos estratégicos. Isto comprova, mais uma vez, que neste congresso ficou bastante evidente a disposição que havia para enfrentar a questão das outras formas organizativas que tinham surgido há algum tempo, mas que proliferavam com bastante rapidez nesta primeira metade dos anos 90. A necessidade de investir na formação voltada para estas questões, demonstrava também



que havia uma consciência da incapacidade reinante em lidar com as mesmas, pois demandavam muito mais do que um bom discurso a respeito. O Departamento, que buscava a liderança do movimento sindical dos trabalhadores rurais, estava sendo desafiado - ao lado de outras questões também de relevância -, a se posicionar, de modo mais claro, sobre o associativismo, o cooperativismo e outras formas de cooperação agrícola, pois, na implementação de um novo modelo de desenvolvimento, que já estava em discussão, a questão da organização dos produtores rurais seria um dos pontos principais. Neste período, se constituía em constatação corrente nos meios sindicais a urgência em buscar uma alternativa ao modelo de desenvolvimento rural brasileiro que era caracteristicamente excludente para a maioria da população do campo - os trabalhadores rurais, representados em toda sua diversidade pelos “pequenos agricultores”, parceiros, meeiros, arrendatários, assalariados, extrativistas, sem-terra, pescadores, povos indígenas, etc. Nesta época, a “agricultura familiar” já ocupava um espaço significativo nas discussões, pautas e agendas do movimento sindical como um todo.

Com estas questões presentes, no final de 1995 realizou-se o 3º Congresso Nacional do DNTR, trazendo decisões importantes, como a aprovação de um plano de lutas articulado com o debate sobre um projeto alternativo de desenvolvimento rural e a decisão de extinção do Departamento e de criação de uma Coordenação Nacional dos Rurais da CUT, vinculado à Executiva Nacional da Central. Conforme já vimos, logo antes deste congresso, havia ocorrido a filiação da Contag à CUT (DNTR/CUT, 1995a: 3).

Na questão que aqui mais imediatamente nos interessa, este Congresso, pelo próprio caráter de etapa do processo de transição do MSTR, não apresentou grandes discussões. Contudo, em termos de algumas definições, avançou mais do que nos dois congressos anteriores. Ao tratar da construção do modelo sindical cutista, onde se fala no “sindicato orgânico” e nas “organizações por local de trabalho”<sup>15</sup>, afirmava-se que *“embora a estratégia para implantação de OLT a partir de experiências concretas no campo ainda não tenha um destaque nas discussões realizadas pelo DNTR/CUT e pela Contag, ela pode vir a se tornar fundamental para o estabelecimento de novas relações com os diversos movimentos que atuam no campo, como as associações e cooperativas, MST, CEBs, movimentos de bairros (vilas), etc.”* (DNTR/CUT, 1995a: 12). A presença destas questões no conjunto das discussões do congresso evidenciava que o Departamento estava atento para as variadas experiências organizativas que estavam se desenvolvendo nas diferentes regiões do país, que demandavam encaminhamentos concretos em termos de como se adequar e se integrar ao chamado “modelo sindical cutista”, em construção.

Portanto, alguns conceitos, embora ainda não definitivos, a respeito de “sindicato orgânico” e “organizações por local de trabalho”, associadas à questão das outras formas de organização dos trabalhadores rurais e “agricultores familiares”, foram apresentadas neste congresso. Dessa forma, em nível de DNTR/CUT, estavam sendo dados alguns encaminhamentos efetivos para o enquadramento institucional no interior

---

<sup>15</sup> A respeito do “sindicato orgânico”, o documento dizia o seguinte: *“a construção de uma estrutura orgânica prevê que as representações da Central, desde o local de trabalho, passando pelos sindicatos locais, regionais, estaduais e nacionais, sejam ‘um mesmo corpo’, seguindo os mesmos princípios e estatutos. De uma forma geral, este modelo seria diferente daquele no qual os sindicatos, as federações e as confederações filiadas teriam maior independência em termos estatutários e políticos”*. Quanto às OLTs (organizações por local de trabalho), estas *“(...) seriam organizações autônomas em relação aos sindicatos, que representariam todos os trabalhadores de um determinado local de trabalho (e não só os sindicalizados), ampliando os espaços de luta e de articulação com a sociedade”* (DNTR/CUT, 1995a: 11-2).

do MSTR destas outras formas de cooperação. Entretanto, o debate não foi dado por encerrado e a questão continuou sendo encarada como uma temática ainda em processo de discussão, exigindo levantamento, sistematização e avaliação das formas já existentes de organizações de base dos “produtores familiares”, o seu papel na construção do projeto de desenvolvimento, e sua relação com o movimento sindical. Somente a partir deste acúmulo é que o Departamento se propunha definir uma estratégia clara para a implementação das organizações por local de trabalho, respeitando as especificidades do setor rural (DNTR/CUT, 1995a: 12).

Ao discutir um plano de lutas em torno do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, tendo como eixos centrais a “agricultura familiar” e a reforma agrária, a cooperação agrícola foi lembrada - ao lado de outros elementos -, como sendo um dos mecanismos viabilizadores da produção familiar (DNTR/CUT, 1995a: 26 e 28).

Finalizando, ficou estabelecida a estratégia de construção do projeto de desenvolvimento, em que alguns itens contemplavam a questão da organização da produção. Esta estratégia passaria: “- pela articulação entre a organização da produção e a disputa das políticas públicas; - pela organização do processo produtivo, a partir do zoneamento agroecológico e econômico, na sua totalidade: produzir, agregar valores, comercializar; - (...); - pela articulação das experiências alternativas, de organização da produção, com o enfrentamento econômico, político e ideológico, para construir um desenvolvimento sustentável; - pela construção da CUT como núcleo de elaboração e implementação da proposta de desenvolvimento, articulando organização da produção, enfrentamento com o estado, transformação da estrutura sindical, e formação técnica e política; - (...);” (DNTR/CUT, 1995a: 33).

A disposição de incentivar e apoiar as diversas formas de organização dos “agricultores familiares”, bem como priorizar nas conquistas referentes às políticas públicas aqueles agricultores organizados, já não representava mais novidade no seio do movimento sindical, embora reforçar esta posição fosse estrategicamente importante, uma vez que as associações continuavam sendo criadas, muitas vezes a partir dos próprios STRs. O acirramento das disputas entre sindicatos e associações pela representação dos “agricultores familiares” que, inicialmente, logo que começaram a proliferar as associações, se anunciava, não parece ter se confirmado nos termos que poderiam se supor. O próprio aprofundamento da discussão a respeito da elaboração e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir da realização de uma ampla reforma agrária e com base no fortalecimento da “agricultura familiar”, parece apontar na direção do incentivo às formas coletivas de produção e atividades derivadas e correlatas a esta (armazenamento, beneficiamento, industrialização, comercialização, etc.).

Portanto, o movimento sindical parece ter-se disposto a incentivar e apoiar cada vez mais aquelas iniciativas dos “agricultores familiares” que reforcem a sua organização, sejam elas de caráter mais econômico, através das associações, cooperativas, grupos de cooperação, etc., sejam as experiências de cunho mais político, através dos sindicatos - municipais, regionais, por ramo de produção, por local de trabalho, ou de outro formato. Quase que de forma autônoma, independente da aceitação ou não do movimento sindical, estas iniciativas e experiências vêm sendo implementadas pelo país afora - com diferentes níveis de sucesso ou fracasso. Contudo, constituem-se em experiências ricas que têm representado importantes fatores de resistência e motivação para os “agricultores familiares” continuarem perseguindo formas mais efetivas e eficazes, de sobrevivência, assegurando-lhes a reprodução. Como já foi dito pelo próprio movimento sindical cutista: “os sindicatos não conseguirão fazer lutas políticas se não estiverem envolvidos diretamente nas questões

*econômicas (...), e (...), as associações e cooperativas não conseguirão avançar nas conquistas econômicas se não se envolverem diretamente nas lutas políticas globais dos trabalhadores rurais” (DNTR/CUT: 1993a).*

## **2.5. Contag e DNTR/CUT: consensos e divergências**

Os congressos sindicais rurais nacionais (da Contag ou do DNTR), desde as suas primeiras edições - no caso da Contag, ainda nos anos 60 -, sempre trouxeram para o debate dos trabalhadores rurais e suas lideranças a temática do cooperativismo, o que significa que o tema da organização associativa dos agricultores em torno das “questões econômicas da produção” historicamente integrou a pauta de discussões do sindicalismo, tanto de uma como de outra entidade. Desta forma, ao se referirem ao cooperativismo e ao associativismo, através das propostas e reivindicações levantadas, refletiram as questões conjunturais que perpassavam o movimento sindical em cada um dos períodos em que foram realizados os congressos.

Da consideração inicial de que a cooperativa seria o “organismo ideal para a associação dos agricultores” - acompanhada, entretanto, de reivindicações para que o Estado investisse na educação e formação associativista -, às manifestações mais recentes, no sentido da necessidade de uma mudança radical no direcionamento do sistema, a questão foi crescendo no conjunto dos debates e discussões travadas no interior das entidades, como reflexo da própria ampliação do espaço ocupado pelo segmento dos “pequenos produtores”/“agricultores familiares” no seio do movimento sindical de trabalhadores rurais.

Mesmo que pudessem ser detectadas divergências em torno de encaminhamentos pontuais a respeito do tema (um tom menos - ou mais - incisivo nas reivindicações por parte de uma entidade, por exemplo), a necessidade de discutir a organização da produção e as atividades subseqüentes (armazenamento, beneficiamento, comercialização), enquanto garantia de resistência e sobrevivência dos “pequenos produtores”/“agricultores familiares”, se encarregou de produzir os consensos entre os debates levantados por uma e outra entidade.

Em ambas as entidades, a temática do cooperativismo/associativismo, assim como as discussões gerais a respeito da “pequena produção”/“agricultura familiar” e a política agrícola, entraram para o debate principalmente através dos agricultores da região Sul, que historicamente vivenciam estas questões mais diretamente. As consequências do modelo de desenvolvimento agrícola com base na “modernização conservadora” se fizeram sentir de maneira mais forte nesta região. Ao tentarem se inserir no modelo que trouxe mudanças radicais na forma de implementar a atividade agrícola, um grande contingente dos “produtores familiares” (os chamados “colonos”), sofreu um processo acentuado de pauperização. Aqueles, nesta época (anos 70, principalmente), compunham a maioria dos associados nas cooperativas de trigo e soja. Porém, em termos de decisões a respeito do destino das organizações, não tinham grande peso, pois quem “dava as cartas” eram os médios e grandes produtores. Assim, o movimento sindical, após ter centrado, por vários anos, suas atenções no sentido de reivindicar prioridade e maiores espaços para os “pequenos produtores” nas decisões das cooperativas, através de alterações da legislação específica, partiu para propostas mais ousadas, como, por exemplo, os próprios agricultores, articuladamente, disputarem as direções das cooperativas. As propostas neste sentido foram levantadas inicialmente no interior do Departamento Rural da CUT (congresso de 1990), para, em seguida, passarem a ser palavra de ordem também no interior da Confederação (congresso de

1991). Neste período, ambas as entidades também já discutiam a relação do movimento sindical com as chamadas “associações de pequenos produtores” que proliferavam por todo o país - em sua maioria formalizadas a partir da possibilidade de canalizarem projetos financeiros que foram sendo conquistados, com por exemplo os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO).

Na metade final dos anos 90, com o MSTR já unificado desde 1995, a partir da filiação da Contag à CUT e da extinção do DNTR, o tema da política agrícola, que nos 70 estava restrito a alguns estados e regiões, tinha se difundido por todo país, através da discussão a respeito da “agricultura familiar”; o discurso, então, passou a ser sobre a necessidade de que as “organizações estivessem a serviço de um projeto alternativo de desenvolvimento”.

As discussões que foram implementadas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais nos últimos trinta anos a respeito das formas associativas de organização da produção dos “pequenos produtores”/“agricultores familiares”, se encaminharam no sentido de buscar que estas organizações, somadas ao próprio sindicalismo, pudessem representar canais para a ampliação das possibilidades de sobrevivência e reprodução deste importante segmento do campo brasileiro. No próximo capítulo, é destacada a experiência organizativa do município goiano de Itapuranga - com seus avanços, dificuldades e contradições -, como exemplar das inúmeras tentativas neste sentido.

## CAPÍTULO III

### 3. A ORGANIZAÇÃO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS

O presente capítulo está voltado para o estudo das organizações dos trabalhadores rurais no estado de Goiás e, mais especificamente, do município de Itapuranga, como ilustração empírica para a presente dissertação. Assim, inicialmente resgato o processo de ocupação e povoamento de Goiás e apresento os caminhos do sindicalismo rural no estado, incluindo o histórico da Oposição Sindical. Na sequência, faço a contextualização do município de Itapuranga e da região na qual está situado e busco fazer um balanço das organizações sociais ali presentes. Continuando, faço um resgate da história do STR de Itapuranga, procurando destacar a participação dos “pequenos produtores”/“agricultores familiares” e a forma como eram levantadas e encaminhadas suas bandeiras.

#### 3.1. Contextualização: ocupação e povoamento do estado de Goiás

No século XVIII, a região hoje compreendida pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, formava a chamada “região das minas”. A consolidação de sua estrutura fundiária ocorreu “(...) a partir de fluxos migratórios que empurrados inicialmente pela marcha do café no Sudeste a demandaram, impondo uma reordenação do espaço. A partir de então, o Centro-Oeste tornou-se a fronteira agrícola, recebendo excedentes populacionais de estados fronteiriços e, mais recentemente, colonos do sul do país” (DOLES, 1995: 180-1).

O povoamento do estado de Goiás ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, a partir de duas “frentes colonizadoras”. Uma delas, de iniciativa dos bandeirantes paulistas, fez sua incursão no estado pelo sul. A outra ocorreu pelo norte, com a chegada de migrantes da Bahia, Pará e Maranhão. Seguindo os diversos ciclos econômicos ocorridos no país, os pesquisadores estudam o processo de ocupação e povoamento de Goiás, dividindo-o em três fases distintas (PESSOA, 1997: 24-5). A primeira, vai do início do século XVIII até aproximadamente a primeira década do século XX, iniciando-se com a exploração do ouro. Em meados de 1780, com a decadência do ouro, a população local ou retornava ao litoral ou, ficando, passava a praticar uma agricultura de subsistência e/ou dedicava-se à formação de grandes fazendas, desenvolvendo uma pecuária extensiva.

A segunda fase, reconhecida como a que marcou de fato a ocupação e o povoamento de Goiás, iniciou-se com a chegada da ferrovia, em 1913. Até então, o estado ainda era um vazio demográfico; com a estrada de ferro, chegaram mais migrantes, aumentando a produção, principalmente do arroz, que passou a ser exportado para o restante do país. Esta fase se estendeu até o início dos anos 50. Porém, ainda durante ela, houve um período especial na colonização do Centro-Oeste como um todo: aquele marcado pela vigência do programa “Marcha para o Oeste”, com início em 1938 e que trouxe ao estado de Goiás migrantes, principalmente oriundos de Minas Gerais.

Por último, a terceira fase iniciou-se em 1950 e tem como característica central a modernização das grandes propriedades. Com ela, novas levas de migrantes chegaram ao estado, em especial nos anos 70, vindos das regiões Sul e Sudeste e empenhadas no

desenvolvimento de uma agricultura empresarial, principalmente com o plantio de soja e milho nas extensas áreas planas e de terras baratas - se comparadas com as do sul do país - ali existentes. Estes novos migrantes instalaram-se, principalmente nas regiões Sul e Sudoeste Goiano (municípios de Rio Verde, Jataí, Montevidiu, Chapadão do Céu, Itumbiara, Catalão, entre outros) e na chamada Região da Estrada de Ferro (municípios de Silvânia, Vianópolis, Ipameri, Pires do Rio, Urutaí, etc.).

### **3.2. As organizações dos trabalhadores rurais em Goiás no período 1945-64**

Conforme já foi destacado, as décadas de 50 e 60 constituíram-se num marco em termos de movimentos sociais rurais em todo país, pois neste período ficou registrada a emergência dos trabalhadores rurais - juntamente com suas lutas e demandas - no cenário político nacional (GUIMARÃES, 1982; MEDEIROS, 1989). No caso do estado de Goiás, no centro das reivindicações estavam, inicialmente, as lutas pela redução das taxas de arrendamento e, num segundo momento, as lutas pela posse da terra.

Refletindo os conflitos já então existentes, foram realizados, em março de 1951, o I Congresso Camponês Goiano e, em fevereiro de 1952, o II Congresso. Estes eventos reuniram, principalmente, representantes de municípios situados na região sul do estado. Do primeiro, saiu a recomendação para a formação de “ligas” nas fazendas e “uniões” nos municípios. Entretanto, algumas referências dão conta de que em 1945 já existiam “ligas camponesas” em Goiás, criadas a partir das lutas contra o aumento das taxas de arrendamento. Ainda no início dos anos 50, sob as diretrizes do PCB, foram realizados congressos camponeses nos municípios de Catalão, Pontalina e Itumbiara, todos no sul do estado (GUIMARÃES, 1982: 43-4).

As primeiras organizações de trabalhadores do campo surgiram também nesta região, nos municípios de Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira, acompanhando o trajeto da estrada de ferro. Nesta região, a agricultura, cujo produto predominante era o arroz, já havia adquirido um caráter comercial. A organização dos agricultores em torno das “ligas” se dava com o objetivo de reivindicar a baixa da taxa de arrendo que oscilava entre 40 e 70% da produção. Adotaram, para isto, o suporte do Código Civil, através do qual reivindicavam, predominantemente, o pagamento de indenizações e benfeitorias. Constituíam-se, portanto, em organizações que buscavam a regulação das relações de trabalho no campo, consideradas feudais, atrasadas. Com a passagem do PCB para a ilegalidade, em 1947, as “ligas camponesas” passaram a ter outras denominações, como “irmandade”, “união”, “associação”, “concentração” (GUIMARÃES, 1982: 39-41).

Seguindo o trilho da criação, em 1954, da Ultab, logo foi fundada a Ultag (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás), a partir da União dos Camponeses de Goiás (UCG). Segundo GUIMARÃES (1982: 47), ela estimulou a fundação de associações de lavradores, sob o amparo do Código Civil e “(...) e empenhou-se na coleta de 100 mil assinaturas pela reforma e defesa das reivindicações mais sensíveis dos posseiros, tais como adubos, inseticidas, hospitais, títulos de posse de terra”. Como resultado dessa ação, na década de 50 surgiram várias “associações de lavradores”, como: a Associação Camponesa da Juventude de Ceres, a União Camponesa de Itapaci, a União Camponesa de Itapeva, a União Camponesa de Itumbiara e a União Camponesa de Firminópolis, entre outras. Duas, no entanto, se destacaram: a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, fundada em abril de 1955 e localizada no centro-norte de Goiás - que adquiriu grande importância a ponto de indicar e traçar certas diretrizes para o movimento camponês em Goiás, no que se refere

à luta por terra<sup>1</sup> - e a Associação dos Lavradores de Itauçu, em 1956, situada na região sul do estado, com demandas ligadas às questões de arrendamento de terras<sup>2</sup> (GUIMARÃES, 1982: 44 e 57; CARNEIRO, 1988: 133; MEDEIROS, 1995: 142), mas também visando a ampliar a organização dos trabalhadores rurais, sensibilizando-os para a questão da luta pela terra desenvolvida no centro-norte (GUIMARÃES, 1982: 59).

No estado de Goiás, como de resto em todo o país, a partir do anos 60, entraram em cena dois novos atores na disputa pelo controle das organizações dos trabalhadores do campo: a Igreja Católica e o Estado. A Igreja, personificada na Arquidiocese de Goiânia, passou a ter um certo envolvimento com os trabalhadores rurais e planejou e executou uma experiência de reforma agrária, estimulou a Ação Católica, criou a Frente Agrária Goiana (Fago), estruturou o Movimento de Educação de Base (MEB), do qual surgiu a equipe de sindicalismo rural. A proposta voltada para o apoio ao sindicalismo tinha como maior preocupação se contrapor e conter o avanço comunista no campo, cuja conquista de espaços estava ocorrendo via “ligas” e “associações”. Como alternativa a estas organizações e para promover o sindicalismo rural, era dada ênfase à criação de organizações intermediárias entre o Estado e os assalariados agrícolas - os sindicatos -, para levar aos mesmos as garantias e benefícios destes organismos e, assim, regular as relações de trabalho no campo.

A divulgação do sindicalismo, ocorreu através das escolas radiofônicas do MEB e do Setor de Sindicalismo Rural. Em Goiás, o MEB iniciou-se em 1961, ao ser instalado, em Goiânia, o Setergo (Sistema Radiofônico de Goiás). A partir de sua criação, foram progressivamente surgindo escolas - inicialmente nos municípios mais próximos a Goiânia. Depois, contando com a Rádio Difusora, ligada à Igreja Católica, este trabalho foi sendo ampliado<sup>3</sup>. O MEB passou a desenvolver alternativas de

---

<sup>1</sup> No meio-norte do que era o antigo estado de Goiás, um grupo de posseiros, sob a liderança de José Porfírio de Souza, foi o suporte da revolta camponesa de Trombas e Formoso que ficou conhecida como uma das mais importantes resistências de posseiros à ofensiva de fazendeiros que tentavam expulsá-los de suas terras. Tratava-se de lavradores nordestinos migrantes que haviam chegado à região há alguns anos em busca de terras. Movidos pela intensa propaganda do programa “Marcha para o Oeste”, procuraram inicialmente a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang). No entanto, quando chegaram à região, já havia se esgotado a sua capacidade de absorção de migrantes. Então, estimulados pelos próprios dirigentes da Cang foram para a região de Formoso em busca de novas terras. Através do trabalho desenvolvido já em Formoso, os posseiros se organizaram nos “conselhos de córregos” e foi fundada, em 1955, a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas. Depois de vários tentativas violentas de acabar com a organização e a luta dos posseiros, estes conseguiram a titulação das terras. Foi-lhes destinada uma área de dez quilômetros quadrados, onde, em 1961, já funcionavam três Associações (Trombas e Formoso, Serra Grande e Rodovalho) e vinte e três conselhos. Com isso, até 1964, a região de Trombas e Formoso viveu como um território liberado, constituindo quase que um governo próprio. O controle dos posseiros sobre a região era também eleitoral, pois, além de vereadores e até mesmo prefeitos, conseguiram eleger seu principal líder - José Porfírio - deputado estadual em 1962, bem como conseguiram tornar Formoso município (MARTINS, 1983: 71-2; CARNEIRO, 1988).

<sup>2</sup> A região de atuação da associação se caracterizava pelo arrendamento, parceria, além da presença de agregados; se constituía numa zona de formação de café. Os grandes proprietários de terra, para a formação das fazendas, preferiam entregá-las a pequenos arrendatários, pelo prazo de dois a três anos, sem dispêndio de capital, recebendo a renda da terra em produtos ou em dinheiro. Após este prazo, os arrendatários “devolviam” aos donos a terra com a lavoura de café, ou outra cultura ou pastagem formada, restando-lhes duas alternativas: migrarem para as áreas de expansão na esperança de se apossarem de terras devolutas ou deslocarem-se para os centros urbanos.

<sup>3</sup> Embora não tenha uma frequência muito potente, a rádio Difusora, desde sua criação, é a emissora de rádio mais ouvida na zona rural de Goiás, naquelas regiões mais próximas a Goiânia, atingindo indistintamente todas as categorias rurais, principalmente. Frequentemente a emissora cede espaços para as organizações dos trabalhadores rurais e entidades de assessoria, bem como promove debates entre estas organizações e as organizações patronais.

mobilização de trabalhadores rurais, embasado em programas educativos sobre o associativismo e o cooperativismo, motivando a formação de clubes de mães, de jovens, clubes agrícolas, grupos de vizinhos, sindicatos e caravanas populares de cultura. Visando à formação de animadores populares que estimulassem a organização dos trabalhadores rurais, em 1963 a entidade deu início, através do Setor de Sindicalismo Rural, que foi criado neste ano, ao assessoramento de sindicatos, através das escolas radiofônicas (GUIMARÃES, 1982: 78-9, 82-3).

No que se refere ao Estado, durante o governo Mauro Borges (1961/64), foi definida uma política agrária com base em dois eixos: colonização e estímulo ao sindicalismo rural. Para implementar esta política, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago), em 1962. Através dele, o Estado propunha uma política de fixação de trabalhadores rurais sem terra em colônias sob sua administração, formando-se, assim, pequenas propriedades familiares ou estabelecimentos de camponeses em terras devolutas, visando, principalmente, a controlar os espaços vazios do norte goiano (GUIMARÃES, 1982: 83, 87, 89 e 91). Para operacionalizar as duas políticas foram acionados mais dois órgãos. Em 1963 iniciou-se, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas), a campanha de sindicalização rural, de acordo com o plano nacional definido pelo governo federal. Neste mesmo ano, instalou-se no estado o Conselho Regional da Supra, que se propunha a fazer uma reforma agrária dentro da lei. Dessa forma, por um lado o Estado incrementava uma política de colonização em lugares em que as tensões sociais poderiam ser aliviadas, pregando a possibilidade de uma reforma agrária em áreas localizadas e restritas; por outro, tentava controlar e disciplinar o crescimento do sindicalismo que trazia as expectativas dos trabalhadores rurais em relação à posse da terra, redefinindo o conteúdo das suas demandas (GUIMARÃES, 1982: 92-3 e 101).

Assim, ocorreu em Goiás, como de resto, em geral, em outras unidades da Federação, uma verdadeira corrida para a criação de sindicatos, estabelecendo um campo de disputas entre o Partido Comunista, a Igreja e o Estado. Em decorrência, houve uma expansão destas organizações a diversos municípios, tendo sido criados, só em 1963, 34 STRs, segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho ou, segundo a Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos da Lavoura de Goiás, 36 sindicatos e uma federação. Em março de 1964 foram computados 25 sindicatos reconhecidos e 13 cartas sindicais em tramitação<sup>4</sup> (GUIMARÃES, 1982: 103 e 116).

A atuação sindical se dava principalmente através da assistência jurídica aos lavradores, visando à obtenção de acordo com o proprietário da terra, ou seja, tentava-se implementar a organização sindical por vias pacíficas; também ocorriam encaminhamentos de cunho assistencialista; ambas as práticas constituíam-se em rotina, principalmente em sindicatos sob orientação do PCB.

No entanto, a fundação de STRs fez com que surgisse uma reação contrária e articulada, através da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), dos proprietários de terras dos diversos municípios de Goiás, aguçando os atritos e as divergências políticas. Esta reação à organização de sindicatos de trabalhadores rurais, dirigiu-se, inicialmente, aos órgãos estatais (Setas e Supra). Os atritos serviram de estopim para o rompimento do acordo celebrado desde 1959, no plano estadual, entre o PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSB (Partido Socialista Brasileiro), que sustentou a eleição de Mauro Borges a governador do estado.

---

<sup>4</sup> A sindicalização em massa era entendida como etapa necessária para a execução da reforma agrária; subjacentes à corrida aparelhista ou à corrida pelo controle dos STRs, estavam as disputas que visaram à fundação da Contag, organismo que, em consonância com a legislação estadonovista, deveria gerir a organização dos trabalhadores rurais (GUIMARÃES, 1982: 113).



No segundo semestre de 1963 podem-se verificar dois desdobramentos: de um lado, a crescente sensibilização dos trabalhadores em torno da criação de sindicatos rurais e da questão da reforma agrária e, de outro, um certo recuo do Estado na pretensão de “agenciador” da organização dos trabalhadores rurais (GUIMARÃES, 1982: 118, 120-1, 123-5).

Diante deste recuo do Estado, a Igreja e o PC acirraram suas disputas pela tutela das organizações sindicais dos trabalhadores rurais. Neste sentido, aconteceu, em outubro de 1963, em Goiânia, o Congresso Camponês-Operário-Estudantil, sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores da Lavoura de Goiás, subsidiada pela Supra, Federação dos Trabalhadores das Indústrias, União Estadual dos Estudantes (UEE) e União Goiana de Estudantes Secundaristas (Uges). O encontro reuniu mais de mil trabalhadores rurais e 45 entidades: sindicatos rurais, sindicatos urbanos, associações de lavradores, associações e ligas de bairros, além da participação de representantes de segmentos significativos da sociedade. Entre as temáticas levantadas para discussão durante o encontro, uma se referia às *“medidas imediatas em defesa dos pequenos e médios produtores agrícolas (regulamentação do contrato de arrendamento, crédito oficial, garantia de preços mínimos na fonte de produção e de compra do produto por parte do governo, desenvolvimento do cooperativismo)”* e outra a *“problemas de organização e liberdade sindical (campanha de esclarecimento aos trabalhadores do campo e sindicalização em massa)”* (GUIMARÃES, 1982: 125, 126-7 e 132).

Após este congresso, acirraram-se as disputas entre o Setor de Sindicalização Rural e o PCB. Em dezembro do mesmo ano, a equipe de sindicalismo rural realizou, o I Congresso Estadual de Monitores das Escolas Radiofônicas, tendo como objetivo traçar as diretrizes políticas a serem desenvolvidas e forjar um maior envolvimento do MEB. Deste evento participaram monitores e alunos das escolas radiofônicas, líderes sindicais, um representante da equipe nacional do MEB, equipe de sindicalismo do MEB-GO, além de representantes de outras entidades (GUIMARÃES, 1982: 134 e 136). A partir da realização deste último congresso, as relações entre as organizações e lideranças envolvidas com a sindicalização e o Estado tornaram-se mais tensas e conflituosas. A decisão de alguns sindicatos de implementar as decisões do congresso de outubro de 1963, ratificadas por um outro realizado em fevereiro de 1964, referentes à fixação do pagamento de arrendo ao proprietário da terra em 20%, abolindo o sistema de meação, motivou sérios atritos com fazendeiros. Além disso, externada pelo deputado estadual José Porfírio em entrevista<sup>5</sup>, havia uma disposição de *“invadir toda e qualquer terra não aproveitada economicamente”*. A série de consequências desencadeadas, principalmente em reação à decisão de invasão de terras, motivou significativas manifestações dos proprietários das terras e suas entidades representativas, além da ruptura dos principais órgãos estatais (Setas e Supra), enquanto movimento de sindicalização rural proposto pelo Estado (GUIMARÃES, 1982: 137-43).

### 3.3. O sindicalismo goiano nos anos 70 e o surgimento da Oposição Sindical

Com o golpe militar de março de 1964, até o final do ano, em todo o país, muitos sindicatos constituídos foram desativados, as federações cassadas e os líderes

---

<sup>5</sup> Possivelmente estes desentendimentos entre o líder camponês de Trombas e Formoso José Porfírio e o Partido Comunista, tenham sido a causa para a ruptura deste deputado com o PCB, em março de 1964. (GUIMARÃES, 1982: 140-1).

sindicais perseguidos e presos. Nos anos de 1964/65, a região centro-norte do país apresentou-se com a maior taxa de intervenção sindical, sendo que o estado de Goiás foi considerado o *locus* de maior conflito político sindical. “*Dadas serem a agricultura e a pecuária as atividades prioritárias<sup>[...]</sup> e os trabalhadores rurais, a categoria predominante<sup>[...]</sup> e mais envolvida na criação de sindicatos, as intervenções sindicais atingiram mais intensamente as entidades representativas de trabalhadores rurais*” (GUIMARÃES, 1982: 10 e 12).

Estas intervenções deram lugar no Brasil inteiro, a partir sobretudo de 1970, particularmente no campo, ao nascimento de um novo tipo de sindicato, fundado pelo Estado, muitas vezes através do próprio Incra. Conforme já vimos, essa proliferação de sindicatos também estava relacionada à busca dos serviços de saúde, aposentadorias, pensões, auxílio-funeral e serviço social. O modelo de sindicato implementado durante o governo militar se movimentava no espaço limitado imposto pelo regime de exceção, sendo, desta forma, utilizado como instrumento de contenção de possíveis mobilizações, impedindo tentativas mais avançadas de organização. Os representantes deste modelo de sindicalismo chegavam e pediam apoio para a fundação dos sindicatos. Chegaram, assim, à Diocese de Goiás - liderada por D. Tomás Balduino<sup>6</sup>, num momento em que a Igreja local estava aberta para as questões sociais. Ao proporem a organização sindical dos trabalhadores rurais, obtiveram a aprovação e o apoio do bispo.

No caso de Goiás, o movimento sindical passou a ter uma força maior a partir de 1972, com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), tendo à frente Antônio Ferreira Bueno, considerado um sindicalista “pelego”<sup>7</sup> e acusado, pelos que lhe faziam oposição, de ser fazendeiro e distante das lutas dos trabalhadores rurais. Segundo o depoimento de um assessor que acompanhou a Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás (OSTR/GO), esse dirigente “*tinha uma relação de dupla face: ao mesmo tempo que se aproximava da Igreja, que era o único organismo, então, capaz de expressar uma voz destoante naquele período, ele estabelecia relações oficiais. Tanto é que quem manteve o Bueno à frente da Federação durante todo o período em que já os trabalhadores se movimentavam para contestá-lo, foram seus apoios oficiais*”<sup>8</sup>.

A prática sindical permeada pelo assistencialismo, e tendo como representante máximo Antônio Bueno à frente da Fetaeg, prosseguiu no estado de Goiás por aproximadamente uma década (entre 1972 e 1982). Além do assistencialismo, ocorria no período, segundo D. Tomás, uma forte influência dos representantes locais do poder nas eleições sindicais. “*Porque vinha depois o processo eleitoral, vinham também os interesses da classe comerciante, que pesava muito em cima de determinadas chapas. Eles [os trabalhadores] foram sofrendo com tudo isso. Uma eleição sindical naquele tempo era coisa que mobilizava toda a cidade. Toda a sociedade, a partir mesmo dos mais fortes, dos fazendeiros, dos políticos que punham os seus meios à disposição da*

---

<sup>6</sup> Dom Tomás Balduino foi bispo da Diocese de Goiás entre dezembro/1967 e janeiro/1999. Destacou-se historicamente, ao lado de outros, como um dos bispos mais progressistas do país, sendo pioneiro no trabalho do Movimento de Educação de Base - MEB, na Prelazia de Conceição do Araguaia/PA, um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, em 1973, e da Comissão Pastoral da Terra - CPT, em 1975. Na seqüência deste texto estaremos informando mais a respeito da Diocese de Goiás e sua importância para a organização dos trabalhadores rurais.

<sup>7</sup> O termo “pelego” é muito utilizado na linguagem sindical para designar aquelas organizações ou aqueles dirigentes que têm uma prática política dúbia, ora defendendo os trabalhadores, ora se aliando aos seus opositores. Normalmente a palavra aparece em oposição àqueles STRs ou dirigentes sindicais que são considerados “autênticos” ou “combativos”.

<sup>8</sup> Cf. depoimento de Hamilton Pereira da Silva, ex-assessor da Oposição Sindical, em 18/10/94.

*chapa que era de acordo com os seus interesses*”<sup>9</sup>. Mesmo que os STRs neste período estivessem, em sua maioria, envolvidos numa prática que demandava a ação prioritária das diretorias nas questões relacionadas ao aspecto assistencial, eles tinham uma importância para os trabalhadores rurais enquanto organismo de classe. Por isto, e, conseqüentemente, pela perspectiva que representavam de defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores rurais - dependendo de quem estivesse em sua diretoria -, traziam a possibilidade de quebra dos poderes sedimentados nos municípios.

A realização de eleições sindicais, então, já provocava mobilizações e disputas dos diferentes segmentos políticos e de classes. Nos municípios do interior de Goiás, em particular, e principalmente nesta época, em que as atividades econômicas predominantemente desenvolvidas no território goiano eram as relacionadas à agricultura e à pecuária, o STR se constituía numa das mais importantes instituições presentes, sendo objeto de disputa entre facções diferenciadas. De acordo com PALMEIRA, *“a política pode expressar interesses de grupos e é capaz de produzir grupos ela própria, mas se faz também por meio de redes de relações sociais sem fronteiras obrigatória ou permanentemente definidas”* (PALMEIRA, 1992: 37). Ou seja, a cada eleição sindical, ocorria nos municípios uma verdadeira mobilização dos segmentos representantes do poder local em torno da melhor articulação para defesa dos seus interesses. As alianças estabelecidas, mais do que permanentes, podiam assumir um caráter conjuntural, podendo ser reestruturadas na eleição seguinte, de forma a melhor atender os interesses em jogo.

No entanto, os próprios trabalhadores, aos poucos, perceberam as limitações do sindicalismo assistencialista e passaram a questioná-lo. Para tanto foi fundamental a mediação da Igreja, através da ação da Diocese de Goiás.

### **3.3.1. A Diocese de Goiás e o Movimento de Oposição Sindical**

Por volta de 1970 lançaram-se as raízes para o surgimento da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás (OSTR/GO) que viria a se constituir num importante movimento para se contrapor às diretrizes do sindicalismo praticado no período, hegemonizado pela Contag. O Movimento de Oposição, que também ocorria em outras regiões do país, cobrava da Confederação a conquista da sua autonomia frente ao Estado, a descentralização e a democratização do poder sindical e apelava para a necessidade de realização de eleições gerais em todas as instâncias do movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR). Enfim, propunha a renovação e revitalização do sindicalismo, buscando a construção e a prática do que denominava um “sindicalismo autêntico”, em oposição ao que qualificava como uma política conservadora e corporativa implementada pela Contag. Com relação ao estado de Goiás, uma das bandeiras mais fortemente empunhadas pela OSTR foi a luta pela derrubada de Antônio Bueno da presidência da Fetaeg (o que só foi conseguido em 1982, após uma década de sucessivas gestões).

A OSTR de Goiás formou-se precocemente, num período de repressão muito forte. Em meados da década de 70, foi criado, na Diocese de Goiás, o Movimento dos Trabalhadores - MT, que tinha um *“chapéu eclesialístico”*, nas palavras de D. Tomás, denominado Equipe da Terra. As conclusões da 8ª Assembléia da Diocese de Goiás, em 1975, traziam um importante indicativo: *“precisamos ainda criar uma **Equipe da Terra**, ligada à Comissão de Terra da CNBB. Esta equipe é para levantar, documentar e divulgar todos os problemas referentes à terra. Também é para ajudar a encaminhar a solução dos casos concretos de injustiças. Tem que ser informada sobre leis e estatutos da terra para poder ajudar e orientar as Regiões”* (DIOCESE DE GOIÁS.

---

<sup>9</sup> Cf. depoimento de D. Tomás Balduino, em 17/05/94.

*Conclusões da 8ª Assembléia Diocesana, apud DUARTE, 1998: 250*)<sup>10</sup>.

A Equipe da Terra passou a fazer um trabalho de articulação dos trabalhadores rurais, visando à criação de oposições dentro daqueles STRs considerados “pelegos” Como o período era de grande repressão política, a atuação era através da infiltração nos sindicatos, desenvolvendo o que chamavam “política do tatu” e a “política dos ovinhos”<sup>11</sup>. O trabalho também era feito através do incentivo à formação de roças comunitárias e aos mutirões. Um dos assessores da OSTR/GO relata que: “(...) os trabalhadores sentiam a necessidade de uma cobertura, de uma segurança maior. Foram então a D. Tomás e, ao invés de criar a CPT da Diocese de Goiás, criaram uma coisa parecida, (...) sem ter a capa clerical: a Equipe de Terra. Aí, passava a ter uma estrutura na Diocese de Goiás, disputando eleições sindicais, e criticando o sindicalismo oficial, o assistencialismo, a falta de combatividade, o peleguismo, o presidencialismo, etc.”<sup>12</sup>. De acordo com outra assessora da Oposição Sindical, os trabalhadores apresentaram a D. Tomás uma reivindicação “(...) dizendo que não estavam de acordo que fosse a Igreja que lançasse a Comissão Pastoral da Terra. Essa é a raiz explicativa que mostra porque na Diocese de Goiás a CPT surgiu bem depois, em 1984”<sup>13</sup>. A explicação possível para a resistência à criação da CPT Diocesana em Goiás está associada a uma reivindicação dos trabalhadores para que o organismo articulador de suas demandas não surgisse ligado formalmente à estrutura eclesial. Esta reivindicação de “autonomia” advinha, possivelmente, da influência de grupos políticos que não tinham interesse nesta vinculação.

Segundo o depoimento de um sindicalista da época, a Equipe da Terra era tão bem organizada que em cada município da Diocese de Goiás havia um representante<sup>14</sup>.

A Diocese de Goiás teve singular importância no surgimento do Movimento de Oposição Sindical no estado. Esta instituição, a partir de dezembro de 1967, com a chegada de Dom Tomás Balduino, determinou mudanças significativas na atuação da Igreja numa região marcada pelo latifúndio tradicional. De acordo com PESSOA, “Tomás Balduino, (...), garantiu, desde o início, plena participação aos leigos em assembleias de planejamento da pastoral, o que provocou um processo rápido de escolhas políticas da ‘Igreja do Evangelho’, particularmente em favor dos trabalhadores rurais. Nas assembleias de 1971 e de 1972, após uma pesquisa da própria Diocese, concluiu-se que no campo estava o maior contingente populacional e também a mais grave situação de expropriação. Como forma de enfrentamento imediato dessa situação, definiu-se pela atuação direta da Igreja na criação de STRs ou por sua tomada, onde já tivessem sido criados” (PESSOA, 1997: 71).

---

<sup>10</sup> De acordo com PESSOA (1990), na 3ª. e na 4ª. Assembleias da Diocese de Goiás, realizadas, respectivamente, em 1970 e 1971, através de uma “pesquisa participante” conduzida por José de Souza Martins e de Carlos Brandão, já surgiam indicativos de que para mudar a situação de miséria da região era preciso que se criassem STRs onde não existissem ou que se lutasse para conquistar a direção daqueles considerados “pelegos”.

<sup>11</sup> A “política do tatu” era uma estratégia de penetração naqueles sindicatos de “situação”, levando para o seu interior as idéias oposicionistas, de renovação sindical, enquanto que a “política dos ovinhos”, consistia na existência de uma coordenação - “ovinho central” -, responsável pela criação de núcleos - os “ovinhos” - em outros locais. A atuação da Equipe da Terra conjugava as duas práticas.

<sup>12</sup> Cf. depoimento do Frei Fernando de Brito, em 17/10/94. Dominicano, Frei Fernando esteve preso durante a ditadura militar; no final de 1974 chegou para trabalhar na Diocese de Goiás, tornando-se um dos principais assessores da Oposição Sindical no seu início.

<sup>13</sup> Cf. depoimento de Luizella Ancis, em agosto/91. Voluntária italiana, Luizella atuou na Diocese de Goiás, priorizando as CEBs e o trabalho sindical. Foi, ao lado do Frei Fernando de Brito, uma das primeiras assessoras da OSTR/GO.

<sup>14</sup> Cf. depoimento do lavrador e sindicalista Sebastião Gontijo - um dos pioneiros na Oposição Sindical de Goiás -, em 09/02/92.

Até então, a Diocese de Goiás situava-se enquanto uma Igreja que seguia os moldes tradicionais, como a quase totalidade das existentes no país. O bispo Tomás foi um dos pioneiros a utilizar a estrutura da Igreja na intervenção a favor dos trabalhadores rurais historicamente marginalizados. De acordo com DUARTE, *“a mediação da Diocese de Goiás é tão significativa que, na área de sua influência, existe o maior número de assentamentos rurais no estado”* (DUARTE, 1998: 234 e 239).

A presença deste “pastor” numa região com as características apresentadas pela Diocese de Goiás e num tempo em que a sociedade civil brasileira estava totalmente cerceada em suas liberdades, foi fundamental para a emergência e vivência de um novo modo de ser Igreja. Foi esta Igreja renovada que teve um importante papel mediador nos inúmeros conflitos e processos sociais envolvendo os trabalhadores rurais e suas organizações. Por um lado, havia D. Tomás, pertencente à ala progressista da Igreja, porém integrante de sua hierarquia e, por isto, respaldado por sua autoridade eclesiástica. Por outro, foram se formando, a partir de sua chegada, os “agentes pastorais” e os “trabalhadores evangelizados”<sup>15</sup> que garantiam que esta nova Igreja se firmasse no meio do povo diocesano. O inter-relacionamento entre os três níveis de atores contribuiu decisivamente para a eficácia da atuação da Igreja na Diocese de Goiás.

A exemplo da análise que NOVAES (1985: 211) faz da Igreja na Paraíba, a chegada de D. Tomás a Goiás, constituiu-se num marco a partir do qual se estabeleceram continuidades e mudanças entre o passado e o presente no âmbito da Diocese e para fora dela. Iniciou-se, então, um processo em que, mesmo não contando com a adesão da totalidade do clero, a concepção Igreja/Povo de Deus tornou-se legítima ao estar respaldada na autoridade do bispo, que elegeu como missão um nova teologia e pastoral pautada na “opção pelos pobres e oprimidos”.

De acordo com DUARTE (1998: 238), a guinada da Diocese de Goiás não ocorreu sem reações, tanto por parte do clero como por parte dos próprios fiéis. Segundo ele, no município de Itapuranga ocorreu uma das mais fortes reações à nova forma de evangelizar: *“a priorização de uma evangelização conscientizadora, bem como a introdução de reflexões baseadas na realidade para a preparação dos sacramentos, criou um impacto não só nos padres tradicionais como em grande parte dos fiéis. A tensão se aguçou tanto que a elite da cidade de Itapuranga chegou a expulsar os padres da Paróquia”* (DUARTE, 1998: 249). Ou seja, a opção assumida pela Diocese de Goiás, a partir do bispado de D. Tomás Balduino, afetou sobremaneira as relações historicamente constituídas - seja na própria área de abrangência da Diocese,

---

<sup>15</sup> O papel da Igreja através dos três níveis de mediação mencionados, é apresentado por NOVAES (1985), ao analisar “A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba”, e, analogamente, estas três dimensões podem ser encontradas na Diocese de Goiás. De acordo com NOVAES, *“um primeiro nível de mediação é aquele, necessariamente feito pela hierarquia, em que a Igreja apóia e denuncia. Aqui a Igreja se reconhece como mediadora e coloca em jogo, através de bispos e arcebispos, todo seu peso institucional e todo seu poder de persuasão - de religião oficial e dominante - para trazer à luz e à ordem do dia as lutas pela terra. Outro nível é aquele que diz respeito à mediação que deve levar consciência aos trabalhadores. Neste os agentes pastorais não se reconhecem como mediadores. Procuram tornar-se invisíveis, desenvolvendo um trabalho de apenas captar e sintetizar os anseios dos trabalhadores ameaçados. Romper o isolamento neste contexto é, para eles, apenas proporcionar meios e ocasiões para que os trabalhadores do campo, sejam eles mesmos ‘atores de sua própria libertação’. Por outro lado, quando os membros das ‘comunidades’ - trabalhadores evangelizados - reivindicam seus direitos através de uma identidade político-religiosa, a ruptura do isolamento e a busca da cidadania é marcada por um discurso (também uma forma de mediação) diferente do que é próprio ao movimento sindical ou de um partido político. E este fato não é sem consequências para as formas de encaminhamento e a continuidade das lutas”* (NOVAES, 1985: 210-1 - grifos meus).

seja para fora desta<sup>16</sup>.

Um dos maiores problemas na região de atuação da Diocese de Goiás era a situação dos trabalhadores rurais, num estado tipicamente agrário, de estrutura fundiária bastante concentrada e dominada pelas oligarquias. Esta situação, somada a uma realidade onde os sindicatos existentes ou eram controlados pelo governo ou por “pelegos”, desafiou a Diocese a atuar na organização dos trabalhadores rurais.

### **3.3.2. O marco inicial da Oposição Sindical e a ampliação de sua atuação**

Todos os depoimentos referentes ao surgimento da Oposição Sindical goiana mencionam, como fato importante, o “Mutirão do Zé Teixeira”, realizado em 17 de fevereiro de 1979. José Teixeira, pequeno proprietário do município de Itaguaru, na Diocese de Goiás, havia sido escolhido durante o Intereclesial de CEBs, na Paraíba, em 1978, como delegado ao Encontro Latino-Americano de Puebla, no México. O mutirão ocorreu para que José Teixeira pudesse relatar para as comunidades as discussões ocorridas no encontro. O trabalho até então desenvolvido pela Equipe da Terra ou Movimento dos Trabalhadores passou, a partir desse evento, a se assumir como “Oposição Sindical”. Assim, o “Mutirão” revestiu-se de importância mais por se constituir em um evento simbólico do que por representar de fato o surgimento da OSTR/GO. Possivelmente todos os depoimentos façam referência a este evento, associando-o ao surgimento da Oposição Sindical goiana, porque a partir da sua realização ocorreu uma maior visibilidade deste movimento diante do MSTR e dos trabalhadores rurais em geral.

Uma das primeiras e mais marcantes tentativas de conquista de direção sindical com uma chapa oposicionista foi numa disputa pelo STR de Itaguaru. Devido a problemas no registro da chapa (muitos integrantes moravam no município vizinho de Uruana, que não tinha sindicato), todos os seus componentes foram arbitrariamente presos. A Oposição Sindical se mobilizou pela liberdade dos agricultores detidos, denunciando o ocorrido para os STRs vizinhos e para os demais municípios da Diocese de Goiás. *“Naquela mesma noite, nós tivemos a casa cheia, não só com a presença do Bispo, de padres, representantes da Diocese, mas de uma enorme quantidade de lavradores de outros municípios. Organizamos também uma outra atividade,...): tentar comunicar a notícia, o mais rapidamente possível, para todos os nossos conhecidos pelo Brasil afora e até do exterior. A nossa reação foi tão intempestiva que, no dia seguinte, eles foram soltos. Como era um domingo, isso correspondeu a uma festa, a*

---

<sup>16</sup> Atualmente o trabalho da Diocese de Goiás está estruturado através da divisão em quatro regiões pastorais, cada uma com características distintas: Rio Vermelho (composta pelos municípios de Jussara, Fazenda Nova, Itapirapuã, Santa Fé de Goiás, Novo Brasil e Britânia), onde estão os grandes e tradicionais latifúndios; Serra Dourada (abrange os municípios de Goiás, Mossamedes, Sanclerlândia e Buriti de Goiás), mais conservadora da Diocese, com presença de médios e grandes proprietários rurais; Vale do São Patrício (inclui os municípios de Itaguaru, Uruana, Carmo do Rio Verde, Ceres e Nova Glória), onde há um número significativo de pequenos proprietários, que gradativamente foram se reduzindo, ocorrendo concentração da propriedade da terra; e, por último, Vale do Rio Uru (onde estão os municípios de Itapuranga, Guaraíta, Heitorai, Itaguaru, Itaberaí e Taquaral), em alguns municípios existem grandes propriedades, muitas com cultivos comerciais. Nesta última região foi onde se iniciou, com muita força o Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás. Na implementação de seu trabalho pastoral, a Diocese de Goiás, além dos serviços religiosos, atua abrangendo quase todos os aspectos da vida social, como educação e saúde popular, direitos humanos, menores de rua e questões da terra. Quanto a este último eixo, o trabalho é desenvolvido junto aos trabalhadores rurais sem terra, no acompanhamento às ocupações (assessoria à reuniões, assistência jurídica, campanhas de arrecadação, acompanhamento religioso, etc.) e junto aos agricultores familiares, assentados ou pequenos proprietários, através de suas organizações. Na Diocese de Goiás está constituída uma equipe de CPT Diocesana, que atua mais diretamente nas demandas que envolvem as questões agrárias e agrícolas.

*uma grande missa celebrada por Dom Tomás, que fez encher a Igreja”* (Cf. depoimento de Luizella Ancis). Já no início de suas atividades, a Oposição Sindical conseguia, com apoio da Igreja de Goiás, demonstrar sua força de mobilização.

Chamava atenção na dinâmica da Oposição Sindical de Goiás a sua capacidade de estabelecer laços com os trabalhadores rurais que estavam no seu dia-a-dia de lutas, ao mesmo tempo em que seus vínculos se estendiam para fora dos limites do estado, somando-se a outras experiências que começavam a despontar. Nesta dinâmica constituía-se uma verdadeira rede de relações que foi se multiplicando até assumir dimensões nacionais, somando-se às articulações urbanas que estavam se gestando, principalmente através dos operários da região Sudeste, em especial do ABCD paulista: *“(…), uma perspectiva de devolver aos trabalhadores a gerência dos seus assuntos dentro da estrutura sindical, produzia movimentos que eram como ilhas em diversos estados do país.(...). Entre o trabalho de base localizado e aquele movimento de conformação mais nacional, se criaram duas dinâmicas: a dinâmica interna, ditada pela oposição em âmbito local e a dinâmica mais de articulação dos trabalhos na esfera nacional”* (Cf. depoimento de Hamilton Pereira).

A articulação que havia se iniciado na Diocese de Goiás irradiou-se e somou-se, a partir de então, a iniciativas que pipocavam em outros municípios, articulando-se no plano estadual: *“Participamos de reuniões estaduais da Oposição Sindical, (...). Diversos lugares começaram a montar a chapa: Nova Veneza, Ceres, Itapuranga. Em Toda a Diocese de Goiás, o mais difícil foi em Taquaral e Itaguaru”* (Cf. depoimento de Sebastião Gontijo).

Neste período inicial de existência da Oposição Sindical, pode se considerar que era razoavelmente expressivo o número de sindicatos que iam sendo conquistados por esta articulação: segundo um dos depoimentos, do total de 50 STRs que existiam no estado, 16 foram conquistados pela articulação oposicionista<sup>17</sup>.

Em todos os depoimentos aparecem com destaque, ao lado daqueles municípios da Diocese de Goiás e proximidades que estavam se articulando, os sindicatos de Anápolis, de Nova Veneza e de Bela Vista, como os três municípios chaves na Oposição Sindical que se iniciava no estado de Goiás. *“Eles tiveram que enfrentar essa mudança de posição, sendo filhos da experiência oficial dos sindicatos. E eles começaram um movimento para se aproximar da Oposição Sindical, que vinha de outra raiz,(...), em certos momentos era absolutamente oposto à tradição sindical de onde vinham os três. O presidente de sindicato da concepção oficialista é um mandarim. Quando ele fala, acabou. E o pessoal vinha de uma experiência, em que nem o vigário tinha condições de dar a última palavra. (...). Foi um processo lento, naturalmente, de aproximação dessas duas experiências”* (Cf. depoimento de Hamilton Pereira).

O município de Itapuranga, pertencente também à Diocese de Goiás, esteve envolvido na articulação e desempenho da Oposição Sindical desde o seu início. A experiência desenvolvida em Itapuranga se destacou porque conseguia, ao mesmo tempo, produzir um trabalho enraizado junto aos pequenos produtores, meeiros, arrendatários e parceiros em nível local e regional, bem como estabelecia relações com uma articulação oposicionista maior, que extrapolava os limites do estado de Goiás; por outro lado, apontava no rumo de outros desdobramentos, com perspectivas de organização partidária.

Quando a Oposição Sindical tomou dimensões de uma articulação estadual, passaram a ocorrer divergências nas discussões quanto aos métodos a serem utilizados

---

<sup>17</sup> Não conseguimos, através dos depoimentos, obter dados que pudessem nos fornecer maiores informações através das quais poderíamos fazer uma avaliação mais precisa da atuação da OSTR/GO, ao menos no aspecto quantitativo das entidades que foram tendo suas direções modificadas.

na concretização daquela que era sua bandeira mais cara: a destituição de Antônio Bueno da direção da Federação. Se havia uma convergência em torno desta bandeira, no entanto, as diferentes formas de implementar as lutas complexificaram o quadro deste desafio, que parecia, a princípio, menos árduo. Uma das concepções defendia o embate e o confronto político direto; outras acreditavam que a conquista da Fetaeg se daria através dos trâmites jurídicos, com base na presumível condição de fazendeiro de Bueno. Conquanto estas diferenças de estratégia tenham retardado a afinação em torno de uma proposta única e, portanto, a própria derrubada de Bueno, não impediram a concretização de uma articulação estadual.

Os efeitos que a formação da Oposição Sindical provocou sobre a ação sindical nos STRs sobre os quais passou a ter influência, podem ser avaliados, a partir dos depoimentos a que tivemos acesso, como sendo, genericamente, bastante diferenciados. Vão desde um total redirecionamento das práticas sindicais que, do simples assistencialismo, passaram a ter discussões permeadas por conteúdos políticos, entrando em pauta questionamentos a respeito da distribuição fundiária nos municípios, por exemplo, até uma quase continuidade da prática burocratizada de antes.

Na avaliação feita por um assessor da Oposição Sindical, esta articulação, embora fundada na crítica ao sindicalismo vigente, qualificado como meramente assistencialista, também não conseguiu lidar com questões mais concretas dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários, ou seja, as demandas do ponto de vista econômico, principalmente. Em seu depoimento, este admite que houve uma sensível qualificação das bandeiras levantadas pelo sindicalismo praticado pela OSTR/GO em termos de elaboração teórica e intervenção política. No entanto, a atuação nas situações concretas, na tentativa de produzir experiências inovadoras em termos de organização da produção, ao que parece, foi pouco frutífera. *“O fato de ter se criado a Oposição Sindical, na prática, (...) ampliou o leque de articulação política. (...). [Os trabalhadores] passaram a sentir que (...) os trabalhadores de outros municípios tinham problemas semelhantes ou mais graves. (...). Se pegarmos, hoje, [alguns sindicalistas], veremos que o seu entendimento do ponto de vista sindical ampliou pouco. Continuam legalistas, o sindicato (...) até hoje não se filiou à CUT. A sua concepção sindical não mudou. [Outro sindicalista] apesar de ter o seu Sindicato filiado à CUT, tem dificuldade para desenvolver uma prática sindical na luta econômica, é extremamente frágil, debilitada, (...) na organização dos trabalhadores do campo para a luta econômica e, conseqüentemente política, teve poucos avanços.(...). Nós temos deficiência no campo administrativo”*<sup>18</sup>. Apesar de toda capacidade da Oposição Sindical de mobilizar e aglutinar os trabalhadores rurais e os “pequenos produtores” em torno da necessidade de estabelecer uma nova prática sindical, as questões específicas e pontuais, que envolviam a própria sobrevivência dos trabalhadores rurais, continuaram representando obstáculos para uma atuação diferenciada.

Em termos de continuidade da Oposição, após seu lançamento oficial começaram a aparecer mais claramente as diferenças políticas existentes dentro do grupo, resultando internamente na constituição, *a priori*, de dois grupos ou movimentos distintos. Por um lado, o grupo que ficou reconhecido efetivamente como a Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás (OSTR/GO) e, por outro, o grupo do Movimento dos Trabalhadores (MT). Embora a Oposição Sindical abrigasse em seu interior três a quatro vertentes distintas, a cisão a que nos referimos foi no grupo de oposição pioneiro, o da Diocese de Goiás.

---

<sup>18</sup> Cf. depoimento de Isidoro Revers (*Galego*), em 16/06/1994. Isidoro Revers é historiador e assessor sindical, atua no estado de Goiás desde 1978, portanto desde o início da Oposição Sindical.



### 3.4. Os anos 80 e as conquistas da Oposição Sindical

A Oposição Sindical em Goiás, como vimos, definiu como seu principal objetivo assumir a direção da Fetaeg, o que ocorreu em 1982, com a deposição, pela via jurídica, de Antônio Bueno, com base em denúncias relacionadas à sua condição de fazendeiro<sup>19</sup>. Além deste objetivo central, a Oposição havia colocado para si, num segundo momento de sua atuação, um outro desafio: o de constituir-se num dos alicerces centrais na construção da Central Única dos Trabalhadores em Goiás.

A generalidade de objetivos que a Oposição teve por algum tempo se deve ao fator político que pressionava as lideranças sindicais e assessores para que saíssem conquistando STRs, pois somente assim haveria uma base de sustentação forte para a conquista da direção da Federação. Dessa forma, a Oposição ia arregimentando adeptos nos STRs de todo o estado, compostos pelas mais diversas bases sindicais. As oposições locais iam se adequando, em termos de propostas, a cada realidade. Fosse um STR cuja base se constituía majoritariamente de pequenos proprietários, o discurso se direcionava para as questões relacionadas à política agrícola e à necessidade de organizar a produção. Fosse um outro em que predominassem os trabalhadores assalariados da cana, as propostas iam na direção do cumprimento dos direitos trabalhistas já conquistados ou no sentido de novas conquistas. Em geral, a questão da terra, relacionada à concentração fundiária e à exploração dos que trabalhavam em terra alheia, estava presente em todos os locais onde surgia um foco de oposição. Assim, a Oposição Sindical se preocupava em defender propostas relacionadas às lutas das diversas categorias, ao mesmo tempo em que buscava o controle das estruturas sindicais.

Consumada a derrubada de Bueno, a Oposição Sindical, que contava com forte apoio da CPT Regional Goiás, tornou-se a principal referência do movimento sindical de trabalhadores rurais do estado. Assumiu a direção da Fetaeg para concluir o mandato, um sindicalista que tinha ligação com a diretoria anterior da entidade, mas já iniciava uma aproximação com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), somando-se a outros quadros que já começavam a despontar<sup>20</sup>. Através de uma eleição sem disputas, uma vez que os membros da Oposição Sindical (já assumidos como alinhados ao Partido dos Trabalhadores) atrasaram-se no registro de uma chapa, os dirigentes ligados ao PCdoB

---

<sup>19</sup> Na realidade, a intenção dos sindicalistas e assessores envolvidos com a Oposição Sindical era que a deposição de Bueno se desse num processo eleitoral, como resultado de um trabalho de educação de base do trabalhador. Porém, quando foram confirmadas as denúncias de sua condição de fazendeiro e, portanto, inimigo de classe dos trabalhadores, tornou-se possível recorrer ao caminho mais rápido, via judiciário (Cf. conversa telefônica mantida com Hamilton Pereira da Silva, em 25/02/99).

<sup>20</sup> A chegada dos sindicalistas do PCdoB à direção da Fetaeg apenas conferiu ao Partido uma maior visibilidade diante dos trabalhadores rurais pois, havia um tempo, algumas lideranças já se identificavam enquanto seus membros. O PCdoB iniciou sua trajetória em Goiás com uma inserção urbana, através do movimento estudantil, no final dos anos 60; no início da década, havia sido presidente da UNE (União Nacional de Estudantes) o militante goiano da Ação Popular, Aldo Arantes, que mais tarde aproximou-se do PCdoB, tornando-se uma liderança expressiva. Posteriormente, já na década de 70, quando então havia se definido pela ação militar, o Partido partiu para o campo com uma atuação mais radical, através da Guerrilha do Araguaia. No início da década de 80, embora estivesse ligado ao PCdoB, sendo sua expressão máxima em Goiás, o ex-militante estudantil Aldo Arantes elegeu-se deputado federal pelo PMDB goiano. Na época, os militantes do PCdoB, estavam - estratégica e oficialmente - filiados ao PMDB, que tinha iniciado, a partir de 1982, sua hegemonia política em Goiás. Com esta trajetória, o Partido aproximou-se dos trabalhadores rurais, conseguindo atrair sindicalistas de reconhecida liderança, que passaram a ser direção na Fetaeg. O governo estadual passou, então, a cooptar os sindicatos, com o apoio da própria diretoria da Federação (Cf. depoimento de Hamilton Pereira, já referido e DUARTE, 1998: 298 - nota).

foram confirmados e continuaram dirigindo a Fetaeg. O Partido, com isto, saiu reforçado. Sucessivas eleições durante a década de 80, mantiveram-no à frente da Federação. Dessa forma, a Fetaeg passou a ser objeto de disputa entre os sindicalistas alinhados com o PCdoB e, na Oposição, aqueles de perfil petista/cutista. Enquanto os sindicalistas ligados ao PCdoB adotavam uma postura política dúbia em suas intervenções, muitas vezes compondo-se com o Estado, a Oposição Sindical procurava desenvolver um trabalho de base, apostando na formação dos trabalhadores rurais e apresentava-se com uma plataforma crítica às propostas consideradas lesivas aos lavradores, apresentadas pelo Estado. Um bom exemplo é a proposta de “comodato”, apresentada pelo governo Íris Rezende (PMDB). Ela consiste numa forma de cessão de terra a trabalhadores rurais e suas famílias para que ali trabalhem durante um determinado período, formando-a (com pastagem, implantação de pomar, cafezal, etc.). Ao final do prazo acordado, o agricultor deixa a terra e todas as benfeitorias que tenha feito. Além deste, outros programas planejados pelo governo, com anuência da Fetaeg, eram combatidos pela Oposição Sindical: assentamentos na região de Pedro Afonso (extremo nordeste do estado), deslocamento de agricultores para a fronteira com a Venezuela, etc.<sup>21</sup>.

No que se refere à construção da CUT em Goiás, esse objetivo só apareceu posteriormente, já na década de 80, articulado com a discussão nacional para a fundação de uma central sindical. Essa Central em Goiás nasceu apoiada em dois pilares principais: a Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais e o movimento dos professores da rede pública, representado pelo então Centro dos Professores de Goiás (CPG), que depois se transformaria no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego).

Chama a atenção o fato de que a fundação da CUT Estadual de Goiás antecipou-se à fundação da própria CUT Nacional<sup>22</sup>. A explicação desta precocidade possivelmente esteja associada aos movimentos anteriores registrados em Goiás que repercutiram para fora de suas fronteiras, com destaque para os acontecimentos de Trombas e Formoso. Possivelmente também tenha contribuído a própria situação geopolítica do estado, identificado como porta de entrada para a região Amazônica e tendo uma conflituosa região conhecida como “Bico-do-Papagaio”, onde se concentravam os mais violentos embates entre posseiros e latifundiários; e, por fim, a própria atuação da Igreja, através do trabalho pastoral social da Diocese de Goiás e, precursoramente, da Arquidiocese de Goiânia<sup>23</sup>. Estes fatores davam a Goiás os elementos para que ali se gestassem novas possibilidades de organização.

No final de 1985, a CUT Estadual encaminhou, em Goiânia, uma grande mobilização, a Manifestação da Panela Vazia, conjugada com o lançamento da Campanha pela Reforma Agrária, que se revestiu de grande importância para a afirmação do sindicalismo rural cutista em Goiás, embora a temática, por si só, naquele ano, em plena discussão do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tivesse adquirido uma maior visibilidade e ampliado seu campo de debate para além do meio rural, alcançando a sociedade como um todo. A discussão da reforma agrária começava

---

<sup>21</sup> Cf. depoimento de Isidoro Revers, em 16/06/1994.

<sup>22</sup> A exemplo do que aconteceu com o surgimento da Oposição Sindical de trabalhadores rurais - que também surgiu pioneiramente em Goiás -, este fato confirma a precocidade do movimento sindical rural goiano em relação ao restante do país. De certa forma, Goiás estaria para o “novo sindicalismo” no campo como estaria o ABCD paulista para o “novo sindicalismo” urbano.

<sup>23</sup> Durante onze anos, contados a partir de 1957, esteve à frente da Arquidiocese de Goiânia o arcebispo D. Fernando Gomes, precursor e esteio do trabalho social da igreja Católica em Goiás. Esse fato, somado ao peso político da Arquidiocese, exerceu também inegável influência na organização popular do estado (Cf. depoimento de Luizella Ancis, em agosto/91).

a sair do espaço restrito dos meios acadêmicos, intelectuais ou de militância política e sindical, e ganhava as ruas. No estado de Goiás não foi diferente; a questão fundiária colocava em evidência problemas sérios que ocorriam no interior do estado e que tinham pouco destaque em nível de imprensa ou não repercutiam junto à população em geral. Assim, esta manifestação foi como que a “senha” para que o debate em torno da violência no campo pudesse entrar no circuito.

Após os últimos acontecimentos relatados, novos desafios foram surgindo na trajetória da Oposição Sindical. Por um lado, como vimos, a saída de Bueno não garantiu para a OSTR/GO, a direção da Fetaeg. Ao contrário, o PCdoB, aliando-se a outras forças, como o próprio PMDB, alcançou a hegemonia política na direção da entidade e, eleição após eleição, foi se sustentando na Federação. De outro lado, fundada a CUT, com a participação fundamental dos trabalhadores rurais, havia o desafio de se criar estruturalmente um espaço na Central para abrigá-los juntamente com suas lutas. Para isto, inicialmente, em 1984, surgiram as Secretarias Nacional e Estaduais dos Trabalhadores Rurais da CUT. Contudo, ainda existia uma certa dificuldade de ocupação de um espaço orgânico dentro da entidade.

Em Goiás, mesmo depois de criada a Secretaria dos Rurais da Central, a Oposição Sindical continuou existindo enquanto um movimento articulado, ainda até o final de 1988, pois, num quadro de disputas, a OSTR conseguia manter um mínimo de unidade do movimento em torno da meta de ganhar a direção da Fetaeg.

### **3.5. Os novos rumos do sindicalismo rural goiano**

A coexistência da Secretaria Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT com a Oposição Sindical ocorreu ainda por um período relativamente longo, como forma de tornar possível que alguns sindicalistas pioneiros na articulação estadual da OSTR, mas contrários à CUT, continuassem participando das discussões que poderiam levar à conquista da direção da Federação. Neste processo, a Oposição Sindical pôde manter, através de documentos produzidos e enviados a todos os sindicatos, a ascendência sobre a discussão, articulação e organização, combatendo a postura política dos dirigentes da Fetaeg em sua relação com o governo do PMDB.

Ao longo do período compreendido entre 1984 e 1988, foi sendo articulada uma chapa de oposição para disputar e conquistar a direção da Federação. Ao mesmo tempo, os trabalhadores rurais cutistas passaram a integrar a estrutura vertical da Central, formada por Departamentos. A partir das antigas Secretarias dos Rurais, criaram-se os Departamentos Nacional e Estaduais dos Trabalhadores Rurais - DNTR e DETRs, respectivamente. Quando, em dezembro de 1988, mais uma vez, a Oposição Sindical foi derrotada pelo PCdoB na disputa eleitoral da Federação, a articulação sindical foi extinta enquanto grupo organizado e com objetivo definido<sup>24</sup>. No entanto, o grupo de oposição, segundo balanço dos próprios sindicalistas e das entidades de assessoria - CPT/GO e Ifas-GO/TO<sup>25</sup> -, durante os três anos (89/91) que continuou na condição de

---

<sup>24</sup> O trabalho, que vinha sendo feito ao longo de vários anos e que praticamente assegurava a vitória eleitoral, teve seu coroamento negado por uma diferença de quatro votos, havendo sete votos em branco de uma tendência política que os sindicalistas acreditavam, votaria com a Oposição.

<sup>25</sup> O Ifas foi fundado em 1985, em Goiânia, com uma atuação voltada tanto para o movimento sindical rural, quanto para sindicalismo urbano dos estados de Goiás e Tocantins. O Instituto foi criado por um grupo de sindicalistas e assessores que entendiam existir no estado de Goiás uma lacuna no trabalho de assessoria sindical, principalmente na questão da formação. Com a emergência do novo sindicalismo, que passou a ser implementado com a atuação da Oposição Sindical, novas demandas e novos desafios foram sendo colocados às direções sindicais que iam sendo renovadas.

“oposição”, pôde estar presente nos vários STRs do estado. Nos municípios com predomínio da “pequena produção”/“agricultura familiar”, discutiu questões referentes a crédito, em especial o FCO, e preços de produtos como o leite e as frutíferas - entregues à agroindústria com desvantagem para os produtores. Discutiu com os STRs a questão das associações, tendo promovido, em conjunto com a CPT Regional e o Ifas, encontros regionais e estaduais de associações de pequenos produtores do campo cutista (em 1990 e 1991). Com os sindicatos de base assalariada, mesmo não tendo assento nas mesas oficiais de negociações, pôde orientar os trabalhadores antes e durante os acordos coletivos anuais do setor canavieiro, bem como ajudar na fiscalização do seu cumprimento. Iniciou discussões com trabalhadores assalariados de outros setores (tomate, algodão e lavouras irrigadas), estudando a possibilidade de buscar acordos coletivos. Reuniu trabalhadores rurais volantes das periferias de Goiânia, discutindo a questão agrária e ações de ocupação de terras.

Ao mesmo tempo, ao longo de 1991, buscou uma composição com o próprio PCdoB, tentando conquistar finalmente a direção da Federação. Um dos desdobramentos desta aproximação foi a filiação, em outubro de 1991, da Fetaeg à CUT. E, por fim, em fevereiro de 1992, no 3º Congresso Eleitoral da Fetaeg, foi eleita uma diretoria de composição que reunia integrantes do PCdoB, do DETR/CUT e alguns sindicalistas tidos como “indefinidos”. Neste congresso, os Estatutos da entidade foram reformulados e esta se reestruturou através de secretarias, com o objetivo de dinamizar os trabalhos apontados como prioritários. A partir de então, a Federação passou a contar com as Secretarias de Pequena Produção, Assalariados Rurais e Luta pela Terra<sup>26</sup>; em torno das quais o respectivo secretário reuniu um coletivo formado por assessores afins (da CPT/GO, do Ifas e da própria Federação) e sindicalistas de STRs cuja base fosse majoritariamente integrada pelo segmento correspondente; cada coletivo elaborou um plano de trabalho que passou a ser implementado.

Nas questões relativas aos “pequenos produtores”/“agricultores familiares”, fazia parte do planejamento a curto prazo da Secretaria o mapeamento das associações existentes no estado e dos STRs cuja base fosse constituída na sua maioria por esta categoria para que pudesse ser encaminhado um encontro estadual, em abril do mesmo ano. O encontro teria dois eixos centrais: a questão dos financiamentos, em especial o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, e as lutas imediatas, como a articulação dos municípios produtores de leite reivindicando aumento dos preços pagos pelos laticínios. Além disso, a Secretaria se propunha a estabelecer contato com os órgãos públicos do estado - Emater/GO, Emgopa (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária). Ou seja, a nova diretoria da Fetaeg procurava imprimir um novo ritmo de trabalho à entidade, buscando dar encaminhamentos concretos às questões mais urgentes de cada categoria.

No caso específico das associações de pequenos produtores, nesta época (gestão 1992/94) elas proliferaram em Goiás<sup>27</sup>, a partir de diferentes mediações: por um lado, havia investimento estatal, através do Departamento de Cooperativismo da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seagri/GO) e do trabalho da Emater/GO nos municípios e, por outro, através do trabalho da CPT Regional, CPT da Diocese de Goiás, do MST e dos próprios STRs. Neste período foi criada uma ONG, o Camppo (Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações), que passou a atuar na fundação de associações em todo o estado, para as quais,

---

<sup>26</sup> Atualmente as secretarias da Fetaeg são seis: Agricultura Familiar, de Políticas Salariais, de Política Agrária (Luta pela Terra), de Previdência, de Formação e Política Sindical e de Finanças e Administração (DUARTE, 1998: 292).

<sup>27</sup> No final de 1994, de acordo com a Emater/GO, o número de associações já ultrapassava 600 em todo o estado.

posteriormente, prestava assessoria técnica na elaboração de projetos para obtenção de créditos de investimento (em especial o FCO)<sup>28</sup>. Além de atuar na criação de associações, o Camppo passou a incentivar a fundação de centrais municipais de associações, sendo que foram criadas algumas nos municípios em que esta entidade tinha maior atuação.

A Emater/GO chegou a realizar dois grandes encontros de associações de produtores - um em 1990 e, o outro, em 1992 -, contando com o respaldo da Fetaeg, momentos em que foi discutido o movimento associativista no estado, além de terem sido avaliadas suas perspectivas futuras. Destes encontros participaram “pequenos produtores” ligados a associações, principalmente àquelas fundadas a partir da assessoria da própria Emater/GO, através dos seus escritórios municipais, e do Camppo. Se, no primeiro encontro, a participação das associações nascidas sob a influência da CPT, do MST e dos STRs de oposição, tinha sido discreta, já no segundo (em 1992) participaram de maneira bem mais articulada, conseguindo influenciar decisivamente nas propostas aprovadas. Uma das discussões mais sérias foi sobre a criação de uma Federação Estadual de Associações de Pequenos Produtores. Para a derrubada deste indicativo também foi importante a intervenção da própria Fetaeg - já sob nova direção.

Em diversos municípios do estado de Goiás, as associações e, mais especificamente, o acesso aos créditos do FCO que puderam ser viabilizados através destas organizações, alteraram bastante a dinâmica e a rotina de municípios com predomínio da “pequena produção”/“agricultura familiar” que há muito estavam com suas economias estagnadas. Chamam a atenção, em termos mais recentes, os municípios de Vianópolis e Orizona, na chamada Região da Estrada de Ferro. Já na Região do Mato Grosso Goiano, o município de Itapuranga é bastante exemplar dos acontecimentos envolvendo a criação de novas organizações, como uma preocupação mais antiga. Ali podem ser encontradas experiências diferenciadas, geradas a partir de distintas mediações: Emater, STR, CPT, etc. Algumas dessas experiências serão analisadas a seguir.

### **3.6. Caracterização do município de Itapuranga**

O município de Itapuranga está localizado a noroeste do estado de Goiás<sup>29</sup>, distante 155 km de Goiânia. Dados do Censo Demográfico mais recente apuraram uma população total de 27.884 habitantes, sendo que 8.215 (29%) estavam na zona rural. O município, além da sede urbana, atualmente é composto de quatro distritos: Diolândia, Cíbele, Lages e Vila São José, e o povoado Cruzeiro Dourado<sup>30</sup>, ocupando uma superfície total de 1.616 km<sup>2</sup> (IBGE: 1996; SEBRAE/GO, 1996: 8).

Em termos de evolução demográfica, comparando-se dados de 1980 e 1991, a população total do município passou de 30.366 habitantes para 31.215. Chama a

---

<sup>28</sup> O Camppo nasceu dentro da sede da Fetaeg, onde tinha uma sala própria, quando esta ainda era administrada pelo PCdoB. A iniciativa foi de três agrônomos, com experiência de trabalho no setor público agrícola do estado, no período em que a criação dos Fundos Constitucionais passou a demandar assessoria técnica à pequena produção. Um dos agrônomos tinha ligação com o Partido e há anos atuava como assessor informal da Federação, o que facilitou a criação do Camppo.

<sup>29</sup> De acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itapuranga situa-se na Microrregião Geográfica de Ceres, Mesorregião do Centro Goiano, sendo banhado pelos rios Urú e Canastra e tendo como municípios limítrofes Goiás, Guaraíta, Carmo do Rio Verde, Uruana, Heitorai, Morro Agudo de Goiás e Faina.

<sup>30</sup> Até o início dos anos 90 - quando então foi emancipado - o atual município de Guaraíta se destacava como um dos distritos mais desenvolvidos e dinâmicos de Itapuranga.

atenção o processo intenso de urbanização ocorrido em Itapuranga neste período intercensitário. Enquanto em 1980, 49% da população total era rural, em 1991 este contingente sofreu uma significativa redução, passando para 36% (IBGE: 1980; 1991). Esta urbanização pode estar associada à própria dinâmica da estrutura econômica municipal, historicamente calcada na atividade agropecuária sustentada em pequenas propriedades rurais. Como o período entre os dois censos foi de grandes dificuldades decorrentes das políticas econômicas governamentais, possivelmente tenha crescido a procura dos mais jovens, ou mesmo da mão-de-obra adulta excedente, por outras oportunidades de trabalho e de educação na cidade ou mesmo em centros maiores. No entanto, do Censo de 1991 para o de 1996, ocorreu um decréscimo da população rural em 27%, período em que a redução da população urbana foi de apenas 2%. Para esse fenômeno, a explicação pode ser mais local: o desmembramento do antigo distrito da Guaraíta, no início dos anos 90, cuja população era em sua quase totalidade rural. Assim, pode-se concluir que, diferentemente da década de 80, nos anos 90 a população itapuranguense praticamente se estabilizou em termos quantitativos.

### **3.6.1. A agricultura familiar de Itapuranga no contexto histórico**

A origem de Itapuranga está situada em 1933, ou seja, na segunda fase da periodização relativa ao processo de ocupação e povoamento do estado de Goiás, que apresentamos antes<sup>31</sup>. Porém, historicamente, o incremento populacional e a aceleração do desenvolvimento do município estão relacionados à chegada de migrantes de Minas Gerais, que se tornou expressiva no final da década de 40, motivada pela escassez de terras disponíveis aos agricultores de baixa renda nas suas regiões de origem, associada ao programa “Marcha para o Oeste”. Assim, algumas regiões de Goiás, como a de Itapuranga, tornaram-se atrativas pela oferta de terra fértil e barata.

A partir do final dos anos 30 (1938), foi implementado, através de uma política conjunta entre os governos federal e estadual, o programa que se convencionou denominar “Marcha para o Oeste”, que se constituía numa manifestação tácita da ideologia do Estado Novo (desenvolvimentista e nacionalista), voltada para o meio rural, centralizada na política de povoamento desenvolvida pelo governo Vargas<sup>32</sup>. Esta

---

<sup>31</sup> O município surgiu a partir da instalação de frades dominicanos na região em 1933. Na ocasião foi celebrada uma missa campal sob uma árvore comum na região conhecida como “xixá”. Formava-se aí o povoado do Xixá, que em 1943 foi elevado à categoria de vila, denominando-se Itapuranga; em 1953, finalmente, passou à condição de município, desmembrando-se do município de Goiás (LE MOS, 1990: 5; CAUME, 1997: 28). Em termos de características físico-geográficas, o município - localizado nas proximidades da Serra Dourada - apresenta um clima tropical úmido, favorável às atividades rurais. A topografia é caracterizada pela ocorrência de muitas áreas acidentadas, com formação de morros; no entanto, algumas regiões apresentam-se com áreas planas. A vegetação é predominantemente formada por cerrados; contudo, há uma presença significativa de matas naturais. Com relação à bacia hidrográfica, esta é formada pelos rios Urú, Canastra, Verde, Areias e Santana. Quanto ao solo, em geral este é de boa fertilidade para a atividade agrícola, exigindo, em algumas regiões, calagem e fosfatação que viabilizem atividades agropecuárias em níveis econômicos compensatórios. Em termos de classificação, o tipo de solo predominante é o Latossolo Amarelo, adequado ao plantio do milho, feijão, fruticultura e pastagens - atividades que estão presentes em Itapuranga (SEBRAE/GO, 1996: 8).

<sup>32</sup> Por trás do programa “Marcha para o Oeste”, havia uma questão de fundo mais ampla, que envolvia a reorientação da política econômica através da “industrialização substitutiva de importações”. A partir de 1937, com o Estado Novo, através do projeto de implantação da indústria de base, outros estados deveriam ser incorporados ao processo produtivo nacional, exercendo um papel na divisão regional do trabalho. Assim, a “Marcha” foi implementada principalmente nos estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás. De acordo com CARNEIRO, este projeto foi de fácil execução em Goiás, “(...) uma vez que entre 1930 e 1945 permaneceu como interventor do Estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira, filho da revolução de 1930, que buscou criar condições para o impulsionamento da ocupação do Estado, isto é, para a expansão do capitalismo”. Mesmo depois de 1945, os governos que se sucederam até 1964,

política ficou cristalizada na afirmação de que o verdadeiro sentido da brasilidade seria o rumo para o Oeste (PÉCLAT, 1995: 205).

Compondo a “Marcha para o Oeste” seguiram-se importantes ações, como a transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, em 1937; a ampliação da malha ferroviária até o município de Anápolis, transformando-o no principal centro comercial do estado, a partir de 1935; a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) em 1941, primeira colônia a ser implantada no estado; a criação, na década de 40, da Fundação Brasil Central e da Superintendência de Valorização da Amazônia, com a finalidade de facilitar o povoamento do planalto central, via de acesso à Amazônia; a determinação, através da Constituição Federal de 1946, da mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o planalto central; a implantação, no início dos anos 50, das Colônias Agrícolas de Rubiataba, Rialma e Carmo do Rio Verde; o início da construção de Brasília em 1956 e a implantação de um sistema viário que colocaria a nova capital em contato com as demais regiões do país (exemplo é a construção da rodovia Belém-Brasília) (CARNEIRO, 1988: 78-9).

Próximo a Itapuranga, no município vizinho de Ceres, foi criada, em 1941, em terras cedidas pelo governo do estado de Goiás, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), também conhecida como Colônia de Ceres. O Decreto de fundação previa que o assentamento de agricultores teria as seguintes características: lotes com áreas variando de 20 a 30 hectares, cedidos somente a pessoas reconhecidamente pobres e fornecimento gratuito de infra-estrutura (ferramentas, instrumentos de trabalho agrícola, casas, carroças, etc.). Os beneficiários não seriam proprietários da gleba, nem pagariam arrendo, mas a produção lhes pertenceria; ao Presidente da República caberia a outorga da expedição definitiva de títulos de propriedade. Até ocorrer esta legalização, não era permitido ao ocupante a venda, aluguel, arrendamento ou hipoteca do lote, ficando, porém, neste período, isento de impostos (PÉCLAT, 1995: 206-7).

A “Marcha” contou com ampla campanha de divulgação, patrocinada pelos governos federal e estadual e desenvolvida nos meios de comunicação, especialmente através do rádio, nos horários dos programas sertanejos da madrugada e do anoitecer - períodos de grande audiência da população rural. Com isso, criou-se um clima favorável para que ocorresse o deslocamento de uma leva significativa de agricultores das mais diversas partes do país com destino à Região Centro-Oeste, em busca de terras próprias. No caso de Goiás, para a Cang convergiram enormes levas migratórias, compostas predominantemente por mineiros (cerca de 60%); os demais agricultores dividiam-se entre paulistas, nortistas, goianos mesmos e gaúchos, que chegavam a pé, a cavalo, em cima de caminhões, ou de trem até a cidade de Anápolis, fazendo o resto do trajeto da forma como pudessem. Dados indicam que em 1943 já existiam na Colônia 900 moradores, em condições de vida extremamente precárias. Em 1946 a Cang contava com 1.600 famílias. Os números levantados para 1950 apontam uma população em Ceres de 29.522 habitantes, equivalendo a uma densidade demográfica de 35 hab./km<sup>2</sup>, 93% deste contingente ocupando a zona rural (DAYRELL, 1974: 98 *apud* PÉCLAT, 1995: 207).

Assim, não é difícil prever o processo de saturação da capacidade de absorção de novas levas populacionais a partir de então. A realidade para os lavradores que chegaram posteriormente tornou-se bastante dura. As condições de vida propostas inicialmente não se confirmavam; as novas famílias que chegavam não recebiam assistência. As regiões próximas à Colônia passaram a ser objeto de especulação imobiliária. No município de Rialma, separado de Ceres pelo rio das Almas, as terras

---

seguiram a mesma orientação, garantindo o aperfeiçoamento da infra-estrutura e dando continuidade ao processo de ocupação do estado (CARNEIRO, 1988: 76-8).

tiveram um aumento de preço da ordem de 20.000% num período de seis anos (PÉCLAT, 1995: 208).

O esgotamento da capacidade de absorção de populações na Colônia de Ceres, no início dos anos 50, condicionou os migrantes que para lá se dirigiam a procurarem novas terras, situadas para além dos limites desta. Uma das regiões próximas procurada foi o distrito da Guaraíta, em Itapuranga. Para ali se dirigiram trabalhadores urbanos e rurais, sendo que poucos eram “pequenos proprietários” nas regiões de origem, tendo vendido suas poucas terras com o objetivo de comprar propriedades maiores nesta nova fronteira agrícola, em Goiás. Porém, isto foi possível apenas para uma pequena parcela de agricultores, restando à maioria - como condição de sobrevivência na região - o recurso de tornarem-se arrendatários, parceiros ou agregados. Os processos de arrendamento de terras e de emprego como agregados ocorriam junto às grandes propriedades fundiárias - que não eram muitas -, enquanto que a parceria (*na meia, na terça*) era estabelecida junto às propriedades pequenas. Com o passar dos anos, alguns destes arrendatários e parceiros, tornaram-se também “pequenos proprietários”. Dessa forma, a economia do município de Itapuranga foi calcando-se basicamente nas atividades agropecuárias de pequeno porte, típicas da “agricultura familiar”. Porém, uma parcela significativa ainda permaneceria sem acesso à terra, trabalhando em propriedades alheias.

Intensificando-se o fluxo migratório no estado de Goiás, Itapuranga foi um dos municípios que experimentou um acelerado crescimento populacional. De acordo com o Censo de 1950, a população do município na época ultrapassava os 15.000 habitantes, com uma densidade populacional de 10 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que destes, 93% estavam estabelecidos na zona rural<sup>33</sup> (PIETRAFESA *et alii*, 1995: 46).

A partir dos anos 60, o município de Itapuranga passou por profundas transformações, resultado das políticas de intervenção do Estado no setor agrícola. Referindo-se ao período do *boom* inicial da “modernização conservadora”<sup>34</sup>, o trabalho de PIETRAFESA *et alii* (1995: 47) situa em 1964 a instalação de uma agência do Banco do Brasil no município. Esta agência bancária inseriu-se no aparato institucional que marcou uma aceleração no desenvolvimento agropecuário de Itapuranga e da região. Ainda como parte desta infra-estrutura facilitadora, abriram-se novas estradas, construíram-se rodovias asfaltadas e pontes, resultando numa intensificação na utilização de máquinas e insumos modernos, provocando um aumento no êxodo rural, bem como o surgimento do trabalhador “bóia-fria” que, em geral, passou a ceder sua força de trabalho em empregos temporários no plantio e na colheita de cana-de-açúcar e outras culturas alimentares nos municípios próximos.

Por outro lado, com a chegada de levas de migrantes pobres ao município, os conflitos fundiários não demoraram a aparecer. Depoimentos colhidos apontam como um dos principais o ocorrido na região do Córrego da Onça, nos anos 70, resultado de uma disputa pela fazenda Maria Alves envolvendo, de um lado 40 posseiros e, de outro, o fazendeiro Aureliano José Caiado<sup>35</sup>. Quando saiu a sentença favorável ao fazendeiro,

---

<sup>33</sup> Em sua maioria, os migrantes que foram chegando a Itapuranga procediam do estado vizinho de Minas Gerais, principalmente dos municípios (ou localidades) de Tiros, Patos de Minas, Formiga, Araxá, São Luiz, Bambuí e Patrocínio, entre outros.

<sup>34</sup> Muitos intelectuais e estudiosos da questão, adjetivam a “modernização agropecuária” ocorrida no Brasil de “modernização conservadora” pois, ao par da profunda transformação ocorrida na base tecnológica do país - segundo os moldes do desenvolvimento capitalista -, mantiveram-se praticamente intactas a estrutura agrária - historicamente caracterizada pela alta concentração fundiária sob o domínio dos capitais agrário, comercial, financeiro e industrial - e as relações sociais de produção associadas à grande propriedade.

<sup>35</sup> A família Caiado constitui-se numa das oligarquias mais fortes do estado de Goiás, com destacada



em 1980, ocorreu uma passeata de protesto no município que entrou para a história de Itapuranga. Após percorrer as ruas da cidade, seguiu-se um ato público reunindo aproximadamente 500 pessoas e contando com o apoio e participação da Igreja Católica com a presença do bispo da Diocese de Goiás, Dom Tomás Balduino, dirigentes do STR local, da Fetaeg e lavradores de Fazenda Nova, Novo Brasil, Itaberaí, Jussara, Santa Fé, Itapirapuã, Goiás, entre outros - todos municípios próximos a Itapuranga (PIETRAFESA *et alii*, 1995: 49; PESSOA, 1997: 79-80).

PESSOA classifica o conflito da Fazenda Maria Alves, em Itapuranga, como o “início do aprendizado” em termos de luta pela terra. As primeiras ocupações de terras ocorridas no estado de Goiás - Fazenda Estiva/São João do Bugre e Fazenda Mosquito -, que aconteceram logo em seguida ao conflito do Córrego da Onça, concentraram-se na região do município de Goiás e foram puxadas pelos trabalhadores rurais de Itapuranga, mobilizados pelo STR, pela Igreja local e pela Comissão Pastoral da Terra (PESSOA, 1997: 79).

### 3.6.2. A agricultura familiar de Itapuranga hoje

Para além das dificuldades conceituais a respeito da “pequena produção”/“agricultura familiar”, este segmento se apresenta em Itapuranga caracterizado por uma grande diversidade. Convivem no município as mais diferentes combinações de vida e trabalho, alojadas no universo social do segmento que estamos pesquisando e analisando, resultando em faces muito distintas.

Se, por um lado, existem representantes bem definidos: “pequenos proprietários”, parceiros (na *meia* ou na *terça*), arrendatários (ou *rendeiros*) e posseiros, por outro, estas conformações permitem e, de fato, incorporam as mais diferentes combinações: são “pequenos proprietários” (ou minifundistas), mas também são parceiros ou arrendatários, bem como podem ceder pequenas glebas de terras para outros parceiros ou posseiros, em troca de parcelas da colheita. Nestes casos, a dimensão das terras é tão limitada que as referências à área são dadas em *litros de chão*<sup>36</sup>. Também são comuns os “pequenos proprietários” que nos períodos de entressafras vendem sua força de trabalho e a dos filhos em outros municípios e/ou regiões, do estado ou fora dele (Tocantins e Pará, principalmente)<sup>37</sup>. Estes mesmos

---

presença nos conflitos fundiários na região compreendida pelos municípios de Goiás, Itapuranga e Crixás, principalmente. Em 1989, trabalhadores rurais sem terra da região, liderados pelo MST ocuparam a Fazenda Europa, no limite dos municípios de Itapuranga e Goiás, de propriedade de Leonina Caiado, tia de Ronaldo Caiado, personagem conhecido em todo o país por ter sido o fundador e primeiro presidente nacional da UDR - União Democrática Ruralista. Em nível da disputa política no estado, historicamente os Caiado, alternaram-se no poder com os Ludovico/Borges. Até o início dos anos 30, a capital do estado era a Cidade de Goiás (conhecida popularmente como Goiás Velho). A construção de Goiânia e a conseqüente mudança da capital, em 1937, é reflexo desta disputa. Embora de maneira menos vistosa, os Caiado ainda são presença no cenário político goiano e até nacional, sempre associados às reivindicações do latifúndio e das oligarquias.

<sup>36</sup> Segundo a linguagem corrente utilizada na região, um alqueire (alqueirão ou alqueire mineiro ou goiano) - equivalente a 4,84 hectares (ha) -, está representado por *mais ou menos 80 litros de chão*. Dessa forma, 1,00 ha equivaleria a algo em torno de 20 *litros de chão*. Os agricultores utilizam normalmente essa medida para referirem-se às áreas de produção; em geral estas são tão pequenas que quase invariavelmente cabem no limite máximo de um hectare. Contudo, é importante não confundir *litros de chão* com *litros de semente de cereais*. Nas entrevistas com agricultores é comum surgir dúvida quando estes dizem que plantaram 20 *litros de arroz*, por exemplo.

<sup>37</sup> O assalariamento dos “pequenos proprietários” e sem-terras dentro do próprio estado ocorre principalmente nos municípios vizinhos de Inhumas e Anicuns - onde trabalham nas lavouras/usinas de cana-de-açúcar - e Itaberaí - trabalhando nos cultivos de tomate e feijão irrigados. Já a busca de trabalho nos estados vizinhos do Tocantins e Pará está mais ligada às atividades pecuárias, o que pode representar, no caso dos filhos, a ida e permanência por prazo indefinido.

podem, contudo, contratar o serviço de peões nos períodos de maior demanda de trabalho na propriedade. Há ainda aqueles “pequenos proprietários” que passaram a estabelecer vínculos contratuais com agroindústrias, como Arisco e Maguari, através do fornecimento de produtos específicos - o tomate e o maracujá, respectivamente.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1985, existiam em Itapuranga 1.232 estabelecimentos rurais com área até 10 ha, o que representava 45,3% dos estabelecimentos agropecuários do município, ocupando uma área de 7.830 ha (5,9% do total da área). Os 2.407 estabelecimentos de até 100 ha (88,6% do total), ocupavam 46.247 ha (34,7% da área total agricultável). Em contrapartida, apenas dez estabelecimentos maiores que 1.000 ha (0,4% do total dos estabelecimentos) ocupavam 11,5% da área total do município (baseado em CAUME, 1997: 28).

Analisando os mesmos dados do IBGE (1985), comparativamente com os de 1960, PIETRAFESA *et alii* (1995: 47) argumentaram que: *“a partir do processo de modernização das atividades agropecuárias, houve um processo de fragmentação dos pequenos estabelecimentos, aumentando o número destas unidades. Nesta fragmentação, houve um aumento de arrendatários, parceiros e ocupantes, o que explica o crescimento do número de estabelecimentos de até 10 ha de 125 em 1960 para 1232 em 1985. (...), sendo a fragmentação dos estabelecimentos e o aumento do número de arrendatários e parceiros, os processos mais marcantes”*.

Por outro lado, o trabalho de PIETRAFESA *et alii* (1995), menciona o que já indicávamos: no período de aproximadamente vinte anos, ocorreu uma migração rural-rural para as regiões mais distantes do atual estado do Tocantins e para a Região Norte, principalmente o Pará. Nos anos 90 o movimento migratório passou a ocorrer mais intensivamente em direção às cidades de porte médio mais próximas, como Aparecida de Goiânia, Anápolis, Goiânia e Brasília, entre outras.

De acordo com dados apurados em 1996 junto ao Escritório Municipal da Emater/GO, em termos de produção agrícola, os “agricultores familiares” de Itapuranga praticam a diversificação, mesclando uma atividade pecuária de pequena escala (gado leiteiro, porcos e galinhas) com lavouras, dando ênfase para a chamada “lavoura branca”, ou seja o cultivo do arroz de sequeiro, feijão, milho e mandioca, que aparecem tanto como produtos para a auto subsistência, quanto comercializáveis nas feiras livres ou nos armazéns locais<sup>38</sup>; nesta diversificação também estão incluídas as frutíferas: melancia, maracujá, abacaxi, mamão e banana. *“Na lógica da produção camponesa está constantemente presente a possibilidade tanto de autoconsumo quanto, sob condições de mercado favoráveis, de venda do produto - (...)”*, tendo essa dinâmica recebido a denominação de “alternatividade da produção agrícola camponesa” (HEREDIA, 1979 e GARCIA Jr., 1983, *apud* CAUME, 1997: 43 e 69). De acordo ainda com CAUME, com uma produtividade de 700 Kg/ha, na safra 1993/94 Itapuranga se destacou como o principal produtor estadual de feijão (Op.cit., p. 29).

Em função dos últimos investimentos que vêm sendo feitos, há fortes indícios de que as possibilidades de crescimento econômico do município de Itapuranga estariam associadas ao desenvolvimento da fruticultura na região. De acordo com levantamento feito pelo Sebrae/GO no município, em 1996, já estava em fase de implantação, com carta consulta aprovada pelo FCO, uma agroindústria produtora de polpas para sucos de frutas.

Em termos de atividades agroindustriais, existe no município de Itapuranga uma usina produtora de álcool e açúcar, de grande porte, a Pite, que está desativada há aproximadamente 11 anos. Esta usina, na época de sua implantação em meados dos

---

<sup>38</sup> Normalmente a mandioca é comercializada nas formas de farinha e polvilho e o milho aparece como produto intermediário na criação de aves e suínos.

anos 80 foi fundamentalmente financiada por recursos públicos. De acordo com relatos ouvidos em diversas oportunidades no município, ao implantar a usina nas proximidades de Itapuranga, os empresários procuravam impor o cultivo comercial de cana-de-açúcar aos “pequenos produtores” da região, atrelando-os à indústria através de contrato. A tradição dos “pequenos agricultores familiares” na prática de uma agricultura diversificada fez com que resistissem a esta tentativa, forçando a usina a buscar cana em outros municípios, inclusive distantes da sede, para que esta pudesse funcionar. No entanto, tal estratégia parece não ter se mostrado viável economicamente, levando ao seu fechamento. O movimento sindical de Itapuranga chegou a discutir, em algumas oportunidades, a viabilidade ou não de fazer uma ocupação desta infraestrutura, voltando a colocá-la em atividade. A conclusão, em geral, foi de que as desvantagens desta ação superariam as vantagens. O avançado estágio de degradação dos equipamentos, falta de tradição na plantação comercial de cana-de-açúcar, demanda de tempo e capacidade administrativa acima dos disponíveis, foram, entre outros, alguns dos fatores levantados<sup>39</sup>.

Quanto aos mercados para colocação dos principais produtos agrícolas gerados em Itapuranga, são bastante variados. Há também uma grande heterogeneidade nos canais de comercialização, que pode ser viabilizada através da venda direta ao consumidor ou, no outro extremo, através da negociação com diversos intermediários, a depender do comportamento do mercado de cada produto. Cerealistas de Goiânia, Belo Horizonte e diversos municípios do norte goiano constituem-se nos principais compradores para o feijão. Para o milho, existem vários canais de comercialização originados nos municípios vizinhos e também em outros estados. Ainda, ao milho, é dado destino dentro da própria unidade familiar, sendo muito utilizado na preparação de ração animal. Negociantes do estado de São Paulo constituem-se nos principais compradores da produção local de melancia, enquanto que a produção de maracujá destina-se aos mercados consumidores de Goiânia, Brasília e Araguari, no estado de Minas<sup>40</sup>.

Nos últimos anos, a pecuária - em especial a bovina - avançou em termos de uso da terra para fins econômicos, com relação à agricultura, ocupando muitos dos seus espaços. Atualmente há uma hegemonia da atividade pecuária em termos de superfície territorial ocupada em Itapuranga, embora a atividade agrícola seja predominante sobre a atividade pecuária, sendo sete vezes superior no nível de riqueza gerada. CAUME (1997: 38) fala de um quadro de “pecuarização” da “produção familiar”, pois em termos de percentual do uso da terra, as pastagens são responsáveis por 66,4%, contra os restantes 33,6% de lavouras<sup>41</sup>. Talvez isto possa ser justificado em função de que o processo de criação do gado bovino é quase que totalmente extensivo, com baixos níveis de investimento em tecnologia (melhoramento genético do rebanho, incremento das pastagens, etc.). Para os “agricultores familiares” mais descapitalizados, a bovinocultura leiteira tem representado uma das atividades que pode propiciar renda

---

<sup>39</sup> De acordo com conversa telefônica mantida com Maria Pereira dos Santos (a “Augusta”) - vereadora e presidente do STR -, em 27/11/98, a usina Pite, de propriedade do fazendeiro goiano Expedito Estival, voltou a funcionar em 1998, operando dia sim/dia não, tendo como “testa-de-ferro” um empresário paulista. Como continuava havendo resistência dos agricultores de Itapuranga em plantar cana, a matéria prima vinha dos municípios vizinhos, como Carmo do Rio Verde, São Francisco, etc.

<sup>40</sup> Cf. informações obtidas junto ao Escritório Municipal de Itapuranga da Emater/GO, durante a pesquisa de campo, em out-nov/1996.

<sup>41</sup> CAUME refere-se à “pecuarização” da “produção familiar” no estado de Goiás, tendo como referencial os municípios de Formosa, Goiás, Itapuranga, Orizona, Porangatu e Rio Verde que, apresentam, respectivamente 74,2%, 86,8%, 66,4%, 76,0%, 87,2% e 73,4% de proporção do uso da terra com pastagens - em todos os casos superior ao uso com lavouras (CAUME, 1997: 38).

mensal, mesmo que sujeita às variações de produtividade e aos baixos preços recebidos<sup>42</sup>. Com isso, as áreas de pastagens cultivadas, mesmo nas propriedades pequenas, têm sido aumentadas de forma proporcional à diminuição das áreas com lavouras.

A produção de leite vem apresentando sinais de crescimento nos últimos anos no município. Em termos de destinação do produto, parte é enviada para indústrias lácteas localizadas em Rialma - município vizinho a Itapuranga - e Goiânia, enquanto outra parte é pasteurizada e utilizada para a fabricação de derivados e para o consumo *in natura* no próprio município. A produção de carne geralmente é comercializada junto aos mercados de Goiânia e Anápolis. Uma parcela significativa da mesma destina-se ao consumo do próprio município. Em Itapuranga não existem frigoríficos ou empresas ligadas ao beneficiamento dos produtos pecuários (SEBRAE/GO, 1996: 14).

Há ainda no município um interesse crescente pela apicultura, envolvendo principalmente os agricultores familiares. Dados de 1996, da Emater/GO local, davam conta da existência de cerca de 200 colméias de abelhas em todo território municipal.

Enfim, conforme já demonstramos, Itapuranga tem sua história econômica ligada ao setor agropecuário, que tem na “agricultura familiar” o seu suporte. Tanto a evolução recente do município, quanto as possibilidades de desenvolvimento em um futuro próximo, dependem da dinamização deste mesmo setor. Dessa forma, as perspectivas deverão ser no sentido de cultivar produtos que ofereçam maior rentabilidade econômica, bem como buscar o melhoramento genético do rebanho bovino, garantindo aumento de ganhos nos sistemas pecuários - de leite e de corte - e, principalmente, viabilizar o processo de industrialização que vem se desenhando no município, através do beneficiamento de frutíferas. As culturas alimentares tradicionais - milho, arroz, feijão - vêm perdendo espaço para atividades relacionadas com a fruticultura - cultivo do maracujá, banana, mamão, principalmente - que apresentam maiores perspectivas de ganho para os produtores rurais e condições apropriadas de cultivo em pequenas glebas de terra, como é característico de Itapuranga. Além da fruticultura, outras formas de investimento, principalmente aquelas oriundas das próprias organizações associativas dos produtores rurais, devem ser incentivadas. É o caso da fabricação de farinha de mandioca, produção de mel e demais derivados da apicultura, entre outras atividades que vêm sendo desenvolvidas de forma associativa no município.

A respeito do mercado de trabalho presente em Itapuranga, em 1996 havia uma estimativa de que aproximadamente 7% dos empregos eram gerados pelo setor público, enquanto que 93% eram de origem privada; destes últimos, 67% estavam no setor agrícola. Quanto ao emprego gerado no meio rural, este apresenta peculiaridades próprias da “pequena propriedade familiar”. A mais importante diz respeito à remuneração dos trabalhadores: está centrada mais em ganhos pecuniários (parte da safra dos produtos alimentares ou da criação de animais dedicados ao consumo pessoal) do que propriamente monetários (SEBRAE/GO, 1996: 11-3).

Quanto à disponibilidade de estradas no município, item fundamental para o escoamento da produção agrícola comercializável, há uma rodovia asfaltada que liga o

---

<sup>42</sup> O estado de Goiás, constitui-se em parte do Cerrado Brasileiro, com vegetação, relevo e clima peculiares. Quanto a este último fator, apresenta uma variação anual que, grosso modo, pode-se dizer metade chuva (outubro a março), metade seca (abril a setembro). Com isso, as produtividades agrícolas e pecuárias apresentam também variações, refletindo-se no retorno financeiro. O leite, por exemplo, apresenta queda sensível de produtividade durante o *período seco* - quando requer do produtor um investimento com suplementação alimentar das vacas visando a atender a *cota*, o que representa custos adicionais -; com isso os rendimentos no período são sensivelmente inferiores - em média, ocorre uma queda de 50% da produção - aos *das águas*.

município a Goiânia, várias rodovias de leito natural ligando o município a seus distritos e municípios vizinhos e muitas estradas vicinais, cortando diversos pontos do município em direção à zona rural, em condições regulares de trafegabilidade (SEBRAE/GO, 1996: 19).

### 3.6.3. Organizações sociais em Itapuranga

Embora Itapuranga não figure ao lado de outros municípios de referência - populacional, turística, pólo de desenvolvimento, etc. - do estado de Goiás, se destaca pela sua efervescência política. Num espectro de posições diferenciadas, em oposição a uma elite conservadora bastante ativa, enraizaram-se, por outro lado, posições políticas questionadoras das relações tradicionais de poder. Em termos de política partidária, por ocasião da fundação nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979, este foi quase simultaneamente também fundado em Itapuranga, com a característica de apresentar um grande contingente de “agricultores familiares” (“pequenos proprietários”, meeiros e arrendatários) constituindo sua base<sup>43</sup>. A administração municipal tem estado sob a responsabilidade ora do PMDB, ora de outros partidos de corte conservador e menor expressão. Numa aliança ocorrida na disputa pela prefeitura em 1996, foram eleitos políticos filiados ao PSD (Partido Social Democrático) e ao PT, respectivamente para os cargos de prefeito e vice-prefeito. O PMDB e os outros partidos que surgem ocasionalmente, se confundem na política local - todos têm como lideranças os políticos conservadores do município, representantes dos comerciantes, proprietários de terras e atacadistas.<sup>44</sup>

Quanto à organização rural, de acordo com dados apresentados por PIETRAFESA *et alii* (1995: 48), existiam no município de Itapuranga, em 1995, 10 associações de produtores familiares. O trabalho ainda fazia referência à “metodologia da convivência” e ao desenvolvimento de trabalhos associativos, implementados pela Emater/GO<sup>45</sup> - escritório municipal de Itapuranga-, através dos quais surgiram, já em

---

<sup>43</sup> Nas eleições municipais ocorridas desde sua fundação em Itapuranga, o PT tem lançado candidatos. Embora haja na direção partidária uma hegemonia dos trabalhadores da área de saúde (médicos, enfermeiros, agentes hospitalares), sua base social está na agricultura e normalmente um trabalhador rural ou agricultor familiar toma parte na disputa pelos cargos majoritários. Nas eleições municipais de 1988, numa chapa encabeçada por um médico, era candidato a vice-prefeito um pequeno produtor e líder sindical. Neste mesmo ano, o Partido elegeu três vereadores, sendo que um era trabalhador rural. Mais recentemente, nas eleições municipais de 1996, a presidente do STR foi eleita vereadora.

<sup>44</sup> No estado de Goiás, o PMDB tem em Íris Rezende Machado seu líder maior, em torno do qual gravitam os políticos com expressão regional. O PSD - como outros partidos menores -, no caso de Itapuranga e em vários outros municípios do estado, ficou reduzido à condição de “sigla de aluguel” do PMDB. Encontrei uma certa analogia para o que aconteceu em Itapuranga e acontece em outros municípios goianos, na reflexão apresentada por PALMEIRA para o “coronelismo”: “a ‘carta branca’ dada aos coronéis, em troca de votos, pelos governos estaduais deixa espaço para uma atuação mais branda ou mais agressiva com relação a seus adversários. Mas a sua dependência com relação ao governo permite que este, havendo uma mudança de governantes ou simplesmente um desentendimento entre o governo estadual e o chefe local, faça emergir uma oposição conhecida mas sufocada ou, por assim dizer, *aparecer da noite para o dia uma oposição inexistente*” (LEAL, 1975 *apud* PALMEIRA, 1996: 54 - grifo meu). Em Itapuranga, conforme pudemos apurar posteriormente, o atual prefeito - Tito Coelho Cardoso (eleito para um segundo mandato, não consecutivo) - embora tenha sido eleito pelo PSD, atualmente está no PMDB. O vice-prefeito - Paulo Horta (médico da APSI) - continua no PT. O Partido dos Trabalhadores ainda detém os cargos de Secretário da Agricultura (ocupado por um agricultor) e Secretária de Meio Ambiente, na administração direta do município, além de ter dois vereadores, sendo que uma é também liderança sindical rural (Cf. informações obtidas através de conversa telefônica com Maria Pereira dos Santos - a “Augusta” -, em 27/11/98).

<sup>45</sup> A Emater/GO está presente em Itapuranga desde meados dos anos 60, quando ainda integrava a Acar/GO. Atualmente o escritório conta com uma equipe composta por quatro técnicos (agrônomo, veterinária, técnico agrícola e extensionista rural) e dois auxiliares administrativos. O trabalho desta

1987, cinco destas associações. Além delas, em 1987 também surgiu, por iniciativa da diretoria e de alguns associados do STR local, a Aspa (Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga), sendo que ambas as organizações - sindicato e associação - eram administradas por uma direção comum. Em 1991, a Aspa foi transformada na Comil (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga e Região Ltda.)<sup>46</sup>.

A partir de 1989, ao implantar-se o Programa Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Centro-Oeste - FCO -, houve um sensível aumento no número de associações de pequenos produtores no estado sendo que em Itapuranga surgiram cinco novas associações.

Das 10 referidas em 1995, segundo PIETRAFESA *et alii*, duas recebiam maior atenção do STR e da Emater local: a Associação dos Meeiros e Arrendatários da Região do Laranjal II que, em termos de produção, se dedicava ao cultivo de hortifrutigranjeiros e a Associação de Mulheres da Coruja e Serrinha, cuja produção estava voltada para a confecção artesanal, a industrialização caseira de leite, frutas e legumes e o plantio da mandioca e fabricação de farinha e polvilho. Além da motivação produtiva, havia nestes grupos uma intensa discussão em termos organizacionais e participativos.

De acordo com dados mais recentes, atualmente existem no município 11 associações. São elas: Associação das Mulheres da Coruja e Serrinha; dos Meeiros e Arrendatários da Região do Laranjal II; dos Pequenos Produtores de Campinas e Ana Félix; dos Pequenos Produtores do Laranjal II; dos Pequenos Produtores do Laranjal I; dos Pequenos Agricultores do Fundão; dos Pequenos Produtores das Areias; dos Pequenos Produtores do Curral de Pedra; Comunitária da Diolândia; Comunitária da Vila São José; e, por último, Sociedade de Produtores e Moradores do Povoado das Lages. As associações praticamente recobrem todas as regiões do município, e estão, em sua maioria envolvidas exclusivamente com as questões produtivas dos associados. Algumas, porém, extrapolam a dimensão produtiva, como são os casos das associações comunitárias e de moradores que, por abrangerem um povoado ou distrito, também atendem a outras questões, próprias de um núcleo rururbano.

Através das associações tem sido possível viabilizar atividades conjuntas, como a aquisição de insumos e a preparação do solo para plantio (ambas com vantagens nos preços pagos), melhora genética do gado por meio da aquisição de botijão de sêmen, instalação de fabriquetas de farinha de mandioca e polvilho (produtos bem característicos da região e com boa demanda), instalação de lavouras comunitárias, etc. Os associados são, em geral, “agricultores familiares”- mini e pequenos proprietários, arrendatários e meeiros. Todas as associações puderam contar na sua criação com o acompanhamento e orientação do STR de Itapuranga e/ou do escritório local da Emater/GO e/ou da CPT Diocesana. A assessoria atual também ocorre com diferenciados graus de envolvimento destas instituições, dependendo da demanda apresentada (política, técnica, organizativa, etc.) estar mais relacionada ao trabalho

---

instituição está voltado predominantemente para os pequenos produtores e suas organizações - basicamente as associações (Informações obtidas através de conversa telefônica com o técnico agrícola Miguel Arcanjo Neto, do escritório municipal da Emater/GO em Itapuranga, em 24/02/99). De acordo com pesquisa conduzida por ECHEGARAY em dez municípios goianos, o percentual de solicitação de assistência técnica à Emater/GO está distribuído da seguinte forma: 77% de pequenos produtores, 18% de médios produtores e apenas 5% de grandes produtores; a instituição tem uma caracterização própria para os estratos de produtores: “pequeno produtor” é aquele cuja propriedade tem até 100 ha.; “médio”, de 101 a 300 ha.; e, por último, “grande”, acima de 300 ha. (EGHEGARAY, 1995 *apud* DUARTE, 1998: 219-20).

<sup>46</sup> As questões relacionadas às associações, à cooperativa e ao STR de Itapuranga são tratadas com detalhes na sequência deste capítulo.

desenvolvido por uma ou outra. Os agricultores associados destacam que existe, entre as diversas associações do município, em geral, um relacionamento de solidariedade. Ocorreram no município disputas em torno do conjunto das associações: por um lado, houve a tentativa de criar, com a intervenção do Campgo (Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações), uma central municipal das associações; mas a iniciativa não vingou. Por outro lado, na mesma época, a Cooperativa Comil, estava iniciando uma discussão interna para modificação do seu Estatuto, buscando abrir a possibilidade para que cada associação se tornasse cooperativada, tendo o peso equivalente a um sócio. Como as duas iniciativas ocorreram na mesma época, a Cooperativa resolveu se afastar.

A respeito das formas de organizações presentes, segundo PIETRAFESA *et alii* (1995: 49), *"o município conta ainda com três cooperativas, dois sindicatos (o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Empregadores Rurais) e 20 grupos de produtores"*<sup>47</sup>.

Com relação ao nível de organização dos produtores rurais, uma pesquisa realizada em 1994/95 em seis municípios goianos, aponta - no caso de Itapuranga - os seguintes números: dos 74 questionários aplicados no município, colhendo dados junto a uma amostra representativa da "pequena produção"/"agricultura familiar" ali existente, 48 agricultores (64,9%) responderam ser filiados a uma associação, 25 agricultores declararam-se cooperativados (33,8%) e 36 agricultores (48,6%) disseram ser associados ao STR local<sup>48</sup>. A pesquisa realizada nos seis municípios goianos (Formosa, Goiás, Itapuranga, Orizona, Porangatu e Rio Verde), exceção feita ao último, apontava que as associações e os sindicatos agregavam os produtores com maior intensidade do que as cooperativas<sup>49</sup>. Alguns produtores familiares ao opinarem a

---

<sup>47</sup> De acordo com informações mais recentes, estão atualmente em atividade duas cooperativas apenas: a Comil - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga e Região Ltda., fundada em julho de 1991 e a Cooperaf (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga), fundada recentemente - em novembro de 1998. Esta última está ligada à Fetaeg - Contag/CUT e foi criada juntamente com outras 15 em todo estado. A de Itapuranga serve como laboratório de uma experiência organizativa com agricultores familiares tradicionais; as outras 14 são de agricultores familiares assentados. A definição de agricultor familiar para ser sócio da Cooperaf segue o conceito estabelecido pela Contag, havendo ainda a necessidade de trabalhar com, pelo menos, 5 atividades/produtos diferentes (atualmente em Itapuranga as principais atividades econômicas são gado leiteiro e cultivo de maracujá, banana e mandioca). Quanto aos "grupos de produtores" mencionados, conforme apuramos posteriormente, na realidade representavam pequenas organizações locais, nas comunidades, através das quais se desenvolviam atividades conjuntas, como os mutirões, atividades reivindicativas e religiosas. Alguns evoluíram, passando à condição de associações, legalmente constituídas, enquanto outros permaneceram enquanto grupos informais (Cf. informações obtidas em conversa telefônica mantida com "Augusta", já mencionada).

<sup>48</sup> A participação em uma das organizações não é excludente com relação à participação nas demais, por isso há um sobreposição dos números.

<sup>49</sup> Estes dados fazem parte dos resultados da pesquisa "Possibilidades Econômicas da Pequena Produção no Estado de Goiás - sua história e estratégias de viabilização", realizada nos anos de 1994/95. A pesquisa foi feita através de uma parceria entre a Universidade Federal de Goiás, a Comissão Pastoral da Terra - Regional Goiás e o Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz", com o apoio da Disop (Organização para Cooperação Internacional a Projetos de Desenvolvimento - Bélgica). No primeiro ano de realização do trabalho fui uma das coordenadoras, representando a CPT/GO - posteriormente substituída pela também engenheira agrônoma Ana Elizabeth de Siqueira -, ao lado da professora Janete Martins de Sá (UFG) e do pesquisador Sérgio Sauer (Ifas). Seis municípios - Formosa, Goiás, Itapuranga, Orizona, Porangatu e Rio Verde -, representativos das diversas regiões do estado, compuseram a amostra pesquisada, através da aplicação de questionários (250 no total; em Itapuranga, 74) e do levantamento de dados secundários. Numa segunda etapa, a pesquisa foi incorporada ao Projeto FAO/Incrá "A Agricultura Familiar na Região Centro-Oeste", coordenada pelo professor Shigeo Shiki (Universidade Federal de Uberlândia e consultor sênior do Projeto FAO/Incrá), reduzindo-se a amostra para três municípios: Formosa, Orizona e Itapuranga.

respeito, apontavam restrições às cooperativas afirmando que na medida que se tornam fortes e crescem, seus sócios vão perdendo o controle e sendo aliçados dos processos decisórios (BITTENCOURT, 1995a: 93-4).

No caso das associações e sindicatos, um atrativo comum a ambos, lembrado pelos agricultores, é a possibilidade de participação na gestão. Ainda em relação às primeiras, são apontados como aspectos positivos o acesso ao crédito e a partilha de investimentos e lucros. Com respeito aos segundos, os benefícios elencados residem na possibilidade de orientação jurídica, aposentadoria e assistência médico-odontológica.

É nesse quadro de grande capacidade organizativa que se pode pensar a trajetória do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itapuranga.

### **3.7. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga**

#### **3.7.1. A trajetória inicial e a conquista pela Oposição Sindical**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga foi fundado em 1972<sup>50</sup>. Participaram da criação da entidade 139 trabalhadores rurais, entre assalariados, “pequenos produtores”, meeiros, arrendatários e parceiros. Contudo, as discussões em torno da fundação de um organismo de classe já tinham ocorrido bem antes. Os depoimentos de alguns sindicalistas indicam a participação em encontros a respeito, ainda nos anos 60, quando então veio a repressão e a questão não prosseguiu<sup>51</sup>.

De acordo com o depoimento de um dos fundadores e primeiros diretores do Sindicato, as discussões voltaram novamente a acontecer por volta de 1969, início dos anos 70, quando então passaram a contar com o incentivo dos movimentos populares ligados à Igreja Católica. Por ocasião da fundação do STRI, a própria Fetaeg, que tinha sido criada oficialmente havia pouco tempo, teve participação importante.

Pelo que revelam ainda os depoimentos dos sindicalistas, a participação da Igreja na fundação do Sindicato ocorreu de forma relativamente explícita, sendo mais significativa que a própria presença da Federação; os mesmos depoimentos não apresentam indicações de influência político-partidária nas discussões e acontecimentos. Do processo de criação do sindicato participaram meeiros, parceiros, pequenos proprietários, arrendatários e assalariados rurais, moradores das diversas regiões do município, uma vez que inúmeras foram as reuniões preparatórias realizadas: *“esse foi um processo de discussão feito antes, com várias reuniões dentro do município, pra poder levar o objetivo de sindicalismo.... então teve muita conversa antes, reuniões aqui dentro da cidade, reunião fora, nas escolas, na zona rural, e foi aglutinando. Era um momento que tinha um número muito grande de agricultores na zona rural em Itapuranga. O forte de Itapuranga, nesse tempo, era ... a agricultura”* (Cf. depoimento de João Benfica)<sup>52</sup>.

De acordo com o sindicalista João Benfica, ao referir-se aos agricultores que integravam a diretoria provisória eleita, com relação a serem proprietários ou não de terras, este lembra que: *“quem ... era pequeno proprietário, José Martins* [o presidente]

---

<sup>50</sup> Cf. depoimentos de sindicalistas fundadores e da “Ata de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga”, lavrada em 16/07/1972.

<sup>51</sup> Numa relação apresentada por GUIMARÃES (1982 - anexo 3), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, composta pelas organizações sindicais existentes em Goiás, antes de 1965, consta o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Itapuranga”, atestando, desta forma, que realmente, anterior à fundação do STRI em 1972, já tinha existido uma outra organização sindical, dentro dos limites legais existentes naquela época.

<sup>52</sup> O sindicalista João Benfica, foi presidente do STR por duas gestões e o primeiro de oposição. Entrevista realizada em 06/11/96.



*que tinha uma terrinha de cerca de 10 hectares. Os outros dois componentes, ... eram parceiros de agricultores, eles não tinham terra*”<sup>53</sup>.

Como não fugia à regra dos sindicatos criados na época, o STR de Itapuranga também foi formado tendo como principal demanda a questão da saúde. No entanto, na sequência dos depoimentos colhidos, pôde-se constatar que as questões relacionadas à previdência social eram encaminhadas a partir de uma orientação que vinha da Federação, enquanto que a assessoria e o acompanhamento sindical daqueles mediadores ligados à Igreja progressista, que estavam na origem da Oposição Sindical, traziam outras bandeiras, mais articuladas às lutas políticas: *“aí tem dois lados prá serem lembrados que eu acho de suma importância. Um lado, era o lado trazido pela Federação, que era em cima de fundar o sindicato em cima de assistência médica. (...). Por outro lado, (...) a discussão de Igrejas, ali, o pessoal que às vezes nos ajudava, já mostrava um sindicato com clareza, que era questão de defender os direitos da pessoa e já ir preparando o pessoal prá uma questão de consciência da reforma agrária no Brasil, que era pouco discutida, ... sempre falou de reforma ... mas pouca discussão. E nessa época então, acelerou-se uma discussão (...)”* (Cf. depoimento de João Benfica).

No entanto, a despeito de todo este esforço que começava a ser feito pela Igreja no sentido de qualificar outras bandeiras, de cunho mais político, a serem levadas pelo Sindicato, há indicativos de que as respostas que estavam sendo dadas às antigas carências por saúde e previdência no meio rural se tornavam muito atrativas aos trabalhadores rurais e, por isto, estas questões é que efetivamente faziam com que um grande número de agricultores acorresse a sindicalizar-se: *“então, nessa época, existia um número muito grande de sócios. O Sindicato chegou a ter mais de 6.000 sócios ... em dia (...)”* (Cf. depoimento de José Caixeta)<sup>54</sup>. Como, no período, a assistência médico-odontológica estatal para os trabalhadores rurais era feita pelo Funrural, através dos STRs, que atuavam como mediadores nestes serviços, um grande contingente de trabalhadores rurais e pequenos produtores tornava-se sócio das entidades sindicais.

O Sindicato de Itapuranga, por ter sido um dos primeiros a serem conquistados pela Oposição Sindical no campo em Goiás, foi um dos membros mais ativos deste movimento. *“As direções do Sindicato ficaram direcionando exclusivamente prá bandeira de saúde, deixando os direito dos trabalhadores de lado.(...). Vou dar, por exemplo, um fato ... o gado do fazendeiro comia a roça do agricultor e isso não tinha quem protegia. O Sindicato enrolava e não levava isso a sério. (...). Começou por aí. Depois, essa bandeira ... também a discussão em relação à reforma agrária, não era discutida seriamente,(...). Ela era discutida quando os associados conscientes já de mudanças, começavam a exigir.(...). Então, em cima dessa discussão é que a Oposição começou a surgir ...”* (Cf. depoimento de João Benfica).

Através dos depoimentos dos sindicalistas são fornecidos elementos que nos permitem perceber a importância que a Oposição Sindical ia adquirindo junto aos trabalhadores: *“a gente já pensava a questão da reforma agrária, a gente como vinha migrantes, sem-terra, ... a gente também sofreu muito como candieiro de boi, lá nas*

---

<sup>53</sup> A referência de que os dois sindicalistas eram *“parceiros de agricultores”* significa que estes desenvolviam a atividade agrícola em terra alheia, sendo que o cedente das terras era, normalmente, um pequeno proprietário. Em Itapuranga, assim como em outros municípios próximos que não estão caracterizados como latifundistas, é comum os próprios pequenos proprietários cederem parcelas de suas terras a outros agricultores sem terra ou com pouca terra, numa relação típica de parceria - *na meia*, na *terça*, por exemplo.

<sup>54</sup> O sindicalista José Augusto Caixeta, foi membro da diretoria do STR por várias gestões e fundador e primeiro presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Campinas e Ana Félix. Entrevista realizada em 06/11/96.

*Minas Gerais. A gente já preocupava ... via que o caminho do Sindicato seria mesmo, né ... a organização, a luta pelos direitos dos trabalhadores, a questão da terra prá trabalhar. Isso aí que levou a gente, ... é que surgiu a Oposição e a gente ... passou prá o outro lado (...)*” (Cf. depoimento de José Caixeta). *“A Oposição, batia muito sobre o problema de briga ... em cima dos patrões com os arrendamentos, prá fazer cumprir o Estatuto da Terra, sabe? (...)*” (Cf. depoimento de Dorvalino de Campos)<sup>55</sup>.

Conforme já apontamos, no movimento de Oposição Sindical do Estado de Goiás, destacaram-se na liderança, em sua linha de frente, os STRs dos municípios de Anápolis, Bela Vista e Nova Veneza. O Sindicato de Itapuranga, por sua vez, junto com outros, adquiriu importância para o movimento, mas em uma posição de retaguarda, constituindo uma espécie de escore vital ao trabalho desenvolvido. O grupo de oposição que se formou no município fez uma primeira tentativa de conquista da direção sindical nas eleições de 1976. No entanto, o STR só passou a ser dirigido pela oposição em 1979, quando tornou-se presidente João Benfica, que era membro da Oposição Sindical no estado.

Ao serem questionados sobre as modificações ocorridas na prática sindical na medida que as direções iam sendo conquistadas pelo movimento de Oposição - no caso específico de Itapuranga - os entrevistados indicam que estas ocorreram no sentido de incorporar no “fazer” do Sindicato novas bandeiras, como as relacionadas aos “pequenos produtores” e à reforma agrária. Contudo, conforme veremos mais na frente, não foi abandonada de imediato a parte sindical ligada às demandas por saúde e previdência social. De um trabalho sindical que se limitava ao envolvimento com questões de cunho assistencial e que demandava um envolvimento dos dirigentes com questões burocráticas, assemelhando o STR a um escritório despachante, este passou a trabalhar na direção de uma maior politização do conjunto das lutas encaminhadas. Possivelmente o resultado mais importante produzido a partir deste novo direcionamento dado ao trabalho sindical não tenha adquirido visibilidade imediatamente. As modificações foram ocorrer um pouco mais na frente, refletindo-se nas lutas concretas quando principiaram e, mais tarde, se intensificaram as ocupações de terras no estado, ainda na primeira metade da década de 80. Como decorrência do investimento político/organizativo feito sobre os trabalhadores do município pela Igreja (inicialmente pela Diocese de Goiás e, posteriormente, pela CPT Regional)<sup>56</sup>, desde a

---

<sup>55</sup> O sindicalista Dorvalino José de Campos, foi presidente do STR e membro da diretoria em várias oportunidades. Atualmente está assentado no Assentamento da Fazenda Mosquito, no município de Goiás, onde realizei a entrevista, em 28/10/96.

<sup>56</sup> A CPT Regional Goiás, foi criada praticamente na sequência da criação da CPT Nacional, em 1975, desenvolvendo um trabalho de denúncia, solidariedade e assistência jurídica nos conflitos envolvendo posseiros e fazendeiros; em seguida passou a trabalhar também com a assessoria sindical, apoiando a Oposição Sindical. Atualmente o trabalho da CPT Regional Goiás tem como prioridades o acompanhamento à luta pela terra, aos “pequenos produtores” e aos assalariados rurais, além de um trabalho bíblico-pastoral com base na “teologia da terra”. Em tese este trabalho está presente nas onze Dioceses do estado: Arquidiocese de Goiânia, Dioceses de Goiás, Rubiataba, São Luiz de Montes Belos, Ipameri, Jataí, Itumbiara, Anápolis, Luziânia, Uruaçu e Formosa. Com relação ao município de Itapuranga, após a criação da CPT Nacional e do Secretariado de Goiás, houve a continuidade de um trabalho que já vinha sendo desenvolvido anteriormente por alguns agentes de pastoral, de forma ampla, com toda a população do município, através da Diocese de Goiás. Através da CPT, a atuação passou a ser canalizada para o STR e seus derivados posteriores, ou seja, a Aspa, a Associação Popular de Saúde, a Cooperativa Comil e as associações de caráter mais local. Hoje a atuação da CPT em Itapuranga pode ser colocada e analisada em três patamares: há uma atuação mais amíúde, localizada diretamente nas comunidades (associações comunitárias, de mulheres, de meeiros e arrendatários, etc.) que é feita pelos agentes de pastoral da CPT Diocesana. No caso do trabalho feito junto ao STR, à Aspa e à Comil, entidades de abrangência municipal e até regional, surgem demandas por serviços mais especializados: assessoria jurídica, técnica, etc., onde passam a atuar os assessores do Secretariado Regional; contudo, há

primeira ocupação de terras ocorrida - da fazenda Mosquito, no município de Goiás, em 1985<sup>57</sup> -, em meio ao grupo de agricultores rurais envolvidos, destacavam-se quantitativa e qualitativamente agricultores provenientes de Itapuranga. A partir de então, é lugar comum a constatação de que praticamente em quase todas as ocupações de terras que ocorrem no estado, há sempre um grupo expressivo de lavradores originários do município e, não raro, muitos assumem com destaque a liderança de todo o processo - ocupação, acampamento e posterior assentamento.

Por outro lado, nas questões referentes aos “pequenos produtores”, o Sindicato passou a buscar saídas no sentido de manter a viabilidade da atividade agrícola para este segmento rural. Desse entendimento resultou o envolvimento inicial do próprio STR nas questões relacionadas à comercialização de insumos e de produtos agropecuários produzidos em Itapuranga. Na sequência, o Sindicato investiu na criação da Associação dos Pequenos Agricultores - a Aspa -, buscando aperfeiçoar aquela primeira experiência em termos de comercialização. Outras iniciativas envolveriam a tentativa de desenvolvimento pelo Sindicato de uma atividade agropecuária direcionada para a questão da sustentabilidade: quase que imensurável foi o investimento político no sentido de criar um centro de tecnologias alternativas no município, que pudesse servir de referência regional e, principalmente, trouxesse reflexos em termos de uma sensível alteração na tendência ao desânimo com a agricultura que se intensificou entre os “pequenos produtores”, principalmente a partir de meados dos anos oitenta. Na impossibilidade da criação de um centro, o próprio Sindicato e a Aspa foram canais para implantação de um projeto viabilizando experimentos de efeito demonstrativo que envolvessem práticas caracterizadas como de uma “agricultura alternativa”: plantio consorciado, adubação verde, cultivo mínimo do solo, maior diversificação da atividade conjugando agricultura e pecuária, entre outras. E, por fim, a criação de associações de pequenos produtores locais - algumas com apoio direto do próprio Sindicato - e a transformação da primeira associação - a Aspa - na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga e Região Ltda. (Comil), mais uma tentativa voltada para os “pequenos produtores”. A propósito, esta categoria, por constituir a principal base do STR (em todas as variações com as quais se apresentava em Itapuranga), neste período (anos 80), mais do que nunca, passou a demandar a maior atenção e envolvimento dos dirigentes sindicais.

Enfim, os depoimentos parecem confirmar que a origem de todas estas iniciativas que passaram a ser implementadas pelo STR de Itapuranga estaria ligada ao novo direcionamento que a entidade passou a ter em suas lutas desde a conquista de sua direção pelo movimento de Oposição Sindical: *“quer dizer, nós estávamos conscientizando o trabalhador pela necessidade de uma reforma agrária e isso então era importante prá gente. Com relação a isso, vieram os saldos. ... enquanto São Paulo reunia 10, 12 e 15 mil pessoas naquelas passeatas de protesto que eram cheias de perseguição, ... numa cidade como Itapuranga nós chegamos a ter cerca de 3.000 - 3.500 pessoas prá uma população de Itapuranga e prá dentro da ditadura. (...)”* (Cf. depoimento de João Benfica).

No entanto, a conquista do Sindicato de Itapuranga pela Oposição não significou a solução de todos os problemas. Ao contrário, a nova diretoria passou a enfrentar

---

uma atuação complementar entre o Secretariado Regional e a equipe da CPT Diocesana. No caso do acompanhamento à Associação Popular de Saúde, a presença da CPT sempre foi através do assessor Ivo Poletto - da CPT Nacional -, uma assessoria quase que pessoal, justificada pela sua ligação anterior com o município.

<sup>57</sup> Quanto à fazenda Mosquito - no município de Goiás - ser a primeira ocupação de terras do estado, existem controvérsias. A respeito destas controvérsias, ver PESSOA (1997: 80-4).

questões de outra ordem. Na condição de “situação de esquerda”, os novos dirigentes passaram a representar ameaça aos proprietários mais capitalizados e à classe patronal do município que, embora não fossem numericamente tão expressivos - posto que em Itapuranga predominava caracteristicamente a pequena propriedade -, fizeram questão de demonstrar que teriam condições de oferecer reação às intenções de alteração das relações historicamente instituídas entre proprietários fundiários e trabalhadores rurais.

### **3.7.2. A criação da Associação Popular de Saúde de Itapuranga**

Mesmo contando com uma diretoria de oposição, dotada de uma visão crítica a respeito da atuação sindical relacionada à questão previdenciária, o Sindicato de Itapuranga continuou trabalhando com a saúde dos seus sindicalizados, em função da grande carência que os pequenos produtores e trabalhadores rurais enfrentavam neste setor. Além do tradicional gabinete odontológico, presença praticamente indispensável na estrutura dos STRs, principalmente nas décadas de 60 e 70, em Itapuranga o Sindicato tinha ainda sob sua direção um hospital, que se tornou importante referência para os trabalhadores rurais do município e dos municípios vizinhos.

Dessa forma, somada à responsabilidade pelo encaminhamento das lutas políticas dos trabalhadores rurais, a direção do STR de Itapuranga acumulava a administração hospitalar e todos os seus desdobramentos. Este trabalho administrativo implicava em contatos permanentes com órgãos federais e estaduais ligados ao setor de saúde, exigia constantes discussões e reivindicações de recursos via convênios, idas a Goiânia e, inclusive, a Brasília; todas atividades de cunho burocrático que, em seu conjunto, representavam uma demanda considerável de trabalho por parte dos sindicalistas, desviando-os das atividades político-sindicais em essência.

O trabalho de saúde desenvolvido em Itapuranga, através do hospital e sob a administração do Sindicato, teve repercussão para além dos limites do município, despertando curiosidade e provocando visitas de pessoas de fora, interessadas em conhecê-lo melhor e levar a experiência para outros locais. O que chamava a atenção neste trabalho do “hospital do Sindicato”<sup>58</sup> é que estava voltado prioritariamente para o trabalhador rural e procurava implementar uma medicina preventiva. Além disso, o seu corpo de médicos, enfermeiros e pessoal administrativo exercia as atividades com uma boa dose de militância, o que o diferenciava em comparação com outras unidades de saúde do município, na medida em que assim qualificavam positivamente o seu trabalho.

No entanto, a existência de um hospital sob a administração e gerenciamento direto do STR não representava uma questão de consenso entre os diretores sindicais do período. Na opinião de um entrevistado, o hospital representava um problema a mais para a direção do Sindicato. A sua criação que, em princípio, traria somente benefícios aos trabalhadores rurais do município, determinou, na verdade, o sacrifício de outras atividades do STR: *“o problema que ... quando o hospital foi criado, foi criado em cima do problema da saúde. Então, existia aquelas discussões: ‘o Sindicato precisa de hospital?’ Nós já tínhamos um ambulatório médico e um gabinete odontológico. Mais aí o pessoal discutiu que precisava de saúde. E como o presidente da Federação na época era mais ... previdencialista,(...), ele disse: ‘olha, estão saindo três hospitais para o Funrural, prá Goiás’ e como o Sindicato de Itapuranga na época foi o que economicamente (...) teve condições de comprar o terreno prá construção de um*

---

<sup>58</sup> Mesmo depois que o hospital passou a ser administrado como uma Associação Popular de Saúde (ou Santa Casa do Povo, como também é chamada pela população), e até hoje, os agricultores de Itapuranga ou de outros municípios da região, ao se referirem ao mesmo, muitas vezes o fazem mencionando-o como o “hospital do Sindicato”.

*hospital ... então, foi feita uma discussão com o Funrural da época e ... foi onde construímos um hospital. Só que nós pegamos uma bomba, né ... porque o Funrural ... nós demos o terreno e o Funrural fez o hospital ... e depois ... o Funrural manteve um convênio com o Sindicato, prá o Sindicato dar assistência. Só que o Sindicato ... nunca mais teve condições de ter dinheiro em caixa, porque ... todo o dinheiro que ... o Sindicato arrecadava era prá ... inteirar dinheiro da previdência, né. Então, nós não tivemos mais condições de construir nada, né.... O Sindicato chegou numas condições que estava devendo uma dívida que não tinha condição de pagar ... porque o ... governo pagava atrasado, recolhia 30, 40% da verba prá trás de recolhimento, da previdência, né (...)"* (Cf. depoimento de Dorvalino de Campos).

Apesar dos problemas que constantemente surgiam em decorrência do ônus de sua administração, o hospital permaneceu sob a direção do STR por oito anos - de setembro de 1978 a setembro de 1986. A estrutura física foi construída e sustentada através de convênios estabelecidos com o Funrural, num terreno pertencente ao Sindicato, comportando 33 leitos e uma equipe de aproximadamente 35 funcionários, entre médicos, enfermeiras e pessoal administrativo. Porém, os convênios garantiam o funcionamento do hospital apenas parcialmente. Desde o início de suas atividades, as dificuldades financeiras ameaçavam sua continuidade. Em função disto, os trabalhadores rurais, com suas doações em dinheiro, alimentos e serviços iam viabilizando esta continuidade. Em outubro de 1981 um vendaval arrancou o telhado do hospital; após negociações de dois meses com o Ministério da Saúde, e diante da negativa de liberação de verbas para o conserto, os próprios trabalhadores, em regime de mutirão e com verbas do STR, o recuperaram. E assim, várias foram as vezes em que a própria população ajudou a garantir o funcionamento da unidade de saúde, que era de fundamental importância para os trabalhadores rurais e também para os mais pobres e indigentes do município, uma vez que os demais hospitais (três) eram de propriedade privada<sup>59</sup>.

No ano de 1986, quando, por falta de liberação de verbas pelo Ministério da Saúde, a situação do hospital se tornou mais crítica, intensificaram-se as manifestações pela sua manutenção. Num espaço de tempo curto - três meses - aconteceram várias idas de comissões a Goiânia, além de acampamentos: em junho, uma primeira caravana, composta por membros da diretoria do STR e funcionários do hospital, foi a Goiânia; em agosto mais de 75 trabalhadores rurais acamparam na sede da superintendência estadual do Inamps, na capital, reivindicando cinco meses de atraso no repasse financeiro ao hospital; em setembro, membros da diretoria do STR e trabalhadores foram recebidos em audiência pelo presidente nacional do Inamps; ainda no mesmo mês, durante 15 dias, trabalhadores rurais voltaram novamente a acampar em frente ao Inamps em Goiânia. Na sequência destes acontecimentos, em outubro, aconteceu o I Seminário das AIS (Ações Integradas de Saúde) em Itapuranga, reunindo representantes dos Conselhos Municipais de Saúde de outros municípios, do Conselho Regional de Saúde e, principalmente, 600 trabalhadores de Itapuranga que ajudaram a decidir as medidas para viabilizar o funcionamento do hospital.

A despeito de todas as manifestações e movimentos em torno de sua continuidade, a falta de verbas determinou, por fim, a inviabilidade da manutenção do hospital sob a administração do STR: em dezembro de 1986, o hospital foi fechado. Porém, os sindicalistas que estavam na direção da entidade sindical - assim como os

---

<sup>59</sup> Com relação à situação atual da saúde pública do município de Itapuranga como um todo, há necessidade de maiores investimentos para que os serviços sejam melhorados. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Itapuranga hoje está servida por 05 hospitais - incluindo a APSI -, 06 postos de saúde e 02 maternidades, totalizando 265 leitos disponíveis (SEBRAE/GO, 1996: 20).

próprios trabalhadores rurais e profissionais que trabalhavam no hospital -, não queriam que ele fosse simplesmente passado adiante através de negociação com uma pessoa física ou grupo privado sem qualquer compromisso maior com a saúde dos trabalhadores rurais do município, e que viesse a tratar o assunto como mera questão mercantil. Municiados por este conjunto de preocupações, os envolvidos mais diretamente com a questão decidiram que a melhor saída seria criar uma entidade civil, de caráter assistencial, que pudesse administrar o hospital dando continuidade à sua função principal de prestador de serviços de saúde aos trabalhadores rurais, mais ou menos nos moldes do que vinha sendo feito até então. “[15.01.87] - *funcionários do Hospital e lideranças da comunidade preocupados com a situação, fazem uma reunião neste dia para discutir maneira de reabrir o Hospital. Convidam posteriormente toda a população para participar e são feitas reuniões nos distritos e comunidades: surge a idéia de fundar no município uma Associação de Saúde para sustentar economicamente o Hospital.* [22.02.8] - *é fundada a Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSI), (...), com a presença de 200 pessoas. (...)*” (Cf. “Dossiê Santa Casa do Povo” - Itapuranga - 1987: 32-5 e 38).

Assim, com a razão social “Santa Casa do Povo”, sob a administração da Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSI) - especialmente criada para esta finalidade e reunindo em torno de si 2.646 sócios -, o hospital reabriu suas portas a 09 de março de 1987, passando a contar com 40 leitos, distribuídos nas clínicas médica (18), pediátrica (05), cirúrgica (04) e obstétrica (13)<sup>60</sup>.

Paralelamente a todos estes acontecimentos, a prefeitura de Itapuranga decidiu construir um hospital municipal, que deveria ser o beneficiado pelos convênios que se anunciavam e para o qual deveriam convergir as verbas das AIS. Subjacente à queda de braço entre a prefeitura e o STR havia uma disputa acirrada por espaços políticos. O Sindicato de Itapuranga, enquanto uma entidade que tinha grande respaldo junto à população rural do município, representava séria ameaça à hegemonia política das elites itapuruenses.

Na verdade, todo o movimento desenvolvido em Itapuranga em torno da questão da saúde e, de forma particular, envolvendo o “hospital do STR”, foi extremamente importante para demonstrar a capacidade de mobilização dos trabalhadores rurais do município. Mesmo que o problema tenha se arrastado por muito tempo, com uma sucessão de acontecimentos que intercalavam vitórias e derrotas, nos momentos em que era exigida a resistência dos agricultores, estes não faltaram, como o demonstram os acampamentos, caravanas e manifestações ocorridas. E mais: os acontecimentos que tinham se iniciado a partir de uma questão que envolvia apenas os trabalhadores rurais do município, liderados pelo STR, foram crescendo de importância e passaram a aglutinar e mobilizar os demais trabalhadores de Itapuranga e municípios vizinhos, até o ponto em que a questão do “hospital do STR” já não era mais um problema somente dos trabalhadores rurais do município.

Assim, refletindo toda esta capacidade de mobilização que os trabalhadores rurais demonstraram ao lutarem pela questão da saúde em Itapuranga, desde sua criação, a APSI tem contado com assalariados rurais e agricultores familiares na sua direção e constitui-se num importante referencial de luta e resistência sócio-política das camadas populares - urbanas e rurais - de Itapuranga e região. Em termos de saúde popular, destaca-se há vários anos a implementação de projetos de tratamento da hanseníase e saúde da mulher. A Associação orienta o trabalho de agentes de saúde urbanos e rurais utilizando, além das formas tradicionais de medicina, também a fitoterapia. A sua importância junto à população rural do município é plenamente reconhecida pelos

---

<sup>60</sup> Cf. “Dossiê Santa Casa do Povo” - Itapuranga - 1987.

beneficiários porque atende a uma necessidade concreta das populações de menor renda: a demanda por saúde. Em termos de assessoria externa em suas reflexões e encaminhamentos, a APSI tem contado, principalmente, com a intervenção do Instituto Brasil Central (Ibrace)<sup>61</sup> e com contribuições pessoais de pesquisadores e assessores que já viveram e desenvolveram trabalhos em Itapuranga, por isto conhecedores da realidade local, suficientemente credenciados para tal<sup>62</sup>.

A questão geral da saúde e previdência social no Brasil, por si só, apresenta-se como uma discussão bastante polêmica. Situando-a então dentro do movimento sindical rural, esta se reveste de matizes mais polêmicas ainda. Quando a criação da APSI surgiu como uma solução para o impasse da questão previdência/bandeiras políticas, foi bastante criticada pelo presidente anterior do STR. Este, embora tenha sido o primeiro presidente do STR de Itapuranga eleito pela Oposição Sindical, creditava ainda à saúde uma importância dentro das lutas encaminhadas pelo sindicalismo. Conforme podemos ver pelo seu depoimento, ele acreditava que a questão da saúde/previdência social contribuía para trazer os trabalhadores rurais para o seio do Sindicato, quando poderia ser desenvolvido um trabalho de conscientização da população rural e serem discutidas outras questões, aquelas de cunho político/sindical: *“(...) na realidade, todo esse trabalho aí era sustentado pelo Funrural, mas tinha uma boa participação do povo, em termos de sustentação moral e econômica. E isso, na região, o hospital era considerado de prioridade prá atender o carente(...). O trabalho de saúde contribuiu muito para a conscientização do povo, porque a equipe de saúde, ela fazia trabalho de base também, certo (...). E fazia, digamos assim ... vacinação em massa na zona rural. Não precisava do povo vim na cidade. Só que nessas vacinações havia conversas de orientação, de conscientização do povo ou, mais claro: havia discussão política”*(Cf. depoimento de João Benfica).

O depoimento do sindicalista que estava à frente do STR na época do impasse relacionado ao hospital, revela uma certa autocrítica à forma como era pensada a previdência social pelos sindicalistas ligados à Oposição Sindical: *“eu acho que a luta do trabalhador ... ela tem que ser vista de uma forma global. Eu acho que foi um grande erro da ... chamada Oposição Sindical, do sindicato combativo, quando via*

---

<sup>61</sup> O Ibrace, sediado em Goiânia, foi criado em 1984, por um grupo de professores universitários, estudantes, profissionais de diferentes áreas, sindicalistas, religiosos e assessores, abrigando em sua estrutura alguns centros de assessoria orientados pela reflexão e intervenção direta em diferentes questões colocadas pelos movimentos sociais, da cidade ou do campo, sendo que a maior referência de trabalho atualmente se concentra nos eixos temáticos dos direitos humanos e da educação popular, através do seu Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH (CURADO, 1998: 78-9). Em Itapuranga, entretanto, a principal atividade de assessoria do Ibrace sempre esteve direcionada à Associação Popular de Saúde.

<sup>62</sup> A Associação Popular de Saúde de Itapuranga, há algum tempo vem enfrentando uma crise. Na opinião de uma sindicalista, o problema está novamente na situação financeira (falta de repasse de verbas públicas) e na ampliação do público atingido pela instituição: *“a gente vê hoje, que a Associação vem com o mesmo problema que o Sindicato teve até aquele momento. Hoje, a Santa Casa, se encontra endividada, com problemas internos e externos, ... mas continua. Agora, prá nós, prá os produtores rurais foi prejuízo, porque aquele hospital que era considerado o hospital dos trabalhadores rurais, hoje é de uma Associação e tem todo o tipo de trabalhador ali dentro, né ... Desde o comerciante, do atacadista, do trabalhador rural, do pequeno produtor, do fazendeiro ... Então, ele já não tem aquela cara do trabalhador rural mais. Hoje é uma Santa Casa, é bem diferente ... é uma Associação. E prá o Sindicato foi ruim porque ... a gente vê nosso trabalhador hoje com problemas e muitas vezes o Hospital Municipal não atende a necessidade deles e hoje nós não temos nada prá ajudar”* (Cf. depoimento de “Augusta”). As questões da saúde do trabalhador rural de Itapuranga e sua família, que encontravam no “hospital do Sindicato” um encaminhamento, hoje já não têm a prioridade de outros tempos e isto preocupa os trabalhadores rurais. Há ainda o saldo político resultante: a questão da continuidade, ou não, do hospital sob a administração do STR gerou divisões internas na entidade sindical que até hoje repercutem.

*como só coisa fundamental a luta política, ... ou mais a luta política e não tanto a luta de resultados, né. A assistência é uma luta de resultados porque queira ou não queira o velho precisa se aposentar, é uma necessidade real quando chega uma certa idade poder ter uma condição de continuar sobrevivendo. A mesma coisa é a saúde que é uma necessidade básica do ser humano. Então, acho que vendo isso de uma forma global, acho que isso deve ser revisto no meu ponto de vista. Que essa coisa faz parte também da luta de classe. É a sobrevivência das pessoas ... até prá poder ter condição de lutar, né. Que se a pessoa também não tem saúde, não tem condição, não vai ter estrutura nem física, nem psicológica prá poder lutar. Acho que faz parte do processo também todo deve fazer parte da mesma coisa ... Que o sindicato que dá assistência, ele está cumprindo um papel. (...)” (Cf. depoimento de Divino Inácio)<sup>63</sup>.*

O depoimento acima revela, ao menos para uma parcela considerável dos sindicalistas e lideranças que têm sua emergência relacionada à própria emergência do movimento de Oposição Sindical, que, se na época de pleno vigor deste movimento havia uma visão extremamente crítica com relação às ações sindicais relacionadas a saúde e previdência, atualmente já é possível encontrar algumas opiniões que conseguem visualizar a importância estratégica que tal questão tem para o sindicalismo. Contudo, este reconhecimento da importância não deve significar que cabe ao STR prover a saúde dos trabalhadores rurais, desobrigando o Estado de suas funções básicas.

### **3.7.3. A criação da Associação dos Pequenos Agricultores e da Cooperativa**

Em meados de 1987 foi criada a Aspa - Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, a partir do próprio STR e a ele ligada organicamente. A entidade, que tinha como sua direção a mesma diretoria do Sindicato, ocupou, inicialmente, uma pequena sala do mesmo; com o passar do tempo, passou a funcionar no *hall* de entrada da entidade e, por fim, o salão/auditório “Santo Dias”, onde eram realizadas as reuniões ampliadas e assembléias, transformou-se num verdadeiro supermercado. Através dos depoimentos dos sindicalistas são fornecidas as razões para o surgimento de uma associação de pequenos produtores: *“o problema é que, com o tempo, a agricultura em Itapuranga foi caindo. Então não tinha mais meeiro e nem parceiro. Então, se tornou só pequeno proprietário. O pessoal foi mudando prá os grandes centros, outra parte virou bóia-fria, ... e aí o Sindicato ficou mais seguro na mão da pequena propriedade, pequeno agricultor e algum ainda arrendatário, algum parceiro. Então, a discussão foi que o Sindicato não estava resolvendo total o problema dos pequenos proprietários e meeiros. Daí partiu prá discussão de criar uma associação, prá ver se correspondia mais a necessidade da pequena propriedade, dos pequenos produtores, ... com terra ou sem terra, ... da pequena propriedade, enfim. Então, foi onde surgiu a discussão, da criação de uma associação, sabe ... E essa associação nasceu lá dentro do Sindicato, com seus próprios associados”* (Cf. depoimento de Dorvalino de Campos).

A Aspa foi criada, de certa forma, para ser uma espécie de “braço econômico” do STR, onde a sua principal finalidade/atividade seria a comercialização<sup>64</sup>. Como surgiu da necessidade concreta dos pequenos produtores do município de terem onde comprar insumos, ferramentas e outras mercadorias necessárias ao consumo que não são

---

<sup>63</sup> O sindicalista Divino Inácio da Silva, foi presidente do STR de Itapuranga e liderança do DETR/CUT, além de ter sido um dos fundadores da Aspa e da Comil. Entrevista realizada em 24/10/96.

<sup>64</sup> Embora os objetivos da Aspa fossem mais amplos - como a realização de um trabalho prático relacionado à agricultura alternativa -, o que sobressaiu realmente foi a questão da comercialização, principalmente através da fornecimento de produtos industrializados para os produtores, com maiores vantagens em comparação ao comércio do município.



produzidas na propriedade (sal, café, querosene, ...), bem como de disporem de um canal de comercialização de seus próprios produtos, as expectativas mais fortes eram neste sentido. Como era uma extensão do próprio Sindicato, os sócios deste passaram automaticamente a serem associados da Associação, sem maiores ônus e com a vantagem de obterem 20% de desconto nas compras em relação aos consumidores - urbanos ou rurais - que não fossem sindicalizados.

No entanto, a Aspa teve uma vida relativamente curta: entre 1987 e 1990. No período em que esteve em atividade, conseguiu atender de maneira considerada bastante satisfatória às necessidades relacionadas ao consumo. Por outro lado, as demandas envolvendo a comercialização dos produtos agrícolas ficaram aquém das expectativas. Todavia, quando se faz alguma referência à Associação no município, logo é lembrado seu papel de reguladora dos abusos do comércio local: *“acho que tem que destacar a respeito ... nessa questão de ter criado a Associação, é que era uma grande alavanca dessa discussão que é o combate ao intermediário(...). Um grande resultado nisso, que é fazer desse processo de comercialização um controlador de preços do município. E houve muita reação ... do ponto de vista de perseguição e depois do comércio ver que ... por aí não adianta, já entra no processo de concorrência, de (...). concorrer os preços com a gente. Então, quer dizer ... é realmente uma luta, uma luta de combate à exploração do comércio, ter esse resultado concreto para a população”* (Cf. depoimento de Divino Inácio).

O desempenho favorável da Associação na comercialização dos produtos e insumos industrializados, refletido através da grande procura por parte da população, suscitou uma preocupação do comércio local. Depois de algum tempo a direção do STR/Aspa, recebeu uma intimação da Receita Federal: havia sido denunciada por estar realizando comercialização. A alegação era de que, sendo uma entidade sem fins lucrativos, não poderia dedicar-se a esta atividade.

Após essa investida dos comerciantes, os dirigentes do STR/Aspa, com o auxílio de assessores jurídicos da CPT/GO e do próprio Sindicato, avaliaram que a atividade que vinham desenvolvendo tornava-se inviável de continuar com a “ferramenta” que possuíam. Com isso surgiu a proposta de criar uma Cooperativa. Esta discussão foi levada para as bases do STR/Aspa, ou seja, às diversas regiões do município.

Discussões foram feitas nos locais onde se encontravam os sócios do STR/Aspa, principalmente porque havia necessidade de desmistificar a imagem que os agricultores em geral tinham do cooperativismo; alguns já haviam passado por experiências anteriores como cooperativados e não tinham boas lembranças; outros, mesmo sem terem sido sócios de cooperativas, eram céticos a respeito, a partir do que ouviam falar. Após esse passo, em 25 de julho de 1991 foi finalmente criada a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga e Região Ltda. - a Comil.

Com a criação da Comil passaram a existir, então, duas entidades distintas - o Sindicato e a Cooperativa. De um lado o STR, somando quase 20 anos de experiência e atividades desenvolvidas, com um quadro social de aproximadamente 900 sócios em dia, constituído por uma base bastante diversificada: “pequenos proprietários”, meeiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais (residentes e sindicalizados em Itapuranga, mas trabalhando em outros municípios próximos, como Anicuns e Inhumas, na cultura da cana) e aposentados da previdência social<sup>65</sup>. De outro, a recém criada Cooperativa,

---

<sup>65</sup> Na década de 90, com as novas regras estabelecidas para as aposentadorias, um grande número de aposentados ocorreu a sindicalizar-se. Em Itapuranga, este novo público - homens e mulheres rurais que tornaram-se sócios depois de aposentados - tornou-se bastante significativo, a ponto de ter aumentado substancialmente a arrecadação proveniente das mensalidades, constituindo-se na principal receita do STR. Uma outra fonte - menor - de receita, é aquela proveniente da contribuição confederativa dos

que iniciou suas atividades com um número pequeno de associados - não chegavam a 50 -, basicamente pequenos proprietários. Estes cooperados, porém, só alcançaram esta condição mediante a integralização de quotas-partes. Tal processo gerou conflitos, pois tornou-se de difícil compreensão para os trabalhadores rurais que a Associação, ao transformar-se em Cooperativa, não pudesse tornar a todos cooperados, como ocorrera no processo de criação da Aspa a partir do Sindicato. Somando-se a isto, a Cooperativa, enquanto organismo totalmente distinto do STR, passou a constituir uma estrutura própria, mas ainda nas dependências do Sindicato e utilizando-se, quando não se apropriando, do patrimônio deste. Diante de toda esta conjuntura, os conflitos entre a direção de um e outro organismo afloraram: *“então, nessa discussão de criar a Cooperativa, é ... o Sindicato enfraqueceu, ... e senti que o Sindicato ... acho que iria fechar as portas. Então, os diretores nesse momento não queriam mais ser presidentes do Sindicato e nem direção. Aí, nesse momento então, entregou o cargo então prá uma mulher e ... que está até hoje”* (Cf. depoimento de “Augusta”)<sup>66</sup>.

A criação da Cooperativa Comil foi praticamente o fechamento de uma fase, iniciada em 1986 - com a busca de alternativas para a pequena produção do município -, da trajetória do STR de Itapuranga. No período compreendido entre 1986 e 1991, distintas experiências foram gestadas, buscando perspectivas de reprodução efetiva deste segmento: as discussões e encaminhamentos em torno da agricultura alternativa<sup>67</sup>, a criação da Associação dos Pequenos Agricultores, de abrangência municipal, a criação de outras associações menores, nas próprias localidades, foram as experiências que mais se destacaram e mais demandaram a atuação dos dirigentes sindicais. Quando ficou definida a criação da Comil, esta decisão suscitou distintas leituras, bem como expectativas diferenciadas dos envolvidos: os sindicalistas e sindicalizados que ainda acreditavam na importância do STR para a “pequena produção”, viam com desconfiança, pois o Sindicato perderia a primazia no trato das questões que envolviam este segmento; os sindicalistas que já não acreditavam mais na eficácia do STR para os “pequenos produtores”, mesmo continuando sindicalizados e até mesmo ocupando cargos de direção no Sindicato, passaram a canalizar todo seu trabalho, investimento e expectativa, em direção à Comil; os sindicalistas ligados ao Departamento Rural da CUT, os assessores da CPT e do Ifas, avaliavam a experiência da criação da Cooperativa a partir do STR, como uma espécie de “laboratório”: dependendo do que ocorresse, a experiência poderia ser levada, ou não, para outros municípios, passando a se constituir, ou não, numa alternativa organizativa para o segmento dos “pequenos produtores”. Estas distintas leituras propiciaram disputas que resultaram em acaloradas discussões.

Os conflitos ocorridos naquela época ainda estão presentes, tornam-se evidentes

---

canavieiros.

<sup>66</sup> A sindicalista Maria Pereira dos Santos (Augusta), é presidente do STR de Itapuranga pela terceira vez consecutiva (mandatos: 1991/93; 94/96 e 97/99); foi fundadora e primeira presidente da Associação de Mulheres da Serrinha e Coruja; atualmente também é vereadora pelo Partido dos Trabalhadores de Itapuranga (mandato 1997/2000).

<sup>67</sup> Durante o período compreendido entre os anos de 1991 e 1994, o STR pode contar com a assessoria de uma engenheira agrônoma, contratada em tempo integral para atender ao Sindicato e à Cooperativa Comil. Esta assessoria tornou-se possível pela disponibilidade de recursos oriundos de um projeto específico - sobre agricultura alternativa, elaborado desde 1986, discutido e rediscutido -, sustentado por uma entidade financiadora internacional. A agrônoma, inicialmente, foi contratada através do STR, ficando acordado que deveria prestar assessoria aos associados de ambas as entidades - Sindicato e Cooperativa. Posteriormente, o vínculo trabalhista passou a ser com a Cooperativa. Como desde o início do funcionamento da Comil, as relações estabelecidas entre a diretoria desta entidade e a diretoria do STR estiveram permeadas por inúmeras tensões, é evidente que isto influenciou o trabalho desenvolvido pela profissional.

e vêm à tona ao se resgatar essa parte da história organizativa dos trabalhadores rurais de Itapuranga: *“a Cooperativa precisava dar mais incentivo ao produtor. Mais o produtor acaba sendo um pouco acomodado e deixa a coisa rolar, né. Então, prá aquele momento também, era um momento difícil do Sindicato e a alternativa que teve foi criar a Cooperativa, ... embora que o pessoal não ficou satisfeito ... ainda tem ranço disso até hoje, mas está aí, o Sindicato está de pé e a Cooperativa também”* (Cf. depoimento de “Augusta”).

Por outro lado, ambas as entidades permanecem ativas no cotidiano de Itapuranga, comprovando que existem espaços para as duas - embora ainda sem muita clareza do papel reservado a cada uma -, já que as atividades, na prática, parecem, em vários momentos, se confundir - tanto para o Sindicato quanto para a Cooperativa<sup>68</sup>. Ao que parece, o que restou de todo o processo envolvendo a criação da Comil é que esta, em alguma medida produziu exclusão - pois nem todos os pequenos produtores puderam se tornar cooperados -, numa trajetória sindical que historicamente se caracterizou pela inclusão dos mais variados tipos de produtores e trabalhadores rurais do município de Itapuranga.

Os problemas envolvendo a dinâmica da relação entre o Sindicato, a Cooperativa e as associações de Itapuranga, não se constituem em exclusividade deste município. Ao contrário, são bastante ilustrativos de uma realidade que se faz presente em inúmeros municípios brasileiros, principalmente desde o início da década de 80, quando os “pequenos produtores”/“agricultores familiares”, a partir da intervenção de distintos mediadores, intensificaram a busca por maneiras alternativas de continuar viabilizando a atividade agropecuária e a sua própria sobrevivência e reprodução.

Conforme pudemos apontar, principalmente através da análise dos anais dos congressos do MSTR, a discussão a respeito da relação sindicato/associação/cooperativa ainda não se esgotou. À medida que a “pequena produção”/“agricultura familiar” foi ampliando seus espaços no interior do movimento sindical, a discussão a respeito desta relação (assim como de outras questões e outros instrumentos relacionados ao segmento) se intensificou. Mais recentemente a discussão, no interior da Contag, a respeito da construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável com base na “agricultura familiar” e na reforma agrária, tem enfatizado a importância da organização econômica da produção para a própria afirmação deste novo modelo de desenvolvimento.

---

<sup>68</sup> Um exemplo é o STR promover cursos de inseminação artificial e adquirir botijão de sêmen para melhora genética do gado leiteiro dos sindicalizados. No seu depoimento, um dirigente da Cooperativa questiona se isto seria uma função do Sindicato.

## CONCLUSÕES

O objetivo central deste trabalho foi resgatar, na trajetória do movimento sindical de trabalhadores rurais, o lugar progressivamente ocupado pela “pequena produção”/“agricultura familiar”, ao longo do tempo, bem com analisar o relacionamento deste segmento com as organizações - sindicato, associação e cooperativa.

Inicialmente, a respeito deste lugar a que me refiro, foi possível constatar que os espaços iniciais ocupados pelo segmento dos “pequenos produtores”/“agricultores familiares” e a sua progressiva ampliação, foram frutos de conquistas e construções, permeadas por conflitos, contradições e diversas disputas, envolvendo não só o Estado e os segmentos patronais, como também outras categorias de trabalhadores rurais. Porém, de par com esta conquista de espaços, foi ocorrendo a própria construção sócio-política de uma identidade peculiar ao segmento.

Por muito tempo, em termos de representação política, os “pequenos agricultores” (“pequenos proprietários”, meeiros, arrendatários e parceiros), historicamente responsáveis pela produção de alimentos básicos para o país, tiveram suas demandas específicas encobertas por identidades unificadoras. Assim, de meados dos anos 40 a meados dos anos 60, quando a principal questão que se colocava para os movimentos era a demanda por terra e por direitos trabalhistas, os diferentes segmentos de “pequenos produtores” presentes no campo brasileiro, embora tivessem suas próprias demandas, relacionadas às questões de política agrícola, estavam abrigados sob o conceito de “campesinato” e não se constituíam em objeto relevante das preocupações dos principais mediadores de então: Partido Comunista e Ligas Camponesas.

Na década de 60, com a regulamentação do sindicalismo rural e a constituição dos sindicatos rurais (de trabalhadores e patronal) como únicas possibilidades de enquadramento sindical, o segmento passou a ser objeto de disputas que envolviam o MSTR, liderado pela Contag, a Igreja e as entidades patronais. Apesar das disputas estabelecidas e de estar sempre presente nas discussões da Confederação, suas demandas continuaram diluídas em meio ao conjunto de lutas e demandas do movimento sindical, que tinha nas reivindicações por reforma agrária e direitos trabalhistas as suas principais lutas.

Já nos anos 70, inicialmente a partir do que era colocado pelos “colonos” da região sul, os espaços começaram a ser ampliados no interior do sindicalismo. Foi desta época para frente que os efeitos da modernização da agricultura passaram a se fazer sentir de forma mais intensa: para uma parcela, a modernização representou a possibilidade de se especializar e se capitalizar ou se integrar à agroindústria; para um contingente bem maior, o modelo de agricultura implementado resultou em pauperização e conseqüente exclusão. Com o acirramento da modernização, os próprios agricultores integrados, que, a princípio, se sentiam seguros, passaram a sofrer pressões envolvendo o relacionamento com a agroindústria. A fatura de crédito subsidiado, da qual uma parcela dos “pequenos agricultores” também pôde se aproveitar, tecnificando-se e especializando-se em determinadas culturas (como foi o caso da soja), uma vez cortada, também levou esse segmento a uma situação definida como de “crise”. O resultado foi que esses segmentos começaram a repensar sua inserção no processo modernizador. O movimento sindical hegemonizado pela Contag, encabeçou - através das federações estaduais dos estados do Sul - grandes mobilizações, onde era colocada em questão a política agrícola até então desenvolvida, em que se reivindicavam

aumentos para aos preços dos produtos, crédito, além de demandas previdenciárias. Por outro lado, milhares de “pequenos produtores” que contraíram dívidas bancárias para se adequar ao modelo modernizante, foram os mais penalizados, muitos terminando por engrossar movimentos de luta por terra. Outros tantos agricultores foram desabrigados pela construção de barragens (tanto no Sul e Nordeste - anos 70/80, quanto nas demais regiões do país - anos 80/90). Todas estas questões e situações, ou eram encaminhadas através do movimento sindical, ou passaram a ter encaminhamentos por outras vias, através de movimentos e articulações específicas que foram se criando (sem-terra, atingidos por barragens, seringueiros, etc.).

Desta forma, é a própria situação de “crise” do segmento que o vai constituindo como tema relevante para o movimento sindical, ao mesmo tempo em que novas lideranças emergem e passam a disputar maiores espaços em termos de representação nas organizações dos trabalhadores rurais. Para isto também contribuiu a própria articulação de oposições sindicais que, ao entrarem para o campo de disputas, procuravam dinamizar o movimento sindical, colocando-lhe novas questões, novas prioridades e novas práticas. Foram delas as primeiras iniciativas de enfrentamento com a agroindústria, através das “greves” (de fumicultores, de suinocultores). Neste período, já nos anos 80, as próprias entidades de representação patronal, como a UDR, a CNA, passaram a disputar de maneira mais ousada a adesão da categoria às suas causas, levando-a a engrossar algumas de suas mobilizações em Brasília, como é o caso das lutas contra a reforma agrária e de crítica à política agrícola.

Do ponto de vista organizativo, além do Sindicato de Trabalhadores Rurais, ao qual estavam tradicionalmente ligados, os “pequenos produtores” passaram a constituir alternativas de organização, através das quais pretendiam encaminhar de forma concreta as questões relativas ao processo de produção e comercialização. Por outro lado, a organização associativa passou a constituir-se num caminho para obtenção de financiamentos para investimentos. Assim, surgiram inúmeras associações de “pequenos produtores” e suas variações: pequenas cooperativas, grupos de revenda, etc., que passaram a abrigar milhares de agricultores em todo o país. O movimento sindical passou a discutir como se relacionaria com estas formas de organização e o que parecia, inicialmente, ser mais um organismo no campo das disputas pela representação do segmento, somou-se ao próprio movimento sindical no sentido de garantir ganhos para a categoria. Exemplo é o Pronaf, resultado de muita mobilização, que a própria organização associativa, como requisito preferencial para o acesso ao programa, ajudou a conquistar.

Na questão do relacionamento do movimento sindical com as cooperativas, os pontos de contato já eram mais antigos. O debate sobre o cooperativismo sempre esteve presente nas discussões do sindicalismo. No final dos anos 80, porém, estas discussões passaram a apontar para a necessidade dos “pequenos produtores” atuarem de maneira articulada no sentido de conquistar a direção das cooperativas, no interior das quais, embora se constituíssem historicamente em maioria, tinham pouco ou nenhum poder de decisão.

Envolvendo o conjunto de todas estas discussões, o movimento sindical, em simultâneo, ia apresentando suas definições constitutivas de identidade e suas reivindicações para o Estado e a sociedade: por muitos anos, obtendo conquistas mínimas, demandou a mudança de sinal da política agrícola dos grandes em direção aos “pequenos produtores”; posteriormente, reivindicou uma política agrícola diferenciada, específica para o segmento; e, por fim, vem investindo na construção e proposição de um novo modelo de desenvolvimento, no qual o segmento dos “agricultores familiares” seja a base.

Ou seja, ao longo de mais de trinta anos, o segmento em questão conseguiu progressivamente conquistar espaços no interior do movimento sindical, em conjunto com a construção e a afirmação de uma identidade - “agricultor familiar” - que hoje procura apresentar para a sociedade como base social de uma alternativa de desenvolvimento rural para o país.

Na construção de toda esta trajetória percorrida pelos “pequenos produtores”/“agricultores familiares” na luta pela construção de sua identidade e dos espaços de representação e de reconhecimento político, as mediações desempenharam papel fundamental.

O movimento sindical de Itapuranga, em certa medida, é ilustrativo das questões, disputas e conflitos que ocorreram ao longo dos anos, envolvendo o segmento dos “pequenos produtores”/“agricultores familiares” nesta trajetória de busca de identidade, espaços e reconhecimento político. Nele perpassam mediações (principalmente da Igreja, através da CPT Regional Goiás e da CPT da Diocese de Goiás), inovações no tratamento de questões como o foram as lutas em torno da saúde dos trabalhadores rurais, através da Associação Popular de Saúde, e a própria busca de alternativas produtivas e de comercialização, com a criação da Associação de Pequenos Agricultores e da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga e Região Ltda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (1992) **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Edit. Hucitec/Anpocs/Edit. da Unicamp. Coleção "Estudos Rurais", nº 12. (275 pp.).
- ARAÚJO, Sílvia Maria P. de (1982) **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba: Projeto/Secr.Est.Cultura e Esp. do PR. (215 pp.).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (1994) **Sindicalismo rural**. Revista "Reforma Agrária" - nº 1 - vol. 24. Campinas: Abra. (114 pp.).
- BITTENCOURT, Libertad Borges (1995a) **Produção familiar e estratégias produtivas em Goiás (estudo em sete municípios)**. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Goiânia: UFG, Curso de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias. (188 pp.).
- BITTENCOURT, Libertad Borges (1995b) *Agricultura Familiar em Goiás - estratégias de sobrevivência*, in APIPSA **Anais do V Encontro Regional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Goiânia: Apipsa/UFG. (pp. 98-109).
- BOSCHI, Renato Raul (1987) **A arte da associação - política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Vértice/Iuperj. (199 pp.).
- BOURDIEU, Pierre (1989) *A representação política. Elementos para uma teoria do campo político* (pp. 163-207), in **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil. (314 pp.).
- BRUM, Argemiro (1985) **Modernização da agricultura - trigo e soja**. Ijuí: Fidene/Unijuí (317 pp.).
- BRUNO, Regina (1987) *UDR: os "sem-terra" dos patrões*, in BRUNO, R. (1997) **Senhores da terra, senhores da guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ. (pp. 43-69).
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes (1988) **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Edit. UFG - Coleção Teses Universitárias. (194 pp.).
- CAUME, David (1997) **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: Edit. UFG - Coleção Quiron. (71 pp.).
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1998) **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil - projeto CUT/Contag**. São Paulo: CUT. (193 pp.).
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (1995) **Construir a unidade na diversidade - plataforma da CUT para o 6º Congresso da Contag**. São Paulo: CUT. (64 pp.).
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES *et alii* (1995) **Grito da Terra Brasil - pauta nacional de reivindicações**. (26 pp.).
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (1990) **Sindicalismo no campo - entrevistas: avaliação, perspectivas e desafios**. Cadernos do Cedi 20. Rio de Janeiro: Cedi. (122 pp.).
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (1991) **Sindicalismo no campo - reflexões: balanços e controvérsias**. Cadernos do Cedi 21. Rio de Janeiro: Cedi (108 pp.).
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (1985) **Conquistar a terra, reconstruir a vida / CPT - dez anos de caminhada**. Petrópolis: Ed. Vozes. (105 pp.).

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (1993) **Conflitos no campo - Brasil'92 - Luta e sonho na terra**. Goiânia: CPT/Ed. Loyola. (96 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (1966) **II (?) Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (conclusões)**. São Paulo: Inda-Contag. (24 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1973) **Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag. (160 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1979) **Anais do 3º. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag. (244 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1985) **Anais do 4º. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - "Sindicalismo forte e reforma agrária já"**. Brasília: Contag. (413 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1991) **Anais do 5º. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag. (254 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1995) **Anais do 6º. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - "Nem fome, nem miséria. O campo é a solução"**. Brasília: Contag. (171 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1997) **Caderno de debates**. Nº 00. Brasília: Contag. (85 pp.).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (1998) **Documento-base do 7º. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - "Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável"**. Brasília: Contag. (163 pp.).
- COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (1989) **Consulta: a estrutura do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais**. São Paulo: Cese (15 pp.-mimeo.).
- COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (1990) **Descobrir as diferenças com espírito de unidade - a estrutura do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - II consulta**. Venda Nova (MG): Cese (19 pp. - mimeo.).
- CORADINI, Luiz Odaci (1979) **Estrutura agrária, classes sociais e cooperativismo no sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política. (239 pp.).
- CORADINI, Luiz Odaci (1988) **Representações sociais e conflitos nas políticas de saúde e previdência social rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. (1087 pp.).
- CORDEIRO, Angela *et alii* (1991) **Reforma agrária e crédito rural** - Procerá: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária. Rio de Janeiro: AS-PTA. (53 pp.).
- CURADO, Fernando Fleury (1998) **Ocupação e assentamento na fazenda Rio Vermelho - a constituição do agricultor assentado na região de Goiás**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. (220 pp.).



- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (1990) **Resoluções do 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais**. São Paulo: CUT. (58 pp.).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (1993a) **Resoluções do 2º Congresso do DNTR/CUT** (Versão preliminar). São Paulo: DNTR/CUT. (32 pp.).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (1993b) **Plano da Secretaria dos Pequenos Agricultores**. São Paulo: DNTR/CUT. (9 pp. mimeo.).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (1993c) **Fundos Constitucionais: - o que são? - como funcionam?** Caderno do DNTR/CUT, vol. 1. São Paulo: CUT.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (1995a) **Resoluções do 3º Congresso do DNTR/CUT**. Brasília: DNTR/CUT. (36 pp.).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (1995b) **A agricultura familiar em um modelo alternativo de desenvolvimento** (versão preliminar - caderno de debates - textos) e (resumo dos textos). São Paulo: DNTR/CUT. (74 pp.) e (14 pp.), respectivamente.
- DOLES, Dalísia Elizabeth Martins *Fontes primárias para a história da ocupação e colonização do Centro-Oeste: 1850-1980*, in APIPSA (1995) **Anais do V Encontro Regional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Goiânia: Apipsa/UFG. (pp. 178-84).
- DUARTE, Élio Garcia (1998) **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, Departamento de História. (459 pp.).
- DUARTE, Laura Maria Goulart *A produção rural cooperativada brasileira e o sistema agroalimentar na década de 80*, in PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) (1997a) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro - dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará (pp. 83-106).
- DUARTE, Laura Maria Goulart *O cooperativismo como espaço de politização da questão tecnológica*, in PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) (1997b) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro - dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará (107-125 pp.).
- DUARTE, Laura Maria Goulart *O sonho refeito: dos socialistas utópicos à utopia do cooperativismo ambiental no Brasil*, in PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) (1997c) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro - dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará (127-145 pp.).
- ESTERCI, Neide (1991) *Sindicalismo e luta por terra*, in **Sindicalismo no campo - reflexões: balanços e controvérsias**. Cadernos do Cedi 21. Rio de Janeiro: Cedi. (pp. 28-38).
- ESTERCI, Neide (org.) *et alii* (1984) **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Marco Zero. (159 pp.).
- FALEIROS, Airton (1994) *A readequação do projeto sindical rural*, in **Reforma Agrária**, nº 1, vol. 24, jan-abr/94. Campinas: Abra. (pp. 27-35).
- FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta & BARONE, Luís Antonio (1994) *O sindicalismo rural paulista na última década: fissuras e contrapontos*, in **Reforma Agrária**, nº 1, vol. 24, jan-abr/94. Campinas: Abra. (pp. 36-46).

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1993) **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (3ª ed. rev. ampl. - 2ª impr.) (577 pp.).
- FONTES, Luiz Eduardo F. & FONTES, Maurício Paulo F. (1992) **Glossário de ciência do solo**. Viçosa: UFV. (142 pp.).
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (1996) **Perfil da agricultura familiar no Brasil** - dossiê estatístico. Brasília: FAO/Incrá.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (1994) **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável** - versão resumida do relatório final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília: FAO/Incrá. (24 pp.).
- FRANCO, Mariana Pantoja (1991) *Associação versus Estado: disputa e negociação*, in **Sindicalismo no campo - reflexões: balanços e controvérsias**. Cadernos do Cedi 21. Rio de Janeiro: Cedi. (pp. 68-76).
- GIDDENS, Anthony (1991) **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp. (177 pp.).
- GUIMARÃES, Maria Tereza C. (1982) **Formas de organização camponesa em Goiás - 1954/1964**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC. (155 pp.).
- HOBBSBAWM, Eric (1978) *Os camponeses e a política*, in **Ensaio de Opinião**, nº 8. Rio de Janeiro.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1980; 1991; 1996) **Censos demográficos**.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1985) **Censo agropecuário**.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) (1964) **Estatuto da Terra** - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - (edição re-editada em 1985, juntamente com o I PNRA, por ocasião de seu lançamento). Brasília: Mirad/Incrá. (42 pp.).
- LABAIG, Henrique Carlos (s/d "a") *O desenvolvimento histórico do pensamento cooperativista*. (mimeo. - 14 pp.).
- LABAIG, Henrique Carlos (s/d "b") *O discurso cooperativista e o cooperativismo goiano*. (mimeo. - 5 pp.).
- LABAIG, Henrique Carlos *Agricultura e cooperativismo em tempos de crise*, in APIPSA (1995) **Anais do V Encontro Regional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Goiânia: Apipsa/UFG. (pp. 44-63).
- LAMARCHE, Hugues (Coord.) (1993) **A agricultura familiar - comparação internacional - I - uma realidade multiforme**. Campinas: Edit. da Unicamp. (336 pp.).
- LEMOES, Thomaz F. (1990) **Terra Xixá - histórico de Itapuranga**. Itapuranga: (ed. pop.). (35 pp.).
- LEROY, Jean Pierre & PACHECO, Maria Emília Lisboa (1991) *Associações e sindicatos rurais: onde está o dilema?*, in **Sindicalismo no campo - reflexões: balanços e controvérsias**. Cadernos do Cedi 21. Rio de Janeiro: Cedi (pp. 57-67).
- LUNARDI, Vera L., MARTINS DE SÁ, Janete & SAUER, Sérgio (Coords.) (1994) **Possibilidades econômicas da pequena produção no estado de Goiás - sua história e estratégias de viabilização** (Projeto de Pesquisa). Goiânia: CPT-GO, Disop, Ifas, UFG. (mimeo. - 8 pp.).

- MARIN, Joel Orlando *A organização social e produtiva no Assentamento Rancho Grande - GO*, in APIPSA (1995) **Anais do V Encontro Regional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Goiânia: Apipsa/UFG. (pp. 159-77).
- MARTINS, José de Souza (1979) *O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário* (pp. 204-15), in SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (1979) **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Ed. Nacional, 3ª ed. (239 pp.).
- MARTINS, José de Souza (1983) **Os camponeses e a política no Brasil - as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2ª ed. (185 pp., mais apênd. visual).
- MARTINS, José de Souza (1985a) **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2ª ed. (134 pp.).
- MARTINS, José de Souza *Na revolta das formigas*, in CPT (1985b) **Conquistar a terra, reconstruir a vida / CPT - dez anos de caminhada**. Petrópolis: Ed. Vozes. (pp. 91-7).
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1982) **A questão da reforma agrária no Brasil - 1955/1964**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (150 pp.).
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1989) **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase. (215 pp.).
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1994) *Desafios do sindicalismo rural nos anos 90*, in **Debate**, nº 3, ano IV. Salvador: Cese (pp. 69-79).
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1995) **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, Programa de Doutorado em Ciências Sociais. (295 pp.).
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1997) *Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical*, in (São Paulo em) **Perspectiva**, vol. 11, nº 2. São Paulo: revista da Fund. Seade. (pp. 65-72).
- MENDONÇA, Sonia Regina de (1994) *O sindicato rural na Primeira República: as múltiplas leituras de uma noção*, in **Reforma Agrária**, nº 1, vol. 24, jan-abr/94. Campinas: Abra. (pp. 82-93).
- MENEZES, Maria Diná (1995) *O Estado e as cooperativas de colonização oficial no nordeste*, in **Universidade e Sociedade**, ano V, nº 9, out/95. São Paulo: Andes/SN. (pp. 32-43).
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (MA) *et alii* (1996) **MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: MA/SDR/DATER. (53 pp.).
- NEVES, Delma Pessanha (1996) *O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais* (texto mimeo.) (13 pp.).
- NOVAES, José Roberto P. (1991a) *Disputa sindical no campo: quem fica com a Contag?*, in **Tempo e Presença**, rev.bimestral do Cedi, nº 259, ano 13. (pp. 14-7).
- NOVAES, Regina Célia Reyes (1985) *A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba*, in PAIVA, Vanilda (Org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola. (pp. 209-47).
- NOVAES, Regina Célia Reyes (1989a) *Dissolver a neblina* (A CUT no campo), in **Teoria & Debate**, rev. trimestral do Partido dos Trabalhadores (PT), nº. 8. (pp. 46-9).

- NOVAES, Regina Célia Reyes (1989b) *Questões para a chamada assessoria*, in **Proposta**, rev. mensal da Fase, nº 42, Ano XIV, Out./1989. Rio de Janeiro: Fase. (pp. 60-3).
- NOVAES, Regina Célia Reyes (1991b) *Continuidades e rupturas no sindicalismo rural* (pp. 171-96), in BOITO Jr., Armando (Org.) *et alii O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- NOVAES, Regina Célia Reyes (1994) *A mediação no campo. Entre a polissemia e a banalização*. (pp. 177-83), in MEDEIROS, Leonilde *et alii Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp. (329 pp.).
- NOVAES, Regina Célia Reyes (1997) **De corpo e alma - catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial. (238 pp.).
- NOVAES, Regina Célia Reyes (s/d) *Nada será como antes, entre urubus e papagaios*. Rio de Janeiro: (mimeo - pp. 37-51).
- OFFE, Claus (1984) **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OFFE, Claus (1989) **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Edit. Brasiliense. (cap. 7 - "A atribuição de *status* público aos grupos de interesse - pp. 223-68).
- PALMEIRA, Moacir (1985) *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato*, in PAIVA, Vanilda (Org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola. (pp. 43-51).
- PALMEIRA, Moacir (1992) *Política local e voto*, in **Tempo e Presença**, rev.bimestral do Cedi, nº 264, ano 14. (pp. 37-40).
- PALMEIRA, Moacir (1996) *Política, facções e voto*, in PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (Orgs.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. (pp. 41-56).
- PALMEIRA, Moacir (s/d) *Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN-UFRJ. (mimeo - 13 pp.).
- PÉCLAT, Gláucia T. S. C. *"A Marcha para o Oeste"(uma análise sobre as fontes de informações orais acerca da região de Guaraíta-Goiás)*, in APIPSA (1995) **Anais do V Encontro Regional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Goiânia: Apipsa/UFG. (pp. 203-13).
- PERANI, Cláudio *Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos*, in CPT (1985) **Conquistar a terra, reconstruir a vida / CPT - dez anos de caminhada**. Petrópolis: Ed. Vozes. (pp. 67-90).
- PESSOA, Jadir de Moraes (1990) **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- PESSOA, Jadir de Moraes (1997) **A revanche camponesa - cotidiano e história em assentamentos de Goiás**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (310 pp.).
- PIETRAFESA, José P., SHIKI, Shigeo & SIQUEIRA, Ana E.S.S. de (Consultores) (1995) **Agricultura familiar no Centro-Oeste** (Projeto Incra/FAO UTF/BRA/036/BRA - relatório da segunda etapa). Goiânia: CPT-GO, Ifas, UFG, UFU. (mimeo. - 80 pp.).
- PINHEIRO, Diógenes (1993) **Sindicato e associações em Trajano de Moraes - RJ - um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro: UFRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. (242 pp.).

- POLETTTO, Ivo *A CPT, a Igreja e os Camponeses*, in CPT (1985) **Conquistar a terra, reconstruir a vida / CPT - dez anos de caminhada**. Petrópolis: Ed. Vozes. (pp. 29-66).
- PORTO, Maria Stela Grossi & SIQUEIRA, Deis Elucy *A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas*, in PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) (1997) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro - dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará (pp. 25-39).
- PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) (1997) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro - dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- RECH, Daniel (1991) **Cooperativas - uma onda legal**. (Coleção "Socializando conhecimentos" nº. 8). Rio de Janeiro: Iajup/Fase. (84 pp.).
- RIBEIRO, Eduardo (1994) **Fé, produção e política - experiências associativas de camponeses em Minas Gerais** - Cadernos de Estudos CPT - 7. São Paulo: Ed. Loyola/CPT. (67 pp.).
- RICCI, Rudá (1994) *Terra de ninguém: o sistema confederativo rural em crise*, in **Reforma Agrária**, nº 1, vol. 24, jan-abr/94. Campinas: Abra. (pp. 5-26).
- RIESGO, Josémar dos Santos & BREZOLIN, Tércio (1988) **Introdução ao cooperativismo**. Cadernos do CESH/UFSM. Santa Maria: Impr. Universit./UFSM. (51 pp.).
- ROMANO, Jorge & DELGADO, Nelson (1995) *Experiências associativas de geração de renda entre agricultores familiares do Nordeste e do Sul do Brasil* (pp. 1-53), in ROMANO, Jorge et alii. **El estudio de formas asociativas alternativas en la agricultura. Los casos de Argentina y Brasil**. Rio de Janeiro/Buenos Aires: Inta/IESR/REDCAPA. (79 pp.).
- SADER, Eder (1988) **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (329 pp.).
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE GOIÁS (SEBRAE/GO) (1996) **Diagnóstico sócio-econômico do município de Itapuranga - Goiás - e Microrregião de Ceres**. Goiânia: Sebrae/GO. (37 pp.).
- SHIKI, Shigeo (1995) *Pequena produção de mercadorias e o debate agrário contemporâneo no Brasil*. (19 pp.). Artigo adaptado de SHIKI, S. (1991) **Políticas Agroalimentares e pequena produção de mercadorias no Brasil: algumas implicações das mudanças nos anos 80**. Tese de Doutorado. Reino Unido: University College London.
- SILVA, José Graziano da & KAGEYAMA, Angela A. (1991) *As estratégias sociais dos agricultores - a produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil*, in **A agricultura brasileira nos anos 90 - desafios e perspectivas** (Anais do Seminário de mesmo título, realizado em 1989). Curitiba: Ed. da UFPR. (pp. 153-77).
- SIQUEIRA, Deis Elucy (1997) *A participação da pequena produção na agropecuária brasileira: a discussão inacabada*, in PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) (1997) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro - dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará (41-55 pp.).
- THOMPSON, Edward P. (1987) **A formação da classe operária inglesa - I - A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (204 pp.).
- TURA, Leticia Rangel (1996) **Gritos do Campo - reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (148 pp.).

- VASCONCELLLOS, Lauro de (1991) **Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo**. Goiânia: Cegraf/UFG. (211 pp. ilustr. - Coleção Documentos Goianos 22).
- VENCESLAU, Paulo de Tarso (1989) *Limpar o terreno* (Sindicalismo Rural), in **Teoria & Debate**, rev. trimestral do Partido dos Trabalhadores (PT), nº 6. (pp. 62-5).
- WOORTMANN, Ellen F. (1995) **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb. Coleção “Estudos Rurais”, nº 13. (336 pp.).

## **PUBLICAÇÕES NÃO-CONVENCIONAIS**

- ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAPURANGA (16/07/1972). (2 pp.)
- COOPERATIVAS - a conquista da direção pelos pequenos agricultores. (mimeo. 3 pp.).
- DOSSIÊ SANTA CASA DO POVO - Itapuranga - 1987. (49 pp. + 5 anexos).
- QUADRO COMPARATIVO ENTRE COOPERATIVA E ASSOCIAÇÃO. Curitiba: Emater/PR. (mimeo. 2 pp - s/d).

## ANEXO

### RELACÃO DOS ENTREVISTADOS

#### **A) Depoimentos a respeito de Itapuranga:**

##### **I. Dirigentes sindicais:**

1. Antônio Ribeiro Magalhães - em 23/10/96.
2. Divino Inácio da Silva - em 24/10/96.
3. Dorvalino José de Campos - em 28/10/96.
4. João Benfica - em 06/11/96.
5. José Augusto Caixeta - 06/11/96.
6. José Moreira Coelho - em 30/10/96.
7. Maria Pereira dos Santos (*“Augusta”*) - em 23-4/10/96.

##### **II. Assessores:**

1. Isidoro Revers - em 23/11/96.
2. Nadia Maria Dal Molin - em 28/10/96.

#### **III. Comerciantes de Itapuranga:**

1. Divino Martins de Oliveira - em 24/10/96.
2. José Alencar Ferreira da Silva - em 24/10/96.

#### **B) Depoimentos a respeito da OSTR/GO:**

##### **I. Dirigentes sindicais:**

1. Alair Luiz dos Santos (do STR de Itaguaru, da Fetaeg e da CUT/GO) - em 15/11/91.
2. Divino Inácio da Silva (do STR, Aspa e Comil de Itapuranga e da CUT/GO) - em 27/09/94.
3. Marlene Furtado (do STR de Mineiros, da CUT/GO e CUT/Nac.) - em 11/91.
4. Otacílio Alves Teixeira (do STR de Ceres, da Fetaeg, da CUT/GO e CUT/Nac.) - em 24/10/91.
5. Sebastião Pereira Gontijo (dos STRs de Itaguaru, Uruana e Porangatu) - em 09/02/92.

##### **II. Mediadores/Assessores:**

1. Dom Tomás Balduino (Bispo da Diocese de Goiás) - em 17/05/94.
2. Frei Fernando de Brito (Diocese de Goiás, CPT Centro Sul de Goiás, Ifas) - em 17/10/94.
3. Hamilton Pereira da Silva (Cimi, CPT Nac. e Ifas) - em 18/10/94.
4. Isidoro Revers - *“Galego”* (Diocese de Goiás, CPT Centro Sul de Goiás - que posteriormente passou a se chamar CPT Regional Goiás e CPT Nac.) - em 16/06/94.
5. José Paulo Pietrafesa (Diocese de Goiás, CPT Nac. e Ifas) - em 09/06/94.
6. Luizella Ancis (Diocese de Goiás e CPT Centro Sul de Goiás) - em 08/91.